

PÓS-TUDO E A CRISE DA DEMOCRACIA

Maria Cristina Castilho Costa e
Patrícia Blanco (Orgs.).



Pós-tudo e crise da democracia

Organização:

**Maria Cristina Castilho Costa
e Patrícia Blanco**

Ana Carolina Assumpção • André Bueno • Celso Frederico
• Cristiano Franco Burmester • Deborah Ramos da Silva •
• Isabel Ferin Cunha • Ivan Paganotti • José Esteves Evagelidis •
• José Ismar Petrola Jorge Filho • Lis de Freitas Coutinho •
Luciano Somenzari • Mayra Rodrigues Gomes • Myrian Clark Giannini •
• Rogério Rauber • Vera Vieira • Walter de Sousa Junior

Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP)

Evento e publicação com apoio PAEP/CAPES

São Paulo

2018

DOI: 10.11606/9788572052092



É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

P858c Pós-tudo e crise da democracia [recurso eletrônico] / Maria Cristina Castilho Costa, Patrícia Blanco (Orgs.) - São Paulo: ECA-USP, 2018.
234 p.

ISBN: 978-85-7205-209-2
DOI: 10.11606/9788572052092

1. Liberdade de expressão 2. Liberdade de imprensa 3. Censura
4. Democracia I. Costa, Maria Cristina Castilho II. Blanco, Patrícia

CDD 21.ed. – 323.443

Elaborado por: Sarah Lorenzon Ferreira CRB-8/6888

Expediente:

Editoria: Walter de Sousa Junior

Preparação e revisão de textos: Walter de Sousa Junior

Designer gráfico: M&M Soluções Web

Diagramação: M&M Soluções Web

Apoio:



Sumário

Apresentação	06
Pós-censura – enquanto discutir for permitido	
<i>Maria Cristina Castilho Costa</i>	08
Posfácio de uma longa pesquisa	
<i>Mayra Rodrigues Gomes</i>	21
Teorias sociais, cultura e política	
<i>Celso Frederico</i>	39
A Globalização da Crise: contextos regionais e a questão do “Populismo mediático”	
<i>Isabel Ferin Cunha</i>	54
Imperialismo e meios de comunicação: a Guerra Fria Cultural no Brasil	
<i>Walter de Sousa Junior</i>	70
Ficção e Fotografia - imaginando a realidade. Um estudo sobre as recentes transformações da fotografia documental e seus desdobramentos na arte, na comunicação e na educação	
<i>Cristiano Franco Burmester</i>	85
“Notícias falsas”, problemas reais: propostas de intervenção contra noticiários fraudulentos	
<i>Ivan Paganotti</i>	96
Feminismo na era das redes sociais	
<i>Vera Vieira</i>	106
Arquivos do Silêncio: Um estudo de caso sobre as memórias e documentos das cassações da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (1969-1979)	
<i>Lis de Freitas Coutinho</i>	118

Censura e guerra fria cultural: teatro e jornalismo	
<i>José Ismar Petrola Jorge Filho</i>	128
Walter Benjamin e a história aberta: elementos para uma experiência de história oral	
<i>José Esteves Evagelidis</i>	138
Urte: tecnocracia versus arte	
<i>Rogério Rauber</i>	148
A Opinião Pública e a crise na democracia	
<i>Luciano Somenzari</i>	158
A fotografia no desenvolvimento da liberdade de expressão: processos de censura, linguagem e o novo fotógrafo cidadão	
<i>André Bueno</i>	167
As influências da pós-verdade no jornalismo	
<i>Deborah Ramos da Silva</i>	181
Os limites do humor nas manchetes de morte: Uma análise das capas do jornal Meia Hora de Notícias	
<i>Ana Carolina Assumpção</i>	192
“Curto prazo” - o talk show na escola: Uma experiência educativa no ambiente escolar a partir do talk show da TV	
<i>Myrian Clark Giannini</i>	208
Conclusão	217

Apresentação

O Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Universidade de São Paulo (OBCOM-USP) é um Núcleo de Apoio à Pesquisa, órgão de integração da universidade voltado para a pesquisa das diferentes formas de interdição à expressão de ideias, através de diferentes veículos e em diferentes circunstâncias. Teve sua origem no Arquivo Miroel Silveira, sob guarda da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP, o qual reúne 6.137 processos de censura prévia ao teatro, datados de 1930 a 1970. Diversos pesquisadores se debruçaram sobre essa documentação desvendando os meandros da censura. Há já dezoito anos eles vêm estudando as origens e consequências dos atos interditivos da livre expressão. Com esse objetivo formamos mestres e doutores, além de oferecer cursos em nível de Graduação e de Pós-Graduação

O Instituto Palavra Aberta é uma instituição privada, sem fins lucrativos, criado e mantido por importantes entidades com objetivos editoriais, como a Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), que tem trabalhado na defesa da liberdade de expressão nos mais diferentes níveis da vida política brasileira – do Judiciário ao Executivo. Suas ações de divulgação dessas ideias têm buscado consolidar o sentido constitucional que vigora no país, desde 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira.

Essas duas instituições têm trabalhado juntas em diversas oportunidades, na defesa da liberdade de expressão e da democracia. Foram livros publicados em conjunto, organização de seminários, debates e congressos. São pesquisas que procuram monitorar os rumos da legislação e do debate em torno do livre pensamento e do direito à sua livre expressão. Anualmente, nos últimos cinco anos, as duas instituições reúnem professores, pesquisadores e intelectuais para avaliarem atos que dizem respeito a esses direitos que consideram inabaláveis. Em 2017 não foi diferente. Com o apoio do Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP, organizaram um Seminário cujo tema foi as transformações radicais que acontecem na sociedade na última década, modificando fundamentalmente comportamentos, valores, ideias e objetivos políticos. A liberdade de expressão vinha acompanhada de outros aspectos relevantes como a expansão dos meios de comunicação, da comunicação em rede de computadores, a globalização e a

emergência de novas potências internacionais. O desenvolvimento tecnológico e as mudanças no campo da produção material, revolucionaram as estruturas produtivas, transformando as relações de trabalho e os valores sociais a elas ligados. Novas conjunturas políticas reelaboram as relações entre o próximo e do distante, entre o regional e o nacional, colocando em novos patamares as percepções do mundo que nos rodeia. A vida política foi atravessada pela mobilização dos movimentos sociais através dos quais as minorias se manifestam exigindo resposta às suas reivindicações.

Todo esse cenário em mudança, pleno de propostas novas, de redefinições de categorias sociais, da emergência de novas necessidades e de novas sensibilidades tendem, cada vez mais, à radicalidade, à visão extremada de ideias e a exigências particulares que parecem se referir apenas a determinado grupo de pessoas. Transformação e radicalidade parecem colocar em cheque a democracia como objetivo político a ser defendido acima de quaisquer valores. A liberdade de pensamento e de expressão se afiguraram então como uma das peças de um tabuleiro em que as peças parecem se movimentar para além das regras estabelecidas, criando um cenário de conflito e não-identidade de agentes, propostas, movimentos e programas. Em vista dele, as duas instituições parceiras – o OBCOM-USP e o Instituto Palavra Aberta organizaram o Seminário “Pós-Tudo e a Crise da Democracia”, atraindo estudiosos de todos esses obstáculos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, ameaçam a liberdade de pensamento e expressão.

O livro que agora apresentamos traz alguns dos pesquisadores que participaram desse Seminário e abordaram esse mundo em mudança do ponto de vista das Ciências da Comunicação, das relações políticas nacionais e internacionais, da Educação, da cidadania e da participação política. Um conjunto significativo de premissas que tem em comum, ainda e sempre, a defesa da livre expressão. Inspiramo-nos nessa iniciativa no poema Pós-Tudo, de Augusto de Campos que diz:

**QUIS
MUDAR TUDO
MUDEI TUDO
AGORA PÓS-TUDO
EXTUDO
MUDO**

Com isso esperamos mobilizar os leitores para os argumentos que aqui estão expostos, fazendo-o, ao mesmo tempo, pelo exercício da razão e pelo uso de sua compreensão sensível.

Pós-censura – enquanto discutir for permitido

Maria Cristina Castilho Costa¹

Introdução

A censura como um ato de interdição aos pensamentos, ideias, comportamentos, valores, interesses, formas de se expressar de uma pessoa é uma manifestação própria da vida coletiva e tem sua origem em dois princípios básicos da cultura humana, a saber: a relação dialética entre a subjetividade e a cultura, e a ideia do signo como criador de realidades. Em relação ao primeiro, devemos reconhecer que a subjetividade de uma pessoa – valores, experiência de vida, história, memória, desejos, necessidades e posicionamento ideológico – constitui algo que a distingue dos outros como indivíduos, assim como da cultura coletiva na qual se insere e que a envolve. Assim, a subjetividade, tão bem estudada por Jean Paul Sartre (1996), Talcott Parsons, Jacques Lacan e Gaston Bachelard (2000), entre outros, sendo parte de cada ser humano, é também o que os torna diferentes e, em certo sentido, os distingue do conjunto de cultura, do coletivo, da opinião pública, e daquilo que se considera como a mentalidade de um grupo. A estranheza que se manifesta entre cada subjetividade e o todo da cultura é um paradoxo da existência coletiva e é responsável pelo sentimento ambíguo de, ao mesmo tempo, fazermos parte da cultura e nos distinguirmos dela. Como PL Berger disse: “A condição de um homem em nossa sociedade é semelhante a um estudante assistente: ele cria suas próprias realidades que, uma vez criadas, são cooptadas e impelidas constantemente ao seu criador” (apud AZCONA, 1993, p. 17).

¹ Professora Titular da Escola de Comunicações e Artes da USP e coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM).

Com relação ao segundo princípio, a respeito do poder dos signos, temos a considerar que, criados para mediar nossa relação com a realidade, para auxiliarem nos processos de elaboração mental e para tornarem a vida social possível, os signos têm tido expressiva importância na cultura humana, especialmente as palavras. Michel Foucault, em *As palavras e as coisas*, estuda a proximidade entre linguagem e realidade, signo e coisa, significante e significado, mostrando o poder do signo (ou da palavra) em não só representar como expor a coisa representada no processo de representação. E “o verbo era Deus” é a frase que inicia o Evangelho de São João, mencionando o poder de criação da palavra falada.

Assim, unindo-se esses dois aspectos da cultura humana, temos que existe uma subjetividade que resiste à sua dissolução no interior do coletivo e essa subjetividade se expressa através do poder criador da linguagem. Daí os mecanismos censórios pelos quais buscamos ludibriar ou evitar conflitos, quer em relação ao poder coercitivo da cultura hegemônica, quer em relação às divergências com nossos interlocutores ou, até mesmo, em relação à exposição de nossa interioridade.

Freud foi um dos primeiros a distinguir a censura como um importante mecanismo de defesa interno do ser humano pelo qual tentamos controlar nossas pulsões mais instintivas, discordantes da moralidade ou ética da cultura na qual nos inserimos. Essa autocensura pode ser percebida nos atos-falhos, nos chistes e na análise dos sonhos, por exemplo. A censura, portanto, surge do próprio simbolismo humano e dos processos mentais conscientes e inconscientes, envolvendo, por um lado, a linguagem, e por outro, a subjetividade.

O poder político e a institucionalização da censura

A constituição do poder como instância reguladora da vida social, implicou, entretanto, na configuração de determinados princípios ideológicos e comportamentais como sendo os desejáveis e característicos de determinado grupo social, em certa época e lugar. Através da educação, dos ritos sociais, das religiões, das legislações e dos recursos de difusão sociais, certa sensibilidade, gosto, estrutura comportamental e mental se instala em um grupo e apresenta certo poder de resistência frente às condições de mudança social. A essa condição da cultura humana autores como Lucien Febvre, Philippe Ariés e Michel Vovelle chamaram de *mentalidade*. Pois bem, a censura ao comportamento e às ideias divergentes em relação à mentalidade de um grupo, por meio de punições mais ou menos severas aos dissidentes, constituiu um meio universal de consolidação das diferentes mentalidades na história da cultura.

A criação do Estado, como o princípio de ordenação da sociedade, em qualquer tipo de regime político, instaurou a disputa entre grupos e setores sociais dado o privilégio de poder, através dele, legitimar interesses e vantagens nos trânsitos das relações sociais e especialmente na distribuição da riqueza. Essa disputa promoveu, no grupo ocupante do poder político, o uso

de mecanismos de preservação de suas regalias e privilégios. A censura foi um deles – mecanismos de interdição das críticas, das denúncias e da disseminação de ideias tendentes às mudanças sociais. Quanto mais acirrada a rivalidade e a disputa entre grupos políticos, religiosos ou sociais, para o acesso ao poder político, mais rígidos e violentos os mecanismos de censura das oposições.

Dessa maneira, a censura deixa de ser um mecanismo dialético de relação entre subjetividades e cultura hegemônica, para se institucionalizar como um recurso de poder. No Ocidente, foi na Grécia que primeiro se constatou a existência de formas coercitivas de um poder instituído sobre subjetividades e dissidências percebidas como posicionamento ideológico e político que se procura conter e dominar. *Apologia de Sócrates*, obra de Platão apresentando o processo de condenação e defesa de Sócrates, em 399 a.c., diante de acusações de que estaria pervertendo os jovens com suas preleções. Condenado à morte, Sócrates (por meio de Platão, seu discípulo) exorta o direito à pensar e a defender o que pensa, razão primeira da vida humana. Assim se instituiu a censura ideológica como ficou conhecida no Ocidente.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e a institucionalização dos recursos censórios

Mas, se data do século V a.C. a institucionalização da censura política, isto é, realizada em nome da defesa da sociedade e não de dogmas religiosos ou de uma doutrina transcendental, foi necessário muito tempo para que esse recurso se tornasse quase universal. Durante a Idade Média, com o domínio religioso da Igreja Católica, também a dissidência foi duramente combatida em guerras cruentas e sacrifícios testemunhais; porém o caráter político e terreno dessa disputa por ideias, ideais e privilégios não tinha seu caráter político e civil claramente explicitado. Com o aparecimento de diferentes modelos políticos – monarquia e república – com a internacionalização das relações políticas, o colonialismo e a escravidão, o caráter terreno do poder se torna explícito e os mecanismos de censura como forma de preservar o poder de ideias tidas como revolucionárias se institucionalizam. Dentre os recursos de conquista, gestão e preservação do poder, os órgãos censórios se tornam cada vez mais eficientes e laicos. Não se trata mais de uma defesa dogmática e sacra, mas terrena e política. Monarquias se defenderam de republicanos proibindo livros e discursos, e condenando seus ideólogos. Repúblicas se defenderam, de igual maneira, de socialistas; e comunistas se desvencilharam de liberais. Assim o uso da coerção, interdição e força contra ideias, denúncias e dissidências se naturaliza no Ocidente.

O uso de mecanismos de silenciamento e força contra ideias que defendiam a rejeição ao *status quo*, a mudança do poder e a alteração de regimes político, bem como a crítica à

mentalidade que os legitimavam, se torna cada vez mais frequente e recrudescem de intensidade a partir do momento que se desenvolvem os meios de comunicação. A partir do século XIX, com o desenvolvimento da imprensa diárias, do telefone, do telégrafo e do rádio, da produção em massa de veículos de produção simbólica, quando se instaura a sociedade de massas, torna-se cada vez mais importante conhecer, monitorar, controlar e punir ideias que desestabilizem o exercício do poder e a manutenção dos grupos poderosos em suas posições de mando, no monopólio dos privilégios e benesses que delas advinham.

É nesse contexto, próprio da Modernidade Ocidental que se institui o que chamamos de Censura Clássica, ou seja, o controle e interdição da produção simbólica por órgãos estatais, sob ameaça de punição dos produtores, em nome da estabilidade e da ordem social. Monarquias e repúblicas conheceram o funcionamento desses órgãos que interditaram discursos, exposições, espetáculos, livros, artigos, jornais, revistas e, mais tarde, gravações, transmissões, apresentações. A importância do espaço público da comunicação, bem como do controle do que é dito, com que intenção e para quem é dito, se torna tão agudo que, na época da Revolução Francesa, na elaboração da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* menciona-se, pela primeira vez, a liberdade de expressão como um direito inalienável do ser humano. A universalidade das relações políticas e econômicas, o desenvolvimento dos meios de comunicação, o surgimento e consolidação da imprensa foram os responsáveis pelo reconhecimento desse direito, bem como pela institucionalização dos mecanismos censórios políticos e laicos.

Foi no século XX, entretanto, que essa oposição entre ideias revolucionárias que se transmitiam através dos meios de produção simbólica (tecnológicos, como o rádio e a televisão, e não tecnológicos, como os espetáculos teatrais) e o poder instituído que elas visavam criticar, chega ao auge, com a instrumentalização de órgãos censórios que passaram a fazer parte das polícias políticas, dos órgãos de informação oficiais e de instâncias militares e ministeriais dos governos. Tais órgãos e procedimentos passaram a fazer parte dos regimes ditatoriais que se estabeleceram, durante a primeira metade do século XX, especialmente nos chamados regimes nazi-fascistas estabelecidos na Europa e América, embora os regimes comunistas também fizessem abertamente uso desses mecanismos para controlar a propaganda ideológica liberal. Adotando um caráter metódico, sistemático e administrativo, os mecanismos de censura se institucionalizam em rotinas de fiscalização, controle e punição de ideias revolucionárias, críticas ou denunciadoras que se manifestem nos meios de comunicação e/ou no espaço público, desestabilizando o poder.

Nesse período, no qual se trava a chamada Guerra Fria Cultural, estudada por Saunders (Saunders, 2008), a censura se torna emblemática na disputa entre dois modelos políticos que disputam o domínio sobre o mundo – o liberal, defendido pelo Estados Unidos em todo o bloco de países capitalistas, e o comunista, defendido pela União Soviética. Em resumo, o primeiro

defende a liberdade de mercado, a pouca intervenção do Estado, os ideais burgueses, a propriedade privada e o capitalismo, enquanto o segundo, prega uma administração estatizante, a hegemonia do proletariado e relações econômicas não baseadas na propriedade privada dos meios de produção. Os dois modelos tinham nas artes e na comunicação ferramentas importantíssimas para a propaganda política e mobilização da sociedade. A censura buscava, em cada país, evitar a proliferação desse embate ideológico. Nesse sentido, é preciso entender que o liberalismo pregado pelos países capitalistas não significava liberdade de expressão individual, dissidente e crítica, mas liberdade de mercado, podendo o capital direcionar-se livremente, através da oferta e da procura, sem intervenção do Estado, em busca do maior lucro.

O Arquivo Miroel Silveira e o Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura – OBCOM-USP

Tudo que expusemos aqui resultou de uma pesquisa realizada a partir de um arquivo de documentos censórios que chegou à escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – a ECA-USP – o Arquivo Miroel Silveira, com 6.137 processos de censura prévia ao teatro no Estado de São Paulo, de 1930 a 1970, contendo documentos identificatórios do espetáculo e da obra, bem como o texto original da peça sob censura. Essa documentação fez parte dos mecanismos de censura criados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão de controle da propaganda política e da produção simbólica, organizado, na década de 1930, pelo Estado Novo, regime ditatorial exercido por Getúlio Vargas. Proveniente do Serviço de Censura do Departamento de Diversões Públicas de São Paulo, chegou à ECA-USP trazida pelo professor Miroel Silveira, poeta, tradutor, produtor autor e crítico de teatro que a resgatou do perecimento na década de 1980, quando se processava a Abertura Política e a decadência da Ditadura Militar instaurada em 1964 no Brasil.² Ficando sob guarda da Biblioteca da ECA até o ano de 2018, esse material serviu de base para a formação de um grupo de pesquisa formado por professores e alunos de Graduação e Pós-Graduação que se debruçaram sobre os documentos procurando entender como funcionava essa Censura Clássica, como foi chamada essa rotina de controle e interdição criada na primeira metade do século XX pelos governos ditatoriais.

Desde 2000 até o presente momento, historiadores, sociólogos, filósofos, artistas e comunicadores têm se dedicado a estudar a censura em seus critérios e trâmites, desvendando as tramas do poder e da produção cultural e artística. Trata-se de uma censura oficial, sistemática e rotineira, que recaía sobre a imprensa, rádio e, mais tarde, televisão, bem como controlava a

² Essa documentação passou por duas ditaduras – o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), e a Ditadura Militar (1964-1985), bem como pelos anos tidos como democráticos do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Juscelino Kubitschek (1956-1961), além de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). Essa persistência comprova a resistência dos recursos censórios em diferentes regimes políticos.

produção editorial, além de espetáculos teatrais, circenses e musicais. Era realizada por censores que, inicialmente, ocupavam cargos de confiança e, mais tarde, concorriam em processos públicos ao ofício de censor. Alguns censores eram intelectuais e artistas de renome, como Vinícius de Moraes, outros eram profissionais de carreira que desconheciam as artes e a cultura. Os principais alvos dos censores eram os ataques à Igreja Católica, como reminiscência de uma censura secular no país, palavras, gestos e expressões considerados obscenos ou imorais e críticas ao capitalismo ou ao governo instituído. A censura se dava pelo exame de textos, quando houvessem, pela assistência de ensaios e, eventualmente, pela apresentação do espetáculo, mesmo quando já liberado. Para isso, cadeiras e mesas das casas de espetáculos eram reservadas previamente aos censores que podiam assistir às apresentações, de graça, sempre que quisessem. Nessas ocasiões poderiam haver uma interdição.

Depois de diversas pesquisas, inclusive por meio de projetos temáticos, de inúmeras bolsas, seminários, palestras, dissertações e teses, realizados e elaboradas nesses 18 anos, algumas conclusões se tornaram importantes. Antes de mais nada, se fez necessário distinguir a censura à imprensa e a censura às artes. A primeira, realizada durante os governos ditatoriais com a presença de censores nas empresas jornalísticas, por quem passavam as provas antes da publicação, foi extinta entre 1946 e 1964, em nome da democracia. A censura às artes prosseguiu até 1988, quando a Constituição eliminou os órgãos oficiais de censura. Podemos dizer que a defesa de uma imprensa livre foi sempre mais legítima e afirmativa do que a censura às artes, estas tidas sempre como mais questionável ou perigosa. Isso se deve, provavelmente, ao caráter mais emocional e perceptivo da produção artística. Por outro lado, a imprensa tem um público mais diminuto e qualificado de letrados sobre os quais, talvez, sob a ótica dos censores, as consequências da propaganda ideológica subverte menos. Portanto, na maioria das vezes, quando se defende a liberdade de expressão, está-se referindo à liberdade de imprensa. Em relação à liberdade de poetas, dramaturgos e músicos, há controvérsias.

Outro aspecto importante que se destaca no estudo da censura é que ela envolve uma difícil negociação. Como um trâmite rotineiro, ela se “naturaliza”, deixando até de ser percebida pelos artistas como uma forma de repressão – os produtores tratam-na como um incômodo que pode ser contornado por certos subterfúgios. Para isso servem-se de improvisações ou cacos, como se diz na linguagem teatral, de situar a obra no passado, se possível greco-romano, ou em um país distante, dificultando a identificação das críticas com a sociedade à volta. O humor, a comicidade, a troca de nomes de personagens, colocar estrategicamente algumas palavras para serem cortadas pelos censores, também costumavam funcionar e permitir a liberação da obra. Quando nada desse certo, havia a franca negociação – apelava-se a pessoas importantes consideradas tolerantes ou amigas e que intervinham a favor do produtor. Peças de Nelson Rodrigues, por exemplo, costumavam envolver demoradas negociações com ampla manifestação a favor e contra sua liberação. Mas que não se apressem os estudiosos – tudo

isso levava necessariamente à autocensura – para ver liberada sua obra, a qual havia exigido, muitas vezes, farto investimento, os autores, diretores e produtores faziam grandes concessões.

Para tratar de forma sistemática essas questões, em torno do Arquivo Miroel Silveira organizou-se o Núcleo de Apoio à Pesquisa Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura – OBCOM-USP que, depois de se dedicar ao estudo dessa referida documentação, passou a analisar também os processos censórios da atualidade, quando foram extintos quase todos os órgãos oficiais de censura nos países ocidentais.

Fim de século

Como vimos, a censura teve um papel importante na Guerra Fria Cultural do século XX, no embate entre dois ideários que disputavam sua hegemonia no mundo. Mas, em 1991, foi dissolvida a União Soviética que congregava a maioria dos países do Bloco Comunista, quando houve a renúncia de Mikhail Gorbachev, oitavo e último líder do antigo bloco. Desde então, embora o comunismo tenha resistido em alguns países, o comunismo enquanto ideário político sofreu duro golpe. O liberalismo econômico vem, desde então, prevalecendo no Ocidente, com uma reestruturação econômica e política que prevê a prevalência do mercado capitalista e o fim de um Estado voltado para o bem estar social.

Esse final de século foi marcado também pelo desenvolvimento das mídias digitais e pela comunicação em rede de computadores que promoveram a globalização e a livre circulação de informações, mensagens em âmbito planetário, colocando em cheque o nacionalismo e o regionalismo. Uma cultura mundializada acompanha o mercado mundial.

O desenvolvimento tecnológico revolucionou a comunicação baseada nos meios de comunicação analógicos e em redes de distribuição estruturadas de forma rizomática, ou seja, de um para muitos e do centro para a periferia. A comunicação em rede prevê uma distribuição de informações de forma multidirecional e interativa. O afluxo de informações cresceu exponencialmente, assim como se multiplicou o número de produtores e receptores de informações.

As transformações políticas, econômicas e comunicacionais acarretadas eram impensáveis uma década antes de emergirem – há um aceleração na vida social, uma aproximação nas relações mediadas que podem se dar localmente ou até internacionalmente, um deslocamento nas relações comunicacionais, sem que se saiba quem é emissor e quem é receptor. Desemprego estrutural, flexibilização produtiva, terceirização, comunicação simultânea, sincronidade e cultura tecnológica são alguns dos fenômenos estudados por pesquisadores como David Harvey, Pierre Levy, Zygmunt Bauman e Antony Giddens, entre outros, que buscam caracterizar essa sociedade nova que emerge no século XXI e que ficou conhecida como Pós-Modernidade.

Estudos correlatos, como os de Pós-Colonialismo, Pós-Industrialismo, Pós-Verdade, aparecem em diversos trabalhos que procuram mostrar que sobre as heranças da Modernidade surge uma sociedade com novas tendências e direções. Tudo isso acompanhado de fortes críticas, instabilidades e uma sensação de que as coisas estão fora de lugar. Com os estudos da censura não foi diferente – extintos os órgãos oficiais de censura, extinção acompanhada de prematuro júbilo, como passou a ser feita a interdição à crítica, à denúncia e às ideologias consideradas subversivas?

Pós-Censura

A extinção dos órgãos de censura na maioria dos países ocidentais encheu de esperança os produtores artísticos e culturais que pensavam num diálogo franco com a sociedade e com seu público, mas as pesquisas no OBCOM-USP têm mostrado que a censura persiste e que a cultura censória resiste mesmo em épocas em que a liberdade e o respeito às opiniões divergentes pareciam indiscutíveis. A ideia falaciosa de que “o direito à liberdade de expressão deve ser reconhecido para aqueles que pensam da mesma forma que eu” é uma unanimidade, segundo nossas entrevistas, realizadas aleatoriamente entre 2012 e 2015, com transeuntes de lugares públicos da cidade de São Paulo. Também está presente o princípio segundo o qual a liberdade de expressão é absolutamente desejável, salvo para ouvir o que não desejamos ou para ver cenas que consideramos impróprias, para escutar músicas que julgamos de mau gosto, para ter informações e opiniões com as quais não concordamos. Dessa forma o direito à liberdade de expressão é teórica e abstratamente aceito como dogma, enquanto os entrevistados sempre levantam algum óbice quanto às condições de sua prática.

O acompanhamento, através de artigos publicados em mídia impressa ou eletrônica, de 2011 até a atualidade, por meio de pesquisa de matérias na Internet, em idiomas português, inglês e espanhol, guiada por diversos sistemas de busca e palavras-chave referentes ao nosso tema, levou à análise de novas situações de interdição que nos colocam diante de princípios censórios do passado e novas relações de poder e institucionais que modificam as formas de controle e veto. A esse contexto censório chamamos de *Pós-censura*, pois resulta, como outros fenômenos sociais e comunicacionais, das mudanças ocorridas no mundo, no final do século XX, que transformaram a sociedade instituída e vivida na Modernidade. Assim, se a Modernidade, com a expansão da República e o desenvolvimento dos meios de comunicação, criou a chamada Censura Clássica, realizada por órgãos estatais, na defesa ideológica dos Estados Nacionais republicanos ou constitucionais, na Pós-Modernidade o desejo de interdição se manifesta em procedimentos diversos, plurais, indiretos, tanto públicos como privados.

Um primeiro aspecto a ressaltar é que os procedimentos censórios da atualidade se dão menos em relação à palavra escrita, como se caracterizava a censura do passado, tendo como

principal alvo as linguagens audiovisuais, especialmente a televisão e a Internet. O desenvolvimento dos veículos audiovisuais e de suas linguagens, a portabilidade dos equipamentos, a forma viciante com que os usuários se conectam aos novos meios, preocupam emissores e receptores. Pais preocupados com o acesso de seus filhos a conteúdos inadequados, a qualquer hora do dia e por meio de diferentes veículos, políticos desejosos de controlar informações a seu respeito, cidadãos atentos aos noticiários sobre sua cidade e país, acabam por participar de atos que podem ser considerados como censura. Procuram apagar, vetar, controlar, tirar do “ar” notícias, matérias, jogos, fotos, vídeos que os comprometam, que pareçam viciantes, que tragam denúncias, que relatem fatos comprometedores.

Outra característica dessa Pós-censura é que ela não é uma iniciativa apenas do Estado e de seus órgãos de segurança. Na atualidade, empresas de comunicação ou não, escolas públicas e privadas, igrejas de diferentes religiões, partidos políticos, instituições estatais e não-estatais criam seus próprios critérios censórios, defendendo interesses políticos e econômicos, e o poder que exercem em meio a determinados grupos sociais. Igrejas proíbem seus fiéis de assistir à televisão; escolas impedem alunos de criticarem sua atuação em blogues pessoais; editores submetem livros e revistas à consultoria jurídica para saber o que podem ou não divulgar; filmes são vetados por associações representativas de grupos minoritários como mulheres e negros, exposições de arte retiram obras pela pressão de grupos sociais organizados e politicamente engajados.

Acentua-se, nessa época de Pós-Censura, a censura proveniente de decisões judiciais, a chamada censura togada. Por iniciativa de parentes, grupos organizados da sociedade civil, personalidades importantes da vida pública ou artistas, juízes determinam de forma arbitrária – isto é, sem conhecimento profundo do assunto em pauta, sem jurisprudência e, muitas vezes, sem ouvir todos os interessados e estudiosos do tema – o recolhimento de livros ficcionais ou científicos, a mutilação de obras, o fechamento de exposições públicas, a retirada de cartaz de espetáculos, a retirada da rede Internet de programas e serviços. Assim como políticos, no Congresso ou no exercício de funções executivas decidem, sem consulta pública, nem orientação especializada, pela retirada de obras de arte de espaços públicos, pela modificação de conteúdos científicos da programação escolar, pela alteração de currículos, pelo sigilo de processos de interesse público.

Diante dessas novas formas de censura, a sociedade perplexa debate ideias e se debate, submetendo o direito à liberdade de expressão, cuja prática ainda estamos aprendendo a exercer, ao movimento fluído e inconstante de tendências que caracterizam a atualidade. Essa multiplicidade e fragilidade ideológica que se percebe no mundo da sociedade mediática, em que os meios de expressão se apresentam disponíveis a determinados sectores sociais, especialmente aos organizados, substitui posicionamentos criteriosos, amadurecidos e mais

abrangentes, permitindo que práticas censórias encontrem meios de intervir, ainda que orientadas por interesses pontuais e privados.

A precariedade das relações de produção, o crescente desemprego, o declínio de políticas de Estado mais humanistas, a crise econômica endêmica do capitalismo, fazem com que profissionais das mais diferentes áreas se submetam a critérios discutíveis de fiscalização, controle e comportamento, obrigando-os a se submeterem a diferentes intervenções censórias. Nesse sentido, os profissionais da comunicação são os mais afetados, como jornalistas, repórteres e apresentadores que hoje falam menos por si mesmos e mais em nome da empresa que os emprega. Mas também podemos encontrar nessa lista, artistas, educadores, produtores, editores, ilustradores, tradutores, historiadores, advogados, que são colocados entre a estabilidade profissional e a coerência diante de seu próprio conhecimento.

Esses atos censórios da Pós-Modernidade, entretanto, são percebidos como casos isolados – por não provirem de uma mesma fonte, por não se caracterizarem por uma atividade sistemática e rotineira, por não terem a abrangência e legitimidade de uma política pública, as interdições são vistas como pontuais, como pessoais, merecendo uma análise individual. Mas, o receio, o medo e a cautela se disseminam e promovem, como a censura clássica, a autocensura.

Por outro lado, esses atos censórios não deixam registro, são comentados aqui e ali em diferentes veículos e mídias. Para obtermos esse cenário mais amplo do recrudescimento da censura na atualidade, tivemos que criar no OBCOM-USP a pesquisa sistemática cujos resultados aqui expomos. As matérias de onde provém nossas informações estão arquivadas na área Hemeroteca, de nosso site no endereço www.obcom.nap.usp.br e podem ser acessadas por todos os interessados.

Conclusão

Como dissemos no início deste trabalho, a censura é tão antiga quanto a cultura humana. A oposição existente entre nossa subjetividade e a vida coletiva faz com que nos sintamos sempre como dissidentes, buscando entender nossa identidade que nos faz fiéis à nossa interioridade e, ao mesmo tempo, pertencentes à coletividade. Essa oposição é sentida e vivida pelos indivíduos como limites à plena realização de nossa individualidade. A pressão da cultura dominante sobre a dissidência, que é própria da vida social, levou à criação de mecanismos censórios que, com o passar dos séculos, resultou na criação de órgãos censórios e práticas rotineiras de censura.

Na Modernidade, a complexidade da vida coletiva, a criação de regimes políticos mais democráticos e participativos, bem como o antagonismo e a disputa entre modelos político-

econômicos divergentes, levou à institucionalização da censura, chamada de Clássica (ou Moderna). O século XXI, entretanto, trazendo diferentes configurações para a sociedade, como a hegemonia do capitalismo liberal e globalização, modificaram a conjuntura da sociedade ocidental introduzindo um novo paradoxo – em meio a tanto liberalismo, prolifera uma censura plural, indireta e privada que defende conceitos discutíveis de moralidade, pertinência, direito, ofensa, preconceito, ética, respeito. O OBCOM-USP tem atuado de maneira a mostrar que, se esses conceitos são discutíveis, é preciso discuti-lo, antes que isso também seja proibido.

Referências

- ALMEIDA, JOSÉ ERNANI DE. DENUNCISMO & CENSURA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE PASSO FUNDO - 1964/1978. PASSO FUNDO< RS: MÉRITOS, 2006.
- ANDERSON, PERRY. AS ORIGENS DA PÓS-MODERNIDADE. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1999.
- AQUINO, MARIA APARECIDA DE. CENSURA, IMPRENSA, ESTADO AUTORITÁRIO (1968-1978). BAURU (SP): EDUSC, 1999.
- AZCONA, JESUS. ANTROPOLOGIA II: A CULTURA. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 1993
- AZEVEDO, CÂNDIDO DE. A CENSURA DE SALAZAR E MARCELO CAETANO. LISBOA: EDITORIAL CAMINHO, 1999.
- COETZEE, J. M. CONTRA LA CENSURA. BARCELONA (ES): DEBOLS!LLO, 2008.
- COSTA, M. C. C. (ORG.). CENSURA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NO TEATRO BRASILEIRO. SÃO PAULO: ANNABLUME; FAPESP, 2008.
- _____. (ORG.). TEATRO, COMUNICAÇÃO E CENSURA: ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL A CENSURA EM CENA. SÃO PAULO: TERCEIRA MARGEM; FAPESP, 2008.
- _____. CENSURA EM CENA: TEATRO E CENSURA NO BRASIL. SÃO PAULO: EDUSP/FAPESP/IMPrensa OFICIAL DO ESTADO, 2006.
- EAGLETON, TERRY. AS ILUSÕES DO PÓS-MODERNISMO. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR Ed., 1998
- DARNTON, ROBERT. CENSORES EM AÇÃO. SÃO PAULO: CIA. DAS LETRAS, 2016.
- FAUSTO, BORIS. O ESTADO NOVO NO CONTEXTO INTERNACIONAL. IN: PANDOLFI, DULCE (ORG.). REPENSANDO O ESTADO NOVO. RIO DE JANEIRO: EDITORA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1999, p. 17-20.
- FOUCAULT, MICHEL. VIGIAR E PUNIR: NASCIMENTO DA PRISÃO. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 1987.
- _____. AS PALAVRAS E AS COISAS. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1981.
- GIDDENS, ANTHONY. AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE. SÃO PAULO: EDITORA DA UNESP, 1991.
- GARCIA, SILVANA. TEATRO DA MILITÂNCIA: A INTENÇÃO DO POPULAR NO ENGAJAMENTO POLÍTICO. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 1990.
- GOMES, MAYRA RODRIGUES. PALAVRAS PROIBIDAS. PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS DA CENSURA TEATRAL. SÃO PAULO: BLUECOM/FAPESP, 2008.
- GUINSBURG, JACÓ. DA CENA EM CENA ENSAIOS DE TEATRO. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2007.
- HARVEY, DAVID. O NOVO IMPERIALISMO. 6A. ED. SÃO PAULO: EDIÇÕES LOYOLA, 2012.
- _____. CONDIÇÃO PÓS-MODERNA: UMA PESQUISA SOBRE AS ORIGENS DA MUDANÇA CULTURAL. SÃO PAULO: LOYOLA, 2001
- HOBSBAWM, ERIC. ERA DOS EXTREMOS: O BREVE SÉCULO XX (1914-1991). 2A. ED. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1995.
- KUCINSKI, BERNARDO. A SÍNDROME DA ANTENA PARABÓLICA: ÉTICA NO JORNALISMO BRASILEIRO. SÃO PAULO: EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1998.
- KUSHNIR, BEATRIZ. CÃES DE GUARDA. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2012.

MARCONI, PAOLO. A CENSURA POLÍTICA NA IMPRENSA BRASILEIRA (1968 - 1978). SÃO PAULO: GLOBAL, 1980.

MICHALSKI, YAN. O TEATRO SOBRE PRESSÃO: UMA FRENTE DE RESISTÊNCIA. 2A. ED. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR, 1989.

NAPOLITANO, M. A ARTE ENGAJADA E SEUS PÚBLICOS (1955/1968). ESTUDOS HISTÓRICOS, RIO DE JANEIRO, V. 2, N. 28, P. 103-124, FEV. 2001.

PEREIRA, V. H. A. A MUSA CARRANCUDA: TEATRO E ESTADO NOVO. RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1998.

PETLEY, JULIAN. CENSORING THE WORD. LONDON: SEAGULL BOOKS, 2007.

PLATÃO. APOLOGIA DE SÓCRATES. RIO DE JANEIRO: EDIOURO, 1967. 138P.

POLLAK, MICHAEL. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, SILÊNCIO. ESTUDOS HISTÓRICOS, RIO DE JANEIRO, V. 2, N. 3, P. 3-15, 1989.

RANCIÈRE, JACQUES. A PARTILHA DO SENSÍVEL: ESTÉTICA E POLÍTICA. SÃO PAULO: EXO/EDITORA 34, 2009.

REIMÃO, SANDRA LUCIA AMARAL DE ASSIS. REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: CENSURA A LIVROS NA DITADURA MILITAR. SÃO PAULO: EDUSP, 2011.

SARTRE, JEAN PAUL. O IMAGINÁRIO. SÃO PAULO: ÁTICA, 1996.

SAUNDERS, FRANCES STONOR. QUEM PAGOU A CONTA? A CIA NA GUERRA FRIA DA CULTURA. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2008.

SCHÜLER, FERNANDO E BLANCO, PATRÍCIA. PENSADORES DA LIBERDADE. SÃO PAULO: PALAVRA ABERTA, 2014.

SCHWARZ, ROBERTO. O PAI DE FAMÍLIA E OUTROS ENSAIOS. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1978.

VOVELLE, MICHEL. IDEOLOGIAS E MENTALIDADES. 2ED. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1991.

Posfácio de uma longa pesquisa

Mayra Rodrigues Gomes³

Introdução

O Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Escola de Comunicações e Artes (OBCOM/ECA-USP), em parceria com o Instituto Palavra Aberta e com o Centro de Pesquisa e Formação do SESC, realizou, em outubro de 2017, o *Seminário Pós-Tudo e a Crise da Democracia*.

Estive presente, na qualidade de pesquisadora do OBCOM, atuando na coordenação de mesas, no acompanhamento das palestras e da leitura dramática de peça de Luigi Pirandello que encerrou as atividades na noite do dia 27.

Percebo, com alguma satisfação, que os palestrantes convidados percorreram sobre assuntos que apresentam diversos pontos de contato com pesquisas que anteriormente conduzi. Dentre eles, destaco a fala do Professor Celso Frederico em que se assinala uma perspectiva gramsciana. Antonio Gramsci, recusando a ideia de homogeneidade no espaço sociocultural, apesar dos processos sobredeterminantes em termos de hegemonia e poder, abre espaço para a diversidade, para os diferentes modos de ser que se manifestam malgrado tentativas de homogeneização.

Ora, estive empenhada em longa investigação sobre a Classificação Indicativa do Brasil, sua natureza e exercício, por meio da observação da adequação etária atribuída aos filmes em circuito nacional. Em um de seus vieses, essa investigação implicava a comparação com outros processos de *Media Rating*, englobando países de cujas produções filmicas somos receptores

³ Professora Titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP.

fiéis, a fim de verificar a possibilidade de um possível cunho hegemônico a manifestar-se na classificação brasileira.

É nesse registro que a fala do Professor Celso nos recordou de algumas constatações, sobre o jogo entre hegemonia e homogeneidade, que não chegamos a divulgar, mas que achamos oportuno revisitar e compartilhar.

Por outro lado, em uma das mesas em que fui mediadora, “Globalização e regionalismo”, esteve presente o professor Liam Grealy, da Universidade de Sidney na Austrália, pesquisador do ARC Discovery Project “*Media Classification Systems: An International Comparative Study*”, coordenado pela Professora Catherine Driscoll, do qual participo como pesquisadora adjunta.

O Professor Grealy apresentou as comparações entre classificações que seu projeto vem conduzindo, e levantou a questão da homogeneização, não mais do ponto de vista do conjunto das classificações, mas do ponto de vista do que ela representa para cada nação, ou cada projeto de nação. Ao mesmo tempo, observou insistente exercício de racionalidade por parte da Classificação Indicativa brasileira, fato que já tínhamos assinalado no passado, embora, mais como argumento do que como concretização de um projeto.

Assim, a fala do Professor Grealy remete a algumas premissas que tomamos sobre a função disciplinar que órgãos governamentais necessariamente implicam e que nunca chegamos a explorar no panorama da Classificação Indicativa.

Pós o desenvolvimento da pesquisa sobre Classificação Indicativa, pós as falas ouvidas no seminário, pós tudo, fazemos um apanhado de notações que ficaram abandonadas nos meandros do tempo.

Entre homogeneidade e hegemonia. Um estudo comparativo.

Investigamos, para possibilitar comparações, as classificações indicativas do Brasil, dos Estados Unidos e da Inglaterra. Essas escolhas, para as quais o Brasil é eixo, foram tomadas em função da massiva presença de seus produtos entre nós, caso dos Estados Unidos, e de uma forte presença entre nossas emissões televisivas, sobretudo no que tange seriados e documentários, caso da Inglaterra.

A seguir, apresentamos um resumo, ou quadro geral, da classificação indicativa nesses países.

Brasil

A Classificação Indicativa brasileira é uma atribuição da Secretaria Nacional de Justiça, braço do Ministério da Justiça, aplicada a apresentações audiovisuais, como TV e cinema, DVDs,

jogos eletrônicos, RPGs, aplicativos para celulares⁴, programação *Pay Per View* e *Video on Demand*.

Pela portaria número 1.100/06, de 14 de julho de 2006, delineada a partir de consultas públicas, firmaram-se novos procedimentos para a classificação indicativa, segundo os quais não há análise prévia de diversões públicas e espetáculos ao vivo. A classificação caracteriza-se pela disposição de deixar que os pais decidam sobre o que seus filhos podem ver: o apontamento das faixas etárias funciona como uma indicação. Fogem à autonomia dos pais os produtos classificados como inadequados para menores de 18 anos.

A Classificação Indicativa se declara orientada pela Constituição Federal, incorporando, portanto, todos os vetores assentados em relação ao respeito dos indivíduos e de sua individualidade, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por consultas à população.

O processo de classificação começa com a submissão de um produto, por parte de autores ou representantes legais, ao Ministério da Justiça, com requerimento endereçado à Secretaria de Justiça. É de 20 dias úteis o prazo estipulado para avaliação de um produto, cujo resultado deve ser publicado no Diário Oficial da União e no site do Ministério da Justiça. É possível recurso do resultado, caso haja discordâncias.

O exame das obras submetidas à avaliação tem a finalidade de atribuir a faixa etária adequada dos possíveis espectadores de cada uma delas através de três procedimentos básicos.

O primeiro passo compreende a descrição de personagens, os relacionamentos entre eles, o caráter das condutas, o teor e o papel dos efeitos visuais e sonoros, o nível de exposição dos corpos e de relações sexuais, o nível de exposição de drogas, lícitas e ilícitas, e de violência.

O segundo passo implica a análise temática da obra, considerando o contexto em que o tema é explorado, de forma a detectar suas possíveis relações com discriminações raciais e de gênero, ou qualquer outro elemento que possa interferir na defesa dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos idosos.

O último passo demanda a especificação da gradação em que os assuntos são desenvolvidos, de modo a possibilitar o cruzamento dos resultados dos passos anteriores e a atribuição de faixa etária considerada adequada em seis classificações, a saber, livre e para maiores de 10, 12, 14, 16 ou 18 anos. Além disso, a Secretaria de Justiça disponibiliza em seu site espaço para diálogo com o público visando a atender suas demandas ou reclamações.

A indicação de faixas etárias adequadas se cruza com a indicação dos horários de exibição adequados a cada uma das faixas. Para os horários de exibição em TV, ficou estabelecido que as obras classificadas pelo Ministério da Justiça como livres, terão exibição em qualquer horário; como inadequadas para menores de 12 anos, exibição após as 20 horas; como inadequadas para menores de 14 anos, exibição após as 21 horas; como inadequadas para

⁴ Portaria 1.642/12, emitida em agosto de 2012.

menores de 16 anos, exibição após as 22 horas; como inadequadas para menores de 18 anos, exibição após as 23 horas.

Quanto à TV por assinatura, não é necessária a adequação da classificação etária à horária, desde que seja disponibilizado ao telespectador um sistema de filtro/bloqueio de programação.

Entretanto, a exibição da indicação dada pela classificação continua sendo obrigatória. Queremos ressaltar o fato de que essa exibição segue modelo específico, com formato, cores e layout estabelecidos pelo Manual da Classificação Indicativa, que apresentamos a seguir.



Claro que num país de grande extensão territorial como o nosso, as faixas etárias, as faixas de exibição televisiva e os interesses comerciais se cruzam com a questão dos fusos horários. Assim, emitiu-se a portaria MJ n.º 1220/2007 para determinar que, a partir de 11 de julho de 2007, a classificação horária teria de se submeter à indicativa, levando em conta, também, o horário de verão. Essa determinação diz respeito a exibições televisivas em redes abertas e não compreende filmes exibidos em salas de cinema ou na TV a cabo.

A Portaria nº 1.597, de 2 de julho de 2004, acrescentou a faixa de 10 anos somente para cinema, vídeo e DVD, assim como permitiu a entrada de crianças ou adolescentes dois anos menores do que a faixa etária classificada, quando acompanhados por pais ou responsáveis, excluindo filmes inadequados para menores de 18 anos. Os critérios utilizados para a classificação indicativa também passaram a se referir a imagens de sexo, violência e drogas, excluindo-se a inadequação por “desvirtuamento dos valores éticos e morais” (Classificação Indicativa,

<<http://portal.mj.gov.br/classificacao/data/Pages/MJ6BC270E8PTBRNN.htm>>).

Tanto em seu Manual quanto em seu Guia Prático, a Classificação Indicativa reitera que a natureza de sua atividade-fim é a de orientação dos pais e da sociedade, em geral, quanto aos conteúdos disponibilizados, sempre no propósito da criação de trabalho conjunto Estado/sociedade civil. Sua atividade é conduzida segundo a ideia de proteção às crianças e adolescentes, tendo em vista um desenvolvimento físico e psíquico saudável.

Manual e Guia ditam regras específicas sobre a veiculação dos símbolos das classificações, como mostramos anteriormente, que devem ser exibidos no início e no meio da programação por um tempo mínimo de 5 segundos, com informação sobre a inadequação apontada, se houver, e veiculação através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Por exemplo, um produto considerado inadequado para menores de 12 anos, deve anunciar se a inadequação se baseia em conteúdo violento ou algum outro critério.

Quanto à Classificação Indicativa de outros programas televisivos, para além de filmes e telenovelas, não há necessidade de envio prévio para avaliação da Secretaria de Justiça. Os produtores dos programas devem conduzir uma autoclassificação, embora o Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS) possa discordar da classificação assumida pela emissora de TV e proceder a revisão e indicação de outra classificação. Em caso de abusos, sobretudo em relação à desobediência da relação faixa etária e horário de exibição, o Ministério Público Federal se reserva o direito de julgar o caso e, se houve infrações ao ECA, aplicar sanções como “multa de vinte a cem salários de referência; duplicada em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar a suspensão da programação da emissora por até dois dias”.

A Classificação fundamenta-se na análise de dois grandes conjuntos de temas – violência e sexo –, além do subtema drogas. O modelo adotado leva em conta as chamadas “inadequações”. Ou seja, os profissionais que analisam as obras audiovisuais voltam seu olhar para conteúdos potencialmente inadequados a crianças e adolescentes com base nas três temáticas” (Manual de Classificação Indicativa, 2006: 9).

Uma equipe multidisciplinar de analistas e colaboradores, de formação acadêmica e profissional diversificada, analisa as obras sob critérios objetivos e públicos e recomenda uma faixa etária de classificação. Todas as análises são feitas por mais de um analista. Não havendo consenso, amplia-se o grupo.

Estados Unidos

Nos Estados Unidos quem se encarrega da classificação indicativa de filmes do circuito de salas de cinema é a MPAA (*Motion Picture Association of America*), uma entidade não-governamental. Ela é formada por representantes da sociedade civil, tendo entre seus membros representantes das próprias produtoras, como a Buena Vista Pictures, a Sony Pictures, a

Paramount Pictures, a Viacom, a 20th Century Fox da News Corporation, a Universal Studios da NBC Universal e a Warner Bros do grupo Time Warner.

Declara-se com a tarefa de classificar filmes para mostrar aos pais as produções que são apropriadas a seus filhos, analisando-as do ponto de vista de alguns eixos como tema, linguagem, violência, nudez, sexo e uso de drogas. Seus procedimentos assemelham-se aos da classificação brasileira, já descritos.

Porém, a MPAA desenvolveu-se no sentido de ampliar a participação da sociedade de forma que as classificações são efetuadas pela Administração de Classificação e Avaliação (CARA), que emite avaliações para filmes exibidos e comercialmente distribuídos para o público nos Estados Unidos, com a intenção de prover informação ao pais em relação aos conteúdos de tais filmes, de ajudá-los a determinar a adequação de filmes individuais para seus filhos assistirem. A CARA avaliará qualquer filme em qualquer tempo antes ou depois de sua exibição ou distribuição no Estados Unidos” ⁵ (<<https://www.mpaa.org/film-ratings/>>).

A CARA é constituída por um conselho composto por um grupo independente de pais que atuam voluntariamente e exercem função de caráter social. O conselho leva em consideração a opinião da maioria dos norte-americanos sobre violência, sexo, uso de drogas e palavrões, elementos continuamente reavaliados através de pesquisas para que possam dar insumo ao conselho em suas decisões.

As faixas etárias estabelecidas pela MPAA são:

- 1) *General Audiences (G)* – Livre para todas as idades
- 2) *Parental Guidance Suggested (PG)* – Partes do filme podem não ser adequadas para crianças. Sugestão de acompanhamento dos pais ou responsáveis legais.
- 3) *Parents Strongly Cautioned (PG-13)* – Parte do material do filme poder ser impróprio para crianças menores de 13 anos. Acompanhamento dos pais ou responsáveis legais seriamente recomendada.
- 4) *Restricted (R)* – Acesso Restrito. Menores de 17 anos necessitam da presença dos pais ou responsáveis legais.
- 5) *No one 17 and under admitted (NC-17)* – Menores de 17 anos não são admitidos nas sessões do filme.

As três primeiras faixas relegam decisão aos pais; as duas últimas são imperativas e proibitivas. As faixas são apresentadas no quadro abaixo que, ao mesmo tempo, traz os logos a serem exibidos junto a cada produto classificado.

⁵ “*The Classification and Rating Administration (“CARA”) issues ratings for motion pictures exhibited and distributed commercially to the public in the United States, with the intent to provide parents information concerning the content of those motion pictures, to aid them in determining the suitability of individual motion pictures for viewing by their children. CARA will rate any motion picture at any time before or after it is exhibited or distributed in the United States*”

THE FILM RATING SYSTEM

EMPOWERING FAMILIES TO MAKE INFORMED MOVIE CHOICES

GENERAL AUDIENCES



Nothing that would offend parents for viewing by children.

PARENTAL GUIDANCE SUGGESTED



Parents urged to give "parental guidance." May contain some material parents might not like for their young children.

PARENTS STRONGLY CAUTIONED



Parents are urged to be cautious. Some material may be inappropriate for pre-teenagers.

RESTRICTED



Contains some adult material. Parents are urged to learn more about the film before taking their young children with them.

NO ONE 17 AND UNDER ADMITTED



Clearly adult. Children are not admitted.

FILMRATINGS.COM

Imagem no endereço: <http://www.mpaa.org/film-ratings>.

Reino Unido

A classificação de filmes na Inglaterra é feita por uma entidade que podemos considerar de caráter misto, o *British Board of Film Classification* (BBFC) ou Conselho Britânico de Classificação de Filme (www.bbfc.co.uk). Isso porque ela presta contas ao Parlamento e à sociedade, mas não é órgão governamental: tem seu trabalho exercido por cidadãos especializados, tem serviço remunerado pelos que submetem produtos a serem classificados, conforme número de horas (relativas aos filmes, DVDs etc. assistidos) empenhadas no serviço de avaliação.

O BBFC se apresenta como um trabalho independente, de autofinanciamento sem fins lucrativos, operando em termos de co-regulação (porque dialoga com produtores e agentes) e de autorregulação (porque oferece princípios a serem observados por todos e a serem espontaneamente aplicados, em alguns casos, previamente ao serviço do Conselho) da classificação no Reino Unido.

Pretende atender a algumas funções sociais, tais como: proteger o público e, especialmente, as crianças, de conteúdo que possa aumentar os riscos de danos; capacitar o público, especialmente os pais, a fazer escolhas a partir de informações; reconhecer e respeitar a liberdade de escolha dentro da lei; responder e refletir, mudando atitudes sociais direcionadas ao conteúdo de mídia através de consulta pública proativa e de pesquisa; prestar um serviço de classificação econômica, eficiente, dentro do mandato estatutário do organismo; trabalhar em parceria com a indústria para desenvolver modelos de serviço inovador para fornecer conteúdo que suportam sistemas de oferecimentos de mídia emergente; prestar um serviço eficaz para agências de aplicação. Essas especificações são encontradas no endereço <<http://www.bbfc.co.uk/about-bbfc/our-mission>>.

Em função desses princípios, presta contas à sociedade através de relatório anual de suas atividades de classificação assim como de sua situação financeira. Tais relatórios estão disponíveis para *download* e são colocados nas bibliotecas de ambas as casas do Parlamento.

Segue um quadro das classificações com seus logos:



A saber:

U – Adequado para todos;

PG – Orientação parental;

12A – Cinema de lançamento apropriado para 12 anos ou mais;

12 – Vídeo de lançamento apropriado para 12 anos ou mais;

15 – Apropriado somente para 15 anos ou mais;

18 – Apropriado somente para adultos;

R18 – Obras de adultos para instalações licenciadas apenas.

O BBFC, sustentado por taxas cobradas pelos seus serviços, abriga órgãos gestores e uma série de seções cujos membros provêm de associações de autoridades locais do Reino Unido, da indústria de entretenimento, de especialistas nas áreas relevantes. As seções voltadas para a administração financeira não devem participar das atividades de classificação para evitar o trânsito de influência.

A seção de Examinadores Seniores é responsável pelas decisões sobre a classificação das obras e pelos cortes necessários com base nos relatórios dos Examinadores, que analisam os trabalhos apresentados, escrevem relatórios detalhados e recomendam uma decisão, como cortes ou outras ações. Os Examinadores, assim como gestores e presidentes de seções, provêm de diferentes origens: trabalho social, ensino, jornalismo, pesquisa, direito e marketing.

No guia da classificação britânica, são apontadas, como considerações gerais, o contexto e o tema desenvolvido pelo conteúdo de um filme; como considerações específicas, são

apontados os seguintes assuntos: discriminação, drogas, comportamento imitável, linguagem, sexo, nudez, ameaças/horror e violência (http://www.bbfc.co.uk/sites/default/files/attachments/BBFC%20Classification%20Guidelines%202014_0.pdf).

Considera-se vantajosa, para as autoridades locais e para a indústria de entretenimento, a existência de um órgão independente, como o BBFC, que se encarregue de classificar e indicar a propriedade dos produtos culturais, de acordo com faixas etárias e padrões culturais.

Contudo, as autoridades locais permanecem legalmente responsáveis pelo que é mostrado nos cinemas e ainda podem anular as decisões dos examinadores do BBFC, embora isso raramente aconteça.

Para manter o teor democrático do processo, todo *feedback*, seja positivo ou negativo, é levado em consideração. O BBFC pede que opiniões acerca da classificação etária sejam enviadas para o e-mail <feedback@bbfc.co.uk> ou por escrito para o Gabinete do Diretor no 3 Soho Square, Londres W1D 3HD.

O BBFC tem mais de 60.000 registros históricos das decisões de classificação desde 1º de janeiro de 1913, arquivados e disponibilizados em seu site.

Entre hegemonia e homogeneidade. Comparações.

No primeiro projeto de pesquisa sobre Classificação Indicativa no Brasil, nossa intenção era rastrear sinais de que ela, tendo substituído a censura prévia, de tão forte presença durante a ditadura militar, ainda conservasse traços de atividades censórias ou se configurasse como uma nova forma de censura.

Abreviando em muito um longo trabalho investigativo, compartilhamos nossa conclusão de que, somente em relação à restrição de horários de exibição, na televisão, e em combinação com as faixas etárias, a Classificação Indicativa assume a natureza cerceadora que identificamos com a censura. Por não poderem ter exibição em horário nobre, muitos autores e produtores modificam os conteúdos para que eles se adequem às exigências de horário e faixa etária preferencial. Para além dessas atitudes conscientes de acomodação às normas, pudemos ver que autores internalizam os parâmetros de forma a exercerem sobre si próprios uma autocensura, momento em que a norma reiterada se mostra em pleno poder.

Na sequência de nossa pesquisa sobre Classificação Indicativa, já que temos entre nós uma substancial presença de produtos estrangeiros, sobretudo americanos, partimos para outras hipóteses e indagações. Em primeiro lugar, perguntamo-nos sobre uma possível hegemonia, no sentido da prevalência econômica que dá condições para a incorporação de valores originalmente estranhos à cultura local. E, no mesmo registro, perguntamo-nos sobre

uma homogeneidade dos processos, entre si e isoladamente, enquanto imobilização dos parâmetros que marcam os critérios colocados.

Chegamos a algumas respostas que, também resumidamente, trazemos aqui. Em primeiro lugar, a Classificação Indicativa brasileira é muito distinta, em sua natureza, da americana ou da britânica. A brasileira é função do Ministério de Justiça, enquanto as outras duas constituem entidades independentes que orbitam entre empresas, grupos sociais e o público em geral, embora prestem contas, de uma forma ou outra, a órgãos governamentais.

Em segundo lugar, as faixas etárias para as quais as avaliações remetem também se diferenciam. Retomando, na classificação brasileira temos seis instâncias distintas: livre e para maiores de 10 anos, 12 anos, 14 anos, 16 anos e 18 anos. Como é “indicativa”, permite-se a presença de crianças com menos idade do que a indicada pela faixa etária, nas gradações até 16 anos, desde que haja consentimento e presença de adulto responsável.

A classificação americana traz cinco instâncias distintas: *General Audiences* (G) – Livre para todas as idades, *Parental Guidance Suggested* (PG) Sugestão de acompanhamento dos pais ou responsáveis legais, *Parents Strongly Cautioned* (PG-13) Acompanhamento dos pais ou responsáveis legais seriamente recomendada, *Restricted* (R) – Acesso Restrito. Menores de 17 anos necessitam da presença dos pais ou responsáveis legais, *No one 17 and under admitted* (NC-17) – Menores de 17 anos não são admitidos nas sessões do filme.

A classificação britânica se organiza em torno de seis instâncias em relação a filmes: U – Adequado para todos, PG – Orientação parental, 12A – Cinema de lançamento apropriado para 12 anos ou mais, 15 – Apropriado somente para 15 anos ou mais, 18 – Apropriado somente para adultos, R18 – Obras de adultos para instalações licenciadas apenas.

Entretanto, não só as faixas etárias são diversas, prestemos atenção na gradação de dois em dois anos da classificação brasileira, como, na prática, constatamos orientações diferenciadas.

A título de exemplo dessa distinção apontamos a investigação conduzida por nossa orientanda de Iniciação Científica, Gabriela Feola, que pode mostrar as discrepâncias em diversos momentos classificatórios. Uma delas, diz respeito ao filme *O Discurso do Rei*, de 2010, um dos picos de bilheteria mundo afora.

Nos Estados Unidos, o filme foi classificado como impróprio para menores de 17 anos em virtude da cena onde o rei se entrega a uma sequência de palavrões na tentativa de superar sua gagueira. Ora essa classificação restringe, grandemente, o público potencial, donde as negociações por parte do distribuidor americano para baixá-la, resultando no corte da cena. Contudo, *O Discurso do Rei* recebeu classificação indicativa de 12 anos no Reino Unido e no Brasil, sem menção aos palavrões.

Entre muitas outras nuances diferenciadoras, a distinção de faixas etárias e a distinção na condução de processos, desde critérios até modos de atuação, nos levaram a descartar a

hipótese da hegemonia como anteriormente colocada. Fomos levados, pelas mesmas razões, a negar a homogeneidade presumida, enquanto nivelamento e fixação de parâmetros, internamente a cada sistema classificatório ou comparativamente, a saber, a homogeneidade na relação entre sistemas.

Quanto a essa última constatação, foi fundamental o conhecimento da história dos órgãos que abrigam os três sistemas classificatórios mencionados. Eles estiveram em mutação desde sua origem. Estiveram realizando correções de rumo, conforme ditaram suas culturas e seus tempos, melhor dizendo, as pesquisas de opinião a que recorrem constantemente. Entretiveram esforços para incorporar a presença da sociedade civil e de representantes de grupos institucionalizados na avaliação das adequações às faixas etárias. Instituíram cursos para os avaliadores e diálogo constante com o público, para tanto reservando lugar especial em seus sites.

Ora, estes são sinais de mutabilidade. Eles nos levam a pensar a homogeneidade como aspecto bastante distante de um sistema que se coloca, pela sua própria atuação, em permanente readequação, que se considera, abertamente, como um trabalho em curso.

Poderíamos dizer que nossa comparação trouxe aqui somente elementos das classificações do Brasil, dos Estados Unidos e do Reino Unido, que nos fixamos no contraponto com o universo anglo-saxão (já enunciamos as razões para tanto), deixando de lado nossa origem latina e os países dessa família.

No entanto, em sua exposição no Seminário Pós-Tudo, o Professor Liam Grealty trouxe dados sobre outros sistemas classificatórios, mostrando achados semelhantes aos nossos em relação aos sistemas de outros países, incluindo o do Japão, com cuja origem cultural certamente mantemos clara distância.

Contudo, sua exposição trouxe à baila outro aspecto a ser vinculado tanto à hegemonia, se tomada em sentido mais amplo que o de supremacia e influência de uma nação sobre outra, quanto à homogeneidade, se entendida como traço comum em meio ao desdobramento das diferenças, questões que percorremos a seguir.

A Racionalidade, a Disciplinaridade, a Nação. Dimensões sócio-discursivas.

Em sua exposição, no diálogo com os espectadores, o Professor Liam Grealty comentou que julgava a racionalidade um traço distintivo da classificação indicativa brasileira. Essa racionalidade era entendida em nossa conversa, por um lado, no registro de uma espécie de carta de princípios que o *Guia da Classificação Indicativa* nos oferece, ao declarar-se em consonância com as leis e Constituição brasileiras, com o Estatuto da Criança e do Adolescente,

com a cultura brasileira e com pesquisas científicas a que recorrem como elemento decisório. Em suma, nas fundamentações declaradas pelo *Guia*.

Por outro lado, ele também se referia à racionalidade da precisão buscada pela nossa classificação indicativa que tenta prever todas as circunstâncias, desdobrando-se em detalhes das conjunturas possíveis, pormenores das circunstâncias em que um critério deve ser aplicado, ou não, a uma faixa etária.

Na sequência, introduzimos e comentamos palavras do *Guia da Classificação Indicativa*. Escolhemos tomar por base, parcialmente, o trecho em que ele expõe a aplicabilidade do critério violência.

Isso porque, constatamos em nossa pesquisa que, se o tema sexo/nudez compreende um grande número de anotações na classificação indicativa e um grande número de quesitos relativos à moral e aos bons costumes, portanto com grande expressividade no conjunto das diretrizes e no espaço midiático, é o tema violência que tem tido presença prevalente nos argumentos de inadequação da classificação indicativa para diversas faixas etárias.

O *Manual* e o *Guia da Classificação Indicativa*, além de enunciarem os principais critérios que deverão ser observados para efeitos de uma classificação, enunciam suas condições de emergência, condições que irão determinar a prescrição de uma ou outra faixa etária, uma ou outra faixa horária.

Assim, uma obra será classificada como livre se, no conjunto, predominarem os conteúdos positivos. O Guia declara que “nem sempre a ocorrência de cenas que remetem à violência são prejudiciais ao desenvolvimento psicológico da criança (...)” (Guia, 2009: 10).

Esse é o caso da violência fantasiosa sem correspondência com a realidade (lembramos de desenhos animados), das lutas do bem contra o mal que não apresentem lesão corporal ou cenas de sangue, da violência no gênero comédia pastelão, da presença de armas que não implique em cenas de violência, das cenas de morte sem referência a dor e sofrimento e da apresentação de ossadas que não resultem de ato violento.

Não são recomendados para menores de 10 anos os conteúdos que apresentem armas ligadas a violência (mesmo que não haja consumação do ato), os que gerem, pela construção narrativa e recursos cênicos, tensão, medo ou angústia, os que apresentem ossadas resultantes de ato violento (caveira com buraco de bala), qualquer ação criminosa, ainda que não esteja diretamente ligada à violência, e a linguagem depreciativa sobre personagens ausentes.

Considera-se que uma obra não é recomendada para menores de 12 anos, quanto há violência contra a integridade corporal de outrem, ideia que agrega o tráfico de pessoas assim como autoflagelo. Também não é recomendada para essa faixa etária a exposição de lesões, de órgãos internos (mesmo que resultantes de procedimento médico ou acidente), a narração de atos violentos, a exibição de sangue oriundo de agressões físicas, de acidente e de procedimentos médicos.

“Pequenos cortes, testes hemopáticos, menstruação e sangramentos nasais não são considerados (salvo quando o enquadramento e as composições de cena valorizem a presença de sangue). Exemplo: Paredes ensanguentadas da cena de um suposto crime” (Guia, 2009: 12)

Os conteúdos que apresentem sofrimento da vítima também não são recomendados para menores de 12 anos, assim como a morte natural ou acidental com lesões, os maus tratos contra animais, a exibição de atos que coloquem as pessoas em perigo, que constranjam ou impliquem assédio moral, agressão verbal e atos obscenos com o intuito de constranger. Estão aí contemplados o *bullying* (o ato de violência psicológica intencional e repetitiva), a exposição desnecessária de cadáveres, o assédio sexual, a supervalorização da beleza física e a supervalorização do consumo.

Não são recomendados para menores de 14 anos os conteúdos com cena de morte intencional, de estigmas ou preconceitos contra minorias ou indivíduos vulneráveis, de forma a depreciá-los.

Não são recomendados para menores de 16 anos os conteúdos com cenas de estupro, de exploração ou coação sexual, de incentivo a práticas sexuais ilícitas. O Guia cita a Lei 12.015 que dispõe sobre esses assuntos. Também não são recomendadas as imagens de tortura, de padecimentos físicos constantes e intensos, de mutilações e de partes de cadáveres, o suicídio, a banalização da violência, cenas envolvendo os temas do aborto, pena de morte e eutanásia.

Não são recomendadas para menores de 18 anos as cenas de violência de “forte impacto imagético”, assim como a apologia da violência e seu incentivo, a crueldade sádica, os crimes de ódio em virtude de preconceitos ou discriminação, a violência da pedofilia, ou violência sexual contra vulnerável (menores de até 14 anos).

Eis, pois, um exemplo da racionalidade, com sua natureza prescritiva, em exercício. Ela se pauta pela atenção ao detalhe, pela descrição e contabilização das circunstâncias. Ora, essa minúcia, essas especificações que realmente caracterizam o Manual da Classificação Indicativa brasileira estão sujeitas à leitura que Michel Foucault lhes dedicaria.

É talvez verdade que a matemática, na Grécia, nasceu das técnicas da medida; as ciências da natureza, em todo caso, nasceram por um lado, no fim da Idade Média, das práticas do inquérito. (...) Ora, o que esse inquérito político-jurídico, administrativo e criminal, religioso e leigo foi para as ciências da natureza, a análise disciplinar foi para as ciências do homem. Essas ciências com que nossa “humanidade” se encanta há mais de um século têm sua matriz técnica na minúcia tateante e maldosa das disciplinas e de suas investigações (FOUCAULT, 1999, p. 186).

Os pormenores são significantes para a instalação e operação dos dispositivos disciplinares, que, num entendimento amplo, estão a serviço das disciplinas, sempre pensadas por Foucault como técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas, para que o exercício do poder seja menos custoso. Seus efeitos são a adaptação do indivíduo a certos parâmetros, sua conformação social e, no limite, a docilidade que se expressa na autorregulação.

Nesse caso, a racionalidade a que nos referíamos anteriormente, tem que ser pensada como processo a serviço da constituição de uma cultura, senão homogênea, uma impossibilidade, ao menos marcada por um compartilhamento que gera concordância, às vezes harmonização, nutrindo relações identitárias, fundamentos de um Estado/Nação.

Assim, interpretamos a racionalidade da Classificação Indicativa como a face expressa de sua natureza disciplinar, laborando pelo estabelecimento de uma cultura tão homogênea quanto possível.

Entretanto, ainda nos resta cobrir uma última questão levantada pelos diálogos do evento Pós-Tudo, a saber, a questão da hegemonia de certos critérios, ao lado da homogeneidade da visão educativa.

Para tanto, relembremos outra face de nossa longa pesquisa sobre classificação indicativa, onde indagamos sobre suas articulações sócio-discursivas e chegamos a interrogações sobre hegemonia e homogeneidade.

Presumimos, como já mencionamos, a presença de hegemonia, em seu sentido clássico, nos processos classificatórios. Pensávamos na direta influência dos Estados Unidos e fomos desmentidos por inúmeros dados, alguns dos quais trouxemos aqui.

Por isso mesmo, mantivemos em nosso horizonte obras como as de Antonio Gramsci e Ernesto Laclau que muito nos estimularam a pensar, para além da hegemonia bem visível em sua vinculação com supremacia econômica, em uma hegemonia de sutil atuação, às vezes mais ampla, manifesta em discursos que atravessam culturas várias, às vezes mais restritas, espelhadas em formações discursivas localizadas, ainda que se ramifiquem com e por coordenadas sociopolíticas.

As classificações dos três países aqui referenciados elencam os critérios, a saber, os assuntos sensíveis que funcionam como eixos avaliativos. As três mencionam, em primeiro lugar, a consideração do tema e seu contexto como primeiros vetores avaliativos. Isso posto, listam, nos seguintes termos, os critérios de base: a classificação brasileira estipula *sexo, violência e drogas*; a americana estipula *linguagem, violência, nudez, sexo e uso de drogas*; a britânica estipula *discriminação, drogas, comportamento imitável, linguagem, sexo, nudez, ameaças/horror e violência*.

Pode parecer que a classificação brasileira é mais condescendente quanto aos critérios. Na verdade, ela só é mais enxuta na apresentação de seu quadro geral, pois nas especificações,

no exercício de sua racionalidade, ela desdobra-se nos mesmos itens elencados pelas outras classificações.

O trecho que trouxemos como exemplo sobre a aplicação do critério violência também serve a mostrar essa condição. Nele vemos a linguagem, a discriminação e os comportamentos que podem ser reproduzidos pelos jovens como situações subsumidas, em certos aspectos, no critério da violência, assim como em outros aspectos farão parte dos demais critérios.

Diante disso, e levando em conta um panorama mais amplo das classificações mundo afora, encontramos certa hegemonia de princípios, uma espécie de carta de valores prevalente ao longo do processo civilizador. Ela esteve e está presente em todas as restrições desempenhadas, tenham sido elas de caráter religioso ou político, ao longo dos séculos em diferentes culturas.

É evidente que não podemos responder se isso se deve à “uma” natureza humana, se, em sua ancestralidade, estamos lidando aqui com formações primordiais, advindas ou determinadas pela nossa condição humana. Entretanto, pensamos, sendo bastante fieis a Foucault, que essa hegemônica carta de critérios está ligada à administração das multiplicidades e a empoderamento.

Ao mesmo tempo, pensamos que os três eixos/critérios não se encontram no mesmo plano, que sexo é ideal regulatório, eixo, desde sempre, com que se começa por classificar indivíduos e, conseqüentemente, imputar-lhes e cobrar-lhes modos de agir no mundo.

Por sua vez, consideramos que o critério *drogas* mostra bem o aspecto funcional, e o intento, que acompanha todo processo disciplinar, a saber, a produção de seres adaptados, produtivos e menos onerosos dentro de uma comunidade.

Quanto ao critério *violência*, anotamos que é relativamente novo em nossa história, enquanto instância a ser coibida. Descontada uma moral cristã declaradamente contra a violência, é contemporaneamente que se alça a preocupação com a exposição e estímulo da violência, sempre na visada do respeito ao ser humano, à dignidade do homem, às diferenças, à vida e, naturalmente, às crianças e adolescentes.

Ora, esta última observação nos força a sair do entorno de uma acepção de hegemonia para resvalar em uma acepção de homogeneidade. Com o critério *violência* testemunhamos a ascensão de cuidados relativos à formação infantil, cuidados claramente expressos na orientação de cada classificação. A preocupação com as crianças e adolescentes tem uma data de nascimento e de formalização: nascimento no bojo da instalação das disciplinas no século XVIII, formalização no advento de legislações voltadas aos direitos humanos, no século XX.

Acreditamos que a remetência constante ao Estatuto da Criança e do Adolescente para respaldar decisões classificatórias marca a busca de homogeneidade, descontadas, certamente, as particularidades de cada país (veja-se o caso supracitado de *O Discurso do Rei*).

Em relação aos aspectos aqui mostrados, podemos dizer que a sexualidade como vetor marca a hegemonia de uma visão de mundo e que a violência como critério geral emergente anima a homogeneidade.

Referências

- BARRÈT, M. "IDEOLOGIA, POLÍTICA E HEGEMONIA: DE GRAMSCI A LACLAU E MOUFFE". IN: ZIZEK, S. (ORG.). UM MAPA DA IDEOLOGIA. RIO DE JANEIRO: CONTRAPONTO, 1996.
- BRITISH BOARD OF FILM CLASSIFICATION (BBFC). DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.BBFC.CO.UK/](http://www.bbfc.co.uk/)>. ACESSO EM 30 DE OUTUBRO DE 2017.
- BUTLER, J. LACLAU, E. AND ZIZEK, S. CONTINGENCY, HEGEMONY, UNIVERSALITY: CONTEMPORARY DIALOGUES ON THE LEFT, LONDON AND NEW YORK, VERSO, 2000.
- FOUCAULT, M. VIGIAR E PUNIR. PETRÓPOLIS, EDITORA VOZES, 1999.
- LACLAU, E. "DISCOURSE". IN: GODDIN, R.; PETTIT, P. (ORGS.). THE BLACKWELL COMPANION TO POLITICAL PHILOSOPHY. OXFORD: BLACKWELL, 1993.
- JUSTIÇA, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO (2006) MANUAL DA NOVA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DISPONÍVEL EM: <[WWW.MJ.GOV.BR/CLASSIFICACAO](http://www.mj.gov.br/classificacao)>. ACESSO EM 20 AGO. 2013.
- JUSTIÇA, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO (2009). CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA: GUIA PRÁTICO, BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DISPONÍVEL EM: <[WWW.MJ.GOV.BR/CLASSIFICACAO](http://www.mj.gov.br/classificacao)>. ACESSO EM 20 AGO. 2013.
- MOTION PICTURE ASSOCIATION OF AMERICA (MPAA). DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.MPAA.ORG/](https://www.mpa.org/)>. ACESSO EM 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Teorias sociais, cultura e política

Celso Frederico⁶

O meu objetivo nessa breve exposição é traçar um itinerário das diferentes formas como a teoria social tratou a questão cultural e suas implicações no campo da política.

Para facilitar as coisas, vou me deter em duas importantes correntes de pensamento que refletiram sobre esse assunto em perspectivas opostas.

A primeira delas iniciou-se com a crítica da *mercantilização da cultura* para chegar à constatação, nos tempos atuais, de um movimento inverso: a *culturalização da economia*. O eixo explicativo, nos dois momentos, é a esfera produtiva, as mutações no modo de produção capitalista. Por isso, vamos chamá-la de perspectiva *materialista*.

A segunda corrente, contrariamente, entendeu inicialmente a cultura como um espaço de *resistência* e *crítica* da vida social para, tempos depois, olhar a cultura como espaço de *negociação* das identidades. Nos dois momentos, confere-se centralidade à esfera cultural e não à esfera produtiva. Chamaremos essa corrente de *culturalista*.

I - A concepção materialista: da mercantilização da cultura à culturalização da economia

Tradicionalmente, a cultura era vista como superestrutura, como um reflexo do que se passava na base material da sociedade. Na verdade, a cultura nunca esteve separada da vida material, como aparentava ser. Mas, enquanto gozava de uma autonomia relativa, era um posto privilegiado para a crítica da ordem existente.

⁶ Professor Titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Essa aparente autonomia da arte terminou com o advento da indústria cultural, tema desenvolvido por Theodor Adorno na década de 1940. O processo de mercantilização, observou Adorno, impôs sua lógica aos produtos culturais. A massificação inseriu a arte no processo mercantil pondo fim à sua aparente autonomia.

Adorno foi acusado de ser elitista por defender a alta cultura e demonizar os produtos vulgares da indústria cultural. Mas é bom lembrar que, para ele, antes da indústria cultural havia uma clara divisão entre a alta cultura e a cultura ligeira, e essa divisão expressava a divisão do trabalho existente na sociedade. De um lado, a alta cultura, filha do privilégio dos abastados; de outro, a cultura ligeira feita pelas classes populares que, como uma *sombra*, acompanhava e denunciava a alta cultura como expressão do privilégio de classe.

Essa cisão entre as duas expressões culturais, segundo Adorno, expressava a *verdade* de uma sociedade dividida em classes sociais. De repente, a indústria cultural unificou tudo e impôs a banalização.

A alta cultura, exatamente por parecer desligada da vida material, acenava para uma promessa de felicidade, tinha uma dimensão utópica. Com a indústria cultural, o horizonte utópico desaparece, pois ela suprimiu o futuro. Na música banalizada, por exemplo, nos primeiros compassos o ouvido preguiçoso adivinha o que vem em seguida e se sente aliviado: não há surpresas, o futuro está sob controle, nada mais destoa da vida cotidiana imediata. A positividade, sem fissuras, impôs-se com avassaladora força.

Ao se tornar mercadoria, valor de troca, a cultura massificada perdeu a possibilidade de criticar o existente. Para o período anterior, vale a famosa frase de Goebbels: “Quando ouço falar em cultura, saco o revolver”. Para ele, cultura era coisa de judeu e de comunista. Num filme de Jean-Luc Godard, um produtor de cinema parodiou o nazista adaptando a frase aos tempos modernos: “Quando ouço falar em cultura, saco o talão de cheques”.

50 anos depois de Adorno ter criticado a indústria cultural, um autor americano, Fredric Jameson, procurou atualizar as ideias adornianas. A crítica à indústria cultural, havia sido feita num determinado momento da história do capitalismo: aquele marcado pelo predomínio da grande indústria. Esse momento, segundo Jameson, ficou para trás. Com a globalização, o capital dinheiro alcançou sua “desmaterialização máxima”, ele não habita mais na fábrica ou nos antigos lugares de produção e extração, “mas no chão da bolsa de valores”. O dinheiro flutuante, agora, dispensa o seu referencial, qualquer conteúdo material, e se valoriza sozinho. Jameson fala em desterritorialização (expressão retirada de Deleuze e Guattari), para classificar esse momento em que o conteúdo foi suprimido pela forma e

(...) a natureza inerente do produto se torna insignificante, um mero pretexto de marketing, na medida em que o objetivo da produção não está mais voltado a nenhum mercado específico, a nenhum conjunto específico de

consumidores ou de necessidades individuais ou sociais, mas antes à sua transformação naquele elemento que, por definição, não tem nenhum conteúdo ou território e, de fato, nenhum valor de uso (JAMESON, 2001, p. 163).

A brutal desmaterialização do mundo, produzida pela hegemonia do capital financeiro, teve como reflexo o advento do pós-modernismo, aquele movimento que pôs fim ao referente substituindo-o pelo simulacro.⁷

Nesse novo cenário, cultura e economia passaram a formar um bloco compacto. A arte encontra-se agora grudada na mercadoria: é o *design*, a imagem, a publicidade, a embalagem que se colou definitivamente no artefato mercantil formando uma única coisa.

Estamos, portanto, diante de uma totalidade homogênea ou, como diria Hegel, de uma *totalidade expressiva* que se faz presente em todos os poros da sociedade.

Algumas breves observações se fazem necessárias.

Se em Adorno a ênfase recaía na *mercantilização da cultura*, em Jameson podemos falar numa *culturalização da economia*. Essa mudança já se encontrava anunciada em Guy Debord, o teórico da sociedade do espetáculo. Escrevendo em 1967, Debord observou que

(...) a cultura tornada integralmente mercadoria deve também se tornar a mercadoria vedete da sociedade espetacular”, e que ela “deve desempenhar na segunda metade do século XX o papel motor no desenvolvimento da economia, equivalente ao do automóvel na primeira metade e ao das ferrovias na segunda metade do século XX (DEBORD, 1997, pp. 126-127).

As recentes discussões sobre a chamada “economia criativa” e sobre o papel cada vez mais importante da cultura no Produto Interno Bruto dos países desenvolvidos dão sequência ao prognóstico de Debord.

O sentido geral do processo, como vimos, é a fusão definitiva entre cultura e economia, que trouxe para o interior de uma totalidade homogeneizada a literatura, o *design*, o cinema, a arquitetura etc. e, também, as formas de pensar – todas elas partes integrantes da produção mercantil. Passa a vigorar então, sem resistência possível, a “lógica cultural”, o princípio definidor do nosso tempo, a totalidade homogênea do “ser do capital”. O conceito adorniano de “indústria cultural” atinge assim a sua plena efetivação.

⁷ Jean Baudrillard, num registro próximo ao de Jameson, assim assinalou os dois momentos da economia capitalista: “O princípio de realidade coincidiu com um estágio determinado da lei do valor. Hoje, todo o sistema oscila na indeterminação, toda realidade é absorvida pela realidade do código e da simulação. É um princípio de simulação que nos rege doravante em lugar do antigo princípio de realidade (BAUDRILLARD, 1983, p.8).

Jameson não deixou de observar a confluência entre o movimento do capital em direção à cultura e o pensamento marxista no século XX.

O marxismo progressivamente tornou-se cada vez mais uma crítica da cultura e não uma crítica da economia política, como havia sido originalmente concebido. Terry Eagleton, na mesma linha de raciocínio, afirma:

(...) quando a esquerda voltou-se progressivamente para a cultura, o capitalismo avançado também o fez, numa espécie de grotesca imagem refletida, na medida em que o que antes era chamado de política, trabalho ou economia agora encenava seu desaparecimento como imagem e informação (EAGLETON, 2000, p. 181).

Essa inesperada fusão da cultura com a economia deixou o marxismo desorientado. A desorientação transparece na crítica que Jameson dirigiu ao pós-modernismo, crítica que ao fim e ao cabo acaba referendando, parcialmente, o que se pretendia criticar, ao aceitar a tese da desmaterialização da vida social.

Paralelamente a Jameson, outra corrente de ideias firmou-se nos anos 1990, numa área de estudos que ficou conhecida como “Economia política da comunicação e da cultura”, que considerava insuficiente a mera denúncia da indústria cultural. Preferiram falar em indústrias culturais, no plural, afirmando que cada uma delas tem a sua especificidade e lógica próprias. Como elas funcionam? Qual o seu papel no interior da economia de um país?

Para citar um exemplo: o estudo de Dallas Smythe sobre a televisão (SMYTHE apud RICHERI, 1977). Como qualquer empresa capitalista, a televisão vende uma determinada mercadoria – ela não é uma agência neutra propagadora de temas e valores de que os indivíduos se servem para construir suas identidades, como acreditam ingenuamente alguns autores que se dedicam ao estudo da recepção. Qual é a mercadoria vendida pela televisão? Smythe afirma que essa mercadoria se chama audiência – o critério para se fixar o valor de cada minuto das propagandas vendidas para os anunciantes.

Esse começo promissor da Economia Política da Comunicação e da Cultura sofreu, contudo, uma modificação quando se pretendeu estudar as modificações recentes do capitalismo, especialmente o advento do trabalho imaterial. Este passou a ser interpretado, por diversos autores, como a base do capitalismo. A criação da riqueza, portanto, não provém mais do trabalho material realizado pela classe operária, mas teria agora como modelo o trabalho artístico presente em atividades como o *design*, a moda, a publicidade, o *software*, a televisão, a informática etc.

Assim, uma corrente de pensamento que em sua origem era materialista terminou afirmando a desmaterialização da realidade ao priorizar a informação e o conhecimento,

relegando para um plano secundário o trabalho de milhões de indivíduos que se dedicam à produção material.

II – Da cultura como resistência à cultura como negociação

A segunda corrente, ao contrário da anterior, procurou estudar a cultura em sua relação com a política. A figura central aqui é Antônio Gramsci e sua luta revolucionária pela *reforma moral da sociedade*, luta que tinha como pressuposto a conquista da hegemonia no interior da sociedade civil.

A reflexão de Gramsci teve como pano de fundo a revolução russa e a situação específica da Itália e dos demais países europeus. Contrapondo-se àqueles que pretendiam importar o modelo político que possibilitou a revolução na Rússia, Gramsci estabeleceu a conhecida distinção entre *Oriente* e *Occidente*. A Rússia, segundo Gramsci, é um país “oriental” caracterizado por um Estado forte e uma sociedade civil “gelatinosa”. Por isso, a revolução consistiu no assalto ao Estado. Num país “ocidental”, como a Itália, o Estado é fraco, mas a sociedade civil é forte. Daí que a revolução deve começar pela conquista da hegemonia no interior da sociedade civil.

Em Gramsci, os comentários sobre cultura têm como pano de fundo a necessidade de formação de uma contra-hegemonia dos setores populares. E isso, num país como a Itália, de unificação tardia e da presença dos diversos dialetos regionais. O olhar atento de Gramsci voltou-se para um amplo conjunto de temas culturais: os folhetins, os romances policiais, o folclore, os debates sobre a relação entre o idioma oficial e os dialetos, a atividade literária, a literatura comercial, a literatura infantil, a grande literatura, a escola, o teatro, o cinema, os jornais, revistas, etc.

Gostaria de ressaltar quatro pontos decisivos do pensamento de Gramsci sobre a cultura.

1. A observação atenta das manifestações culturais levou Gramsci a concluir, em clara oposição às posteriores afirmações dos teóricos da indústria cultural, que não existe uma homogeneização cultural. Nos *Cadernos do cárcere* afirmou: “Um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário, é rico de contradições” (GRAMSCI, 2002, p. 65).

2. Gramsci inovou o pensamento marxista ao afirmar que o estudo da arte deve ser *feito a partir do estudo da cultura*. Essa afirmação tinha como alvo Croce, que, na esteira de Hegel, entendia a arte como “*intuição do Absoluto*”, e, também, antecipa a crítica ao estruturalismo que, tempos depois, entenderia a arte apenas como linguagem, fazendo da literatura um ramo da linguística. A centralidade conferida à cultura opõe-se também às formas tradicionais de se estudar literatura como aquelas que se apegavam ao estilo e ao gênero.

3. O terceiro ponto que gostaria de assinalar é a distinção entre *valor estético* e *valor cultural* de uma obra artística. Gramsci constatou que as obras-primas são raras e que elas coexistem ao lado de uma produção enorme de pequenas obras. Estas formam o caldo de cultura, o solo comum que torna possível a existência das obras-primas. Do nada não sai nada: os grandes gênios não são mônadas autossuficientes, a sua criação não se faz a partir de uma consciência solipsista. O entorno social, o contexto, forma a base sobre a qual se alça a criação artística. Um exemplo brasileiro: com a centralização promovida pela revolução de 1930, tivemos uma forte reação em diversos estados de união, o que gerou movimentos separatistas e, no plano artístico, o florescimento da literatura regionalista interessada em afirmar o particularismo regional, o dialeto falado, as expressões culturais próprias. Essa literatura tem, geralmente, um escasso valor estético. Mas, sem elas, seria difícil imaginar o nascimento de uma obra-prima como o *Grande sertão: veredas*. Guimarães Rosa tinha essa referência diante dos olhos, e é a partir desse contexto que ele pode se elevar acima da mediania que caracteriza a literatura regionalista.

Separando o valor estético do cultural, Gramsci afirmou que uma obra menor, de escasso valor estético, pode ter um imenso valor cultural se expressar exemplarmente as condições de vida, a mentalidade, os costumes etc. de um segmento da sociedade. Deslocando o olhar para a literatura miúda, Gramsci abriu caminho para o estudo das formas de expressão artística populares.

4. Sendo assim, Gramsci afirmou contra os teóricos das vanguardas estéticas que não se deve lutar por uma nova arte, mas por uma *nova cultura*. Diz Gramsci: “*o novo mundo cultural, pelo qual se luta, suscitando paixões e calor de humanidade*” gerará necessariamente novos artistas.

(...) não se pode afirmar que Fulano e Beltrano se tornarão artistas, mas pode-se afirmar que do movimento nascerão novos artistas. Um novo grupo social que ingressa na vida histórica com postura hegemônica, com uma segurança de si que antes não possuía, não pode deixar de gerar, a partir de seu interior, personalidades que, antes, não teriam encontrado força suficiente para se expressar (GRAMSCI, 2002, p. 70).

A afirmação “do movimento nascerão novos artistas” me fez pensar imediatamente no Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, que revelou para o teatro um número impressionante de atores e diretores, embora em seu curto período de existência não tenha realizado nenhuma grande obra.

Dos estudos culturais ao Pós-Colonial

Estudos culturais foi o nome de uma nova disciplina acadêmica que teve sua origem na Universidade de Birmingham a partir de 1964 (MATTELART e NEVEU, 2004). Especialistas de diversas áreas se juntaram para estudar temas até então marginais no meio universitário. O ponto de partida foi, talvez, a constatação de que as modificações promovidas pelo capitalismo estavam desgastando as antigas formas de solidariedade social e, com elas, a cultura operária, tal como havia sido estudada por Richard Hoggart (HOGGART, 1973).

Dois acontecimentos ajudam a entender a nova orientação.

Em primeiro lugar, o processo de globalização, que, progressivamente, erodia os Estados-nacionais e suas culturas.

Em segundo lugar, os longos anos de Margareth Thatcher e sua ofensiva em prol da flexibilização das relações de trabalho e das privatizações, acrescida da impotência dos sindicatos em resistir a essa ofensiva.

Uma das explicações para a nova orientação que será seguida apontava para as mudanças ocorridas no meio operário, como, por exemplo, a ruptura geracional expressa na eclosão das subculturas juvenis. Os Estudos Culturais voltaram-se para essas subculturas. Na sequência, procurou entender as subculturas dos imigrantes, o racismo e as relações de gênero.

Como se pode perceber, o caminho estava aberto para a ênfase na *diversidade cultural*. As antigas noções dualistas – alta cultura e cultura popular – foram deixadas para trás. A cultura passou a ser compreendida em termos antropológicos como um “modo de vida” de todos os povos e etnias. Todos possuem cultura e nenhuma é superior às outras. Essa concepção antropológica acabou sendo encampada pela UNESCO, que, em 2002, aprovou a *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. No Brasil, passou a ser a orientação seguida logo após a eleição de Lula. Gilberto Gil, empossado ministro da cultura, fez um discurso sinalizando a nova orientação. Não cabe ao Estado impor nada aos produtores culturais. As manifestações culturais já existem. Sendo assim, o papel do Estado consiste em mapear os locais em que se produz cultura – os “pontos de cultura” – e, em seguida, estimulá-los através de um *do-in antropológico*⁸.

A consagrada corrente culturalista conheceu também uma ramificação que teve início nos estudos literários com o nome de Estudos Pós-Coloniais, reunindo autores como Edward W. Said, Homi K. Bhabha e Gayatri Spivak. Com o fim do colonialismo, os países desenvolvidos receberam (e continuam a receber) levas de imigrantes das antigas colônias. Novamente, a questão cultural se recolocou, pois os imigrantes empenharam-se na afirmação de sua identidade nos países que os acolheram. As “culturas exóticas” estão agora presentes nas grandes cidades dos países desenvolvidos.

⁸ Metáfora usada por Gilberto Gil em 2003 quando assumiu o cargo de Ministro da Cultura.

O Pós-Colonial surgiu na sequência da crise que atingiu o então chamado Terceiro-Mundo, expressão criada na França em analogia ao Terceiro-Estado (aquele segmento que não era nem a aristocracia e nem o clero: o povo). Ressalte-se que o prefixo “pós” alinha a nova corrente ao pós-estruturalismo, ao pós-marxismo e ao pós-feminismo (SHOBAT, 1992, p. 2).

Enquanto os Estudos Culturais falavam em *diversidade* cultural, os teóricos do Pós-Colonial preferem falar em *diferenças* culturais e a lutar pelo reconhecimento dessas diferenças. Isso se fez numa oposição radical ao que chamavam de universalismo do mundo ocidental – lembremos, que desde Goethe acreditava-se na existência de uma “literatura universal”.

A crítica ao universalismo fez-se acompanhar da crítica ao eurocentrismo e ao logocentrismo ocidental: o Ocidente deixava assim de ser um centro referencial. Curiosamente, as referências teóricas do Pós-Colonial combinaram uma distante alusão a Gramsci com os conceitos extraídos do pós-estruturalismo francês (Derrida, Lacan e Foucault).

Com esse repertório procurou-se entender a realidade pós-colonial. Se os tempos do colonialismo eram marcados pelo binarismo (colonizados *versus* colonizadores), agora não existiriam mais posições coletivas fixas, mas uma complexa proliferação de sujeitos descentrados, de identidades flutuantes, num mundo marcado pelo nomadismo e pela hibridização. Nesse mundo, as antigas relações binárias (colonizado/colonizador; homem/mulher; branco/negro) cederam lugar à multiplicidade das diferenças.

Um exemplo desse modo de pensar encontra-se nos trabalhos de Stuart Hall – autor que transitou dos Estudos Culturais para o Pós-Colonial. Sobre o negro, por exemplo, escreveu um ensaio aplicando a técnica do desconstrutivismo de Derrida (HALL, 2003). A tese central é que não existe um “negro essencial”, mas uma diversidade de situações, de etnias, de orientações sexuais etc. que não cabem numa identidade fixa. As identidades, aliás, são o resultado de constantes *negociações* desses seres híbridos e mutantes.

A mesma coisa para o conceito de classe social que o marxismo desenvolveu a partir de uma relação binária: proprietários e não proprietários dos meios de produção. Hall considera esse conceito um “*talismã mágico*”. Não existiria, segundo ele, um “conceito de classe já dado e unificado”, mas “uma pluralidade de eus e identidades” (HALL, 2003, p. 330).

Tudo o que era sólido dissolveu-se: os antigos pontos fixos que modelavam a identidade e a cultura dos indivíduos desapareceram. Entre eles, como vimos, a noção de classe social, o que trará consequências políticas problemáticas, como veremos a seguir.

Cultura e política na perspectiva materialista

Num livro muito bem documentado, Richard Barbrook narra a história dos críticos do marxismo nos Estados Unidos (BARBROOK, 2009). Durante a Guerra Fria, o combate à utopia comunista de uma sociedade sem classes levou diversos autores a conceberem uma contra-utopia. “Futuros imaginários” foram projetados para glorificar o *american way of life*. O estágio

fordista da economia antecipava um porvir de pleno emprego acompanhado de produção e consumo em massa. Esse ideal de uma sociedade “afluente” no “pós-fordismo” deu lugar a novas utopias: a “sociedade pós-industrial” e, em seguida, o “capitalismo cognitivo” e a “sociedade da informação”. O computador enfim desbancaria o mundo fabril e as antigas classes sociais que dividiam a sociedade. A produção material seria substituída pelo conhecimento, a democracia atingiria a sua perfeição na “ágora eletrônica”, e a “classe do conhecimento”, exercendo o seu poder, promoveria a transição de uma economia mercantil para uma “economia de dádiva”, cujo modelo é o compartilhamento de informações propiciado pela internet.

Essa visão utópica de origem conservadora migrou recentemente para o marxismo. Diversos autores, marxistas ou pós-marxistas, para entender o estágio atual do capitalismo recorreram às páginas dos *Grundrisse* em que Marx especula sobre o futuro do trabalho. No capitalismo plenamente desenvolvido, segundo o seu prognóstico, a riqueza tende a tornar-se “menos dependente do tempo de trabalho” e dependeria mais “do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção” (MARX, 2011, pp. 587 e 599). O trabalho, portanto, passará a ser “uma atividade mais de supervisão e regulação” (MARX, 2011, p. 591). Mas, se a característica do capitalismo era a exploração direta do trabalho humano, a evolução da ciência e da técnica entra em contradição com a base – exploração do trabalho humano – que até então caracterizava o capitalismo. O capital, conclui Marx, trabalha “pela sua própria dissolução” (MARX, 2011, p. 583).

A partir daí diversos autores passaram a fazer projeções utópicas: a sociedade capitalista estaria em fase terminal, pois ela se baseava na produção material, na produção de mercadorias tendo como medida a duração do trabalho humano. Hoje, e cada vez mais, o desenvolvimento científico alterou a lógica do sistema. Uma das consequências, como afirma Jean Lojkine, é a transformação do produto do trabalho humano que não é mais um “objeto material”, mas uma “informação imaterial” (LOJKINE, 1995). E a informação, sendo imaterial, não pode ser considerada mercadoria. Assim, para esse autor, o capitalismo agoniza enquanto a sociedade torna-se cada vez mais uma sociedade pós-mercantil.⁹

O mais influente autor dessa linhagem, Toni Negri, afirma que o capitalismo está agonizando e já estamos ingressando no comunismo... O trabalho informacional, imaterial, é uma atividade coletiva fora da lógica mercantil, que tem por pressuposto o conhecimento detido pelos trabalhadores. A produção, portanto, independe do capitalista, uma figura dispensável que estaria fora do processo produtivo (NEGRI, 2001).

⁹ Marx, contrariamente a este seu discípulo, considerava irrelevante a característica intrínseca do objeto (material ou imaterial), pois, para ele o que torna um objeto mercadoria são as relações sociais de produção. Para afirmar essa tese, fez questão de transcrever, n’*O capital*, uma frase de *Trabalho assalariado e capital*: “Um negro é um negro. Somente em determinadas condições ele se torna capital. Uma máquina fiadora de algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é dinheiro, ou o açúcar é o preço do açúcar. (...). O capital é uma relação social de produção” (MARX, 1985, p. 296).

Cultura e política na perspectiva culturalista

Vimos que a corrente culturalista partiu de uma concepção que inicialmente afirmava a *diversidade* cultural para, na sequência, afirmar a *diferença* cultural. A ênfase na *diversidade* teve como desdobramento político a luta pela afirmação dos particularismos culturais. Uma das primeiras manifestações foi a afirmação da cultura operária, feita inicialmente pelos anarquistas e depois pelos comunistas. No período que antecedeu a revolução russa de 1917, desenvolveu-se o movimento da *Proletkult*, que defendia a existência de uma cultura própria da classe operária. Com a revolução, esse grupo achou que havia chegado a hora de transformar essa concepção na política oficial da nova sociedade. Tanto Lênin como Trótsky criticaram duramente os adeptos da *Proletkult*.

Lênin escreveu textos sarcásticos em que lembrava que o marxismo não foi uma criação espontânea da classe operária, mas uma nova síntese que superou o que havia de melhor na cultura burguesa (a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês). A própria cultura burguesa, observou Lênin, precisou de vários séculos para se afirmar. Num país com uma população majoritariamente analfabeta, como a Rússia, não tinha sentido propor uma cultura operária novinha em folha, bastando apenas “uma verdadeira cultura burguesa” (LENIN apud VÁSQUEZ, 1975).

Por trás da polêmica colocava-se a oposição entre o particular e o universal. A simples afirmação do particular (no caso: a cultura operária) impedia, segundo Lênin, que os operários elevassem o nível de conhecimento e cultura.

A *Proletkult* russa não foi o único movimento a falar em cultura operária. A história dos movimentos sociais conheceu diversos surtos de obreirismo. Uma das últimas manifestações aconteceu no Brasil dos anos 1970 em torno das Comunidades Eclesiais de Base. Uma frase descontextualizada de Gramsci (“todos os homens são intelectuais”) e as ideias pedagógicas de Paulo Freire foram os referenciais para a afirmação da existência de uma cultura própria da classe operária.

Mais recentemente, a polêmica entre o universal e o particular compareceu no chamado multiculturalismo e nas políticas de afirmação das identidades no movimento negro, no feminismo e na comunidade gay.

O multiculturalismo surgiu após o declínio do Black Power, do feminismo e dos movimentos pacifistas. O potencial revolucionário desses movimentos, num momento de refluxo, abriu caminho para o multiculturalismo. O antigo antagonismo em relação à ordem social foi substituído pela coexistência pacífica: um pluralismo tolerante que acomoda a diversidade entre as diferentes culturas. Diversidade: esta palavra passou a substituir a desigualdade, objetivo até então dos movimentos sociais revolucionários.

A questão a ser levantada e que sempre gera acirrados debates é a de saber se esses movimentos tendem a se universalizar ou se eles apenas reforçam os particularismos e, com eles, uma ordem social que em sua essência permanece imutável.

Qual o significado das cotas raciais? Elas irão promover a democratização da sociedade ou apenas irão criar, de um lado, uma burguesia negra integrada a uma sociedade que permanece inalterada em sua desigualdade estrutural e, de outro, criar ressentimento entre os brancos pobres?

Evidentemente, ninguém com o mínimo de sensibilidade social pode ficar indiferente ao nosso histórico de escravidão e à deplorável condição social a que ficaram relegados os descendentes dos escravos. Por isso, não tem sentido falar em “meritocracia” e querer tratar os desiguais como se fossem iguais.

Mas, quando se pretende traçar uma política pública de reparação das injustiças, é preciso tomar as devidas precauções e estar atento aos diversos agentes que atuam na esfera pública.

O multiculturalismo como política pública não foi uma conquista do movimento negro: ele iniciou-se de cima para baixo através da iniciativa do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1996. Foi organizado, então, um seminário internacional reunindo intelectuais brasileiros e americanos para discutir a introdução, em nosso país, das “ações afirmativas”. O pressuposto dessas ações é a existência, tanto nos EUA como no Brasil, de “sujeitos raciais”. Mas, nos EUA a consciência racial já estava cristalizada e as políticas públicas apenas acataram reivindicações do aguerrido movimento negro. No Brasil, contrariamente, foi o Estado que se antecipou e criou os “sujeitos sociais” que deveriam ser incluídos nas políticas compensatórias.

Outra diferença importante é a rígida separação americana entre brancos e negros. A antiga lei do *one-drop rule* estabeleceu que uma única gota de sangue herdada de ancestrais negros faz do indivíduo um negro.

No Brasil, contrariamente, não existe este dualismo – negro ou branco - mas um gradualismo. A miscigenação é uma realidade que altera a percepção racial dos indivíduos, complexificando a identificação. Um exemplo pitoresco foi dado por um estudante branco que se passou por negro para, assim, entrar na universidade pela via das cotas raciais.

Finalmente, convém lembrar que é gritante o contraste entre as reivindicações do movimento negro e as do Black Power. Hoje, fala-se em integração. O Black Power, contrariamente, levantou a bandeira de uma América Negra. Não queriam ser integrados. De armas na mão lutavam contra o Estado.

No seminário que inaugurou a discussão sobre as “ações afirmativas” no Brasil, coube a um intelectual americano constatar que o único programa de redução das desigualdades raciais que deu certo foi o cubano, pois lá o governo estabeleceu cotas sociais e não raciais. Com isso,

foi possível fazer a reparação da injustiça histórica dos negros que eram a maioria da população pobre sem criar ressentimentos.

Cabe agora umas palavras sobre o ressentimento. Um dos efeitos indesejáveis das políticas de integração social dos dois governos Lula foi a explosão do ressentimento que atingiu a nossa classe média, revoltada, entre outras coisas, com a “petulância” das empregadas domésticas falando em direitos trabalhistas, horários de trabalho e aumentos salariais. Até então o mito da “democracia racial” obrigava o racismo à dissimulação. De repente, o racismo tornou-se escancarado. Pessoas das minhas relações, de repente, começaram a demonstrar abertamente ódio aos pretos, pobres e nordestinos.

A vitória de Donald Trump foi a vitória do ressentimento, após o país ser governado durante oito anos por um presidente negro. Esta é a opinião de Arlie Russell Hochschild, autora do livro *“Estrangeiros em sua própria terra. Raiva e luto na direita americana.”*. Durante cinco anos, a autora foi morar no interior da Luisiana, uma região pobre com uma população majoritariamente branca, cristã. Convivendo e ouvindo pacientemente as pessoas, ela concluiu que todos se sentiam abandonados pelo Partido Democrata e passados para trás nas políticas públicas:

(...) são os negros que, por meio de políticas de discriminação positiva, têm acesso a postos de trabalho que normalmente estavam reservados aos brancos. Antes das *Affirmative Action*, as políticas estatais de discriminação positiva, as mulheres não podiam ter acesso aos postos de trabalho dos homens. Agora podem. Imigrantes e refugiados... todos esses grupos (Outras palavras, 2016, p. 2)¹⁰.

Assim, o ódio aos negros, ao feminismo, aos imigrantes e aos gays foi canalizado politicamente por Trump. E o mais preocupante: o operariado branco também apoiou a guinada conservadora.

No Brasil, temos Jair Bolsonaro: um bom motivo para refletirmos sobre o que se passou nos Estados Unidos... Diferentemente da luta pela defesa dos particularismos culturais, a afirmação da *diferença* rompe com qualquer referencial fixo, seja ele a etnia, sexo, classe, partido etc.

Cabe lembrar que este é um fato novo. Tradicionalmente, a esquerda sempre levantou palavras de ordem universalistas: “o internacionalismo proletário”, “a democracia como valor universal”, etc., enquanto a direita apegava-se ao particularismo (a defesa da cultura nacional ameaçada pelos “bárbaros”, o internacionalismo apátrida dos judeus e dos comunistas, as ideologias alienígenas, etc.). Não por acaso, a ênfase na irreduzível diferença surgiu após a desintegração do socialismo real e da crise das utopias igualitárias. Paralelamente, difundiu-se a ideologia neoliberal com sua ênfase no individualismo e, no outro polo, o neoanarquismo que

¹⁰ Cf. “América profunda, explicação para o fenômeno Trump”, entrevista concedida pela autora à revista *Contexto y Acción* e reproduzida no site *Outras palavras*, p. 2.

passou a marcar presença nos movimentos sociais e nas redes. Diferentemente do velho anarquismo, uma ideologia da fase inicial do movimento operário, o neoanarquismo é um fenômeno restrito à classe média intelectualizada que prefere Foucault a Bakunin.

Este é o contexto histórico que propiciou a nova forma de ação política que será seguida pelos movimentos identitários.

Um caso exemplar da reivindicação tanto das diferenças como das diversidades pôde ser visto nas jornadas de junho de 2013 (FREDERICO, 2016). O movimento, que se iniciou como protesto contra o aumento das passagens de ônibus, ganhou um inesperado desfecho. De repente, uma multidão saiu às ruas propondo as mais diversas palavras de ordem. Todos tinham como único ponto de convergência o repúdio à representação: o não reconhecimento de qualquer instância representativa (partidos, sindicatos). Mas são as instâncias representativas que possibilitam a universalização das reivindicações particulares: sem aquelas, as reivindicações se pulverizam e se dispersam numa infinidade de demandas desencontradas.

Portanto, sem elos mediadores, cada um era cada um e o conjunto uma massa indiferenciada de indivíduos soltos, cada qual afirmando sua irredutível diferença. Essas individualidades formaram o que Antonio Negri chamou de *multidão*, um aglomerado de indivíduos que não se fundem e não se identificam com nenhum coletivo estruturado. Nas palavras do autor: “a multidão é uma *multiplicidade* de singularidades que não pode encontrar *unidade* representativa em nenhum sentido” (NEGRI, 2003, p. 43). Esse coletivo formado por *diferenças* irredutíveis seria, segundo supõe o autor, um novo sujeito destinado a substituir a classe operária.

Não caberia aqui discutir o desfecho das jornadas de junho, mas apenas lembrar que essa forma atomizada e pós-moderna de fazer política produz espasmos momentâneos seguidos de desmobilização e desânimo.

Um comentário final. Como vimos, as sucessivas reviravoltas no campo teórico, em que ideias de direita migraram para a esquerda e vice-versa, tiveram como pano de fundo as transformações recentes no modo de produção capitalista.

A fusão da economia com a cultura trouxe perplexidade e desorientação para o pensamento contestador acostumado a fazer a crítica social a partir da cultura.

Por outro lado, a fragmentação do processo produtivo rompeu os tradicionais vínculos de solidariedade que orientavam os movimentos sociais. Como consequência imediata, a fragmentação atingiu em cheio as teorias sociais que, num movimento semelhante, passaram a recusar toda forma de totalização e a celebrar as diferenças “irredutíveis” incapazes de confluir para um projeto unitário. Desse modo, o novo pensamento contestador passou a fazer *pendant* com a ofensiva neo-liberal e seu culto ao individualismo. O antigo trabalhador foi substituído primeiro pelo cidadão e, depois, pelo soberano e reivindicante consumidor.

Em poucas palavras: é esta a enrascada em que estamos metidos.

Referências

- BARBROOK, RICHARD. FUTUROS IMAGINÁRIOS. DAS MÁQUINAS PENSANTES À ALDEIA GLOBAL. SÃO PAULO: PETRÓPOLIS, 2009.
- BAUDRILLARD, JEAN. EL ESPEJO DE LA PRODUCCIÓN O LA ILUSIÓN CRÍTICA DEL MATERIALISMO HISTÓRICO, MÉXICO: GEDISA, 1983.
- BHABHA, HOMI, K.. O LOCAL DA CULTURA. BELO HORIZONTE: UFMG, 2010.
- _____. “A QUESTÃO DO “OUTRO”: DIFERENÇA, DISCRIMINAÇÃO E O DISCURSO DO COLONIALISMO”, IN BUARQUE DE HOLANDA, HELOÍSA (ORG.) PÓS-MODERNISMO E POLÍTICA. RIO DE JANEIRO: ROCCO, 1992.
- _____. NACIÓN Y NARRACIÓN ENTRE LA ILLUSIÓN DE UMA IDENTIDADE Y LAS DIFERENCIAS CULTURALES. BUENOS AIRES: SIGLO XXI, 2010.
- DEBORD, GUY, A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO. RIO DE JANEIRO: CONTRAPONTO, 1997.
- EAGLETON, TERRY. A IDEIA DE CULTURA. SÃO PAULO: UNESP, 2000.
- FREDERICO, CELSO. ENSAIOS SOBRE MARXISMO E CULTURA. RIO DE JANEIRO: MÓRULA, 2016.
- GRAMSCI, ANTONIO. CADERNOS DO CÁRCERE, VOL. 6. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2002.
- HALL, STUART HALL. DA DIÁSPORA. BELO HORIZONTE: UFMG E BRASÍLIA: REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL, 2003.
- HOGGART, RICHARD. AS UTILIZAÇÕES DA CULTURA. ASPECTOS DA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA. LISBOA: PRESENÇA, 1973.
- JAMESON, FREDRIC. A CULTURA DO DINHEIRO. ENSAIOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO. PETRÓPOLIS: VOZES, 2001.
- LENIN, V. I. “TESIS SOBRE LA CULTURA PROLETÁRIA”, IN VÁZQUES, ADOLFO SANCHEZ (ORG.) ESTÉTICA Y MARXISMO, VOL II. MÉXICO: ERA, 1975.
- LOJKINE, JEAN. A REVOLUÇÃO INFORMACIONAL. SÃO PAULO: CORTEZ, 1995.
- MATTELART, ARMAND E NEVEU, ÉRIK. INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CULTURAIS. SÃO PAULO: PARÁBOLA, 2004.
- MARX, KARL. GRUNDRISSE. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2011.
- _____. O CAPITAL. VOL I, TOMO II. SÃO PAULO: NOVA CULTURA, 1985.
- NEGRI, TONI. MARX MÁS ALLÁ DE MARX. MADRID: AKAL, 2001.
- _____. 5 LIÇÕES SOBRE O IMPÉRIO. RIO DE JANEIRO: DP&A, 2003.
- _____. E GUATTARI, FELIX. LAS VERDADES NÓMADES & GENERAL INTELLECT, PODER CONSTITUINTE, COMUNISMO. MADRID: AKAL, 1999.
- _____. E LAZZARATO, M. TRABALHO IMATERIAL – FORMAS DE VIDA E PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE. RIO DE JANEIRO: DP&A, 2001.
- OUTRAS PALAVRAS. AMÉRICA PROFUNDA, EXPLICAÇÃO PARA O FENÔMENO TRUMP. ENTREVISTA COM RUSSELL HOCHSCHILD. 8/11/2016. DISPONÍVEL EM: < [HTTPS://OUTRASPALAVRAS.NET/POSTS/NA-AMERICA-PROFUNDA-EXPLICACAO-PARA-O-FENOMENO-TRUMP/](https://OUTRASPALAVRAS.NET/POSTS/NA-AMERICA-PROFUNDA-EXPLICACAO-PARA-O-FENOMENO-TRUMP/)>.

RICHERI, GIUSEPPE. LA TELEVISIÓN: ENTRE SERVICIO PÚBLICO Y NEGOCIO. BARCELONA: GUSTAVO GILI, 1977.

SAID, EDWARD W. CULTURA E IMPERIALISMO. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1995.

SHOBAT, ELLA. DOCUMENTS SUR LE "POST-COLONIAL" IN MOUVEMENTS, NÚMERO 51, 1992.

SMYTHE, DALLAS. "LAS COMUNICACIONES: AGUJERO NEGRO DEL MARXISMO OCIDENTAL", IN SPIVAK, GAYATRI, C.. PODE O SUBALTERNO FALAR? BELO HORIZONTE: UFMG.

_____. CRITICA DE LA RAZÓN PÓS-COLONIAL. MADRID: AKAL, 2010.

A Globalização da Crise: contextos regionais e a questão do “Populismo mediático”

Isabel Ferin Cunha¹¹

Democracia e Liberdade de Expressão sob pressão

A compreensão da nossa sociedade não é possível sem termos como pano de fundo o contexto da globalização. A ideia popularizou-se inicialmente nos anos 1980, na área dos negócios e das finanças, e chegou, na década seguinte, à academia, onde se estendeu a todas as áreas das Ciências Sociais. Utilizou-se a palavra para descrever um conjunto de mudanças em áreas de atividade social como a política, a economia, as finanças, a justiça, os media ou a ecologia, adquirindo, também, valor de teoria explicativa e interpretativa desses mesmos fenómenos. O percurso da palavra globalização, tornada conceito, pôs em questão fundamentos da Teoria Social clássica e expandiu-se, dando origem à Teoria da Globalização, ou seja, a um conjunto de postulados, pressupostos e conceitos capazes de interpretar fenómenos sociais complexos e geograficamente dispersos.

No início do segundo milénio, o debate acerca da Globalização inaugurou novas agendas de pesquisa em Ciências Sociais, acompanhou a progressiva contestação ao eurocentrismo, a desocidentalização do mundo, a entrada de novos atores sociais e a emergência de diferentes pontos de vista científicos nas teorias sociais (BECK, 2000; BECK & SZNAIDER, 2006; SANTOS & MENEZES, 2010). Neste percurso teórico e epistemológico, os media, entendidos como dispositivos tecnológicos e produtos das indústrias culturais e de conteúdos, ganharam crescente centralidade, ora citados como instrumentos do sistema capitalista

¹¹ Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Cic.Digital.

neoliberal, ora como bastiões da liberdade de expressão (AMPUJA, 2010; AMPUJA, KOIVISTO & VALIVERRON, 2014; LIVINGSTONE & LUNT, 2014).

As críticas à Teoria da Globalização, tal como foi desenhada no ocidente pelas Ciências Sociais, acentuaram-se a partir da crise global financeira, originária nos Estados Unidos, entre 2007/2008. Na área da economia e das finanças foram identificadas lacunas na regulamentação e normalização de fluxos financeiros, bem como a necessidade de promover acordos internacionais capazes de prevenir disrupções no sistema capitalista vigente. Em simultâneo, surgiram, em alguns países de economia tradicionalmente aberta, indicadores de protecionismo integrados em propostas políticas de cariz populista e autoritária. A expressão “perdedores da globalização” tornou-se comum para designar aqueles que, no ocidente, mas também em outras regiões do mundo, foram excluídos, ou não acompanharam, por diversas razões, os supostos benefícios da globalização do sistema-mundo económico e financeiro. Acentuaram-se as tendências populistas em países de democracias consolidadas, ao mesmo tempo que os indicadores globais de democraticidade tendem a retroceder.

Desta situação, dão conta relatórios sobre democracia e liberdade de expressão, divulgados por agências internacionais. Por exemplo, o índice sobre Democracia, publicado pelo *Economist Intelligence Unit's Democracy*, em 2015, aponta para uma crescente ansiedade das democracias face às incógnitas geradas pela globalização. O relatório baseado em cinco categorias — processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; e cultura política — determina a classificação dos países em quatro tipos de regime: “democracias plenas”, “democracias imperfeitas”, “regimes híbridos” e “regimes autoritários”. Em 2015, por exemplo, evidencia-se o sentimento crescente de ansiedade e insegurança que domina os cidadãos e as sociedades globalizadas, face aos riscos e ameaças percecionadas, nomeadamente nas esferas económica, política, social e da segurança. Este sentimento dominante tende, segundo os relatores, a minar os valores fundamentais das democracias, tais como a liberdade, a igualdade, a fraternidade, a razão, a tolerância e a liberdade de expressão.

Ainda segundo o mesmo índice, nos últimos anos, tem diminuído o número de “democracias plenas” (20 países) e aumentado o número de “democracias imperfeitas” (59 países), mantendo-se um elevado número de países em “regimes híbridos” (37 países) e autoritários (51 países). Os autores consideram que a tendência de desdemocratização deriva de fenómenos globalizados, tais como: consequências sociais da Grande Crise; ameaças terroristas; populismos; corrupção; tráfico de armas, drogas e seres humanos e violência social.

A liberdade de imprensa e expressão é um dos indicadores que mais foi cerceado nestes últimos anos. Os indicadores internacionais sobre a liberdade de imprensa e expressão, no mundo globalizado, indicam um decréscimo de liberdade nos últimos dez anos, em muitas regiões, inclusive em países ocidentais de democracias consolidadas. O relatório de 2016 da

Freedom House (2017) assinala que o mundo assiste ao décimo primeiro ano consecutivo de declínio global da liberdade, impulsionado por forças nacionalistas e populistas, bem como a retrocessos nos direitos políticos e liberdades civis em países considerados “livres”, tais como África do Sul, Brasil, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Hungria, Polónia, República Checa, Sérvia e Tunísia. As regiões com indicadores mais baixos de liberdade estão no Médio Oriente, no Norte de África e na região da Eurásia. A metodologia seguida, neste relatório, fundamenta-se na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e assume que a liberdade das pessoas é melhor assegurada nas democracias liberais. Convém referir, ainda, que estes relatórios internacionais não têm em conta o poder das grandes corporações e do capital, no condicionamento das democracias, da liberdade política e do controle da informação.

Mais especificamente sobre os media e o pluralismo na Europa, os dados compilados pelo *Media Pluralism Monitor 2016 Monitoring Risks for Media Pluralism*

in the EU and Beyond, sistematizados em torno de quatro áreas determinantes para o pluralismo nos media — Proteção Básica (*Basic Protection*), Pluralidade do Mercado (*Market Plurality*), Independência Política (*Political Independence*) e Inclusão Social (*Social Inclusiveness*) — apontam para um diagnóstico crítico, onde sobressai a falta de transparência das relações entre os poderes políticos, económicos e os meios de comunicação.

Na última década, a mercantilização dos media e a hegemonia das grandes empresas globais da internet (Microsoft, Google, Facebook, Amazon, Alibaba e outras), têm alterado a dinâmica de conteúdos e acesso à informação. As empresas media são, crescentemente, capturadas por acionistas e interesses exteriores à sua atividade e subjugadas pela banca e telecomunicações e, em simultâneo, tornam-se players ativos na decisão dos destinos das democracias. Por exemplo, no contexto da Grande Crise os media *mainstream* ocidentais tiveram grande dificuldade em descolar dos interesses dos seus proprietários e em afirmarem-se como vozes plurais face ao sistema capitalista hegemónico. Estudos sobre a cobertura jornalística da Grande Crise, em países como a Inglaterra, Grécia e Portugal, demonstram que grande parte da informação económica veiculada assentou em dados, informações e medidas propostas por instituições bancárias e agências internacionais (agências de rating, o FMI, a OCDE, o Banco Central Europeu) e raramente foram ouvidas instituições ou vozes que promovessem um contraditório (CUNHA, 2015; PICARD et ali, 2014; BJERKE & FONN, 2015; PAPATHANASSOPOULOS, 2015). No cenário global, os meios de comunicação tradicionais e a atividade jornalística, encontram-se pressionados por enormes desafios tecnológicos a que se juntam crescentes pressões de ordem económica e política, originando uma crise global da informação e do jornalismo.

Na rota dos populismos políticos

A Grande Crise traz um recrudescimento das críticas à Globalização, especialmente sobre o déficit de reflexão histórica relativa às realidades políticas e sociais e seus contextos. Nesta análise crítica à Teoria da Globalização, sublinha-se o desinteresse pelos contextos históricos, políticos e sociais de cada espaço geográfico e a confiança exagerada colocada na natureza emancipatória da desterritorialização, da hibridação e do poder transformador das tecnologias da informação e comunicação. As críticas acentuam, ainda, que a Teoria da Globalização tende a acompanhar o projeto neoliberal global, comandado por interesses tecnológicos e financeiros difusos de empresas trans e multinacionais. Os autores pós-coloniais vão, igualmente, denunciar uma globalização dominada pelo sistema-mundo ocidental assente em múltiplas hierarquias de poder: económico, político, patriarcal, sexual, racial, colonial, cognitivo, entre outras. Neste sistema-mundo capitalista, a globalização é, apenas, um dos pilares de dominação (GROSFOGUEL, 2013).

Estas críticas exigem uma nova agenda de pesquisa para a Teoria Social, onde sobressaem os desafios epistemológicos associados aos mecanismos do ato de conhecer

— O que se conhece? Como se conhece? Qual a identidade do sujeito/ator do conhecimento? O que determina o conhecimento? — e a capacidade de promover saberes universalmente reconhecíveis, externos ao sistema-mundo dominante (QUIJANO, 2005; GROSFOGUEL, 2008; SANTOS & MENEZES, 2010).

A Teoria Social na pós Grande Crise tem atribuído aos media e às tecnologias de informação e comunicação um papel determinante, sobretudo na forma de “conhecer”, na construção das “identidades” (coletivas e individuais) e nas mudanças políticas da atualidade. Estes dispositivos, e os seus conteúdos, têm vindo a ser identificados como geradores de populismos, político e mediático, e por isso merecedores de reflexão teórica e observação empírica.

Há inúmeras e diferentes compreensões do populismo, sustentadas, igualmente, por múltiplas diferentes teorias, paradigmas e metodologias de aferição deste fenómeno. Na Europa, como nas Américas (Norte e Sul), o populismo de direita e de esquerda tem vindo a crescer, manifestando-se na implantação partidária e em eleições de líderes dentro destes espectros políticos. O que determina o populismo é a equação política que envolve três atores: o povo, as elites/ou outros inimigos do povo e o “chefe/salvador” carismático. A relação articula-se a partir dos pressupostos: um “povo puro” (um povo monolítico) dominado por “elites corruptas” (nacionais ou internacionais) e um “chefe populista” capaz de repor, a partir de uma estratégia de comunicação direcionada, a soberania popular. A esta última é atribuída um valor singular, sendo reivindicada pelo “chefe”, como um direito fundamental de que o povo está privado, por usurpação das elites (nacionais ou internacionais) (ERNST, 2014).

Com estes elementos construtivos, o populismo de direita e de esquerda, distingue-se pelos objetivos, programa ou valores evocados, utilizando para isso uma estratégia política assente na comunicação e na informação. Ambos envolvem um estilo, um discurso e uma retórica adequados aos seus propósitos, que tendem a apropriar-se ou a manusear mediadores individuais, coletivos ou institucionais, como os media. O populista fala diretamente com o “povo”, promete ao “povo” restaurar a autonomia, identidade e controle da soberania e, para tal, utiliza mecanismos da democracia representativa para reformatá-la aos intentos do ideário populista publicitado e implementar “a verdadeira vontade do povo” (INGLEHART & NORRIS, 2016). O populismo pode surgir combinado com outras ideologias, como o conservadorismo, o socialismo ou o nativismo, como acontece, respetivamente, em França (Front National) e nos Estados Unidos (Presidente Trump), em Espanha (Podemos) e em alguns países da América Latina.

A emergência do populismo, na Europa e nos EUA está mais claramente associada à globalização. Diferentes autores e analistas atribuem a migração de eleitores dos partidos do centro para propostas políticas populistas, ao facto de, nos últimos vinte anos, um grupo significativo de trabalhadores, de classe média, ter perdido os seus empregos, ou visto baixar os seus rendimentos, em consequência da deslocação de fábricas e indústrias para países de mão-de-obra barata. A acumulação de frustrações neste grupo de cidadãos, levou-os a buscar alternativas políticas e a abandonarem os partidos do centro democrático, onde tradicionalmente votavam. Por outro lado, a transformação do mercado de trabalho, ditada pela incorporação de tecnologias de informação e comunicação, teve como resultado o aumento de desemprego na juventude qualificada e a disparidade entre os muito mal e os muito bem remunerados.

As promessas do populismo encontram, neste contexto, um campo fértil para se expandir. Primeiramente, restaurar as soberanias nacionais, isto é, travar o projeto Europeu e a burocracia homogeneizante das instituições europeias, sediadas em Bruxelas, a quem são atribuídas muitas das culpas das políticas de austeridade do pós Grande Crise. Seguidamente, restabelecer as fronteiras e proteger os interesses nacionais, nomeadamente económicos, financeiros e culturais. Em terceiro lugar, estancar as migrações e controlar a entrada de refugiados, grupos a que são atribuídas culpas pela desvalorização e precarização do trabalho, bem como a descaracterização cultural nacional. Por último, manter uma comunicação direta com o “povo” recorrendo a redes sociais (*Twitter, Facebook, Youtube*, etc.) e denunciando a “má informação” dos media *mainstream* opositores. Agenda semelhante, com adequações aos Estados Unidos, encontramos nas promessas eleitorais, e na forma de atuar do candidato e presidente Trump: estabelecer a soberania; defender os interesses norte-americanos “*America first*”; comunicar via *Twitter* e atacar a imprensa que não o apoie; alijar responsabilidades internacionais, como o Tratado de Paris e outros tratados, ou filtrar os candidatos à imigração.

O populismo na América Latina tem uma genealogia diferente, o que determina uma outra articulação face à globalização. Há uma tradição populista latino-americana advinda do período da luta contra as potências coloniais ocidentais, a que se junta resquícios de ditaduras recentes e processos nacionais de descolonização. A luta pela soberania popular tende a denunciar as elites nacionais corruptas que, não só gerem os seus interesses particulares, como funcionam como correia de transmissão dos interesses internacionais globalizados. O processo passa, por conseguinte, pelo combate ao sistema-mundo capitalista, patriarcal e religioso instaurado pelo ocidente e pelo reforço de políticas identificadas como “nativistas” ou “indigenistas”, com vista a criar uma nova ordem nacional e internacional, como acontece neste momento na Venezuela.

Nestes contextos, geograficamente diferenciados, os media e as tecnologias da comunicação adquirem um papel cognitivo e societal inequívocos que passamos a abordar sob outro ângulo.

Populismo mediático e mediatização: os conteúdos

Os media, incluindo as redes sociais, os dispositivos digitais (telemóvel, *iPad*, *iPhone*, *smartphone*, consolas e outros) e as tecnologias de informação e comunicação, têm um papel crucial no desenvolvimento de um “clima” favorável ao populismo na era da globalização. Não se trata de causas e consequências, mas de tendências de funcionamento, indicadores enunciáveis, que privilegiam determinados elementos catalisadores de sentimentos e reivindicações populistas e adquirem efeitos cognitivos acumuláveis ao nível individual e coletivo. Os conteúdos produzidos e veiculados pelos media *mainstream* e pelos utilizadores tornados *producers*, bem como a evolução tecnológica, o desenvolvimento digital, e o que genericamente se chamam as codificações de algoritmos, têm proporcionado um clima favorável à emergência do populismo político e mediático.

Nos media *mainstream*, os indicadores favoráveis à emergência de um ambiente populista estão associados à necessidade de “ganhar audiências”. Grosso modo, são indicadores que perpassam formatos e géneros de natureza muito diferente, como o Jornalismo, o Entretenimento e a Ficção, e que utilizam dispositivos técnicos e discursivos com o objetivo de atrair a atenção dos cidadãos comuns. “Chamar a atenção” envolve recorrer a estratégias de seleção e formatação de conteúdos onde se privilegia os *issues* sensacionalistas que enfatizam o conflito e o confronto, apelam à emoção ou provocam a indignação moral. O mesmo objetivo utiliza, ainda, estratégias de repetição, omissão e truncagem, iluminando ou apagando determinados elementos capazes de suscitar mais atenção, como por exemplo, nas questões de corrupção ou migrações reportadas nos noticiários. Estas estratégias definem o populismo mediático e estão em consonância com o que na Europa se tem escrito sobre mediatização,

desde a segunda década do novo milénio. O conceito mediatização tem sido empregue para descrever linguagens, procedimentos e técnicas utilizados pelos media, não só enquanto instituição hegemónica, mas igualmente como instituição possuidora de uma “lógica” própria, capaz de se sobrepor e “colonizar” as restantes instituições sociais (HEPP, 2012; COULDRY & HEPP, 2013). Entendida como um metaprocesso, à mediatização é atribuído um papel central nas transformações sociais contemporâneas, tais como a individualização, a globalização e a mercantilização (HEPP, 2012).

Esta temática já tinha sido anteriormente abordada por latino-americanos que ressaltaram o papel emancipador das audiências na negociação de sentidos veiculados pelos media *mainstream*, nomeadamente a televisão e a rádio (MARTIN-BARBERO, 1998; CANCLINI, 1999; OROSCO GOMEZ, 2001). No entanto, uma década passada, a discussão europeia sobre a mediatização é muito mais “pessimista” no que se refere à análise dos efeitos a longo-prazo sobre as audiências, não só relativamente aos efeitos dos media *mainstream*, mas também das redes sociais (STROMBACK, 2008; STROMBACK, 2011; HEPP, 2012; LIVINGSTONE & LUNT, 2014). Entre os efeitos identificados assinalam-se os processos de “extensão” (alterações espaço-tempo), “substituição” (formas dos meios de comunicação se substituírem a instituições e atividades sociais), “amalgama” (mistura de experiências mediadas com outras não mediadas) e “acomodação” (encenação das instituições e atores à maneira dos media, sobretudo da televisão).

Na análise aos efeitos dos media (*mainstream* e digitais), o “populismo/mediático” e a mediatização sublinham fatores como: a emoção face à razão; o parecer face ao ser; a visão maniqueísta; o individual face ao coletivo; e a efemeridade. Identificam-se ainda outros elementos que estão presentes em diversos formatos — desde o jornalismo ao entretenimento — tais como a desvalorização da ciência e do conhecimento, a vulgarização de comportamentos anticívicos e preconceituosos, a desacredibilização das instituições em geral, e a publicitação de discursos intimistas e particulares. No Jornalismo, mais especificamente, estes indicadores traduzem-se, por um lado, em afinidades com atores de tendência populista — que otimizam as matérias jornalísticas e apelam às audiências — e, por outro, na propensão em privilegiar temas de potencial impacto, tais como as migrações e a corrupção, ou ainda recorrerem a notícias falsas como forma de contar mais uma história e superar a concorrência.

Media populista, populismo mediático e mediatização são desafios que surgem globalmente na globalização mediática. No entanto, estes indicadores não são utilizados por todos os media da mesma maneira, na medida em que combinam, de forma diferenciada, elementos estilísticos e ideológicos, tais como a construção e favorecimento de in-grupos, a hostilidade face às elites e instituições da democracia representativa, a autopromoção da instituição media como “porta-voz” de um quarto estado, o apoio a figuras de apelo carismático, que potencialmente possam chamar a atenção de públicos diversos, e a instigação de

sentimentos e valores como a xenofobia, o medo ou a compaixão. A forma como se dá a utilização de formatos e abordagens, determina a “vocação” e o impacto populista de cada dispositivo mediático, nomeadamente na forma como os conteúdos são veiculados, por exemplo, nos jornais noticiosos, nos alertas de informação, nos títulos de notícias, nos *talk shows*, nos programas de opinião e outros. Complementarmente, a cultura de massas, sobretudo a ficção, joga um papel importante, na medida em que, ao dar a ver o quotidiano, ao descrevê-lo e ao destrinchá-lo, permite uma maior distinção entre o que é popular e o que é populismo. É evidente que cada caso é um caso e que cada local, região, país ou continente tem antecedentes culturais, históricos, económicos e políticos que não permitem generalizar conclusões.

Digital, *big data* e algoritmos: desafios à democracia e à liberdade de expressão

O relatório do Banco Mundial *Digital Dividends 2016*, sobre a expansão mundial das tecnologias digitais, sublinha o aumento do acesso mundial à internet (40% da população mundial), referindo que entre os 20% das famílias mais pobres, 7 em cada 10 em um telefone móvel, estando mais propensas a ter acesso a estes dispositivos que a sanitários ou água encanada. O mesmo relatório salienta que os benefícios proporcionados por estas tecnologias de informação e comunicação só se efetivam se existir uma boa governança que invista na educação e na saúde dos cidadãos, criando um clima de confiança económica. Sublinha que as tecnologias digitais – internet, telefones celulares e todas as outras ferramentas para coletar, armazenar, analisar e compartilhar informações digitalmente – se espalharam rapidamente, mas apenas os países que complementam os investimentos em tecnologia com reformas económicas, conseguem maiores dividendos digitais, tais como crescimento mais rápido, mais empregos e melhores serviços. O mundo digital exige, em contrapartida, investimento em tecnologias, não só na compra e manuseamento de dispositivos, mas na banda larga e na fibra ótica, ou em cobertura aérea, como antenas, satélites e outros dispositivos.

Na perspectiva otimista do relatório, a inclusão digital tende a aproximar o estado dos cidadãos, a dinamizar e a diversificar a economia nacional e internacional, bem como a criar empregos mais qualificados. Contudo, no último quinquénio, aceleraram-se os riscos inerentes ao desenvolvimento do digital, nomeadamente no campo da política, do trabalho e da distribuição de renda. Se, por um lado, há um maior número de países que formalmente vivem em democracia, por outro lado a concepção de democracia mudou e a participação em eleições livres caiu, acompanhando o aumento dos populismos, autoritarismos e totalitarismos. Os desvios à democracia dão-se, sobretudo, utilizando momentos eleitorais e recorrendo a campanhas sofisticadas de marketing que perpassam meios de comunicação *mainstream* e,

principalmente, as redes sociais como o *Facebook*, *Youtube* e o *Twitter*. As notícias falsas que têm acompanhado as campanhas eleitorais no Ocidente, produzidas maioritariamente em países do Leste europeu, constituem um desafio para os decisores políticos e colocam em risco as democracias. Estas notícias, que os cidadãos comuns não conseguem discernir de factos verídicos, tendem a favorecer interesses populistas e a impulsionar ganhos publicitários de empresas intermediárias como a *Google* e a *Facebook*. Dois fatores impulsionam a receptividade às notícias falsas: a descredibilidade dos meios *mainstream* e a crescente dificuldade, dada a imensidão de fontes existentes, em confirmar a informação veiculada. Distinguem-se, de momento, seis tipos de notícias falsas: as que surgem como alegadas interferências estrangeiras em eleições domésticas; notícias inventadas com vista a vender publicidade; notícias sobre figuras públicas recorrendo à paródia e à sátira; notícias sem verificação de fontes e sem contraditório; notícias que reforçam ideologias, discursos de ódio e outros, sem contextualização; notícias que desafiam a autoridade democrática e favorecem os interesses dos mercados e corporações (TAMBINI, 2017).

As tecnologias digitais alteraram, igualmente, o mundo do trabalho, desvalorizando os saberes consolidados nas instituições tradicionais de ensino e promovendo o conhecimento *in progress* nas empresas. Aos candidatos a um posto de trabalho qualificado, são exigidas crescentes competências tecnológicas, linguísticas e emocionais, qualidades que não garantem estabilidade, progressão ou remuneração adequadas. A desvalorização e polarização do trabalho – trabalhadores com demasiadas tarefas/horas e um grande número de desempregados – afetaram salários, horários, contratos, precariedade e a sociedade como um todo. A desigualdade e o fosso entre ricos e pobres acentuaram-se entre cidadãos do mesmo país, gerando grandes desequilíbrios e não oferecendo, a quem ganha baixos salários, condições de sobrevivência (PIKETTY, 2014; STREECK, 2013). A automação de tarefas repetitivas, a inteligência artificial e a chamada “internet das coisas” tende a agravar estas circunstâncias, prevendo-se a curto prazo uma redução de milhões de empregos em tarefas repetitivas, mas também em áreas mais qualificadas. As angústias face à globalização económica e aos desafios tecnológicos, a percepção da desvalorização do trabalho, bem como os crescentes desequilíbrios na distribuição de renda, constituem elementos que levam cidadãos a buscar conforto em ideologias extremistas.

O enfraquecimento do(s) estado(s) pelo capitalismo neoliberal, e a sua captura pelos interesses das elites nacionais e internacionais, constituem mais um contributo para que a economia da internet favoreça o monopólio e a concentração de mercados em poucas empresas e o crescimento de uma elite altamente privilegiada (STIGLITZ, 2012). Neste cenário, as instituições reguladoras de estados debilitados têm dificuldade em controlar e restabelecer o equilíbrio entre interesse público e interesses privados, contribuindo, assim, para a emergência de populismos.

Neste contexto, identificam-se grandes mudanças na atuação dos media, e principalmente do Jornalismo, subordinado ou atrelado a interesses externos ao seu campo. A informação e a liberdade de expressão são crescentemente utilizadas como instrumentos de influência e poder, em sintonia com empresas media subordinados ao capitalismo globalizado. Sobressaem, nesta lógica, os indicadores que garantem *ratings* e *shares*, na linha do infoentretenimento, do populismo e da construção de cidadãos em audiências compulsivas. Apesar de abundar informação, torna-se praticamente impossível aferir a sua qualidade e pertinência, na medida em que a “informação” que realmente interessa, e condiciona a vida dos cidadãos, não é apresentada ao grande público e circula, cada vez mais, de forma cifrada, isto é, tecnicamente encriptada e restrita (CUNHA, 2015). A desconfiança e o ceticismo perante a informação veiculada pelos meios *mainstream* aumentaram exponencialmente com a Grande Crise. As revelações de casos como o *WikiLeaks* e *Panama Papers*, ainda que realizadas com ajuda de jornalistas, colocaram a descoberto as opções económicas, políticas e sociais do Jornalismo no quotidiano, bem como a sua conformidade aos poderes instalados.

O Jornalismo, tal como o conhecemos, entrou em colapso face à expansão do digital, com a multiplicação de acessos a notícias gratuitas em sites online, a recusa generalizada de leitores em pagarem pela informação e o desinvestimento da publicidade, que migrou para outras plataformas e conteúdos. Surge um outro Jornalismo que recorre à intermediação de agregadores de conteúdos, aos *big data*, à interação com *producers* e a *gatekeepers* tecnológicos variados. O Jornalismo torna-se refém dos algoritmos de busca de conteúdos a partir das redes sociais, plataformas digitais, motores de busca, *apps*, agregadores e muitos outros intermediários da fabricação das notícias. Fazer jornalismo, a partir de *big data* – informação resultante da análise de uma quantidade imensa de informação espalhada por inúmeros bancos e plataformas – condicionados por algoritmos (expressões matemáticas produzidas por técnicos fora do contexto do jornalismo), implica uma outra visão sobre a informação e a liberdade de expressão.

Os *big data* e os algoritmos estão no centro da discussão dos processos de comunicação de massa, da informação e da liberdade de expressão. *Big data* é um conceito abrangente que inclui estratégias e táticas que envolvem conjuntos de dados maciços e diversas tecnologias. O impacto destes dados sente-se em todas as indústrias, incluindo a indústria dos media e de conteúdos, em função do desenvolvimento de tecnologias que visam automatizar e simplificar processos de análise de dados. A indústria dos media pensa os *big data* com vista a processar um grande volume de dados rapidamente – especialmente notícias –, a partir de uma variedade de formatos de dados, cada vez mais desestruturados e dispersos. Estes dados acumulam valor inestimável pois permitem, não só identificar conteúdos, como direcioná-los para audiências e consumidores. As empresas dos media coletam esses inúmeros dados, a cada minuto, de todas as áreas de atividade humana digitalizada, tais como conteúdos produzidos e veiculados por

governos, instituições e cidadãos, pela publicidade ou pelas transferências financeiras. A maioria destes dados são reprocessados e cruzados, isoladamente ou em conjunto, dando origem a bibliotecas, videotecas, galerias de fotografias, bancos de imagens e gráficos, os quais representam cerca de 70% do armazenamento e compartilhamento de dados da internet. A produção, utilização e acesso a estes dados alterou, não só a natureza dos media *mainstream*, mas especialmente o Jornalismo.

Os algoritmos são instruções que levam à resolução de um problema ou à execução de uma tarefa na internet. O código do computador é algorítmico e todas as buscas, acessos e pesquisas na internet são executadas em algoritmos; por exemplo, o e-mail é direcionado a partir de algoritmos e, da mesma forma, os aplicativos de smartphone. Mais ainda, os videogames constituem, também, narrativas algorítmicas, bem como, por exemplo, os sites de namoro on-line ou as recomendações de livros ou de viagens (*Pew Resaech Center Internet & Technology*, 2017). Deste modo, as fórmulas algorítmicas comandam os acessos aos conteúdos e estão no interior dos conteúdos digitais. Por exemplo, a conta de uma rede social cria um perfil do seu utilizador a partir das suas escolhas (*likes*) e devolve, à mesma conta, informação que consolida ou amplia – dentro do mesmo campo semântico – as preferências registadas. Estes procedimentos alicerçados na consulta a bases de dados (*big data*), por meio de algoritmos, são condicionadores da pluralidade e diversidade no acesso à informação.

Acresce que, cada vez mais, os algoritmos adquirem capacidade de autoaprendizagem e substituem-se, progressivamente, aos programadores. Os técnicos que criam os algoritmos, e as empresas, ou governos, que os gerem, têm, por conseguinte, um imenso poder oculto que é normalmente ignorado, não só por quem utiliza a internet, mas também por quem reflete sobre estes dispositivos. Em simultâneo, aumentam os predadores (*hackers*) que utilizam a internet com fins anti-sociais, a partir de ciberataques, *dark net*, ou, ainda, criando negócios como os que já referimos ao abordar as notícias falsas.

Os *big data* e os algoritmos constituem, deste modo, um desafio social, pois dominam as tecnologias digitais e permanecem ocultos, embora as suas consequências se façam sentir nas mudanças sociais, como referimos anteriormente. A influência destes instrumentos tende a crescer proporcionalmente ao desenvolvimento da programação informática e à autoaprendizagem das máquinas de programação, obscurecendo metodologias, procedimentos e interesses de indivíduos, grupos e empresas. A transparência dos propósitos declinará e o domínio humano sobre as máquinas e os seus objetivos tenderá a esbater-se.

Coloca-se, assim, mais um desafio à democracia, para além das notícias falsas que são apenas a ameaça mais visível e popular, a partir de mecanismos ocultos de acesso à informação, onde o pluralismo é um conceito inexistente e desconhece-se o valor da liberdade de expressão.

Em movimento

Vivemos um tempo complexo, de mudanças tecnológicas, políticas, económicas sociais aceleradas. Os processos de globalização tornaram o mundo único, mas, simultaneamente, acentuaram clivagens ideológicas, sociais e políticas, polarizando pontos de vista, em função da geografia, posição na hierarquia social, estatuto do trabalho, raça, género e outros. A globalização distribuiu mundialmente dividendos económicos, retirou ao ocidente a supremacia económica e financeira, desnacionalizou e internacionalizou empresas e corporações, a partir da mobilidade do capital e da participação bolsista. Simultaneamente fez emergir uma elite com fidelidades globais transversais, fundada na defesa de interesses financeiros e cooperativos, e impulsionou a mobilidade de milhões de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e acesso aos benefícios da modernidade.

A globalização acentuou os riscos da interdependência global, do colapso energético, das epidemias, do fim da biodiversidade, do esgotamento dos recursos naturais e do descontrolo tecnológico (BECK, 2010). O sistema-mundo globalizado, de matriz ocidental e capitalista, está posto em causa por académicos, cientistas, ativistas políticos, ambientalistas e cidadãos comuns confrontados com os seus múltiplos colapsos quotidianos.

A democracia como forma de governação mais justa – embora esteja em discussão o sistema de dominação implementado pelo ocidente, nomeadamente pelo capitalismo, na expansão da globalização – continua em expansão, ainda que sob diferentes ameaças. Os riscos são diversos, da captura do estado democrático pelos interesses económicos e financeiros nacionais e internacionais, à utilização dos rituais democráticos para validar a apropriação dos recursos por oligarquias várias, que evocam o interesse do povo para se perpetuarem no poder. A globalização originou novas patologias da democracia, que recorrem a instrumentos sofisticados, financeiros e tecnológicos, muitas vezes apelando a artimanhas legais, como *offshores*, incentivos fiscais e outros, e recrutando pessoal altamente especializado, em operações internacionais, que os estados não têm condições de pagar. A corrupção, como fenómeno de apropriação indevida de recursos públicos, tornou-se um problema endémico para as democracias, envolvendo, sob diversas formas, um número crescente de governantes. Crime como tráfico de influências, utilização privilegiada de informação, crimes económicos contra o estado, para além de fuga ao fisco e branqueamento de capital, são acusações frequentes a governantes, constituindo, segundo diversos barómetros políticos internacionais, graves riscos à manutenção das democracias. Neste contexto, explorado pelos media *mainstream* e pelas redes sociais, cresce a percepção e a desconfiança que os interesses do cidadão comum são preteridos frente aos interesses económico-financeiros organizados e que, na generalidade, os governantes visam defender os seus próprios interesses ou os do seu grupo ou partido (MOISÉS, 2010).

Está-se, assim, perante um clima fértil aos populismos políticos e aos autoritarismos, que encontram nos desertados da economia globalizada, ou naqueles que se consideram ameaçados na sua identidade nacional e religiosa, um campo fértil para a sua expansão.

Os media *mainstream* não têm conseguido acompanhar a evolução das tecnologias da informação e comunicação e encontram-se subordinados a interesses externos ao *ethos* profissional. A crise do Jornalismo é a face mais visível desta situação e reflete o declínio da imprensa tradicional frente ao declínio de uma certa forma de democracia (STARR, 2009).

Os media *mainstream*, por incorporarem temas e dispositivos técnicos populistas, estão na génese de manifestações políticas populistas, embora, quando esta forma de governo se instala, se tornem progressivamente alvos do chefe populista. A orientação para o mercado dos media *mainstream*, bem como a concorrência e a necessidade de captação de audiências, favorece esta diretriz, incitando os profissionais a assumirem o papel de advogados do povo e a serem plataforma da voz popular. O Jornalismo, dando ênfase ao designado *newsroom* populista (AALBERG et al, 2017) por meio de programas e géneros populares – *talk shows*, telefonemas agressivos em programas de opinião, intervenções em programas políticos e entrevistas a políticos, parlamentos populares e outros – tende a confrontar as instituições democráticas e os governantes, descontextualizando ações (*imagebytes*) e restringindo os *soundbytes* políticos.

As dificuldades observadas pelos media *mainstream* refletem a crise global da comunicação, de um tempo dito de pós-televisão, gerada por fatores tecnológicos advindos da revolução digital, do nascimento de redes interativas, da transmedia, da multiplicidade de produtores de conteúdos, que originam uma cultura participativa. O colapso das fontes tradicionais de financiamento dos media *mainstream* e as estratégias agressivas das empresas tecnológicas que suportam as redes digitais, têm ditado as alterações ao modelo de negócios existente. Os media *mainstream* defrontam, por conseguinte, o desafio tecnológico de aceder, analisar, gerenciar e distribuir grandes volumes de dados, e desenhar outro modelo de negócios direcionado para a distribuição multiplataforma, para a diversificação dos produtos distribuídos e dos consumidores e para o aumento da receita publicitária. Por outro lado, as empresas tecnológicas tendem a monopolizar e a dominar os conteúdos, recorrendo à utilização dos *big data* e ao desenvolvimento de algoritmos de autoaprendizagem.

Neste contexto, exigem-se políticas públicas específicas, não só para o armazenamento, proteção e regulação de dados, como para a utilização e acesso, com vista a proteger instituições democráticas e o cidadão comum, mantendo a transparência dos procedimentos.

A academia, nomeadamente as áreas das Ciências Sociais e Humanas, terão que rever os pressupostos epistemológicos, objetivos e corpus dos seus trabalhos empíricos e teóricos. Outros saberes, outras formações disciplinares e instrumentos de observação e análise deverão ser implementados, tendo em conta os desafios colocados pelas grandes compilações de dados digitais e a utilização de fórmulas matemáticas complexas. Trata-se de uma outra literacia

direcionada ao uso do digital e ao conhecimento da sua arquitetura, que deverá perpassar a sociedade como um todo, para que esta não fique refém de empresas e máquinas de autoaprendizagem e à mercê de interesses escusos e pouco transparentes, como que cumprindo as profecias orwellianas.

Referências

- AALBERG, T., ESSER, F., REINEMANN, C., STROMBACK, J. & VREESE, C.H.. POPULIST POLITICAL COMMUNICATION IN EUROPE. LONDON/NEW YORK, ROUTLEDGE, 2017.
- AMPUJA, M.. THEORIZING GLOBALIZATION: A CRITIQUE OF THE MEDIATIZATION OF SOCIAL THEORY. LEIDEN: BRILL, 2010.
- _____. KOIVISTO, J. & VALIVERRON, E. STRONG AND WEAK FORMS OF MEDIATIZATION THEORY: A CRITICAL REVIEW. NORDICOM REVIEW. VOL 35, SPECIAL ISSUE, 2014.
- BECK, U. & SZNAIDER, N.. UNPACKING COSMOPOLITANISM FOR THE SOCIAL SCIENCES: A RESEARCH AGENDA. THE BRITISH JOURNAL OF SOCIOLOGY, 57(1), 2006.
- BECK, U.. WHAT IS GLOBALIZATION? CAMBRIDGE: POLITY PRESS, 2000.
- _____. SOCIEDADE DE RISCO: RUMO A UMA OUTRA MODERNIDADE. TRADUÇÃO: SEBASTIÃO NASCIMENTO. SÃO PAULO: EDITORA 34, 2010.
- BJERKE, P. & FONN, B. K.. A HIDDEN THEORY IN FINANCIAL CRISIS JOURNALISM?: THE CASE OF NORWAY. NORDICOM REVIEW, VOL. 36, 2, 2015.
- CANCLINI, N.. LA GLOBALIZACIÓN IMAGINADA. BARCELONA: ED. PAIDÓS, 1999.
- COULDRY, N. & HEPP, A.. CONCEPTUALIZING MEDIATIZATION: CONTEXTS, TRADITIONS, ARGUMENTS, COMMUNICATION THEORY, V. 23, Nº 3, 2013.
- CUNHA, I.. DA “DESDEMOCRATIZAÇÃO” DA EUROPA: DEMOCRACIA, MEDIA E CORRUPÇÃO POLÍTICA. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. INTERCOM, 38(1), 2015.
- DELLA PORTA, D., FERNANDEZ, J., KOUKI, H. & MOSCA, L. (2017). MOVEMENT PARTIES. CAMBRIDGE: POLITY PRESS DIGITAL DIVIDENDS: WORLD DEVELOPMENT REPORT 2016. WORLD BANK. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.WORLDBANK.ORG/EN/PUBLICATION/WDR2016](http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2016)>. ACESSO: JUNHO DE 2017.
- ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT’S DEMOCRACY, 2015. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.ECONOMIST.COM/MEDIA/PDF/DEMOCRACY_INDEX_2007_V3.PDF](https://www.economist.com/media/pdf/democracy_index_2007_v3.pdf)>. ACESSO: JUNHO DE 2017.
- ERNST, N.. UNDERSTANDING MEDIA POPULISM: AN INTERNATIONAL AND INTERMEDIA COMPARISON. PAPER FOR NCCR DOCTORAL PROGRAM DEMOCRACY STUDIES. FIRST RESEARCH COLLOQUIUM FALL 2014.
- FREEDOM HOUSE. POPULIST AND AUTOCRATS: THE DUAL THREAT OF DEMOCRACY. FREEDOM HOUSE, REPORT, 2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://FREEDOMHOUSE.ORG/REPORT/FREEDOMWORLD/FREEDOM-WORLD-2017](https://freedomhouse.org/report/freedomworld/freedom-world-2017)>. ACESSO: JUNHO 2017.

GROSFOGUEL, R.. PARA DESCOLONIZAR OS ESTUDOS DE ECONOMIA POLÍTICA E OS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS: TRANSMODERNIDADE, PENSAMENTO DE FRONTEIRA E COLONIALIDADE GLOBAL. REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Nº 80, MARÇO 2008.

GROSFOGUEL, R. (2013) COMO LUCAR DECOLONIALMENTE?. ENTREVISTA. PERIÓDICO DIAGONAL. DISPONÍVEL EM: < [HTTPS://WWW.DIAGONALPERIODICO.NET/SABERES/COMO-LUCARDECOLONIALMENTE.HTML](https://www.diagonalperiodico.net/saberes/como-luchar-decolonialmente.html)>. ACESSO: JUNHO DE 2017.

HEPP, A.. CULTURES OF MEDIATIZATION. CAMBRIDGE:POLITY PRESS, 2012.

INGLEHART, R. & NORRIS, P.. TRUMP, BREXIT AND THE RISE OF POPULISM: ECONOMIC HAVE-NOTS AND CULTURAL BACKLASH. HKS WORKING PAPER No. RWP16-026, 2016. DISPONÍVEL EM: < [HTTPS://PAPERS.SSRN.COM/SOL3/PAPERS.CFM?ABSTRACT_ID=2818659](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2818659)>. ACESSO: JUNHO DE 2017.

JOHNSTON, M.. SYNDROMES OF CORRUPTION: WEALTH, POWER AND DEMOCRACY. CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2005.

LIVINGSTONE, S. & LUNT, P.. MEDIATIZATION: AN EMERGING PARADIGM FOR MEDIA AND COMMUNICATION STUDIES IN: LUNDBY, K. (ED.) MEDIATIZATION OF COMMUNICATION. HANDBOOK OF COMMUNICATION SCIENCE (21\). BERLIN: DE GRUYTER MOUTON, 2014.

MARTIN-BARBERO, J.. DE LOS MEDIOS AS LAS MEDIACONES: COMUNICACION, CULTURA Y HEGEMONIA. BOGOTÁ: CONVÉNIO ANDRES BELLO, 1998.

MAZZOLENI, G.. POPULISM AND THE MEDIA. IN: ALBERTAZZI, D. & McDONNELL, D.(EDS.), TWENTY-FIRST CENTURY POPULISM: THE SPECTRE OF WESTERN EUROPEAN DEMOCRACY. BASINGSTOKE AND NEW YORK, NY: PALGRAVE MACMILLAN, 2008.

MEDIA PLURALISM MONITOR, 2016. RELATÓRIO APRESENTADO À COMISSÃO EUROPEIA. DISPONÍVEL EM: < [HTTPS://EC.EUROPA.EU/DIGITAL-SINGLE-MARKET/EN/NEWS/MEDIA-PLURALISMMONITOR-2016-RESULTS](https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/media-pluralism-monitor-2016-results)>. ACESSO: JUNHO DE 2017.

MOISÉS, J. A. (ED.). DEMOCRACIA E CONFIANÇA: POR QUE OS CIDADÃOS DESCONFIAM DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS. SÃO PAULO: EDUSP, 2010.

OROZCO GÓMEZ, G.. AUDIENCIAS, TELEVISIÓN Y EDUCACIÓN: UNA DESCONSTRUCCIÓN PEDAGÓGICA DE LA “TELEVIDENCIA” Y SUS MEDIACIONES. REVISTA IBERO-AMERICANA DE EDUCACIÓN. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS, SETEMBRO-DEZEMBRO, 27, 2001.

QUIJANO, A. (2005). A COLONIALIDADE DO SABER: EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS. PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://BIBLIOTECA.CLACSO.EDU.AR/ CLACSO/SUR-SUR/20100624103322/12_QUIJANO.PDF](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.PDF)>. ACESSO: JUNHO DE 2017.

PAPATHANASSOPOULOS, S.. EUROPEAN MEDIA VIEWS OF THE GREEK CRISIS. IN: SCHIFFERES, S. & ROBERTS, R. THE MEDIA AND THE FINANCIAL CRISIS. LONDON: ROUTLEDGE, 2015.

PEW RESEARCH CENTER INTERNET & TECHNOLOGY, 2017. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.PEWINTERNET.ORG/2017/02/08/CODE-DEPENDENT-PROS-AND-CONS-OF-THEALGORITHM-AGE/](http://www.pewinternet.org/2017/02/08/code-dependent-pros-and-cons-of-the-algorithm-age/)>. ACESSO: EM JUNHO DE 2017.

PICARD, R., SELVA, M. , BIRONZO, D. (2014). MEDIA COVERAGE OF BANKING AND FINANCIAL NEWS: REPORT. OXFORD: REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://REUTERSINSTITUTE.POLITICS.OX.AC.UK/SITES/DEFAULT/FILES/MEDIA%20COVERAGE%20OF%20BANKING%20AND%20FINANCIAL%20NEWS_0.PDF](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Media%20Coverage%20of%20Banking%20and%20Financial%20News_0.pdf)> ACESSO: JUNHO DE 2017.

PIKETTY, T.. O CAPITAL NO SÉCULO XXI. LISBOA: TEMAS E DEBATES, CÍRCULO DOS LEITORES, 2014.

SANTOS, B. & MENEZES, M. P.. EPISTEMOLOGIAS DO SUL. SÃO PAULO: EDITORA CORTEZ, 2010.

STARR, P. (2009). THE END OF THE PRESS: GOODBYE TO THE AGE OF NEWSPAPERS (HELLO TO A NEW ERA OF CORRUPTION). THE NEW REPUBLIC, MARCH 4. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.PRINCETON.EDU/~STARR/ARTICLES/ARTICLES09/STARR_NEWSPAPERS_3-4-09.PDF](https://www.princeton.edu/~starr/articles/articles09/starr_newspapers_3-4-09.pdf)>. ACESSO: JUNHO DE 2017.

STIGLITZ, J.. THE PRICE OF INEQUALITY. NEW YORK: NORTON, 2012.

STROMBACK, J.. MEDIATIZATION AND PERCEPTIONS OF THE MEDIA'S POLITICAL INFLUENCE. JOURNALISM STUDIES, v.12, 2011.

STREECK, W.. TEMPO COMPRADO – A CRISE DO CAPITALISMO DEMOCRÁTICO. COIMBRA: ACTUAL, 2013.

STROMBACK, J.. FOUR PHASES OF MEDIATIZATION: AN ANALYSIS OF THE MEDIATIZATION OF POLITICS. PRESS POLITICS, v.13, nº3, 2008.

TAMBINI, D.. FAKE NEWS: PUBLIC POLICY RESPONSES. MEDIA POLICY BRIEF 20. LONDON: MEDIA POLICY PROJECT, LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE, 2017.

Imperialismo e meios de comunicação: a Guerra Fria Cultural no Brasil

Walter de Sousa Junior¹²

O livro “Quem pagou a conta? – A CIA e a Guerra Fria da cultura” (*Who Paid the Piper?: CIA and the Cultural Cold War*), da jornalista britânica Frances Stonor Saunders, publicado em 1999 na Grã-Bretanha e em 2008 no Brasil, aborda a forma como a CIA financiou publicações, festivais de música, congressos culturais, galerias e diretamente intelectuais e artistas da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial. A autora não conseguiu mensurar o volume de dinheiro direcionado ao serviço mas garante que “a CIA bombeou dezenas de milhões de dólares (SAUNDERS, 2008, p. 147)” durante as duas primeiras décadas da Guerra Fria (1945-1991).

A leitura do livro enseja, de imediato, a questão: “De que forma isso ocorreu também no Brasil?” Há, a princípio, um vínculo bem evidente entre as práticas da CIA (a Agência Central de Inteligência) na Europa durante a Guerra Fria e o que teria sido conduzido no Brasil antes mesmo da Segunda Guerra Mundial e ele atende pelo nome de Nelson Aldrich Rockefeller, o milionário herdeiro da *Standard Oil Company*. Amigo do presidente Franklin Roosevelt, respondeu pelo *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) e pela chamada política de Boa Vizinhaça, ambos dedicados a atrair a América Latina para o lado americano durante o confronto mundial, entre os anos 1940 e 1946, tendo, nesse período, investido um orçamento total de US\$ 140 milhões.

Há um ponto essencial em que diferem as abordagens da CIA e de Rockefeller: enquanto na Europa do pós-guerra todos os esforços foram para afirmar e disseminar uma alta cultura americana como forma de confrontá-la com a estética soviética, no Brasil a forma de combater

¹² Professor Doutor pela ECA-USP. Vice-coordenador do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM).

a influência indesejada das forças inimigas, a princípio do fascismo e depois do comunismo, se concentrou nos meios de comunicação de massa. Por que? É interessante notar que foi justamente no período da Guerra Fria que as vanguardas culturais europeias passaram a influenciar os palcos, as telas e as discussões intelectuais brasileiras, incluindo o esforço nacional em se inserir no circuito mundial das artes plásticas. Então, ao investir nos meios de comunicação, de que forma o discurso da Guerra Fria foi absorvido e afetou de fato a produção cultural brasileira?

Ao tentar o terceiro mandato presidencial em 1940, Franklin D. Roosevelt incluiu em sua plataforma eleitoral a cooperação continental ante o conflito que rondava a América, defendendo uma aproximação com os “bons vizinhos” – o que significava abrir mão da política do intervencionismo na América Latina, tônica do início do século XX – e estruturando uma seção governamental para cuidar desse processo. Ao criar o OCIAA e entregá-lo a Rockefeller, que conhecia a região desde 1937, quando empreendeu viagem que incluiu visitas à Colômbia, Venezuela, Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Peru e Panamá, o presidente atendia um alerta feito pelo milionário sobre a possibilidade de as forças nazistas avançarem sobre a América Latina, esquecida pelo governo americano.

Em sua segunda viagem ao Brasil, já como representante do governo americano em 1942, Rockefeller participou de inúmeros eventos oficiais, onde falou a políticos, militares e empresários, propagandeando o *american way of life*. Sua estratégia se concentrou em duas frentes: o cinema e o rádio. Na mão dupla da política da Boa Vizinhança, o cinema americano apresentava a *bombshell* Carmen Miranda enquanto trazia Walt Disney para o Brasil, autor do personagem “brasileiro” Zé Carioca, que estrelou o filme *Saludo, amigos! (Alô, amigos!)*, e Orson Welles, que não concluiu seu filme *It's all true (É tudo verdade)*, cuja produção se arrastou por meses. No rádio, enquanto transmitia os badalados bailes musicais do Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, para os Estados Unidos, trazia para o Brasil o modelo de radiojornalismo que iria prevalecer por décadas, inclusive sendo depois adaptado à televisão: o *Repórter Esso*¹³. E programas igualmente dedicados a envolver o ouvinte no avanço das forças Aliadas como *Acredite se quiser!*, com ritmo narrativo de radionovela. As intermediações eram sempre feitas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão centralizador do controle da produção artística e jornalística, criado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas em 1939.

O OCIAA contava com um vasto número de funcionários dedicados e qualificados, escolhidos a dedo por Rockefeller, oriundos da indústria do cinema e do mercado publicitário. Também no Brasil, se valeu de intelectuais locais – transferidos para Nova York – para redigir os roteiros de rádio, entre eles Orígenes Lessa, Marcelino de Carvalho, Raimundo Magalhães Jr. e Carlos Cavalcante.

¹³ *Esso* foi a marca consagrada pelo conglomerado no país, originada da pronúncia em inglês das iniciais da empresa *Standard Oil* (SO).

A morte repentina de Roosevelt em 1945, um mês antes do fim da guerra, levou o vice-presidente Harry Truman a assumir a Casa Branca. Roosevelt havia sido eleito para o quarto mandato em novembro de 1944 e Rockefeller sido nomeado para assumir o cargo de subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos. A mudança de cargo lhe deu mais prestígio político, além de legar-lhe a oportunidade de repensar o papel da região no mapa do pós-guerra. Durante a realização da “Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz”, em Chapultepec, México, endossou a proposta da formação de um bloco político e econômico de países latino-americanos, que teria também a missão de pensar uma estratégia de defesa mútua. Mas a ideia não foi bem vista por Washington, que se dedicava à criação de uma organização responsável em manter a paz no mundo – a ONU, que seria fundada em outubro de 1944.

A atuação de Rockefeller estava limitada à sua proximidade de Roosevelt. O novo presidente tinha planos bem distintos e prescindia da presença do milionário no governo. Foi demitido, enquanto as bases da Doutrina Truman, de luta contra o comunismo, eram lançadas como estratégia para o pós-guerra, assim como o Plano Marshall, de ajuda à reconstrução da Europa – a América Latina ficara de fora –, e que compreendeu US\$ 12 bilhões. Outro legado da transição foi a criação da Agência Central de Informações, a CIA – depois chamada de “Inteligência” – em substituição à Agência de Serviços Estratégicos (OSS), que funcionou durante a guerra.

Além de coordenar informações militares e diplomáticas em tempos de paz, a agência marcou uma grande mudança política dos Estados Unidos. Essa máquina de propaganda se valeu de instituições privadas para financiar estratégias de cunho cultural que desencorajassem intelectuais de esquerda a apoiar a União Soviética e passassem a se alinhar à doutrina do anticomunismo. Guiado pelo liberalismo e pelo empenho de empresários americanos contra o perigo de avanço comunista, a nova forma de atuar globalmente, especialmente a partir da vitória sobre as forças do Eixo, incluía estratégias mirabolantes para que o governo dos Estados Unidos cumprisse o propósito de financiar sem ser notado. Uma forma era usar fundações privadas para escoar o dinheiro da Guerra Fria cultural. Entre essas instituições estava a Fundação Rockefeller, uma das mais ativas colaboradoras do governo americano, tanto que muitos dos quadros da instituição foram parar em cargos públicos estratégicos no período.

Em termos efetivos de atuação, a experiência de Rockefeller na América Latina e o uso dos meios de comunicação como arma cultural para dissipar algum sentimento de antiamericanismo, estava sendo substituída pela resposta mista de cultura e tática de guerrilhas dada pelos Estados Unidos à ofensiva cultural da União Soviética. Esta envolvia diretamente a chamada alta cultura (artes plásticas, música erudita, artes cênicas e literatura), pois era preciso atrair intelectuais e acadêmicos para a causa americana, de modo que mantivesse uma liderança moral e política para conquistar o apoio do resto da sociedade europeia.

Com o fim da guerra e o desinteresse do governo dos Estados Unidos pelos países latino-americanos Rockefeller decidiu fazer uma investida privada na região. Para isso criou duas entidades. A primeira delas foi a *American International Association* (AIA), ou, em português Associação Americana Internacional para o Fomento Econômico e Social, sem fins lucrativos, dedicada à pesquisa científica e ao desenvolvimento da técnica com empenho no treinamento de pessoas.

A outra iniciativa foi a criação do *International Basic Economy Corporation* (IBEC), empresa dedicada a obter lucros em empreendimentos implantados no Brasil, de modo que eles fossem reinvestidos no próprio país nas áreas de educação, saúde e apoio social. No fundo, Rockefeller intencionava proporcionar possibilidades ao governo brasileiro de estruturar seu capitalismo, que se via em crise com o pós-guerra, o que poderia abrir margem para o avanço soviético uma vez que a redemocratização após o Estado Novo viabilizou a legalização do Partido Comunista Brasileiro, alinhado com Moscou.

Dessa forma, concatenando interesses econômicos privados e político-culturais públicos, Rockefeller encontrou a forma acabada de conduzir um novo tipo de imperialismo antes das estratégias da Guerra Fria Cultural e antecipando grande parte delas. Em relação aos meios de comunicação, em ascensão a partir do uso político dado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, foi possível atualizá-los com a inovação técnica e discursiva trazida na bagagem de Rockefeller e sua vasta equipe especializada.

A ascendência americana no pós-Vargas

O Brasil que saía da Era Vargas com o fim da Segunda Guerra Mundial carregava ainda o vasto legado do trabalhismo e do Estado centralizador e nacionalista, duas faces que incomodavam muito o projeto americano para o continente. Um dos focos foi exatamente o Exército, um dos vetores da direita. Soldados veteranos da Força Expedicionária Brasileira, frente montada por Vargas como contrapartida ao acordo selado com Franklin Roosevelt e que cooptou o país a apoiar as Forças Aliadas durante a guerra, angariavam a simpatia dos Estados Unidos. Tanto que o Pentágono decidiu fazer um acordo sigiloso com o Exército em 1949, ainda sob o governo Dutra, para montar a Escola Superior de Guerra. Apesar de pactuado, não houve tempo de executar o plano com a eleição de Vargas, que adiou o projeto até 1953 para não ter de apoiar o exército americano na Guerra da Coréia. A instituição se tornou rapidamente o palco das forças contrárias ao projeto varguista.

Seus principais articuladores foram os militares Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lira Tavares, Cordeiro de Farias e Juarez Távora, este seu primeiro presidente e principal articulador da oposição a Vargas que, em 1954 discursou defendendo a entrada do capital estrangeiro no país e mirando a rápida expansão da Petrobrás, empresa de

capital aberto e monopolizadora da exploração petrolífera instituída um ano antes após intensa mobilização popular capitalizada pelo governo federal. A aprovação de sua criação era a afronta maior ao projeto conduzido há mais de uma década pelo “amigo americano” Nelson Rockefeller (TOTA, 2014, p. 29).

A Escola Superior de Guerra promoveu intenso intercâmbio de cooperação com o governo americano levando missões anuais aos Estados Unidos e mantendo americanos em seus quadros até a década de 1970, sempre com o objetivo de disseminar o ideal da Guerra Fria e o combate ao comunismo. “A ESG incorporou em solo brasileiro as ideias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria” (DREYFUSS, 1987, p. 87).

Juscelino inaugura sua política desenvolvimentista com seu Plano de Metas (1956-1961), que prevê a expansão da indústria de base, o crescimento das empresas e a urbanização, mantendo a centralização política, o que o fez perder apoio no Congresso. “Foi sob o Plano de Metas que ocorreu o que podemos chamar de segundo estágio da ‘nacionalização formal’ da economia; o Estado transformando-se em produtor direto de bens e serviços estratégicos para a infraestrutura e tornando-se controlador indireto de substanciais mecanismos da política econômica” (DREYFUSS, 1987, p. 45).

O Plano de Metas foi gestado por um seleto grupo de empresários alinhados com as estratégias dos Estados Unidos para o Brasil, além de ter contado com sugestões da Escola Superior de Guerra. Esses empresários haviam se organizado desde 1949 por meio da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico a partir de 1949, que reunia Roberto Campos, Ary Frederico Torres, Lucas Lopes, Glycon de Paiva e Valentim Bouças, e que recomendaram a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) em 1952 sob a chancela ainda de Getúlio Vargas. Sua função era dar apoio financeiro a investidores privados e seu primeiro presidente foi Roberto Campos, tendo papel preponderante na definição dos setores-chave a serem atendidos pelo Plano de Metas (energia, transporte, alimentação, indústrias básicas e educação).

No entanto, havia uma sombra fantasmagórica que acompanhava o novo presidente brasileiro. Tratava-se do ministro do Trabalho que os militares haviam obrigado Getúlio Vargas a demitir pouco antes deste se suicidar. João Goulart, eleito vice-presidente, demonstrava visíveis traços comunistas às lentes militares e americanas. Isso se confirmaria, ao menos a Rockefeller, quando em 1959, quatro meses após a revolução de Cuba, segundo informe de Berent Friele, presidente do IBEC, a sua instituição no Brasil, João Goulart havia discursado contra os trustes norte-americanos que exploram as riquezas do Brasil.

Mas o tabuleiro político ainda se tornaria mais intrincado na virada para os anos 1960, o que incluía a fulminante passagem de Jânio Quadros pela presidência em 1961, eleito democraticamente pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), uma dissidência do PTB de Vargas que elegeu o vice-presidente, o temido João Goulart. Jânio renuncia sob condições até hoje

obscuras e a ameaça comunista representada por seu vice desencadeia uma série de reviravoltas políticas que irão desembocar no golpe militar de 1964. Toda essa cronologia, no entanto, foi não só acompanhada de perto mas protagonizada pelos americanos, seja diretamente pela CIA ou pelos prepostos de Rockefeller.

A estrutura ideológica do golpe civil militar

Uma profunda pesquisa de doutorado defendida na Universidade de Glasgow, na Grã-Bretanha pelo historiador uruguaio René Dreyfuss, então professor de Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), jogou luzes sobre como se deu o processo de estruturação ideológica que viabilizou o golpe militar de 1964 que ele salienta ter sido, na realidade, uma movimentação política civil-militar¹⁴ (AMORIM, 2014). Aliás, uma estrutura articulada há pelo menos década e meia antes do 1º. de abril de 1964 e que se dedicou a desenvolver uma estratégia que fosse capaz de desestabilizar o varguismo presente na ação política de Juscelino Kubistchek e de João Goulart. A base dessa estratégia estava na ação de uma elite orgânica formada por empresários, militares e intelectuais, além de representantes dos interesses financeiros multinacionais. Portanto seria o produto mais bem-acabado da Guerra Fria – política, econômica e cultural – a partir da ideologia da “inteligência” americana.

Parte dessa estratégia foi a criação no final da década de 1950 do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), pelos empresários Lauro Beer, Barthelemy Beer, Lauro Barros, Odemir Farias Barros e Aloísio Hanner e apoio do ex-comunista, opositor ferrenho de Vargas e então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. A atuação da entidade era reservada, sempre procurando o apoio de diversas fontes da sociedade. “O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias” (DREYFUSS, 1987, p. 112 e 113). A instituição também teve amplo apoio da CIA. “Em 1975, o ex-agente da CIA Philip Agree confirmou que o IBAD era uma das ‘principais operações de ação política do posto [da CIA] no Rio’” (COLBY e DENETT, 1998, p. 499). Seus financiadores foram as empresas americanas *Standard Oil* de New Jersey, Hanna Mining, Bethlehem Steel, Texaco, Gulf Oil, U. S. Steel e General Motors. Havia ainda uma grande proximidade do IBAD dos militares da reserva e que tinham forte ascendência no Clube Militar.

¹⁴ Embora a mecânica da cooperação entre a embaixada americana no Brasil e os empresários brasileiros em 1964 tivesse sido desvendada somente mais de década e meia depois por Dreyfuss, a revista americana *Fortune* publicou sobre a estratégia somente cinco meses após o golpe. O artigo de Philip Siekman intitulado *When Executives Turned Revolutionaries* (*Quando executivos viraram revolucionários*) reconhece o papel central do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que tinha fluxo anual de US\$ 500 mil mantido por 400 empresários.

A outra perna da mesma estratégia foi levantada em 1962 por uma iniciativa do empresário brasileiro Gilbert Huber Jr., filho de brasileiros, dono da empresa Listas Telefônicas S. A. e do grupo que levava seu nome com empresas nos segmentos metalúrgico, têxtil, de seguros e de papel e celulose. Huber, que organizava movimento de empresários no Rio de Janeiro, procurou em São Paulo o anticomunista ferrenho Paulo Ayres Filho, que fora diretor do Banco do Brasil na custa gestão presidencial de Jânio Quadros, para recrutar empresários para compor o que se tornou o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), cuja direção foi dividida entre os quadros dos dois Estados. “Os fundadores do IPES do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, vieram de diferentes *backgrounds* ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado” (DREYFUSS, 1987, p. 175). O IPES era financiado também por subsidiárias de empresas americanas, incluindo a *American Light and Power* e a afiliada brasileira de Rockefeller, a Deltec. Por trás do IPES estava ainda J. C. King, velho amigo de Rockefeller, ex-vice-presidente da Johnson & Johnson que se torna Chefe de Serviços Clandestinos no Hemisfério Ocidental da CIA nos anos 1950 e que passa a dirigir as ações da CIA no Brasil durante os momentos que antecederam o golpe de 1964. Foi uma ação de King a de financiar as manifestações de rua contra o governo de João Goulart, por exemplo. Concatenados, o IBAD funcionava como uma unidade tática do golpe enquanto o IPES atuava como centro estratégico.

A principal tática da elite orgânica foi apresentar suas bases ideológicas àqueles dotados de influência nas decisões políticas, que eram o combate ao comunismo, ao socialismo, à oligarquia rural e a corrupção do populismo. “Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão” (DREYFUSS, 1987, p. 232). Ou seja, a lição da Guerra Fria cultural bem aprendida e aplicada.

Os militares, o golpe e o novo regime

Ao visitar o Brasil em 1958 – pela nona vez em sua vida – Rockefeller havia sido eleito governador do Estado de Nova York, o que não o impediu de continuar monitorando as atividades políticas brasileiras. “Em 1963, a CIA preparou três relatórios sobre a política brasileira que argumentavam que os comunistas estavam conduzindo Goulart para a ditadura. Um dos relatórios repetia um mote conhecido para justificar a intervenção dos EUA: salvar um país da conspiração comunista internacional” (COLBY e DENETT, 1998, p. 486).

O IBAD planejou então, com dinheiro do empresariado americano e com a participação também do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Trabalho Livre (AIFLD), infiltrar

agentes no movimento rural do Nordeste – as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião –, além de infiltrar 33 sindicalistas treinados nos EUA.

Enquanto isso, os militares conspiravam.

(...) o chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto Castelo Branco, foi ao embaixador Lincoln Gordon com o plano do levante militar. O Brasil tinha que ser salvo de si mesmo, ou pelo menos de Goulart. Qual seria a reação de Washington? Gordon teria respondido que o presidente Johnson estava disposto a reconhecer qualquer governo rebelde em território brasileiro que se opusesse a Goulart e ao comunismo e que conseguisse se aguentar durante 48 horas (uma receita similar à da Baía dos Porcos). Ele sugeriu que Minas Gerais, sede da IV Região Militar, seria o melhor local para iniciar a rebelião. (COLBY e DENETT, 1998, p. 499).

Foi então que a marinha americana deslocou uma força-tarefa para a região de Santos, aguardando instruções da embaixada. Era a operação *Brother Sam*. Como o golpe foi rápido e exitoso, com as forças do IV Exército e do II Exército de São Paulo se mobilizando conforme o planejado, a força-tarefa não precisou ser acionada. Um dos últimos atos de Goulart foi a nacionalização da *Standard Oil Company*.

O protagonismo dos Estados Unidos no golpe foi negado pelas décadas seguintes. Isso porque Lindon Johnson, ao assumir a presidência após o assassinato de John F. Kennedy, se viu de imediato ante o acontecimento mais grave da Guerra Fria, a crise dos mísseis em Cuba, o que o fez rever a prática de romper relações diplomáticas com países cujo poder foi assumido por meio de golpes militares. Pouco antes do golpe, em 18 de março, Johnson havia assumido a Doutrina Mann, de apoio econômico e militar a qualquer país, com qualquer sistema de governo, desde que este se mantivesse anticomunista. O rápido reconhecimento do novo governo pelos Estados Unidos era sinal suficiente do seu apoio velado.

O golpe abriu as portas do mercado brasileiro às grandes corporações internacionais, especialmente às americanas. O grande objeto de cobiça internacional, enfim se colocava diante da mira das empresas estrangeiras: a Amazônia. A própria Força Aérea americana passou a fazer levantamentos geodésicos na região com a anuência dos militares mas sem o conhecimento do Congresso nacional. Seu interesse era detectar grandes veios minerais. Empresas americanas e canadenses, após pesquisas particulares descobriram minas valiosas e pediram autorização do governo para exploração, sendo atendidas. Em 1966 a revista *Time* noticiou que 50% das empresas brasileiras já haviam passado para as mãos de estrangeiros desde o golpe, o que

acabou desencadeando novo surto de nacionalismo. O primeiro a se levantar contra a entrega da economia às multinacionais foi justamente um dos principais colaboradores do golpe e dos EUA, Carlos Lacerda. Na ocasião, ele afirmou que o governo americano se sentia agradecido pelo golpe, pois não fora preciso intervir diretamente para estabelecer uma relação neocolonialista com o Brasil.

Havia também interesses americanos em entregar o poder à linha dura do Exército como forma de garantir a repressão aos levantes armados. Entre as lideranças militares estavam o general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar e o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI). A princípio o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, negociava por uma prorrogação ou renovação do mandato de Castello Branco. Tinha para isso um interlocutor, Roberto Marinho, dono do jornal *O Globo*, que havia recebido de Juscelino uma concessão de canal de televisão, projeto que seria viabilizado somente no ano seguinte, com a inauguração da TV Globo (REDE BRASIL ATUAL, 2014).

Os ânimos políticos se acirraram com a emergência da resistência de esquerda, inclusive armada, o que levou o país, na interpretação dos americanos, a um segundo golpe em menos de uma década. O AI-5, editado no final de 1968, colocou no poder a ala dura do regime militar, e a doutrina da Segurança Nacional foi centralizada pelo SNI do general Golbery do Couto e Silva.

Os meios de comunicação apoiam a ditadura

No início da década de 1960, com a abertura de mercado promovida pelo governo de Juscelino Kubistchek, o capital estrangeiro e as empresas transnacionais aportaram no país em vários segmentos, entre eles o de comunicação. Um segmento que se viu robustecido rapidamente foi o de publicidade, especialmente com a chegada ao país de gigantes mundiais como as agências McCann-Erickson e J. Walter Thompson, que tinham sua atuação coordenada pelo Departamento de Estado americano. Chegam ao Brasil entre outras, somando 15 empresas no início dos 1960, e que tinham a missão de distribuir publicidade de empresas estrangeiras e cooptar empresas de comunicação tradicionais no Brasil. Depois, a estratégia foi a da intervenção direta, com grupos internacionais oferecendo auxílio para defender a “liberdade de iniciativa” no país. Tratava-se de uma oferta que não encontrava dispositivo legal, pois a Constituição vedava a participação acionária de estrangeiros a empresas de comunicação, cujos donos deveriam ser brasileiros natos.

Dos grupos que mais ascendência teve no mercado de comunicação brasileiro nesse período foi o Time-Life, dirigido no início dos 1950 por Henry Luce. O grupo havia acabado de se instalar em Manhattan, no mais ambicioso empreendimento imobiliário de Nelson Rockefeller. Outro intermediário na instalação da sede de 70 andares da empresa foi o ex-embaixador americano no Brasil no período Vargas, Adolf Berle. Eram funcionários da Time-Life os irmãos

italo-americanos Cesar e Victor Civita. O primeiro levou o *know-how* de editar revistas especializadas para a Argentina na década de 1940, fundando em Buenos Aires o Editorial Abril. Na década seguinte, Victor chega ao Brasil com a missão de criar a seção local do empreendimento do irmão. Organiza a Editora Abril que, financiada pelos anunciantes americanos, edita 19 revistas, entre elas *Claudia*, *Quatro Rodas*, *Capricho*, *Intervalo*, *Manequim*, *Transporte Moderno*, *Máquinas e Metais*, *Química e Derivados*, *Contigo*, *Noiva*, *Mickey*, *Pato Donald*, *Zé Carioca*, *Almanaque Tio Patinhas*, a coleção de fascículos *Bíblia Mais Bela do Mundo*, além de diversos livros escolares. Victor conta com o apoio do filho Roberto, que após cumprir um ano e meio de estágio na *Time*, passa a coordenar a editora do pai.

Mas a ação do grupo Time Life, que politicamente estava comprometido com as forças conservadoras do Partido Republicano, francamente anticomunistas, não se contentará em simplesmente apoiar seu ex-funcionário Victor Civita. Com a restrição constitucional, a forma de atuar no aporte financeiro de grupos nacionais era constituir representantes de fachada, os chamados “testas de ferro” para suas atividades no Brasil.

Em 1962, o grupo Time-Life encontra seu parceiro ideal para entrar de vez no principal ramo das comunicações, a Televisão. A recém-fundada TV Globo, de Roberto Marinho. Era uma estranha sociedade. O capital da Rede Globo era de 600 milhões de cruzeiros, pouco mais de 200 mil dólares, ao câmbio da época. O aporte dado “por empréstimo” pela Time-Life era de seis milhões de dólares e a empresa tinha um capital dez mil vezes maior (CARTA MAIOR, 2013).

Foram assinados dois contratos: um principal, que estabelecia a *joint venture* entre os dois grupos e outro denominado “Acordo de Assistência Técnica”. De início a Globo recebeu US\$ 1,5 milhão do grupo Time-Life a título de empréstimo pessoal a Roberto Marinho, dinheiro que entrou no país a partir de uma operação de *swap* (troca de risco). O contrato principal previa a construção da sede no bairro do Jardim Botânico, na capital carioca, e a importação dos equipamentos de transmissão. O grupo americano oferecia treinamento especializado em televisão, troca de informações sobre gestão administrativa e comercial, engenharia e aquisição de programas estrangeiros. O contrato teria onze anos de duração, prorrogável por tempo indeterminado. Ambos violavam o Código Brasileiro de Telecomunicações e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, fato que só seria notado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações em 1965, quando o negócio despertou suspeitas de Carlos Lacerda, que apoiou o golpe mas cuja sanha nacionalista o fazia se levantar contra acordos com empresas estrangeiras. Na ocasião encaminhou carta ao general Castelo Branco denunciando o “escândalo” da *joint venture* entre Globo e Time-Life.

A TV Globo, Canal 4 do Rio de Janeiro, foi inaugurada em 28 de abril de 1965, com 13 horas de programação diária. “Em menos de quatro anos assumiria a liderança absoluta de audiência, a ponto de convertê-la em virtual monopólio e tornar comum a acusação de que se transformara numa espécie de ministério extraoficial da informação no país” (SILVA, 1985, p. 30). Essencial para alcançar esse *status* foi o “Contrato de Assistência Técnica” com a Time-Life, que somou investimentos de US\$ 6 milhões até abril de 1966. Essa vantagem técnica colocou a emissora bem à frente na disputa com seus concorrentes, entre eles a pioneira TV Tupi, pertencente aos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, então presidida pelo deputado federal João Calmon (PSD).

Aliás, nada refreou o avanço empresarial do acordo Globo-Time-Life, nem mesmo a Comissão Parlamentar de Inquérito pedida por 141 deputados no Congresso Nacional em outubro de 1965. Também entrava nessa batalha o deputado João Calmon, também presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), que passou a interpelar Roberto Marinho sobre o acordo com o grupo americano mesmo após ter sido desaconselhado pelo presidente da subsidiária brasileira da *Standard Oil* (de Rockefeller) a continuar conduzindo campanha contra a TV Globo.

Perguntei, em seguida, a Paulo Barbosa [presidente da *Standard Oil*]: 'Há algum vínculo, algum negócio, algum entendimento comercial entre a Esso Brasileira de Petróleo – a *Standard Oil* – e *O Globo*, ou a TV Globo ou o Sr. Roberto Marinho?' Ele hesitou um pouco, enquanto eu insistia. A pergunta não era dirigida ao diretor da *Standard*. Mas, antes, ao cidadão brasileiro, ao homem de bem, ao patriota que eu via em Paulo Barbosa. Foi quando admitiu 'haver alguma coisa', não diretamente com o Sr. Roberto Marinho, mas entre a *Standard Oil* e pessoas ligadas ao mesmo Sr. Roberto Marinho (HERZ, 2010).

A campanha, no entanto, apesar das ameaças do presidente da Esso, seguiu adiante, com o lançamento de um Manifesto à Nação assinado por 13 jornais ligados ao Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo, à Associação das Emissoras de São Paulo e ao Sindicato das Empresas de Radiodifusão de São Paulo, que denunciava a “infiltração de capitais estrangeiros na indústria jornalística nacional”. A pressão empresarial e o pedido de informações pelo CONTEL à Globo reforçou a criação da CPI pelo Congresso que, enfim, a instalada em 30 de março de 1966, quase dois anos após o golpe apoiado por Roberto Marinho.

Os trabalhos da CPI culminaram com a aprovação por unanimidade do relatório do relator Djalma Marinho em 22 de agosto de 1966 concluindo que o acordo entre a TV Globo e a Time-Life feriam o artigo 60 da Constituição que vedava a empresa estrangeira participar da orientação intelectual e administrativa de concessionária de canal de televisão.

Até aquele momento, a Time-Life havia transferido à TV Globo trinta vezes o valor do seu capital. O grupo americano tinha um capital dez mil vezes maior que o do parceiro brasileiro – US\$ 2 bilhões contra US\$ 200 mil – e mesmo que esse aporte cessasse ali a emissora manteria por bom tempo uma boa distância em termos de superioridade competitiva em relação aos concorrentes. Isso permitiu que amecasse rapidamente uma tentacular rede nacional que incluiu a TV Paulista, a TV Nacional e a TV Bauru, a Rádio Nacional e a Rádio Excelsior, todas de São Paulo; cinco estações de rádio do Recife (PE) e uma em Porto Alegre (RS), além de instalar emissoras radiofônicas sob a chancela do jornal *O Globo* em vinte capitais e quatro grandes cidades. O grande projeto seria a unificação da operação das emissoras do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que levaria, dali a três anos, a TV Globo a ser a única emissora de televisão com capacidade técnica de usufruir o Tronco-Sul da EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações), que usava o avançado sistema de transmissão via satélite e interligava Curitiba e Porto Alegre. O primeiro produto de comunicação a usar o sistema via satélite entrou no ar em 1º. de setembro de 1969, o noticiário *Jornal Nacional*, que alcançaria o *status* de “ministério extraoficial da informação”, na definição de Lins e Silva. a TV Globo deveria ainda, alcançar a sua legalização, uma vez que o relatório final da CPI interrompia o acordo com a Time-Life e o processo no CONTEL também havia recomendado mudanças na condução da emissora para que se adequasse à legislação. A Globo pediu reconsideração e Castelo Branco solicitou parecer do consultor-geral da República, Adroaldo Mesquita da Rocha. No entanto, quando o consultor devolveu seu parecer, o governo já estava nas mãos de Costa e Silva, que em 23 de setembro de 1968 acolheu o parecer favorável à Globo, ignorando as conclusões da CPI da Câmara dos Deputados, tornando-a legal.

O jornalista Daniel Herz analisa que a lista dos apoiadores diretos e indiretos do projeto de Roberto Marinho de constituição da TV Globo coincide com a relação feita por René Dreyfuss dos militares e civis que protagonizaram o golpe de 1964. Ambas incluem, além de Castelo Branco, Roberto Campos (ministro do Planejamento), que fez pressões indiretas ao CONTEL; Octávio Gouvêa de Bulhões (ministro da Fazenda), que foi conivente com o acordo; Dênio Nogueira (presidente do Banco Central) não tomou providência para analisar a remessa de dólares para o Exterior nas relações entre a Globo e a Time-Life); Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva (advogado e presidente do BNH), que celebrou os contratos do acordo; general Ernesto Geisel (chefe da Casa Militar e coordenador do IPES/ESG); general Golbery do Couto e Silva (chefe do Serviço Nacional de Informações e também articulador do IPES/ESG); entre outros.

Do ponto de vista político, constituiu-se num instrumento de intervenção ideológica com poderes jamais experimentados na história desse país, traficando a ideologia "modernizante-conservadora" do Estado e dos interesses - especialmente os comerciais - que tinham liberdade de expressar-se nesse

contexto. Estritamente sob o aspecto da introdução das tecnologias de comunicação, a implantação da Rede Globo foi definidora de um modelo brasileiro de comunicação de massa. A Rede Globo impôs um padrão de produção de televisão com inovadores recursos de linguagem e com níveis de qualidade técnica que fundaram um modo brasileiro de produção de televisão (HERZ, 2010).

Com isso a estrutura dos meios de comunicação estava toda nas mãos do Regime Militar e em concordância com os seus planos políticos, embora o nacionalismo tivesse imposto limites aos projetos americanos, especialmente os que envolveram o velho “amigo americano” Nelson Rockefeller. Além da Rede Globo e da Editora Abril, os tradicionais jornais estavam alinhados com o governo e os excessos de seu time jornalístico podiam ser cerceados pela censura, que após o AI-5 passou a alocar censores dentro das redações para acompanhar o dia-a-dia da produção e da edição das notícias, processo que se estendeu de 1969 até 1978, quando enfim um decreto extinguiu o AI-5, encerrando uma década de perseguições. O recado dos censores às redações foi: “agora é com vocês”. Ou seja, haviam criado uma cultura censória dentro das redações a ponto de prescindir da sinistra presença dos censores nas mesas dos jornalistas. Estava instalada a autocensura, corroborada pelas chefias de redação e pelos proprietários dos meios de comunicação. A estratégia funcionou não somente para o jornalismo mas também para a produção artística. Um eficiente artifício nesse sentido foi o “Padrão Globo de Qualidade”, elaborado pelo diretor executivo Walter Clark, que tinha a função de manter a audiência da emissora a partir de um sistema padronizado identificador da marca Globo e que servia também para “enquadrar” o seu corpo artístico. Clark afirma em sua autobiografia: “(...) enquanto a Censura agia para subjugar e controlar a arte e a cultura do país, perseguindo a inteligência, nós continuávamos trabalhando na Globo para fazer uma televisão com a melhor qualidade possível” (CLARK, 1991, apud KUSHNIR, 2004, p. 188). Segundo Kushnir, a garantia do padrão dentro dos moldes do regime recorreu até à contratação de assessores militares pela Globo para operacionalizar o alinhamento da emissora com os desígnios do governo. Mesmo assim, não se viu poupada pela tesoura da censura, sempre atenta aos excessos de artistas e jornalistas vinculados à esquerda.¹⁵

A ditadura duraria ainda vinte anos desde a criação da TV Globo e da consolidação dos meios de comunicação como aliados políticos do regime, embora esse processo, como ficou claro, jamais tivesse sido linear, com a censura sempre servindo de parâmetro limitador do que podia ser informado ou do que podia ser criado artisticamente. Em paralelo, os meios também

¹⁵ Kushnir, em seu livro *Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, aponta como caso extremo o do jornal *Folha da Tarde*, do grupo *Folha de S. Paulo*, que teria sido entregue à orientação do órgão repressor DOI-CODI nos anos pós AI-5, tornando-se seu órgão de propaganda.

foram eficientes em disseminar não só o estilo de vida americano mas as matrizes ideológicas do americanismo. Foi também a partir daí que a Globo, ao assumir o elenco da TV Excelsior, que entrava em fase falimentar, passou a construir o que José Bonifácio de Oliveira Sobrinho chamou de “jeito brasileiro” de se fazer telenovela. Esse jeito brasileiro embutia o estilo de vida americano no mais amplo processo de hibridização cultural, também típico da produção cultural nacional. Esses três elementos – a telenovela, o telejornal e a hibridização – seriam os ingredientes determinantes do controle da produção artística e jornalística do período pós-ditatorial.

Referências

AMORIM, FELIPE. OPERA MUNDI, 24/01/2014. “REVISTA FORTUNE REVELA JÁ EM 64 ELO ENTRE EMPRESÁRIOS DE SP E EMBAIXADA DOS EUA PARA DAR GOLPE.” DISPONÍVEL EM: < [HTTP://OPERAMUNDI.UOL.COM.BR/CONTEUDO/REPORTAGENS/33603/REVISTA+FORTUNE+REVELA+JA+EM+64+ELO+ENTRE+EMPRESARIOS+DE+SP+E+EMBAIXADA+DOS+EUA+PARA+DAR+GOLPE.SHTML](http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/33603/revista+fortune+revela+ja+em+64+elo+entre+empresarios+de+sp+e+embaixada+dos+eua+para+dar+golpe.shtml)>. ACESSO EM: 25 JAN 2017.

CARTA MAIOR. UMA BREVE HISTÓRIA DA LUTA DA GRANDE MÍDIA CONTRA OS INTERESSES NACIONAIS. LEANDRO SEVERO, 16/06/2013. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://CARTAMAIOR.COM.BR/?/EDITORIA/POLITICA/UMA-BREVE-HISTORIA-DA-LUTA-DA-GRANDE-MIDIA-CONTRA-OS-INTERESSES-NACIONAIS/4/28103](http://cartamaior.com.br/?/EDITORIA/POLITICA/UMA-BREVE-HISTORIA-DA-LUTA-DA-GRANDE-MIDIA-CONTRA-OS-INTERESSES-NACIONAIS/4/28103)>. ACESSO EM 30 JAN 2017.

COLBY, GERARD E DENETT, CHARLOTTE. SEJA FEITA A VOSSA VONTADE – CONQUISTA DA AMAZÔNIA: NELSON ROCKEFELLER E O EVANGELISMO NA IDADE DO PETRÓLEO. RIO DE JANEIRO: RECORD, 1998.

DREIFUSS, RENÉ. 1964 – A CONQUISTA DO ESTADO – AÇÃO POLÍTICA, PODER E GOLPE DE CLASSE. RIO DE JANEIRO: VOZES, 1987.

HERZ, DANIEL. A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO – “SIM, EU SOU O PODER”. PORTO ALEGRE: DOM QUIXOTE EDITORA, 2010.

KUSHNIR, BEATRIZ. CÃES DE GUARDA – JORNALISTAS E CENSORES, DO AI-5 À CONSTITUIÇÃO DE 1988. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2004.

REDE BRASIL ATUAL. O ENCONTRO ENTRE O EMBAIXADOR LINCOLN GORDON E ROBERTO MARINHO EM 1965. SEG, 07/04/2014 - 09:25. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.REDEBRASILATUAL.COM.BR/BLOGS/HELENA/2014/04/EUA-CONFIRMA-ACAO-DE-ROBERTO-MARINHO-NOS-BASTIDORES-DA-DITADURA-3931.HTML](http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2014/04/eua-confirma-acao-de-roberto-marinho-nos-bastidores-da-ditadura-3931.html)>. ACESSO EM 25 JAN 2017.

SAUNDERS, FRANCES STONOR. QUEM PAGOU A CONTA? – A CIA NA GUERRA FRIA DA CULTURA. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2008.

SILVA, CARLOS EDUARDO LINS E. MUITO ALÉM DO JARDIM BOTÂNICO – UM ESTUDO SOBRE A AUDIÊNCIA DO JORNAL NACIONAL DA GLOBO ENTRE TRABALHADORES. SÃO PAULO: SUMMUS EDITORIAL, 1985.

TOTA, ANTONIO PEDRO. O AMIGO AMERICANO – NELSON ROCKEFELLER E O BRASIL. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2014.

Ficção e Fotografia - imaginando a realidade. Um estudo sobre as recentes transformações da fotografia documental e seus desdobramentos na arte, na comunicação e na educação

Cristiano Franco Burmester¹⁶

Introdução

A fotografia contemporânea expõe um diverso conjunto de reconfigurações e mediações em que as questões apresentadas pelas imagens parecem propor o surgimento de um regime de imagem com novas formulações e experiências que, sob uma perspectiva purista, é indicativo de indefinições e incertezas em relação ao papel da fotografia na atualidade.

Os fundamentos da fotografia na contemporaneidade parecem adquirir maior amplitude no campo das hibridizações dos dispositivos imagéticos e da experiência visual e menos consistência na direção das especificidades e do purismo fotográfico. As novas modalidades da fotografia apresentadas no contexto das novas mídias, por exemplo, vêm promovendo uma reorganização não apenas na própria essência do que foi instituído como o fotográfico, mas também na relação do observador com a imagem.

Nesse sentido, a representação da realidade através de fotografias, se desvinculou da necessidade de se restringir a um tipo de imagem em que a produção imagética acerca da realidade social tomava como base apenas o estatuto de evidência das fotografias, mas pode explorar, além disso, o poder da imagem tornar visível, subjetividades e virtualidades, ainda

¹⁶ Professor do Departamento de Jornalismo da PUC-USP.

imperceptíveis, mas funcionando como elementos estéticos que ajudam a traduzir o mundo de acordo com uma maneira de enxergá-lo.

De certa maneira, limitar-se ao registro, revelou-se insuficiente em diversos momentos, na perspectiva do fotógrafo, como também no entendimento do observador. A complexidade da realidade do mundo se coloca cada vez mais aparente e a percepção deste emaranhado social aliado as novas mídias, gradualmente liberta a fotografia do simples ato documental para uma prática hibridizada pela tecnologia e renovada em seus formatos narrativos.

A naturalidade com que se processa a produção e a difusão da fotografia nas versões digitais dos veículos de comunicação ampliou a flexibilidade e a agilidade do trabalho de edição fotográfica em teor até então não observado, proporcionando novos contornos para as narrativas documentais. Este processo em curso tem provocado transformações na forma de trabalho de fotógrafos, cineastas, artistas e editores de fotografia, que agora reelaboram o uso da imagem fotográfica nos diferentes campos da comunicação.

É neste contexto atual de ampliação da estética fotográfica, na construção de uma imagem documental resultante do embate entre realidade e ficção que esta reflexão pretende aplicar seus esforços de investigação e análise.

Novos contornos visuais

A convergência tecnológica desenvolvida pela digitalização dos meios acelerou e ampliou as possibilidades narrativas do trabalho documental. A atual diversidade de formatos documentais exige um novo olhar sobre uma prática ainda tão arraigada, ao menos no senso comum, na objetividade factual da fotografia.

O fotógrafo francês Henri Cartier-Bresson apregoava que a realidade deveria ser percebida em tempo quase simultâneo ao acontecimento real, ou seja, o fotógrafo apreende o máximo possível da realidade em curso para que sua reação aos fatos seja uma resposta o mais direta e objetiva possível. Este método de trabalho, conhecido como o instante decisivo, ajudou a construir parte da visualidade fotográfica do século XX e impregnou no imaginário coletivo uma relação de identificação com a imagem fotográfica pautada no registro da realidade visível.

De certa maneira, a técnica e a linguagem fotográfica estavam alinhadas com o contexto socio-cultural da modernidade, marcada pela industrialização, pelo avanço das ciências e a crescente urbanização do mundo. No lado da recepção, para o observador, o leitor ou o público, a percepção da objetividade da fotografia se sobrepunha à percepção da subjetividade do fotógrafo.

O trabalho *The Americans*, produzido pelo fotógrafo suíço estabelecido nos EUA, Robert Frank, ganhou notoriedade, em grande parte, devido ao trabalho de edição desenvolvido pelo autor após a conclusão da produção do documentário.

Imagem 1: Atrás da estação de Saint Lazare. Henri Cartier-Bresson, 1932.



Durante dois anos, o fotógrafo percorreu o território dos EUA, documentando o estilo de vida da população de várias regiões do país. As fotografias exibem trabalhadores de grandes centros urbanos e da área rural, famílias em dias de lazer, cerimônias religiosas, pessoas viajando, crianças, idosos, além de uma enorme diversidade de situações e fatos daquela sociedade da década de 1950.

Os registros realizados diferem da técnica utilizada por Cartier-Bresson, cujas fotografias estão carregadas de uma espontaneidade desprestenciosa, tanto por parte do fotógrafo, quanto dos personagens ali registrados.

A proposta de Frank se consolidou com a exibição de seu trabalho editado em pares de fotos expressando situações antagônicas ou conflituosas, ganhando assim, a atenção do público, que desta vez, pôde perceber mais claramente as sutilezas da complexidade da realidade social.

Na mesma medida em que a objetividade da fotografia é colocada diante dos olhos do observador, a sequência das fotos, seu ordenamento explícito, expõe a intenção do fotógrafo.

Neste caso, o olhar estrangeiro sobre a realidade de um país ampliou a consciência crítica sobre a condição social norte-americana, com traços explícitos de desigualdade racial e econômica, divisão de papéis sociais entre homens e mulheres e diferenças entre o ambiente urbano e o rural.

Gradualmente, a linguagem fotográfica irá buscar uma relação menos desigual entre a



expressão objetiva da realidade visível e a subjetividade do autor. Neste processo de construção do olhar, o trabalho fotográfico terá continuidade após o registro da imagem.

A narrativa fotográfica adquire novos contornos na medida em que diferentes estruturas visuais são elaboradas. Diferentes sequências de imagens se desdobram a partir de um mesmo conjunto de fotografias. No trabalho *The Americans*, Robert Frank desenvolveu sua visão pessoal sobre o tema, e, ao deixar claro sua perspectiva sobre o contexto social, obteve como retorno uma ampla resposta do público que também se sentiu à vontade para olhar as fotografias de maneira própria e individual.

Nesta perspectiva, há um desdobramento em curso na linguagem fotográfica. A fotografia documental busca uma fuga da mera representação e se aproxima do que talvez possa ser chamado de expressão (ROUILLÉ: 2009, 137). Ao expressar um acontecimento, e não apenas apontá-lo, a fotografia adquire um aspecto mais amplo, justamente pelo distanciamento das questões materiais e da aproximação com o contexto imaterial.

De origem austríaca, mas residente norte-americano, o fotógrafo Ernst Haas ganhou a atenção de Henri Cartier-Bresson e Robert Capa ao publicar uma reportagem sobre o retorno dos soldados alemães e austríacos das diferentes frentes de combate no final da II Guerra e o convidaram a se juntar aos demais fotógrafos da recém criada Agência Magnum de fotografia. Após alguns anos, insatisfeito com a dinâmica dos trabalhos foto-jornalísticos, Haas trouxe para seu trabalho a fotografia colorida onde buscou expressar sua individualidade através da produção de ensaios temáticos onde a forma se colocava como protagonista nas suas imagens.

A busca pela afirmação da individualidade, o elogio à forma e o dialogismo com modelos são algumas das linhas criativas exercidas por fotógrafos ao desenvolverem trabalhos onde a complexidade da cultura ganha uma maior visibilidade. Nesta perspectiva, alguns fotógrafos irão se concentrar na criação de imagens com uma proposta visual distante do formato factual e informativo predominante na grande maioria das revistas e publicações daquele momento. Porém, gradualmente, algumas publicações irão tornar-se mais abertas para os ensaios visuais mais expressivos.

Para Deleuze e Guattari, o papel da linguagem é ordenar, transmitir palavras de ordem e menos informar e comunicar (ROUILLÉ: 2009, 158). De certa maneira, até então, a linguagem fotográfica desempenhou o papel de transmissão de um ordenamento visual. A ruptura observada também apontava para uma mudança de contexto global, a passagem da sociedade industrial para a sociedade da informação.

É neste novo ambiente social, mediado de forma crescente pela tecnologia, aliada aos meios de comunicação digital que a capacidade de expressão da fotografia irá desenvolver seu potencial.

Hibridização

A configuração das redes de informação e comunicação possibilitou o surgimento de uma nova estrutura comunicacional na sociedade, mas também permitiu um maior protagonismo para a subjetividade do indivíduo e dos grupos sociais. A concepção de realidade, até então disseminada pelos veículos de comunicação, passou a ser construída também pelas imagens, textos e todo o processo de comunicação desempenhado de forma individual ou coletiva pela sociedade.

A consolidação de um novo formato, multi-direcional, tendo o rizoma como forma estruturante, amplia a intensidade do embate entre objetividade e subjetividade nos meios de comunicação. Agora, não apenas o campo da comunicação permite a expressão subjetiva, mas de certa maneira, impõe como dinâmica o confronto de opiniões, representações e concepções



da realidade. É decorrente deste campo de forças antagônicas que as rupturas provocadas pela expressão autoral na fotografia irão adquirir visibilidade na imagem.

Ao contrário da fotografia que buscou o congelamento da imagem através de registros realizados em uma fração de tempo cada vez mais curta, com o propósito de registrar a realidade da forma mais objetiva possível, o cinema partiu do pressuposto da construção de histórias, sejam elas documentais ou ficcionais, através da montagem em sequência de recortes da realidade.

Imagem 4: *The Lunch*. Phillip-Lorca Di Corcia, 1992.

No cinema, a ficção está explícita para o observador, esteja ela representada pela perspectiva do diretor de um documentário, pela encenação de um romance ou pelo roteiro criado para uma determinada interpretação da realidade.

O fotógrafo, Phillip-Lorca Di Corcia, desenvolveu seu trabalho buscando encenar situações de um contexto de realidade através de uma estética referenciada na linguagem cinematográfica. Na sua percepção, a encenação do real é mais apropriada para a sua própria representação. Neste sentido, o fotógrafo acredita que a realidade está melhor representada através da ficção. Já o fotógrafo inglês Nick Waplington, procede de outra maneira. Seu método de trabalho como documentarista consiste em se inserir de maneira próxima e aberta no cotidiano de seus personagens, obtendo assim um grau de naturalidade e espontaneidade

diferente daquele operado pelos documentaristas que buscam retratar uma situação mantendo



uma determinada distância de seu tema.

Imagem 5: *Living Room*. Nick Waplington, 1991.

Ambos fotógrafos se apropriam de diferentes técnicas e estéticas. Phillip-Lorca Di Corcia, trabalha de forma planejada, com atenção minuciosa em todos os elementos da composição da imagem, a escolha dos modelos e personagens, o uso da iluminação adequada para criar a ambientação desejada, o uso de locações como cenários, os detalhes do figurino, ou seja, toda uma concepção de direção de arte está aliada a um trabalho autoral que se propõe também documental na medida em que aborda questões da sociedade contemporânea. Nick Waplington, investiu aproximadamente dez anos na produção do seu projeto documental *Living Room*, um longo processo de familiarização com os moradores de uma cidade inglesa. A sua escolha por uma estética menos refinada, apoiada na luz ambiente dos próprios locais de fotografia reforça, de certa maneira, a condição de vida daquelas pessoas documentadas em suas residências e bairros.

Nos dois casos, o que mudou, foi apenas o modo como passaram a entender e a cumprir o próprio gesto documental. Porém, o estatuto ético do trabalho, manteve-se filiado às propostas de participação, denúncia ou representação da realidade, permitindo assim o seu enquadramento como documentário fotográfico. Ao reinventar a realidade na imagem, os fotógrafos também reinventaram a realidade da imagem: questionando a sua própria tradição, perverteram-na estruturalmente. Como resultado, a fotografia documental, como até então concebida epistemologicamente foi questionada e reelaborada nestes projetos.

Desdobramentos

Em meio à efervescência das transformações, qual é o espaço a ser ocupado pela fotografia contemporânea? A aceitação de que o contexto cultural atual é híbrido em sua essência pode colaborar para as proposições metodológicas, na medida em que o entendimento dos processos passa a ter igual relevância quando comparado à necessidade de nomeação dos signos.

A subversão a que foi submetido o teor documental da fotografia desde seus primórdios, parece colocar em evidência a essência híbrida da própria imagem fotográfica. Sob esta perspectiva, podemos considerar que diferentes formas de atuação na produção fotográfica coexistiram ao longo da história da fotografia, porém, determinados procedimentos estiveram em destaque decorrente do teor do confronto crítico a que estava submetida a fotografia. No período inicial de sua existência, o embate conceitual com a pintura era explícito. A concepção hegemônica era a nomeação da fotografia com a técnica do registro, decorrente do entendimento de que não passava de um processo mecânico e sem participação relevante da subjetividade na criação da imagem. Claramente, este embate criava apontamentos específicos para a distinção entre a fotografia e as artes plásticas, mas, também provocou o surgimento do movimento do pictorialismo na fotografia que se configurou pela apropriação das técnicas de montagem e fusão fotográficas para criar imagens capazes de expressar um olhar representativo de um sentimento ou pensamento sobre uma determinada situação ou assunto. Ainda neste contexto, a intervenção do fazer manual sobre a produção da imagem colocava um contraponto à percepção de que as artes plásticas detinham a essência da criação decorrente da ação da mão sobre o produto final de seu trabalho.



Imagem 6: *Fading away*. Henry Peach Robinson, 1858.

O inglês Henry Peach Robinson, foi um dos fotógrafos expoentes do movimento pictorialista que se desenvolveu a partir da década de 1850. O seu trabalho procedia em etapas, inicialmente, um esboço como um desenho da imagem pretendida era realizado. A fotografia

definitiva era uma montagem de diferentes elementos da composição que eram fotografados separadamente decorrente de limitações técnicas da época, mas também para a obtenção do resultado estético desejado à semelhança do movimento do romantismo presente nas artes



plásticas e na literatura.

Imagem 7: *Yosemite*. Stephen Wilkes, 2015.

O fotógrafo norte-americano Stephen Wilkes cria imagens que em sua concepção visual final revelam a passagem do tempo em um período extenso, revelando o transcorrer do dia até o cair da noite sobre uma mesma paisagem. A imagem final é uma montagem digital de mais de 1.000 fotos capturadas em intervalos regulares durante um período de aproximadamente 12 horas. A concepção estática da fotografia se vê subvertida pela nítida percepção da extensa duração do tempo de registro. Aqui o fazer manual presente nas técnicas fotográficas do século XIX está substituído pelo trabalho de montagem através do computador onde as mãos operam as ferramentas de manipulação digital de imagem.

A ampla receptividade recebida pelo trabalho de Henry Peach Robinson levou o fotógrafo a publicar um livro com *Pictorial Effects on Photography* onde o autor demonstrava seu método de trabalho e procedimentos técnicos utilizados para a realização do trabalho. O processo de montagem empreendido por Stephen Wilkes, ao mesmo tempo em que condensa a passagem do tempo em uma única imagem, amplia o potencial narrativo da fotografia, contrapondo, de certa maneira, o regime narrativo das foto-reportagens. Seu trabalho, criado com objetivos artísticos foi recentemente utilizado pela revista *National Geographic* em uma extensa matéria sobre o centenário da criação do sistema de parques nacionais dos EUA.

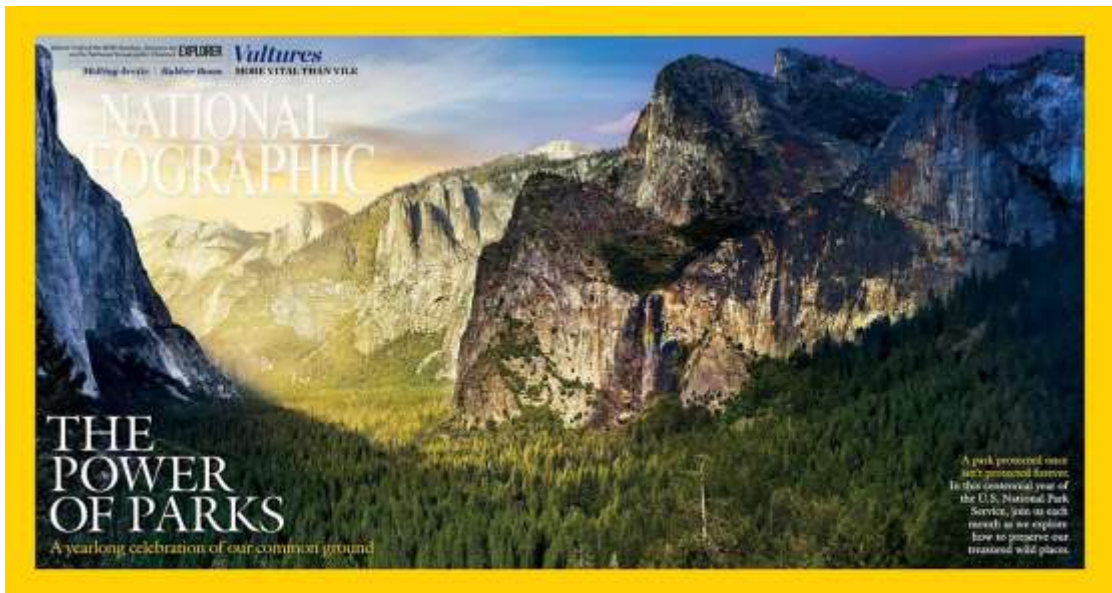


Imagem 8: *National Geographic* cover. Stephen Wilkes, 2016.

Para muitos fotógrafos a arte da mixagem ou da colagem é vista como uma forma de trazer para o seu cotidiano profissional um certo frescor ou uma brisa de renovação frente a uma profissão submetida as duras leis de mercado. Porém, como ocorre com qualquer técnica desenvolvida, ela pressupõe um método, e se há método, é possível aprender a utilizar este processo técnico.

De fato, a pesquisa realizada por estes e outros fotógrafos busca uma aproximação com a arte caracterizada pela tentativa de estabelecer uma nova relação entre a fotografia e o visível, ou seja, registrar aquilo que não está aparentemente visível. Sendo assim, o que temos como processo de criação da linguagem fotográfica é um mecanismo de contínua hibridização do meio. Se passamos a entender a fotografia como um meio híbrido, fundamentos como índice do real, verossimilhança e analogia precisam ser reposicionados, mas com o devido cuidado para se evitar uma generalização superficial.

Se voltarmos no tempo e considerarmos a fotografia uma ferramenta moderna, apropriada para nomear os preceitos da modernidade, iremos entender que o processo de desconstrução a que foi submetida a linguagem fotográfica resultou em algo novo e aquilo que se conhece como fotografia permanece em sua essência, mas ocupa um lugar específico, blindado de todas as interferências externas.

A palavra moderno designa dois conjuntos de práticas diferentes que para permanecerem eficazes devem manter-se distintas, apesar de recentemente terem deixado de sê-lo (LATOURE, 2009. P.16). O primeiro sistema, cria por tradução, misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo atua por purificação, ou seja, a criação de duas zonas ontológicas distintas. Nesta linha, seria a fotografia de Stephen

Wilkes uma nova categoria de imagem fotográfica? No processo comunicativo, o que é relevante para o leitor ou o observador?

Para todos, há a possibilidade da escolha, mas tendo ela sido feita, quais são seus desdobramentos? O entendimento de que a fotografia deve permanecer em sua essência, exclusivamente como um índice do real, possivelmente irá deixar a fotografia cada vez mais distante e isolada diante da profusão de formatos híbridos nos quais a foto possui participação relevante, reconhecê-la como um meio que sempre foi híbrido, catalisado pelas tecnologias digitais em seu potencial de hibridismo não exclui a sua relação direta com a realidade, mas sim, encurta as distâncias com as demais formas narrativas por imagem. Ao que parece a condição híbrida impõe um exercício constante de análise e reflexão, mais voltado para a percepção e entendimento das sutilezas do que para a nomeação das especificidades. De qualquer maneira, na atualidade, independentemente das escolhas é necessário se adaptar a velocidade e a sutileza das transformações que ocorrem sem ponto de parada.

Referências

- COSTA, CRISTINA. EDUCAÇÃO, IMAGEM E MÍDIAS. SÃO PAULO: CORTEZ, 2005.
- COUCHOT, EDMOND. TECNOLOGIA NA ARTE. PORTO ALEGRE: UFRGS, 2001.
- FLÜSSER, VILÉM. TOWARDS A PHILOSOPHY OF PHOTOGRAPHY. LONDRES: REAKTION BOOKS, 2000.
- LATOUR, BRUNO. JAMAIS FOMOS MODERNOS. EDITORA 34. RIO DE JANEIRO, 1994.
- RITCHIN, FRED. BENDING THE FRAME - PHOTOJOURNALISM, DOCUMENTARY AND THE CITIZEN. NOVA YORK: APERTURE, 2013.
- ROUILLÉ, ANDRÉ. FOTOGRAFIA: ENTRE DOCUMENTO E ARTE CONTEMPORÂNEA. SÃO PAULO: EDITORA SENAC, 2011.
- SOULAGES, FRANÇOIS. ESTÉTICA DA FOTOGRAFIA — PERDA E PERMANÊNCIA. SÃO PAULO: SENAC, 2010.

“Notícias falsas”, problemas reais: propostas de intervenção contra noticiários fraudulentos

Ivan Paganotti¹⁷

Introdução: um sentido verdadeiro para o conceito de *fake news*

A proliferação de informações de veracidade questionável não é fenômeno recente (KEYES, 2004), mas o que se coloca em questão atual é a (nem sempre clara) necessidade de verificação das fontes dos fatos. Infelizmente esse problema é resultado de fenômenos contraditórios: por um lado, uma confiança acrítica sobre as informações divulgadas nos grandes meios de comunicação, que pouco incentivaram o público para procurar as fontes originais e construir suas próprias conclusões; por outro, a proliferação de novos veículos de comunicação com a revolução das novas tecnologias de informação e comunicação, que tornaram acessível para as massas serem também multiplicadoras e criadoras de conteúdo. Somado a uma formação insuficiente na educação em métodos científicos e argumentativos (que permitiriam questionar os processos para a formulação e crítica das afirmativas com pretensão de verdade), criamos uma sociedade inercialmente propensa em confiar sem checar as informações,

¹⁷ Doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, graduado em Jornalismo pela mesma instituição, realizou doutorado-sanduíche (Capes) na Universidade do Minho (Portugal). Professor de Ética da interação digital do curso de pós-graduação *lato sensu* Digicorp/ECA-USP e do curso de pós-graduação *lato sensu* em Assessoria de Comunicação e Mídias Sociais, da Universidade Anhembi-Morumbi, também leciona nos colégios Dante Alighieri e Stockler. Pesquisador dos grupos de pesquisa Obcom/ECA-USP e MidiAto/ECA-USP.

maravilhada pela multiplicação de canais comunicativos – mas sem o instrumental crítico para que todo esse potencial novo não se volte contra nós mesmos.

Assim, discutir as notícias falsas envolve questionar quais mecanismos sociais que permitem sua persistência – e sua particular influência – para tentar redefinir elementos básicos para a democracia, como mídia alternativa, a complementaridade entre sátira e verdade, a distinção entre fatos e opiniões, assim como a necessidade de informação de qualidade, contextualizada e verificável.

Esta pesquisa parte da análise das motivações do noticiário falso já identificada nesse recente campo de estudos. Allcott e Gentzkow (2017) apontam os objetivos financeiros de sites que atraem a atenção de vasta audiência, capturada pelas suas manchetes bombásticas sem perceber que são inverídicas – dessa forma, o site falso recebe por anúncios em sua própria plataforma, ou dividem os ganhos de publicidade de redes sociais que recompensam os grandes produtores de conteúdo. A dupla de autores também sugere que alguns desses sites fraudulentos apresentam objetivos ideológicos e publicam informações falsas para promover ou criticar figuras públicas, como candidatos políticos ou personalidades famosas. Zuckerman (2017b) denuncia outro efeito político: eles procuram promover uma cultura de desconfiança e desinformação, diminuindo a capacidade do público de distinguir a credibilidade de fontes de informação (vistas agora com menor credulidade depois de tantas inverdades divulgadas e comprovadas como falsas) para erodir a força dos meios de comunicação sérios, que denunciam e fiscalizam incorreções comprováveis. Caplan (2017) e Boyd (2017) também apontam que sites são criados simplesmente por diversão, para criar confusão ou “trolar” – ou seja, para comprometer debates. Também há casos já registrados de notícias falsas que são criadas como forma de vingança por desavenças pessoais, para espalhar rumores e denúncias não comprovadas (SUNSTEIN, 2010).

Além disso, a ascensão do noticiário falso reposiciona o sentido de “mídia alternativa” como um lugar de resistência ao poder hegemônico e espaço para a experimentação de formatos inovadores de comunicação (FUCKS, 2010). Em tempos de “fatos alternativos”, é importante reforçar a preservação de elementos da metodologia própria do jornalismo da mídia massiva – como a checagem, a apresentação de fontes, a abertura crítica, a explicitação da ironia e a distinção entre opinião e reportagem – como denominadores mínimos para a preservação do espaço público de debate em tempos de diluição da reportagem, da crítica, da sátira e da manipulação.

Para isso, é necessário em primeiro lugar delimitar o conceito de *fake news*. Allcott e Gentzkow (2017, p. 212) definem o termo como “artigos noticiosos que são intencionalmente e comprovadamente falsos, e que podem enganar os leitores”¹⁸. Entretanto, o termo pode ser

¹⁸ Tradução do autor. No original: “We define ‘fake news’ to be News articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers” (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017, p. 213).

refinado, destacando a ascensão recente de veículos de comunicação criados propositalmente para difundir notícias falsas, como os grupos na Macedônia (SILVERMAN; ALEXANDER, 2016) e em Minas Gerais (VICTOR, 2017). Nesse novo sentido, o termo encontra outra tradução como um “noticiário fraudulento”¹⁹, destacando o sentido original da fraude (desconsiderado pela tradução corriqueira e imprecisa de *fake* como somente “falso”²⁰, ignorando a intencionalidade do engano) de veículos que desinformam como regra, e não como erro. Essa nova definição evita a imprecisão da tradução anterior, que ignorava o dolo e a sistematicidade desse fenômeno, abrindo espaço para críticas que incluíam veículos tradicionais entre as *fake news* devido a episódios isolados de incorreção, com o objetivo de erodir sua reputação e esvaziar eventuais denúncias que seus jornalistas apurassem (ZUCKERMAN, 2017b). Vale destacar que essa simplificação de uma situação sistêmica em uma ocorrência episódica também ocorreu com o termo correlato “pós-verdade”, muitas vezes compreendido isoladamente como um fato falso (“uma pós-verdade”), quando realmente o conceito é muito mais complexo e trata das “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na definição da opinião pública do que apelos a emoções ou crenças pessoais”²¹. Assim como no caso do termo “*fake news*”, o conceito de “pós-verdade” tem sofrido com uma irônica, porém reveladora, imprecisão.

Propostas de intervenção: como controlar *fake news* – e para quê?

Notícias falsas sempre foram difundidas por diversos meios de comunicação, mas com a ascensão das redes sociais e plataformas de publicação acessíveis, ficou mais fácil criar um site para difundir mentiras. Da mesma forma, é difícil para o público diferenciar um site confiável de outro duvidoso com a multiplicação de fontes noticiosas. Mas não se pode ignorar o interesse mercadológico dos grandes meios de comunicação em promover uma caça às notícias falsas: com isso eles podem fortalecer-se perante os olhos do público e diferenciar-se, ganhando reputação e reconhecimento como difusores de notícias apuradas e relevantes (CARVALHO FILHO, 2017), e podem fortalecer essa imagem justamente por promover esse ataque aos sites de notícias falsas (BUENO, 2017). A mídia tradicional também perdeu público e anunciantes para meios alternativos, e pode ver a histeria contra as notícias falsas como uma alavanca para retomar sua credibilidade e seu público perdido.

¹⁹ Sigo aqui um caminho aberto por Carlos Eduardo Lins da Silva, que já indicava a imprecisão da tradução de “fake” como falso e sugeria sua substituição por “fraudulento” (ANDRADE, 2017).

²⁰ Ao criticar a influência negativa do “ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrativas ficcionais e narrativas históricas” (GINZBURG, 2007, p. 9), o historiador italiano Carlo Ginzburg (2007, p. 13) já destacava a importância de diferenciar o que é propositalmente inverídico das proposições com fontes verificáveis que pretendem simular: “Da profusão de relações entre ficção e realidade, vimos surgir um terceiro termo: o falso, o não autêntico – o fictício que se faz passar por verdadeiro”.

²¹ Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>.

Tampouco deve-se inflar essa ameaça além de sua capacidade. Allcott e Gentzkow (2017) calculam que o público que pode ter sido exposto a *fake news* online não seria grande o suficiente para influenciar a eleição dos EUA em 2016, mesmo considerando a margem restrita de votos decisivos em alguns poucos estados. Zuckerman (2017a) também indica que entre milhões de notícias compartilhadas no Facebook por mais de dez mil sites noticiosos, o site de notícias falsas melhor ranqueado só aparecia no 163º lugar entre os mais influentes, muito atrás de meios massivos de reputação consolidada. Esses estudos apontam que as notícias falsas ainda não são tão eficazes quanto as notícias dos sites de jornalismo tradicional, mas o fenômeno ganhou grande atenção devido à sua vasta cobertura por meios de comunicação e por diversos atores políticos – que, cada um de sua forma, viram nesse termo um meio para ampliar seu controle sobre a esfera pública.

A primeira resposta jornalística à histeria coletiva preocupada com a ascensão das *fake news* na verdade precedia o fenômeno: veículos jornalísticos que promovem **checagem jornalística independente** [*fact checking*] já atuavam na verificação de informações apresentadas por representantes políticos e por entidades particulares. Entre as principais agências de checagem, destacam-se as norte-americanas [PolitiFact](#) e [Snopes](#) e as brasileiras [Truco](#), [Aos Fatos](#) e [Lupa](#), que precedem a ascensão desse fenômeno recente. Todas procuram verificar informações que circulam na esfera pública para garantir que o debate seja feito com base em pressupostos sólidos, classificando as informações em gradações que vão da mentira completa até a informação sólida e verificável em fontes oficiais, passando por gradações que envolvem exageros, contradições, distorções e dados impossíveis de serem verificados. Essas agências fazem parte do [International Fact-Checking Network](#) (IFCN), do instituto Poynter, que já soma 38 entidades de checagem em nações de todos os continentes. Como o objetivo desses sites é permitir que o público verifique as informações que circulam nos mais diversos canais, muitos sites de noticiário fraudulento foram expostos por seus veículos ou por outros veículos de comunicação tradicionais (LUBBERS, 2016). Ainda assim, Sunstein (2010, p. 60) alerta que muitos dos leitores de *fake news* podem ser “resistentes à correção”, visto que parte do público pode desconfiar ideologicamente dos meios de comunicação tradicionais (BOYD, 2017) que denunciam as suas mentiras.

Em segundo lugar, redes sociais passaram também a apresentar **intervenções técnicas sobre suas plataformas**, de forma a diminuir os incentivos para a propagação de notícias falsas. Apesar de capitalizarem com anunciantes sobre clicks dos usuários que interagem com esse conteúdo duvidoso, as empresas responsáveis pelas redes sociais percebem que seu negócio pode estar ameaçado a longo prazo se parte do público passar a descartar seus sites como confiáveis devido à proliferação de notícias fraudulentas. O vice-presidente do Facebook, Adam Mosseri (2016) anunciou novos mecanismos para alertar os usuários dessa rede sobre artigos com informações questionadas por agências de checagem (incluindo a explicação para a dúvida

da veracidade dessas informações), permitindo também que o próprio público possa denunciar artigos com informação falsa (Imagem 1). Os avisos podem reduzir a interação com esses conteúdos, já que o público pode desconfiar desses links; além disso, o algoritmo do *feed* de notícias do Facebook também passou a dar menor importância a conteúdos com esses alertas, diminuindo a frequência com que esses materiais podem ser exibidos para o público da rede social.



Imagem 1. Mecanismos do Facebook para denunciar artigo questionado por checagem. Fonte: Mosseri (2016).

Em um post na sua rede social, o presidente do Facebook, Mark Zuckerberg também já indicou que reduziria os incentivos financeiros, impedindo que *fake news* recebessem ganhos de seu sistema de publicidade (Imagem 2):

Mark Zuckerberg atualizou o status dele.
18 de novembro de 2016

A lot of you have asked what we're doing about misinformation, so I wanted to give an update.

The bottom line is: we take misinformation seriously. Our goal is to connect people with the stories they find most meaningful, and we know people want accurate information. We've been working on this problem for a long time and we take this responsibility seriously. We've made significant progress, but there is more work to be done.

Historically, we have relied on our community to help us understand what is fake and what is not. Anyone on Facebook can report any link as false, and we use signals from those reports along with a number of others -- like people sharing links to myth-busting sites such as Snopes -- to understand which stories we can confidently classify as misinformation. Similar to clickbait, spam and scams, we penalize this content in News Feed so it's much less likely to spread.

The problems here are complex, both technically and philosophically. We believe in giving people a voice, which means erring on the side of letting people share what they want whenever possible. We need to be careful not to discourage sharing of opinions or to mistakenly restrict accurate content. We do not want to be arbiters of truth ourselves, but instead rely on our community and trusted third parties.

While the percentage of misinformation is relatively small, we have much more work ahead on our roadmap. Normally we wouldn't share specifics about our work in progress, but given the importance of these issues and the amount of interest in this topic, I want to outline some of the projects we already have underway:

- Stronger detection. The most important thing we can do is improve our ability to classify misinformation. This means better technical systems to detect what people will flag as false before they do it themselves.
- Easy reporting. Making it much easier for people to report stories as fake will help us catch more misinformation faster.
- Third party verification. There are many respected fact checking organizations and, while we have reached out to some, we plan to learn from many more.
- Warnings. We are exploring labeling stories that have been flagged as false by third parties or our community, and showing warnings when people read or share them.
- Related articles quality. We are raising the bar for stories that appear in related articles under links in News Feed.
- Disrupting fake news economics. A lot of misinformation is driven by financially motivated spam. We're looking into disrupting the economics with ads policies like the one we announced earlier this week, and better ad farm detection.
- Listening. We will continue to work with journalists and others in the news industry to get their input, in particular, to better understand their fact checking systems and learn from them.

Some of these ideas will work well, and some will not. But I want you to know that we have always taken this seriously, we understand how important the issue is for our community and we are committed to getting this right.

Imagem 2. Post de Mark Zuckerberg em sua página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/zuck/posts/10103269806149061>>.

Uma terceira estratégia pedagógica envolve a **conscientização e treinamento do público**, promovendo iniciativas de educação crítica da audiência em relação à mídia. Caplan (2017) já apontava que, se plataformas como o Facebook esperam que o público denuncie notícias falsas, é preciso treinar as pessoas para identificar essas informações incorretas. Além das recomendações que as próprias redes sociais apresentaram para seus públicos, sites de checagem também divulgaram guias para identificação de notícias falsas (SPAGNUOLO, 2016). Parte desse esforço de educação midiática envolve responsabilizar os usuários pelo conteúdo que difundem pelas redes, já que muitos dos boatos se propagam justamente pela confiança que os indivíduos apresentam em relação a seus pares (SUNSTEIN, 2010, p. 29). Nesse sentido, é importante ensinar ao público a importância de não só avaliar quem difunde a informação, mas sim sua fonte original – quem teve contato direto com a informação ou quem criou as inverdades – além de princípios do método jornalístico de apuração, que separa a informação sólida e verificável da especulação vazia. Nesse sentido, é necessário alertar quem publica informações falsas de que isso afeta também a sua própria reputação nas redes, já que ninguém quer ser visto como um propagador de boatos e mentiras. Para isso, os usuários podem funcionar também como embaixadores desses princípios de pedagogia midiática – ou *media literacy* (MARTINO, 2014, p. 232) – alertando seus contatos de que a informação discutida pode ser falsa, apontando fontes que contestam a informação (por exemplo, em sites de checagem).

Uma quarta abordagem, mais acadêmica, adota a **identificação de sites perniciosos**, partindo de critérios bastante detalhados para classificar boas práticas jornalísticas na cada vez maior esfera pública digital – e, por contraste, denunciando os sites que não seguem procedimentos mínimos de transparência, responsabilidade e checagem para garantir seus status como fonte noticiosa. Essa estratégia leva em consideração que a proliferação dos veículos de mídia em plataformas digitais abre um desafio para o público geral: como reconhecer um site verdadeiramente jornalístico, entre tantas páginas que se pretendem fazer passar por fontes de informação? Esse desafio é particularmente problemático levando em consideração que a rede digital erode parte das fronteiras do noticiário local, transformando todos os sites de jornalismo do planeta em potenciais fontes de informação. Para isso, pesquisadores da Universidade de Santa Clara, na Califórnia, desenvolveram o [Trust Project](#), que constrói critérios para garantir a credibilidade de veículos de comunicação por meio da transparência, permitindo sua identificação e responsabilização perante o público – e os tribunais, como veremos a seguir. No Brasil, essa iniciativa é desenvolvida no [Projeto Credibilidade](#) pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) para “distinguir o jornalismo de qualidade na internet”:

Indicadores de credibilidade - The Trust Project

A partir de consultas a editores e veículos jornalísticos internacionais, The Trust Project elaborou uma lista priorizando oito indicadores de credibilidade (abaixo). Com base nesses, equipes internacionais que participaram de eventos do projeto em Nova York e Londres, em 2016, elaboraram, respectivamente, *padrões* e *programas* de código aberto que poderão nortear o desenvolvimento de softwares capazes de distinguir o jornalismo de qualidade na internet.

O Projeto Credibilidade irá replicar esse método de trabalho com o consórcio brasileiro.



Imagem 3. Critérios dos indicadores propostos pelo Projeto Credibilidade – Projor / Unesp. Disponível em: <<https://www.credibilidade.org/projeto>>.

Por fim, um quinto mecanismo jurídico-legal emergiu por meio de **ameaças de censura e punições legais**. O Congresso norte-americano, considerando maior regulação de plataformas digitais, questionou executivos do Facebook, Twitter e Google sobre o espaço fornecido para propagandas russas na eleição de 2016 (KANG; FANDOS; ISAACCO, 2017). A Comissão Europeia também abriu uma consulta pública para avaliar as estratégias adotadas contra *fake news* e considerar novas medidas de controle (BOURBON; NOBRE, 2017). No Brasil, propostas bastante preocupantes têm sido cogitadas, como a emenda aprovada pelo Congresso que determinava a remoção de informações falsas da internet após uma simples denúncia – sem avaliação de um juiz, como definido pelo Marco Civil da Internet (BETIM, 2017). Após essa proposta ser vetada pelo presidente Temer, cogitou-se que o controle de informações falsas por plataformas digitais deveria ser feito pelo Tribunal Superior Eleitoral durante as eleições (LEMONS, 2017). O Ministro da Defesa até mesmo sugeriu a participação do Exército para identificar conteúdos inadequados (DIAS, 2017), ignorando a experiência da traumática intervenção da ditadura militar na censura de informações subversivas ou imorais:

Não é de hoje que se trata notícia falsa como ameaça. Boatos, insultos e folhetos anônimos fazem parte da história das comunicações, assim como códigos penais, leis de segurança e estatutos militares idealizados para reprimir “fake news” e outros “abusos” capazes de prejudicar ou ofender. A contrapartida costuma ser o descontrole da espionagem, o confisco de espaços de vida íntima e privada, as perdas de liberdade (CARVALHO FILHO, 2017).

Considerações finais: um ceticismo saudável contra o cinismo desinformado

A proliferação de *fake news* pode ser afetada caso os incentivos para sua difusão sejam reduzidos. Como visto, essa abordagem é possível ao criticar quem passa essas notícias falsas para frente, não deixando que informações sem checagem influenciem nossas opiniões. Também é importante que sites que se beneficiem com a divulgação de notícias falsas, como redes sociais, procurem combater sua proliferação, avisando o público de que a reputação desses veículos é duvidosa ou que essas informações foram questionadas por outros meios de comunicação. É possível até influenciar economicamente esses sites, pressionando anunciantes a não atrelar suas marcas a sites questionáveis.

Usuários de redes sociais precisam manter uma postura crítica com todos os meios de comunicação e fontes de informação. Mas a superação da ingenuidade também não pode levar a uma paranoia generalizada, desconfiando de tudo e todos. Meios desconhecidos ou de reputação questionável precisam ser vistos com mais desconfiança do que reportagens produzidas por meios de comunicação sérios – que cometem erros, mas que se esforçam em corrigi-los. O maior risco é que os casos excepcionais desse noticiário fraudulento sejam vistos como uma oportunidade para aprovar antigas demandas por maior controle sobre a crítica nos meios de comunicação, cerceando a liberdade de expressão e o direito coletivo à informação relevante e bem apurada. Também causa inquietação o fato de que plataformas digitais de redes sociais possam adotar mudanças técnicas sobre seus algoritmos com influência considerável sobre a circulação das notícias seguindo critérios que poderiam ter maior transparência, evitando preocupações sobre eventual “manipulação de curadoria” (PARISER, 2012, p. 126).

No debate “É tudo mentira: fake news e pós-verdade”, realizado pela *Jornalismo Júnior* da ECA-USP em 10 de junho de 2017, a jornalista Bárbara Libório, da agência de checagem *Aos Fatos*, sugeriu uma imagem importante: precisamos incentivar o ceticismo do nosso público, mas não podemos cair em uma postura de cinismo. A desinformação e a desconfiança generalizada sobre os meios de comunicação, já alertava Zuckerman (2017b), é uma das causas, um dos efeitos colaterais e também um dos objetivos dos sites de *fake news*. A desconfiança crescente de parte do público pode ser enriquecida com uma pitada de ceticismo, questionando os métodos de apuração dos artigos noticiosos nas plataformas digitais de forma a exigir um jornalismo melhor e mais fundamentado. Essa é a oportunidade positiva da emergência dos noticiários fraudulentos – se não sucumbirmos ao cinismo que considera todos os veículos igualmente suspeitos e à consequente tentação autoritária que demanda maior controle sobre a liberdade de expressão.

Referências

- ALLCOTT, HUNT; GENTZKOW, MATTHEW. 2017. "SOCIAL MEDIA AND FAKE NEWS IN THE 2016 ELECTION." JOURNAL OF ECONOMIC PERSPECTIVES, 31(2): 211-36. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://PUBS.AEAWEB.ORG/DOI/PDFPLUS/10.1257/JEP.31.2.211](http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211)>.
- ANDRADE, DOMITILA. "ANGELA PIMENTA: OS DESAFIOS DIANTE DA "EPIDEMIA DE NOTÍCIAS FRAUDULENTAS"". O POVO, 17/09/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.OPOVO.COM.BR/JORNAL/DOM/2017/09/ANGELA-PIMENTA-OS-DESAFIOS-DIANTE-DA-EPIDEMIA-DE-NOTICIAS-FRAUDULENT.HTML](https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/09/angela-pimenta-os-desafios-diante-da-epidemia-de-noticias-fraudulent.html)>.
- BETIM, FELIPE. "NA ÚLTIMA HORA, CONGRESSO ABRE CAMINHO À CENSURA NAS REDES NAS ELEIÇÕES 2018". EL PAÍS, 6/10/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://BRASIL.ELPAIS.COM/BRASIL/2017/10/05/POLITICA/1507238763_446744.HTML](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/05/politica/1507238763_446744.html)>.
- BOURBON, MARIA JOÃO; NOBRE, ADRIANO. "DESCODIFICADOR: CONTRA AS FAKE NEWS LUTAR, LUTAR". EXPRESSO, 18/11/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://EXPRESSO.SAPO.PT/ECONOMIA/2017-11-18-DESCODIFICADOR-CONTRA-AS-FAKE-NEWS-LUTAR-LUTAR](http://expresso.sapo.pt/economia/2017-11-18-descodificador-contras-fake-news-lutar-lutar)>.
- BOYD, DANAH. "DID MEDIA LITERACY BACKFIRE?". DATA & SOCIETY: POINTS, 05/01/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://DATASOCIETY.NET/OUTPUT/DID-MEDIA-LITERACY-BACKFIRE](https://datasociety.net/output/did-media-literacy-backfire)>.
- BUENO, SONIA. "TRUST IN NEWS: 'FAKE NEWS' REFORÇAM CONFIANÇA NA IMPRENSA". KANTAR BRASIL INSIGHTS, 31/10/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://BR.KANTAR.COM/TECNOLOGIA/COMPORTAMENTO/2017/TRUST-IN-NEWS-CONFIANCA-NAS-NOTICIAS-ESTUDO-KANTAR](https://br.kantar.com/tecnologia/comportamento/2017/trust-in-news-confianca-nas-noticias-estudo-kantar)>.
- CAPLAN, ROBYN. "HOW DO YOU DEAL WITH A PROBLEM LIKE "FAKE NEWS"?". DATA & SOCIETY: POINTS, 05/01/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://POINTS.DATASOCIETY.NET/HOW-DO-YOU-DEAL-WITH-A-PROBLEM-LIKE-FAKE-NEWS-80F9987988A9](https://points.datasociety.net/how-do-you-deal-with-a-problem-like-fake-news-80f9987988a9)>.
- CARVALHO FILHO, LUÍS FRANCISCO. "GUERRA DOS MUNDOS". FOLHA DE S. PAULO, 18/11/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COLUNAS/LUISFRANCISCOCARVALHOFILHO/2017/11/1936360-GUERRA-DOS-MUNDOS.SHTML](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luisfranciscocarvalhofilho/2017/11/1936360-guerra-dos-mundos.shtml)>.
- DIAS, ROBERTO. "SOLUÇÃO PARA FAKE NEWS COMEÇOU COM UMA FAKE SOLUTION". FOLHA DE S. PAULO, 2/11/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COLUNAS/ROBERTODIAS/2017/11/1932333-SOLUCAO-PARA-FAKE-NEWS-COMECOU-COM-UMA-FAKE-SOLUTION.SHTML](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/robertodias/2017/11/1932333-solucao-para-fake-news-comecou-com-uma-fake-solution.shtml)>.
- FUCHS, CHRISTIAN. "ALTERNATIVE MEDIA AS CRITICAL MEDIA". EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL THEORY VOL. 13, N. 2, P. 173-192, 2010. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://DOI.ORG/10.1177/1368431010362294](https://doi.org/10.1177/1368431010362294)>.
- GINZBURG, CARLO. O FIO E OS RASTROS: VERDADEIRO, FALSO, FICTÍCIO. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2007.

KANG, CECILIA; FANDOS, NICHOLAS; ISAACCOCT, MIKE. "TECH EXECUTIVES ARE CONTRITE ABOUT ELECTION MEDDLING, BUT MAKE FEW PROMISES ON CAPITOL HILL". THE NEW YORK TIMES, 31/10/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.NYTIMES.COM/2017/10/31/US/POLITICS/FACEBOOK-TWITTER-GOOGLE-HEARINGS-CONGRESS.HTML](https://www.nytimes.com/2017/10/31/us/politics/facebook-twitter-google-hearings-congress.html)>.

KEYES, RALPH. THE POST-TRUTH ERA — DISHONESTY AND DECEPTION IN CONTEMPORARY LIFE. NEW YORK: ST. MARTIN'S PRESS, 2004.

LEMOES, RONALDO. "COMO COMBATER FAKE NEWS NO BRASIL?". FOLHA DE S. PAULO, 13/11/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COLUNAS/RONALDOLEMOES/2017/11/1934936-COMO-COMBATER-FAKE-NEWS-NO-BRASIL.SHTML](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2017/11/1934936-como-combater-fake-news-no-brasil.shtml)>.

LUBBERS, ERIC. "THERE IS NO SUCH THING AS THE DENVER GUARDIAN, DESPITE THAT FACEBOOK POST YOU SAW". DENVER POST, 5/11/2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.DENVERPOST.COM/2016/11/05/THERE-IS-NO-SUCH-THING-AS-THE-DENVER-GUARDIAN](http://www.denverpost.com/2016/11/05/there-is-no-such-thing-as-the-denver-guardian)>.

MARTINO, LUÍS MAURO SÁ. TEORIA DAS MÍDIAS DIGITAIS: LINGUAGENS, AMBIENTES E REDES. PETRÓPOLIS: ED. VOZES, 2015.

MOSSERI, ADAM. "NEWS FEED FYI: ADDRESSING HOAXES AND FAKE NEWS". FACEBOOK NEWSROOM, 15/12/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://NEWSROOM.FB.COM/NEWS/2016/12/NEWS-FEED-FYI-ADDRESSING-HOAXES-AND-FAKE-NEWS](https://newsroom.fb.com/news/2016/12/news-feed-fyi-addressing-hoaxes-and-fake-news)>.

PARISER, ELI. O FILTRO INVISÍVEL: O QUE A INTERNET ESTÁ ESCONDENDO DE VOCÊ. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2012.

SILVERMAN, CRAIG; ALEXANDER, LAWRENCE. "HOW TEENS IN THE BALKANS ARE DUPING TRUMP SUPPORTERS WITH FAKE NEWS". BUZZFEED, 3/11/2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.BUZZFEED.COM/CRAIGSILVERMAN/HOW-MACEDONIA-BECAME-A-GLOBAL-HUB-FOR-PRO-TRUMP-MISINFO?UTM_TERM=.MU3MzXL4Y#.kuWajZ3Px](https://www.buzzfeed.com/craigsilverman/how-macedonia-became-a-global-hub-for-pro-trump-misinfo?utm_term=.MU3MzXL4Y#.kuWajZ3Px)>.

SUNSTEIN, CASS R. A VERDADE SOBRE OS BOATOS: COMO SE ESPALHAM E POR QUE ACREDITAMOS NELES. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, 2010.

SPAGNUOLO, SÉRGIO. "COMO FAZER SUA PRÓPRIA CHECAGEM DE FATOS E DETECTAR NOTÍCIAS FALSAS" AOS FATOS, 24/11/2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://AOSFATOS.ORG/NOTICIAS/COMO-FAZER-SUA-PROPRIA-CHECAGEM-DE-FATOS-E-DETECTAR-NOTICIAS-FALSAS](https://aosfatos.org/noticias/como-fazer-sua-propria-checagem-de-fatos-e-detectar-noticias-falsas)>.

VICTOR, FABIO. "COMO FUNCIONA A ENGRENAGEM DAS NOTÍCIAS FALSAS NO BRASIL". FOLHA DE S. PAULO, 19/02/2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ILUSTRISSIMA/2017/02/1859808-COMO-FUNCIONA-A-ENGRENAGEM-DAS-NOTICIAS-FALSAS-NO-BRASIL.SHTML](http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859808-como-funciona-a-engrenagem-das-noticias-falsas-no-brasil.shtml)>.

ZUCKERMAN, ETHAN. "FAKE NEWS IS A RED HERRING". DEUTSCHE WELLE, 25/01/2017A. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.DW.COM/EN/FAKE-NEWS-IS-A-RED-HERRING/A-37269377](http://www.dw.com/en/fake-news-is-a-red-herring/a-37269377)>.

_____. "STOP SAYING 'FAKE NEWS'. IT'S NOT HELPING". MY HEART'S IN ACCRA, 30/01/2017B. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ETHANZUCKERMAN.COM/BLOG/2017/01/30/STOP-SAYING-FAKE-NEWS-ITS-NOT-HELPING](http://www.ethanzuckerman.com/blog/2017/01/30/stop-saying-fake-news-its-not-helping)>.

Feminismo na era das redes sociais

Vera Vieira²²

Comunicação e Feminismo - as possibilidades da era digital é o título de minha tese de Doutorado, defendida em 2012, na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (ECA-USP), sob orientação da Profª Drª Cristina Costa. Foi objeto de pesquisa-ação junto a lideranças de Organizações Não-governamentais (ONGs) feministas, universo em que atuo há mais de vinte anos. Representou a concretização de uma etapa desafiadora em meu percurso de vida, tanto em termos de crescimento acadêmico como de solidificação das atividades profissionais, com o entrelaçamento de ambos os campos. A tese considera que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) — que têm na internet a sua maior expressão — não são um fim, mas um instrumento para a transformação social. Com a revolução das TIC, o avanço do trabalho pela equidade das relações sociais de gênero depara-se com o desafio da mudança de mentalidade. Concomitantemente com a revolução tecnológica, ocorrem as revoluções do aprendizado e da expressão pessoal e interpessoal, acarretando outras formas de representação da mulher em função das novas dinâmicas comunicacionais. O recorte da pesquisa foca a implementação do uso da internet — mais especificamente das redes sociais — para o avanço da luta contra a violência às mulheres. Considera-se esta cruel realidade como a mais grave expressão das desigualdades de gênero, as quais foram construídas há milênios, colocando a mulher em condição de subordinação ao homem, o que acarreta prejuízos para toda a sociedade.

Nas lutas pela emancipação da mulher, a mídia tem exercido uma função importante, prestando um papel incontestável nessa trajetória que vai dos meios impressos, passando pelos analógicos até os digitais, seja no cenário nacional ou internacional. Essa intervenção

²² Vera Vieira é jornalista, com especialização, mestrado e doutorado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz.

transformadora caminha na contracorrente da linguagem estereotipada, seja escrita ou imagética, que reforça o sexismo e outras discriminações. Interligar as TIC com as questões de gênero significa conscientizar-se de sua influência em todos os âmbitos da vida das pessoas. Trata-se de uma postura contrária à visão massificante da Escola de Frankfurt e adepta ao potencial político transformador abalizados por autores como Jürgen Habermas, Jesús Martín-Barbero e Paulo Freire. Assim, torna-se necessário, como premissa básica, gestar a comunicação, internamente, com objetivos claros e partilhados entre integrantes dos grupos envolvidos, o que significa buscar permanentemente a resposta base à pergunta enfatizada por Habermas (1989, p.91), e que pode ser resumida da seguinte forma: “com que modo de agir em comum as pessoas querem se comprometer?”. Para ele, a comunicação traduz-se na busca de entendimento, reconhecendo as conexões entre a dimensão da subjetividade e da intersubjetividade. Uma ação comunicativa deve ter um destinatário capaz de recebê-la. Nenhuma ação se caracteriza como tal, se do outro lado não houver quem receba, considerando sempre que o(a) receptor(a) só vai digeri-la, depois de refazê-la dentro de si mesmo(a), para, posteriormente, participar de uma ação de comunicação de forma contínua com outros agentes sociais. E como bem explica Habermas:

[...] os membros do coletivo têm que chegar a uma *decisão* comum. Eles têm que tentar convencer-se mutuamente de que é de interesse de cada um que todos ajam assim. Em semelhante processo, *cada um* indica ao *outro* as razões por que ele pode querer que um modo de agir seja tornado socialmente obrigatório. Cada pessoa concernida tem que poder convencer-se de que a norma proposta é, nas circunstâncias dadas, ‘igualmente boa’ para todos (HABERMAS, 1989, p. 91).

Na história da humanidade, de forma resumida, as formas de comunicação começaram com a oralidade, sendo, por muito tempo, a única maneira de transmitir informação e conhecimento. Depois, foram inventados instrumentos que nada mais são do que tecnologias de produção e transmissão de informação e conhecimento, como o alfabeto, no ano 1700 a.C. Eram vários os suportes utilizados, até chegar-se ao papel: folhas de palmeiras na Índia; ossos de baleia e dentes de foca, pelos esquimós; conchas, cascos de tartaruga e depois bambu e seda, na China; a pedra, o barro, a casca de árvores, por outros povos. As matérias-primas mais próximas ao papel foram o papiro, inventado pelos egípcios, e o pergaminho, feito de pele de animais. Depois, outra revolução da comunicação se dá com a invenção da tipografia, no século XV, por Gutemberg; até chegar às mídias analógicas, no início do século XX (rádio, TV e cinema); e as mídias digitais, no final desse mesmo século, integrando telecomunicações e informática, tendo na internet a sua expressão mais relevante.

A cada inovação nas formas de expressão e de transmissão da informação e do conhecimento aumentam as formas estereotipadas que reforçam o sexismo, mas também potencializam-se as estratégias para alcançar maior poder de disseminação nas mensagens de libertação da opressão patriarcal pelas mulheres. Na era digital, as possibilidades de intervenção feminista encontram uma ressonância ainda mais potente. A revolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC) provocou novas noções de tempo e espaço, um novo modo de sentir, pensar e agir. A imagem midiática passou a exercer uma influência sem precedentes na produção dos sentidos das pessoas, seres responsáveis, conjuntamente, pela concretização da utopia de uma sociedade justa e igualitária.

Assim sendo, qualquer proposta política e/ou educativa não pode ignorar as TIC e a complexidade que as envolve, bem como a crise paradigmática ora instalada. A constituição do imaginário está conectada tanto com a construção cultural das relações de gênero, como com a influência das TIC na formação das pessoas, considerando-se que a realidade se constitui a partir da objetividade e da subjetividade. Como bem salienta Cristina Costa²³: “Há um jogo entre o eu e a cultura. Por um lado, a cultura se impõe a nós; por outro, somos parte da cultura. Trata-se de um jogo entre algo que me contém, mas não me contém inteira”.

Um novo tempo, um novo espaço, as coisas fora do lugar, com a moldagem da sociedade pelas TIC em todos os campos: técnico, político, econômico e sociocultural. O feminismo e a comunicação caminham lado a lado, colocando-se como um trajeto inegável e necessário para o avanço da luta pela equidade das relações de gênero.

Relações de gênero

No emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos – no sentido de perpetuar as desigualdades de gênero – ou afrouxados, visando desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. Essas “verdades” estão presentes na construção social de gênero, que é tecida a partir das diversas redes de relações na vida de uma pessoa: família, Igreja, escola, associações populares, partidos políticos, meios de comunicação de massa...

Ao discorrer sobre a célebre frase de Simone de Beauvoir, descrevendo-a como “Alguém não nasce e sim se torna uma mulher... É a civilização como um todo que produz essa criatura”, duas autoras (JAGGAR e BORDO, 1997) trazem uma reflexão aprofundada sobre o seu sentido, frisando que

²³ Aula ministrada em 25/5/2010, na disciplina Fundamentos da Comunicação e Expressão Humanas, na USP/ECA, coordenada por ela.

[...] o gênero é uma categoria, um meio de fazer distinções entre as pessoas, classificando-as com base em traços sexuais. [...] Ele é construído e reconstruído dentro de uma estrutura que interage com fatores biológicos; mas não é imutavelmente controlado e contido por essa biologia. Embora cada um de nós venha ao mundo com certas características — órgãos sexuais, cor dos olhos, textura dos cabelos, equilíbrios e desequilíbrios hormonais, talvez até atitudes cognitivas, habilidades e tendências agressivas — sua configuração e avaliação são consequências das condições sociais e históricas. [...] A maneira como alguém é estimado, isto é, seu prestígio, não é algo previamente condicionado de forma determinista ou mecanicista, mas é, ao contrário, uma consequência de fatos históricos moldados pela atuação humana.

Considera-se, então, que as relações de gênero, por milênios, vêm sendo construídas socialmente, aceitas culturalmente e mantidas historicamente. Assim sendo, as condições assimétricas de poder e oportunidades – que colocam o homem em condições de superioridade à mulher (que representa 51,3% da população mundial) – sedimentam o recorte de gênero como um dos fatores estruturais e estruturantes das desigualdades sociais, com sérias consequências para toda a sociedade. Essa realidade é facilmente comprovada por estatísticas confiáveis, como é o caso de um estudo detalhado constante no relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado *As Mulheres no Mundo 2010: Tendências e Estatísticas*, com dados em oito áreas: população, família, saúde, educação, trabalho, poder e tomada de decisões, violência contra as mulheres, meio ambiente e pobreza. Outras estatísticas também são divulgadas nos sites de ONGs:

- a cada 10 segundos uma mulher é agredida;
- a cada 11 minutos uma mulher é estuprada;
- a cada 2h30 ocorre um estupro coletivo;
- o Brasil é o quinto país do mundo com o maior número de feminicídio;
- o Brasil é campeão do mundo em assassinato de transgêneros;
- o país é uma rota de origem, destino e movimento de pessoas traficadas, sendo que 83% das vítimas são exploradas sexualmente;
- 40% das mulheres são chefes de família;
- as mulheres ganham em média 30% menos do que os homens na mesma função, mesmo com maior número de anos de estudo.

O feminismo nas redes sociais

Feminismo é um movimento social e político que busca igualdade de direitos entre homens e mulheres. Segundo Outhwaite & Bottomore (1996, p.304), “pode ser definido como a defesa de direitos iguais para mulheres e homens, acompanhada do compromisso de melhorar a posição da mulher na sociedade”. Até há bem pouco tempo, o termo era estigmatizado por definições pejorativas, como um movimento seguido por mulheres mal-amadas, que não gostam de homem e queimam sutiã em praça pública. Obviamente, trata-se de uma forma de desqualificar as feministas, e as mulheres em geral, para manter os privilégios do machismo – comportamento que coloca o homem em condições de superioridade à mulher.

As redes sociais (como Facebook, Twitter, Instagram, Youtube) vêm possibilitando, por um lado, a disseminação do discurso conservador, sexista, racista e homofóbico, mas por outro, o encontro de mulheres para falar sobre a opressão de gênero, tais como assédios nas ruas, estupros, situações de desvalorização no mercado de trabalho, violência doméstica, etc..

As redes sociais digitais são o resultado das interações entre indivíduos, tecnologias e fluxos informativos, e nelas ocorre a manifestação de uma sociedade planetária que se expressa em um espaço público desterritorializado, estabelecendo uma interconexão interpessoal universal, sem mediação governamental, com liberdade de expressão e de associação com base em parâmetros partilhados por todos (TORRES, 2008, p. 257).

Essas redes sociais são essenciais para uma estratégia feminista de intervenção comunicacional, pois elas se tornaram o ancoradouro de produção e difusão independentes, consolidando uma cultura de participação que expressa, de forma inovadora, valores e atitudes primordiais à evolução da cidadania plena. As novas mídias podem reconfigurar a representação dos papéis da mulher no mundo por meios de novas narrativas. É possível criar novas representações de nós mesmas, com nossas próprias palavras, vozes e imagens. Sem dúvida, são ferramentas que se mostram potencializadoras da habilidade de compartilhamento da responsabilidade dos próprios processos de transformação pessoal e interpessoal em uma intervenção de comunicação.

Campanhas aumentam em 40% as denúncias de violência no Ligue 180 (Folha de S. Paulo, 4/12/2015)

De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo federal, as campanhas de sucesso nas redes sociais conseguiram aumentar em 40% as denúncias de

violência recebidas pelo Ligue 180, serviço que funciona 24 horas. Tais campanhas vêm conseguindo transformar a realidade das mulheres brasileiras, em busca de uma sociedade sem assimetria de gênero:

#primeiro assédio (<https://twitter.com/primeiroassedio>)

Depois que homens adultos postaram comentários de cunho sexual a uma garota de 12 anos que participou do MasterChef Junior, em 2015, milhares de mulheres passaram a relatar o primeiro assédio sofrido, muitas vezes, envolvendo estupro, pedofilia, constrangimentos.

#ChegaDeFiuFiu (<http://chegadefiufiu.com.br/>)

Campanha contra o assédio sexual em espaços públicos, iniciada pela ONG Think Olga.

#MeuAmigoSecreto (<https://twitter.com/MeuAmigoSecreto>)

Expõe “brincadeiras” machistas que passam despercebidas. Trata-se de uma criação espontânea. A conta foi suspensa, de acordo com consulta realizada pela autora deste artigo, na internet, em 22/1/2018.

#vamosfazerumescandalo

(<https://www.youtube.com/watch?v=0Maw7ibFhIs>) e

<https://www.facebook.com/hashtag/vamosfazerumescandalo>

Em um vídeo, Julia Tolezano, a vlogger Jout Jout, afirma que as mulheres não podem se submeter à cultura do estupro e que devem denunciar situações de assédio, principalmente nos transportes coletivos.

Pouco tempo depois, a página dela no Facebook foi retirada do ar após denúncias à rede social, vindas de supostos grupos que discordam das suas opiniões. A página foi reestabelecida dois dias depois. O Facebook se desculpou e afirmou que ela foi removida “por um erro de avaliação de uma denúncia”.

#vaitersshortinhosim

(<https://www.facebook.com/Vaitersshortinhosim-Col%C3%A9gio-Anchieta-478335425702392/>)

Foi criada por alunas de colégio no Rio Grande do Sul para protestar contra a proibição do uso de shorts nas dependências da escola. Adolescentes alegaram que a justificativa apresentada por inspetores é de que a roupa poderia “distrair meninos e professores”. Em petição online, elas pediram o fim do “machismo, da objetificação e sexualização dos corpos das alunas” por parte da instituição.

#vamosjuntas

(<https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas/>)

Projeto foi criado no Rio Grande do Sul pela jornalista Babi Souza, que lançou uma página no Facebook para encorajar a união de desconhecidas contra a insegurança das ruas e do transporte público.

A ideia é que mulheres dividam o percurso sempre que se sintam ameaçadas, ajudando quem possa estar na mesma situação.

#HeForShe - ElesporElas

(<http://www.onumulheres.org.br/elsporelas/>)

Termo originado da campanha da ONU (Organização das Nações Unidas), que visa criar consciência entre os homens a não repetirem e perpetuarem comportamentos machistas e se envolverem na resolução das desigualdades que atingem as mulheres.

A ação é endossada pela atriz e embaixadora da boa vontade da agência ONU Mulheres Emma Watson, que fez discurso no lançamento da campanha. Após se pronunciar, ela foi ameaçada a ter fotos nuas vazadas na internet, fato que nunca se concretizou. A USP também fez parceria com a ONU para levar o programa à universidade.

#askhermore

(<http://therepresentationproject.org/the-movement/askhermore/>)

A campanha foi criada pelo “The Representation Project”, com o objetivo de incentivar que entrevistas com as atrizes de Hollywood tivessem perguntas mais inteligentes, além de apenas aparência e moda.

A *hashtag* cresceu durante o Oscar de 2015, quando várias estrelas afirmaram que gostariam de ser questionadas sobre seu trabalho, e não só sobre o que estão vestindo.

#womeninterrupted

#mulheresinterrompidas

<https://twitter.com/hashtag/womeninterrupted>

A campanha foi criada para divulgar o aplicativo que conta quantas vezes uma mulher é interrompida pelo homem quando se expressa em qualquer ambiente. Tal prática machista já pode ser traduzida em dados. O aplicativo foi criado em 2017, por ocasião das eleições presidenciais dos EUA, quando se constatou que Hillary Clinton foi interrompida 51 vezes, por Donald Trump, durante um dos embates na televisão. Veio à tona a discussão sobre o fato das mulheres serem mais interrompidas do que os homens. “Entre os outros casos que despertaram discussões sobre *manterrupting* esteve o de Kanye West interrompendo um discurso de

aceitação de prêmio de Taylor Swift no VMA de 2009, e o do apresentador James Corden cortando a fala de Adele no Brit Awards de 2012²⁴.

Em 8 de março de 2017, para celebrar o Dia Internacional da Mulher, no Brasil, uma agência de publicidade lançou um aplicativo denominado *Woman Interrupted* que “escuta” conversas em reuniões de trabalho e conta quantas vezes uma mulher tem sua fala interrompida por um homem.



Fonte:

<https://www.google.com.br/search?q=%23womeninterrupted&rlz=1C1TSNO_enBR506BR506&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=93xb7FuU5LkSvM%253A%252Cf3GmICJxmLRilM%252C_&usg=__L5IESbbs3vM3vt0PoWQhtRBy2rA%3D&sa=X&ved=0ahUKEwjs05XuvuvYAhXDQZAKHRXWBtkQ9QEINzAD#imgsrc=IwlEQwlfcbYeoM>.

#MeToo - (<https://twitter.com/hashtag/metoo>)

A *hashtag* foi criada, em outubro de 2017, para denunciar a magnitude do assédio sexual no mundo, compartilhada por mulheres e homens que foram vítimas de tal crime. Tudo começou com Tarana Burke, uma líder comunitária negra de Nova Iorque, e se disseminou com dezenas de denúncias de estupro e agressão sexual contra o produtor cinematográfico americano Harvey Weinstein, que é muito poderoso em Hollywood. Dentre as atrizes que o acusaram estão Angelina Jolie, Gwyneth Paltrow e Rose McGowan. Desde então inúmeras personalidades relataram assédio semelhante nas redes sociais, denunciando Weinstein e muitos outros artistas.

²⁴ Disponível em <<https://noticias.r7.com/internacional/mulheres-sao-mais-interrompidas-que-homens-em-conversas-de-trabalho-08032017>>. Acesso em 22 jan 2018.

Phumzile Mlambo-Ngcuka, subsecretária-geral da ONU e diretora-executiva da ONU Mulheres, declarou que a iniciativa mostra “o quanto há de errado quando as pessoas podem agir impunemente em uma cultura do silêncio”.

As contracampanhas nas redes sociais

Por um lado, as redes sociais abriram um espaço importante para a reafirmação do discurso e do ativismo feminista, principalmente por parte das mulheres jovens. Por outro, cresceram os ataques provenientes de grupos misóginos e machistas. Tais grupos circulam acusações às *feminazis*), buscando frear as expressões do ativismo e bloquear contas. Trata-se de uma expressão pejorativa utilizada para descrever pessoas extremas ou radicais que lutam pela superioridade das mulheres (sic). *Merdalheres* e *bucetocard* também são expressões usadas.

As mulheres têm se preparado no sentido do cuidado e colaboração coletiva, para fazer frente a tais violências, com denúncias e solicitações de desativação.

O jogo de forças nas redes sociais



Fonte:

<[Há diversos materiais de estudos para essa nova ideologia misógina e machista, incluindo estratégias de aumento do número de adeptos\(as\) no Brasil, até a maneira de agir das mulheres e a suposta inconstitucionalidade da lei Maria da Penha.](https://www.google.com.br/search?q=DESENHO+FEMINISTA+VERSUS+FEMINAZI&rlz=1C1TSNO_enBR506BR506&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=NbEg7R7WjveEfM%253A%252Cb1_7-XfwtmxVOM%252C_&usg=__s_B6hslXjGfl_WGmwEyyvKRUq3M%3D&sa=X&ved=0ahUKEwibk6uQqefYAhVDS5AKHcuLD7gQ9QEILTAB#imgsrc=NbEg7R7WjveEfM:>.</p></div><div data-bbox=)

“É hora de desmascarar os micromachismos, que, cotidianamente e com um discurso que aparenta pouca agressividade, buscam frear o avanço das mulheres e a consolidação do cumprimento de seus direitos em sociedade”, ressalta, em entrevista para este artigo, Dafne Plou, coordenadora latino-americana do Programa de Apoio a Redes de Mulheres da Associação para o Progresso das Comunicações.

Também é preciso enfrentar as novas expressões de misoginia que agredem psicológica e emocionalmente às mulheres, tanto de maneira individual como as expressões coletivas de um modelo de dominação patriarcal que deve ser erradicado. Os canais propiciados pela internet têm potencializado as reivindicações feministas multifacetadas que já vêm sendo gestadas na sociedade. Mas não é a internet apenas como instrumento que propicia o que podemos chamar de quarta onda do feminismo²⁵. A chamada quarta onda do feminismo propicia a interconexão das novas tecnologias com a multidão de vozes plurais e diversas, isto é, com as diversas correntes que não se viam representadas pelo movimento feminista tradicional. Aliás, a quarta onda agrega os diversos movimentos: urbano, rural, jovem, negro, acadêmico, masculino, lésbico, gay, transexuais, travestis, *queer* e demais transgêneros. Com isso, muita gente que nem se imaginava feminista, descobriu que o era, passando a militar por esses novos canais. Assim, a era da pós-verdade precisa responder com as certezas que alicerçam o movimento feminista atual, para terminar com as falsidades construídas com base na submissão das mulheres a uma ordem desigual.

²⁵ A *primeira onda* focava a promoção dos direitos contratuais e de propriedade, a oposição a casamentos arranjados e a propriedade de mulheres casadas (e seus filhos) pelos maridos, na Inglaterra e EUA (séc. 19 e 20), chegando à luta sufragista - direito ao voto. A *segunda onda*, de 1960 a 1980, voltava-se para a luta pela igualdade e o fim da discriminação; foi simbolizada pelo slogan "O pessoal é político". A *terceira onda* teve início em 1990, combatendo a visão essencialista verificada anteriormente e a ênfase nas mulheres brancas de classe média alta; enfatizava a micropolítica; as mulheres negras tiveram importância ao negociar a ênfase na questão racial das desigualdades. (OUTHWAIRE & BOTTOMORE, 1996, p.304).

Referências

- CITELLI, A. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: A LINGUAGEM EM MOVIMENTO. SÃO PAULO: EDITORA SENAC, 2000.
- COSTA, C. AULA MINISTRADA EM 25/5/2010, NA DISCIPLINA FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO HUMANAS, NA USP/ECA, COORDENADA POR ELA.
- FREIRE, P. PEDAGOGIA DA ESPERANÇA - UM REENCONTRO COM A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA. 7ªED. 2000
- HABERMAS, J. CONSCIÊNCIA MORAL E AGIR COMUNICATIVO. TRADUÇÃO: GUIDO ANTÔNIO DE ALMEIDA. RJ: ED. TEMPO BRASILEIRO. 1989.
- JAGGAR, A.M.; BORDO, S.R. GÊNERO, CORPO, CONHECIMENTO. TRADUÇÃO: BRITTA LEMOS DE FREITAS. RIO DE JANEIRO: ED. ROSA DOS TEMPOS. 1997.
- MARTÍN-BARBERO, J. DESAFIOS CULTURAIS DA COMUNICAÇÃO À EDUCOMUNICAÇÃO. IN: CITELLI, ADILSON ODAIR; COSTA, MARIA CRISTINA CASTILHO (ORGS.). EDUCOMUNICAÇÃO: CONSTRUINDO UMA NOVA ÁREA DE CONHECIMENTO. SÃO PAULO: PAULINAS, 2011.
- OUTHWAITE W., BOTMORE, T. DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. VERSÃO BRASILEIRA: RENATO LESSA E WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR. 1996
- PLOU, D. PARM/APC (PROGRAMA DE APOIO ÀS REDES DE MULHERES DA ASSOCIAÇÃO PARA O PROGRESSO DAS COMUNICAÇÕES. 2017 (ENTREVISTA POR SKYPE)
- SOARES, I. O. EDUCOMUNICAÇÃO - O CONCEITO, O PROFISSIONAL, A APLICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO. SÃO PAULO: PAULINAS, 2011.
- TORRES, J. C. CYBORGRACIA: ENTRE A GESTÃO DIGITAL DOS TERRITÓRIOS E AS REDES SOCIAIS DIGITAIS. IN: FELICE, MÁXIMO DI (ORG.) DO PÚBLICO PARA AS REDES — A COMUNICAÇÃO DIGITAL E AS NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL. DIFUSÃO EDITORA. SÃO CAETANO DO SUL/SP. 2008.
- VIEIRA, VERA. COMUNICAÇÃO E FEMINISMO: AS POSSIBILIDADES DA ERA DIGITAL. TESE (DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO) - ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2012.

SITIOGRAFIA

- [HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/PAISESAT/](http://www.ibge.gov.br/paisesat/)
- [HTTP://WWW.SEPM.GOV.BR/NOTICIAS/ULTIMAS_NOTICIAS/2010/10/ONU-DIVULGA-RELATORIO-SOBRE-A-SITUACAO-DAS-MULHERES-NO-MUNDO](http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/10/ONU-DIVULGA-RELATORIO-SOBRE-A-SITUACAO-DAS-MULHERES-NO-MUNDO)
- [WWW.MULHERESPAZ.ORG.BR](http://www.mulherespa.org.br)
- [WWW.AGENCIAPATRICIAGALVAO.ORG.BR](http://www.agenciapatriciagalva.org.br)
- [HTTPS://TWITTER.COM/PRIMEIROASSEDIO](https://twitter.com/primeiroassedio)
- [HTTP://CHEGADEFIUFU.COM.BR/](http://chegadeufiu.com.br/)
- [HTTP://CHEGADEFIUFU.COM.BR/](http://chegadeufiu.com.br/)
- [HTTPS://TWITTER.COM/MEUAMIGOSECRETO](https://twitter.com/MeuAmigoSecreto)
- [HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=0MAW7iBFHLS](https://www.youtube.com/watch?v=0MAW7iBFHLS)

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/HASHTAG/VAMOSFAZERUMESCANDALO](https://www.facebook.com/hashtag/vamosfazerumescandalo)
[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/VAITERSHORTINHOSIM-COL%C3%A9GIO-ANCHIETA-478335425702392/](https://www.facebook.com/vaitershortinhosim-col%C3%A9gio-anchieta-478335425702392/)
[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/MOVIMENTOVAMOSJUNTAS/](https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas/)
[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/MOVIMENTOVAMOSJUNTAS/](https://www.facebook.com/movimentovamosjuntas/)
[HTTP://WWW.ONUMULHERES.ORG.BR/ELESPORELAS/](http://www.onumulheres.org.br/elsesporelas/)
[HTTP://THEREPRESENTATIONPROJECT.ORG/THE-MOVEMENT/ASKHERMORE/](http://therepresentationproject.org/the-movement/askhermore/)
[HTTPS://WWW.GOOGLE.COM.BR/SEARCH?Q=DESENHO+FEMINISTA+VERSUS+FEMINAZI](https://www.google.com.br/search?q=DESENHO+FEMINISTA+VERSUS+FEMINAZI)
[HTTP://WWW.ONUMULHERES.ORG.BR/NOTICIAS/EUTAMBEM-SURGE-DA-IMPUNIDADE-E-DA-CULTURA-DO-SILENCIO-EM-RELACAO-A-VIOLENCIA-SEXUAL-DIZ-ONU/](http://www.onumulheres.org.br/noticias/eutambem-surge-da-impunidade-e-da-cultura-do-silencio-em-relacao-a-violencia-sexual-diz-onu/)
[HTTPS://WWW.GOOGLE.COM.BR/SEARCH?Q=%23WOMENINTERRUPTED&RLZ=1C1TSNO_ENBR506BR506&TBM=ISCH&SOURCE=IU&ICTX=1&FIR=93XB7FU5LkSvM%253A%252Cf3GMICJxMLRiLM%252C_&USG=__L5IESBBS3vM3vt0PoWQHTRBy2rA%3D&SA=X&VED=0AHUKEWJS05XUVUVYAhXDQZAKHRXWBTkQ9QEINzAD#imgrc=IwLEQWlFCBYEO:](https://www.google.com.br/search?q=%23WOMENINTERRUPTED&rlz=1C1TSNO_ENBR506BR506&TBM=ISCH&SOURCE=IU&ICTX=1&FIR=93XB7FU5LkSvM%253A%252Cf3GMICJxMLRiLM%252C_&USG=__L5IESBBS3vM3vt0PoWQHTRBy2rA%3D&SA=X&VED=0AHUKEWJS05XUVUVYAhXDQZAKHRXWBTkQ9QEINzAD#imgrc=IwLEQWlFCBYEO:)
[HTTPS://WWW.GOOGLE.COM.BR/SEARCH?Q=DESENHO+FEMINISTA+VERSUS+FEMINAZI&RLZ=1C1TSNO_ENBR506BR506&TBM=ISCH&SOURCE=IU&ICTX=1&FIR=NbEG7R7WJVEEfM%253A%252CBL_7-XFWTMxVOM%252C_&USG=__S_B6HSLXJGFL_WGMWEYvKRUNQ3M%3D&SA=X&VED=0AHUKEWIBK6UQqEFYAhVDS5AKHcuLD7GQ9QEILTAB#imgrc=NbEG7R7WJVEEfM:](https://www.google.com.br/search?q=DESENHO+FEMINISTA+VERSUS+FEMINAZI&rlz=1C1TSNO_ENBR506BR506&TBM=ISCH&SOURCE=IU&ICTX=1&FIR=NbEG7R7WJVEEfM%253A%252CBL_7-XFWTMxVOM%252C_&USG=__S_B6HSLXJGFL_WGMWEYvKRUNQ3M%3D&SA=X&VED=0AHUKEWIBK6UQqEFYAhVDS5AKHcuLD7GQ9QEILTAB#imgrc=NbEG7R7WJVEEfM:)

Arquivos do Silêncio: Um estudo de caso sobre as memórias e documentos das cassações da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (1969-1979)

Lis de Freitas Coutinho²⁶

1. Freitas Nobre: a disputa por lugares de memória

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, [...] os espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos. (LE GOFF, 2013, p. 107).

Atualmente observamos aquilo que Martín-Barbero (2006, p. 71) denomina boom da memória, “desde o crescimento e expansão dos museus nas duas últimas décadas à restauração dos velhos centros urbanos”.

Em contrapartida à memória, está posto o dilema do esquecimento. Paul Ricoeur nos dá uma importante pista desse binômio ao afirmar que a recordação oferece a oportunidade de

²⁶ Doutoranda e Mestre (2011) em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (USP); atualmente desenvolve pesquisa, com apoio da CAPES, junto ao Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) da USP.

realizar “memória do esquecimento”. Para o autor, “[...] boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa de não esquecer” (RICOEUR, 2007, p. 48).

Pensar, pois, o esquecimento como parte integrante do processo da memória é fundamental na pesquisa no campo das ciências humanas. Quando o recorte temporal trata de períodos políticos de exceção, como o da Ditadura Militar no Brasil, é imprescindível trabalhar com esse binômio.

Isso porque, quando se investiga objetos tão próximos cronologicamente do pesquisador e cuja documentação não havia sido liberada até poucos anos atrás, há de se ponderar a respeito daquilo que Certeau chama de “zonas silenciosas” (CERTEAU, 1995, p. 35). Neste ponto, a questão da memória e do esquecimento tem papel preponderante, pois a memória coletiva de uma nação, de um povo revela-se nas zonas silenciosas, nas lacunas. Cabe ao pesquisador fazer um inventário e uma história sobre os arquivos do silêncio. Nosso objeto de estudo para compor esses arquivos do silêncio é o estudo de caso dos expurgos realizados na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) durante o período ditatorial militar.

Neste artigo, focaremos na saída do professor Freitas Nobre, desligado dos quadros da universidade em 1972. O caso de Freitas Nobre é emblemático para a discussão das memórias porque, anos mais tarde, seu nome tornou-se um lugar de memória (RICOEUR, 2007, p. 58).

2. Os documentos do silêncio: Processo admissional e DEOPS²⁷

Tendo em vista nossas possibilidades, usando o paradigma indiciário (BRAGA, 2008), decidimos selecionar e dividir a amostra nas categorias: processo de admissão da USP e documentação do DEOPS. Nosso corpus foi delimitado de forma a valorizar a especificidade de cada uma das fontes, pois como afirma Certeau,

[...] tudo começa com o gesto de *selecionar*, de reunir, [...] transformar em "documentos" determinados objetos distribuídos de outra forma. [...] Na realidade [...] consiste em *produzir* tais documentos, pelo fato de copiar, transcrever ou fotografar [...]. Essa ruptura não é [...] o efeito de um “olhar”. É necessário uma operação técnica (1995, p. 30-31).

Após essa operação técnica, a primeira aproximação com nossa amostra foi a partir do processo de admissão de Freitas Nobre à USP. Com 350 folhas, o documento se inicia com um

²⁷ Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo.

ofício do primeiro diretor da Escola de Comunicações e Artes (na época, Escola de Comunicações Culturais), Julio García Morejón, de 1968, que solicitava a contratação de José Freitas Nobre junto ao Departamento de Jornalismo pelo prazo de 730 dias. Anexava ainda o currículo do referido docente, que fora dividido nas seguintes partes, dando-nos uma visão de suas diversas facetas e atuações: jornalismo profissional, advogado, professor, curso no estrangeiro (doutorado) e livros publicados.

José Freitas Nobre foi jornalista, advogado, professor doutor, autor e político. Nascido em Fortaleza, em 24 de março de 1921, filho de Manuel Aprígio Nobre e de Letícia Freitas Nobre, mudou-se para São Paulo aos 15 anos, vindo a se formar pela Faculdade de Direito da USP em 1948.

Sua atuação no jornalismo teve início quando ainda era muito jovem, antes mesmo de se formar como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. A ocasião foi sua vinda para a cidade de São Paulo, quando, com uma longa reportagem, “A Epopeia Acreana”, procurava um editor que o auxiliasse a publicar o texto. A publicação saiu em 1938, causando grande impacto.

Atuou também na presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, além de ter exercido atividades como as de repórter, redator, secretário de redação, diretor em várias organizações jornalísticas, bem como de rádio e televisão.

No campo do magistério, Freitas Nobre foi professor da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professorou, ainda, em diversos cursos intensivos de jornalismo, realizados em vários Estados.

Embora atuasse como advogado, podemos observar pelo seu currículo a predileção pelo Jornalismo, tanto é que, mesmo suas obras que tratam sobre aspectos jurídicos, estão, de alguma maneira, conectadas a essa esfera: “Lei de Imprensa, Comentários”, “Lei da informação”, entre outras. Freitas Nobre também era Procurador Federal em São Paulo, encarregado de ações penais do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), quando pleiteou a contratação como docente na USP. Enfatizamos que esse dado será de suma importância no decorrer do processo admissional nos quadros universitários, assim como seu lado político, como veremos adiante.

A experiência sindical levou Freitas Nobre ao campo político, e, em 1958, foi eleito Vereador para a Câmara Municipal de São Paulo (1959 a 1961) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foi também Vice-Prefeito do Município de São Paulo (1961-1965) e, com a extinção dos partidos políticos, em 1965, e o regime militar, só retomou a carreira política em 1968, após a estadia na França e o desenvolvimento da tese de doutorado. Quando de seu retorno, o bipartidarismo já estava instituído, e o partido de escolha foi o da oposição à Ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

É justamente no cruzamento entre a faceta política e de magistério²⁸ na USP que se encontra o nosso problema de pesquisa. Freitas Nobre foi eleito pelo MDB como Vereador pela Câmara Municipal de São Paulo (1969 a 1971), fato que não foi arrolado no processo admissional da USP. Pouco tempo antes de assumir como Vereador, a contratação do docente foi aprovada pelo Conselho Universitário. Oportuno apontar o fato de que a, na época, ECC não tinha uma Congregação, daí a decisão ser tomada diretamente pelo Conselho Universitário.

A contratação foi publicada no Diário Oficial em 23 de julho de 1968, constando da acumulação do cargo na Procuradoria. O parecer da Comissão Permanente de Acumulação de São Paulo, publicado em 16 de julho de 1968, afirmava que a acumulação era regular. A Comissão Permanente de Acumulação, legislada pelo Decreto nº 42.632, de 28 de outubro de 1963, era mantida junto ao gabinete do Governador do Estado, constituída por sete membros, sendo três deles representantes da Universidade de São Paulo. A atuação da Comissão se justificava na medida em que se observa a situação da legislação sobre acumulação daquele período, segundo a qual era permitido o duplo exercício de magistério e de cargo técnico ou científico, este último entendido como aquele que exige, “para o seu exercício, conhecimentos específicos de nível superior, normal ou profissional de ensino”. (SÃO PAULO, 1963).

A situação de Freitas Nobre permaneceu inalterada até 1970, quando houve um pedido de aditamento de contrato, tendo em vista o esgotamento do prazo anterior de 730 dias. A autorização foi dada, escrita à mão, e dizia que a situação de Freitas Nobre ficaria para ulterior decisão após a sua diplomação como deputado federal. Essa preocupação pode ser compreendida posto que o docente havia sido eleito deputado federal por São Paulo pelo MDB, cargo que ocupou de 1971 a 1985.

Em 10 de dezembro de 1970, o aditamento foi publicado no Diário Oficial, estendendo o contrato de docência por dois anos. Porém, quatro dias depois, o docente solicitava a autorização de suspensão da vigência do seu contrato, considerando que seria empossado como deputado federal em fevereiro de 1971. O afastamento foi consentido em 18 de fevereiro de 1971.

Em fevereiro do ano seguinte, a diretoria da ECA enviou à reitoria o pedido de reconhecimento do título de Doutor em Direito e Economia da Informação de Freitas Nobre da “*Faculté de Droit et des Sciences Économiques*” de Paris. Concomitante à tramitação dessa solicitação, em junho de 1972, a diretoria da ECA encaminhou cópia da Resolução nº 26 de 1972, promulgada pela Câmara Federal em 18 de maio do mesmo ano, e publicada no Diário Oficial da União, referente à permissão para que o docente pudesse ministrar curso de pós-graduação na

²⁸ Privilegiamos aqui o uso da palavra “docente” para nos referirmos a Freitas Nobre, uma vez que o documento base da pesquisa foi o processo da USP, no qual era atribuído o título de professor e seus sinônimos. Daí se justifica nossa escolha, tendo em vista que nosso foco é o estudo dos expurgos ocorridos na ECA e a história desses docentes.

ECA. A diretoria solicitava a reativação do contrato, esclarecendo que o docente em questão ministrava aulas para o Curso de Pós-Graduação.

Em relação ao reconhecimento do título de doutor, o prosseguimento dado foi o envio ao Conselho Técnico Administrativo e à Câmara de Pós-Graduação para apreciação. Já no que se referia à autorização de exercício do magistério, segundo documento arrolado no processo, esclarecia-se que o reitor poderia expedir um ato que suspendesse o afastamento do docente. Porém, havia a sugestão de que fosse expedido um ofício à Comissão Permanente de Acumulação, transmitindo cópia da Resolução nº 26 de 1972 para sua apreciação.

O parecer sequente afirmava que a autorização dada pela Câmara dos Deputados teve como base o artigo 64 da Lei nº 4881-A, de 6 de dezembro de 1965, que mencionava a possibilidade de exercício simultâneo de mandato eletivo e magistério de professor catedrático. Como Freitas Nobre exercia a docência por meio de contrato, esse artigo não seria aplicável no caso do professor; além disso, o artigo 34 da Constituição Federal preceituava que deputados não poderiam ocupar cargo, função ou emprego de que fossem demissíveis “*ad nutum*”²⁹ nas entidades de pessoa jurídica de direito público.

O parecer concluía que havia dúvidas quanto à reativação do contrato, sugerindo a manifestação da Consultoria Jurídica da USP. O entendimento da Consultoria Jurídica foi o de que, ao que constava, o docente ainda exercia o cargo como Procurador do INPS, posto que nos autos não havia indicação de mudança nessa situação. Ademais, Freitas Nobre havia sido eleito como deputado federal, motivo pelo qual se encontrava afastado do magistério junto à USP. Pretendia-se o retorno da função docente e, embora não interessasse à USP se Freitas Nobre havia se afastado das funções de Procurador Federal de São Paulo ou não, uma vez que o mesmo solicitava a reativação de seu contrato como docente, surgia a possibilidade de verificar-se tríple acumulacão, ou seja: acumulacão de três funções (Procurador Federal de São Paulo, de Deputado Federal e de Professor de Disciplina), se fosse atendido seu pedido.

É a partir desses dois últimos pareceres que o processo irá gravitar até 1990, ano do falecimento do docente. E é também em torno da discussão da tríple acumulacão que o restante do processo irá tratar. Esse é um dado bastante significativo, pois Freitas Nobre ficou afastado da USP entre 1971 e 1986, tendo lecionado na ECA por oito anos, menos de uma década. Apesar disso, sua importância para o campo do jornalismo e para a ECA ficou marcada enquanto espaço de memória: seja nomeando o auditório do Departamento de Jornalismo e Editoracão da ECA/USP, ou servindo como título de Prêmio na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicacão (Intercom).

Voltando ao processo admissional de Freitas Nobre, quando questionada sobre o afastamento do docente das funções de Procurador Federal de São Paulo, a Procuradoria da

²⁹ Adjetivo relativo à demissibilidade de funcionário público não estável.

República de São Paulo informava que o docente estava aposentado de suas atividades desde 25 de março de 1969.

Com base nessas informações, a Consultoria Jurídica da USP apresentou um parecer, em 10 de outubro de 1972, no qual argumentava a inconstitucionalidade da situação pretendida, haja vista a tríplice acumulação.

Interessante notar que, embora a matéria tenha sido decidida apenas em outubro de 1972, o Conselho Interdepartamental da ECA e do Conselho Técnico Administrativo haviam aprovado a renovação do contrato de Freitas Nobre a partir de julho de 1972. Isso se explica na medida em que, apesar de estar afastado, o período de dois anos, contado a partir do termo de aditamento de 1970, havia chegado ao fim. Temos como hipótese que a permanência do docente na USP se deu para atender às novas exigências da reforma universitária promulgada em 1969 e implementada na década de 1970. Segundo ofício do Prof. Dr. José Marques de Melo, os docentes da unidade teriam três anos para defender a tese, advindo o cancelamento do contrato se isso não ocorresse.

Por ser uma unidade relativamente nova, a ECA ainda não possuía um corpo docente totalmente doutorado, daí a importância e a necessidade da presença de Freitas Nobre como orientador naquele momento, tendo em vista sua titulação.

Após mais um envio de solicitação à reitoria, o caso foi levado novamente à Consultoria Jurídica que reiterava os argumentos da tríplice acumulação expostos anteriormente. Porém, acrescentava que, por conta do interesse demonstrado pela ECA na contratação do professor, e da excelente contribuição que ele voltaria a dar, pelos seus títulos, à USP, seria pertinente obter a opinião da Comissão de Acumulação de Cargos sobre o tema.

O parecer da Comissão era bastante controverso, pois sugeria que não houvera consenso entre os seus membros; afirmava que em casos como o de Freitas Nobre não haveria ilicitude no exercício de três situações porquanto, na interpretação do relator, a Constituição não estendia a proibição de acumulação aos aposentados que exerciam mandato eletivo ou contrato técnico-especializado. Porém, com base em outro parecer e referindo-se ao despacho normativo do governador, o contrato cumulativo foi considerado impossível, pois configuraria em tríplice acumulação. A Consultoria Jurídica da USP ponderou as duas posições, decidindo-se, ao final, pela impraticabilidade do contrato pretendido.

Em julho de 1973, Freitas Nobre enviou novo pedido para reconhecimento de seu título de doutor. O que se nota nos trâmites que seguiram é a ação burocrática que protelou a decisão. No caso de Freitas Nobre, o Conselho Técnico Administrativo encaminhou, em 2 de abril de 1974, o processo à Faculdade de Direito para se pronunciar sobre a equivalência do título, "dada a especificidade do título a ser reconhecido". Somente em 10 de fevereiro de 1975, é que se obteve um parecer da Faculdade de Direito; isso porque o docente designado havia se aposentado e devolvido o processo em 16 de dezembro de 1974. O novo designado, apesar de

tecer inúmeros elogios à tese, afirmava não ser a Congregação da Faculdade de Direito a interessada em decidir sobre a equiparação de título, mas sim a Escola de Comunicações e Artes, uma vez que a solicitação fora realizada na área das Comunicações.

Em maio de 1976, já com uma Congregação própria, a ECA aprovou o reconhecimento do título de Doutor de Freitas Nobre. Entretanto, a Câmara de Pós-Graduação explicava que, por não ser, naquele momento, docente da USP nem constar que iria submeter-se a concurso para o qual se exigisse o título de Doutor, não cabia manifestação a respeito.

Quase uma década depois, em 1985, Freitas Nobre enviou um ofício, pelo qual requeria os benefícios da Lei da Anistia, afirmando ter sofrido cassação branca por meio da ruptura do seu contrato pela USP através da alegação de acumulação ilegal.

A Congregação da ECA acolheu o pedido de anistiar Freitas Nobre, bem como o Departamento de Jornalismo e Editoração, entendendo que, embora o rompimento do contrato fosse justificado juridicamente, caracterizou-se como punição política, pública e notória na época. Além disso, o desligamento do docente “[...] representou o início de uma série de 'cassações brancas', que atingiram o Departamento de Jornalismo e Editoração, no período 1971-1975 [...]” (PROCESSO 68.1.1227.1.6..., 1968, p. 183).

E será a questão legal o principal obstáculo ao retorno de Freitas Nobre à USP. Tanto é que a Consultoria Jurídica afirmava não vislumbrar, nos autos, elementos que dessem margem à conclusão de ter havido intenção punitiva à não renovação do contrato. E, mesmo se provada a alegada motivação política, permanecia o problema da acumulação, dado que a decisão da Comissão de Acumulação de Cargos inviabilizou a formalização do contrato.

Em nova reunião, a Comissão de Acumulação não teve consenso, obtendo empate sobre a matéria. O voto de desempate foi o que considerou a acumulação legal, mas não a renovação contratual, e sim o cumprimento do período restante de dezessete meses de contrato, cujo prazo fora interrompido por força de regular afastamento para o exercício de função pública. Oportuno ressaltar que o reitor não deixou apenas o habitual “De acordo”, mas registrou que não encontrou, nos autos, indícios que permitiram concluir ter havido qualquer intenção punitiva na não renovação do contrato do docente, tendo a questão se limitado à acumulação de cargos.

Após retornar oficialmente à USP em 19 de setembro de 1986, Freitas Nobre seguiu o curso da carreira acadêmica, passando pela Livre Docência e os diferentes cargos do magistério até Professor Titular, pouco tempo antes de falecer, em 1990.

Apesar da atuação docente na USP ter durado, como havíamos dito previamente, menos de uma década, sua atuação política teve, no total, 25 anos, sendo que, durante 14 dos 21 anos de Ditadura Militar, esteve com mandato parlamentar. Foram justamente os 14 anos que esteve desligado da USP.

Para os órgãos de vigilância, seus passos já eram monitorados muito antes de seu ingresso na carreira política. De acordo com Documento nº 25, da Pasta 157, do Dossiê do Setor

de Análises, Operações e Informações (OS 1070) do Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo (DEOPS)³⁰, Freitas Nobre era alvo desde 1948. O que se nota nas entradas do documento é a preocupação com sua movimentação nos Sindicatos, além da sua atuação enquanto Vereador de São Paulo.

Outro ponto registrado é a sua aproximação com a URSS e o Partido Comunista do Brasil, como por exemplo, o fato de que, por sua iniciativa, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou um ofício para ser enviado aos Poderes Federais, a fim de reatar as relações comerciais com a União Soviética.

Havia também a preocupação com a participação de Freitas Nobre em comícios e atos da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1959. Em comunicado de 1961, o docente figurava como líder socialista e vice-prefeito de São Paulo. A partir do regime militar, suas críticas ao governo eram monitoradas e registradas, bem como seus questionamentos, como no episódio da morte de Wladimir Herzog, em 1975.

Os anos seguintes foram marcados pelas lutas da Constituinte e das Diretas, fosse no campo da Câmara, ou nos papéis do DEOPS.

Foi a partir dessas lutas que o nome de Freitas Nobre foi utilizado como lugar de memória. Após cerca de cinco anos de discussões, em 19 de junho de 2017, o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, recebeu o nome de Deputado Freitas Nobre. Nesses anos (2012 a 2017), outro nome era cotado para o aeroporto: Senador Romeu Tuma. Este fora delegado da Polícia Civil e chefiou o DEOPS durante grande parte do período ditatorial. O objetivo, ao indicar o nome de Tuma, era demarcar posição contrária às articulações de rediscutir a Lei da Anistia e resgatar as histórias de tortura e repressão por parte do governo. O nome de Freitas Nobre surgiu como oposição a esta memória (CANÁRIO, 2017).

Nesta disputa pelos lugares de memórias, finalizamos com excerto de Pierre Nora, que explicita o porquê da necessidade de construção e estabelecimento desses espaços, o que faz muito sentido quando o assunto é memórias sobre regimes autoritários, como a Ditadura Militar Brasileira:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque **essas operações não são naturais**. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. [...] **Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria,**

³⁰ Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSO_S001070.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui: momentos de memória arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. (NORA, 1993, p. 13, grifo nosso).

Referências

- BRAGA, J. L. COMUNICAÇÃO, DISCIPLINA INDICIÁRIA. MATRIZES, SÃO PAULO, N. 2, P. 73-88, ABR. 2008.
- CANÁRIO, P. BATIZAR CONGONHAS DE FREITAS NOBRE SIMBOLIZA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR. CONSULTOR JURÍDICO, 28 JUN. 2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.CONJUR.COM.BR/2017-JUN-28/BATIZAR-CONGONHAS-FREITAS-NOBRE-SIMBOLIZA-RESISTENCIA-DITADURA?IMPRIMIR=1](https://www.conjur.com.br/2017-jun-28/batizar-congonhas-freitas-nobre-simboliza-resistencia-ditadura?imprimir=1)>. ACESSO EM: 01 OUT. 2017.
- CERTEAU, M. D. A OPERAÇÃO HISTÓRICA. IN: LE GOFF, J.; NORA, P. HISTÓRIA: NOVAS PROBLEMAS. 4ª. ED. RIO DE JANEIRO: FRANCISCO ALVES EDITORA, 1995. P. 17-48.
- CPDOC-FGV. JOSÉ DE FREITAS NOBRE. CPDOC-FGV: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2009. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.FGV.BR/CPDOC/ACERVO/DICIONARIOS/VERBETE-BIOGRAFICO/JOSE-FREITAS-NOBRE](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-freitas-nobre)>. ACESSO EM: 20 OUT. 2017.
- LE GOFF, J. HISTÓRIA E MEMÓRIA. 7ª. ED. CAMPINAS: EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, J. DOS MEIOS ÀS MEDIAÇÕES: COMUNICAÇÃO, CULTURA E HEGEMONIA. 5ª. ED. RIO DE JANEIRO: EDITORA UFRJ, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, J. TECNICIDADES, IDENTIDADES, ALTERIDADES: MUDANÇAS E OPACIDADES DA COMUNICAÇÃO NO NOVO SÉCULO. IN: MORAES, D. D. SOCIEDADE MUDIATIZADA. RIO DE JANEIRO: MAUAD, 2006.
- MOTTA, R. P. S. AS UNIVERSIDADES E O REGIME MILITAR: CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA E MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2014.
- NORA, P. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. PROJETO HISTÓRIA, SÃO PAULO, Nº 10, P. 7-28, DEZ. 1993.
- PROCESSO 68.1.1227.1.6: CONTRATO DOCENTE FREITAS NOBRE. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES. SÃO PAULO, P. 350. 1968.
- RICOEUR, P. A MEMÓRIA, A HISTÓRIA, O ESQUECIMENTO. CAMPINAS: EDITORA DA UNICAMP, 2007.
- SÃO PAULO (ESTADO). DECRETO 42632/63: DISPÕE SOBRE ACUMULAÇÕES REMUNERADAS. JUSBRASIL, 1963. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://GOVERNO-SP.JUSBRASIL.COM.BR/LEGISLACAO/224299/DECRETO-42632-63#ART-26](https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/224299/decreto-42632-63#art-26)>. ACESSO EM: 20 NOV. 2017.

Censura e guerra fria cultural: teatro e jornalismo

José Ismar Petrola Jorge Filho³¹

Dramaturgos e jornalistas: circularidade cultural

Os anos 60 do século XX se configuram no Brasil como um período ao mesmo tempo de consolidação de uma arte brasileira e moderna, mais distanciada dos modelos europeus, e também da consolidação do jornalismo como uma indústria editorial no país. Destacam-se as inovações gráficas e de conteúdo de grandes jornais como a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e a *Última Hora*, de Samuel Wainer – rivalidade comercial e política que reflete a polarização ideológica da época, em que se desenham a concentração dos órgãos de imprensa no Brasil e suas relações íntimas com o poder (SODRÉ, 1996, p. 447).

O relativo afastamento da imprensa com relação a outras atividades, como a literatura, não significa que os jornalistas tenham deixado de se identificar com os literatos, nem que tenha deixado de haver, entre o jornalismo, a literatura e as artes, um movimento de circularidade cultural, na definição de Martín-Barbero (2001), compreendendo processos de hibridação de formas narrativas. Por exemplo, no teatro, ganha evidência certa vertente realista que se aproxima do jornalismo ao procurar nos acontecimentos jornalísticos o material a partir do qual se cria o enredo dramático (JORGE FILHO, 2013). Exemplo desta tendência são peças teatrais como *Liberdade, liberdade*, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel (1965), cujo texto, baseado em colagens, chega a incluir trechos de matérias jornalísticas, tendo como fio condutor o tema liberdade, em reação ao golpe de 1964. Não só o tema político, mas a própria estética da obra, muito calcada no texto, remete ao jornalismo. Assim, à ditadura militar, contrapõe-se o que Alexandre Stephanou (2001) chama a “militarização das artes”, em que o teatro – tal como o

³¹ Doutorando em Ciências da Comunicação pela ECA-USP.

Cinema Novo e a canção de protesto – assume a função de transmitir ensinamentos e indicar um caminho para a transformação, numa postura de guerrilha contra o teatro “comercial” e a repressão estatal exercida através da censura.

Na grande imprensa, a adoção de certos padrões de elaboração textual e procedimentos de reportagem é lembrada por muitos jornalistas como uma fase de modernização e profissionalização do jornalismo, que cada vez mais se torna uma profissão de dedicação exclusiva, com formação superior específica. O jornalismo das primeiras décadas do século XX, mais opinativo e literário, dá lugar a um padrão de origem norte-americana, com ênfase na informação factual e na hierarquização dos dados, passando a ter como meta uma pretensa “objetividade” do jornalista. “As reformas da década de 1950, introduzindo no dizer dos jornalistas – a partir da técnica – a mítica da neutralidade e da objetividade, a rigor, servem para impor uma dada representação dos jornalistas para si mesmos” (BARBOSA, 2007, p. 158).

Tal padronização não significa, porém, que esta imprensa de grande porte seja de fato mais “verídica” em suas narrativas, ainda mais se lembrarmos que seu conteúdo era censurado. A censura à imprensa no período militar começou antes mesmo do AI-5, sendo exercida a partir de várias estruturas mais ou menos ocultas, ligadas ao Ministério da Justiça e às polícias, com base em brechas da legislação, aumentando seu poder de intimidação pela ausência de regras claras. Se, em alguns jornais, houve a presença do censor na redação, para vetar previamente certos conteúdos, bem como apreensão de jornais após a publicação, em geral essa censura procurou atuar nos bastidores, através de telefonemas, telegramas, pressões econômicas e outras formas de intimidação, apagando os rastros de sua existência, o que estimulava ainda a autocensura. Não se pode esquecer que alguns donos de jornais e editores se aproximaram do regime, fosse por afinidade ideológica ou estratégia de sobrevivência comercial, imprimindo em seus veículos uma linha editorial favorável aos militares, no que Kushnir (2004) considera uma espécie de pacto silencioso entre imprensa e ditadura.

A esta padronização da grande imprensa, bem como aos silenciamentos que a envolvem (seja pela censura governamental, seja pela linha editorial dos veículos) contrapõe-se uma crescente imprensa alternativa. Por alternativos entendemos veículos, em sua maioria de pequeno porte, geralmente criados por movimentos sociais, estudantis, grupos políticos, sindicatos, associações de bairro, comunidades de base, entre outras associações, e que procuram oferecer um contraponto à grande imprensa em termos de conteúdos, formatos e forma de gestão.

Bernardo Kucinski (2003) identifica três principais vertentes dessa imprensa alternativa surgida nos anos da ditadura militar: jornais ligados a movimentos de esquerda, como sindicatos de trabalhadores e grêmios estudantis, com pautas mais politizadas; jornais alternativos “existenciais”, com linha editorial mais voltada para a contracultura; e os alternativos cariocas,

vertente baseada principalmente na sátira política, sob a inspiração do *Pif-Paf* e d'*O Pasquim*, ambos com participação de Millôr Fernandes.

Dramaturgo e jornalista, Millôr desenvolveu um estilo particular que hibridiza as linguagens dos diversos meios onde atuou, e que foi a principal marca de seu jornal. *Pif-Paf* surgiu como coluna na revista *O Cruzeiro*, que teve de sair da revista por pressões da Igreja. Millôr lançou o jornal dois meses após o golpe de 1964, e foi um de seus colaboradores, Claudius, o primeiro humorista preso pela ditadura, por uma charge publicada na edição nº 4.

Observa-se neste período uma intensa circularidade cultural entre a imprensa e o teatro. Para muitos dramaturgos, a imprensa alternativa representou não só fonte adicional de renda, mas principalmente possibilidade de se expressar, num momento em que o teatro era muito censurado. Exemplo claro disto é a trajetória de Plínio Marcos, autor “maldito” desde sua estreia na dramaturgia. Passou a trabalhar também como jornalista no final da década de 1960, como colunista no jornal *Última Hora* e depois repórter na revista *Realidade*, retratando as mesmas personagens das periferias urbanas que serviram de base para sua dramaturgia, e foi proibido de assinar seus textos em *Realidade* por pressões dos militares sobre a cúpula da editora Abril (MENDES, 2009, p. 335). Posteriormente, foi colunista em diversos jornais menores, como colunista, e voltou para a Abril entre 1975 e 1976, com uma coluna na revista *Veja*, sobre futebol e política. Foi demitido após publicar denúncias contra a falta de apoio governamental ao esporte. Em 1977, como colunista na *Folha de S. Paulo*, voltou a ter problemas com a censura e foi demitido após denunciar em sua coluna as dificuldades criadas pelas autoridades para a apresentação de seus espetáculos. Neste cenário de perseguição, a alternativa para Plínio Marcos foi colaborar com os jornais alternativos, como *Movimento* e *Versus*, onde teve mais liberdade para abordar pautas sensíveis, como a falta de liberdades civis, as políticas econômicas e culturais do governo militar, a violência urbana, abusos de autoridade da polícia, a fragilidade da produção cultural brasileira, e mesmo o futebol. Não apenas os temas, mas a linguagem também é mais livre, permitindo ao autor usar em abundância as gírias e expressões de suas personagens, já consagradas, e títulos carregados de ironia.

Censura ao teatro e censura à imprensa: a Guerra Fria cultural

Há uma semelhança de proposta estética entre o teatro realista e a imprensa alternativa. Nos dois casos, há uma concepção da narrativa como um instrumento eficaz de conscientização do público com relação a questões sociais. As duas visões estão frequentemente ligadas a ideologias políticas de esquerda. Se, para Marx, o papel da filosofia não se resume a compreender o mundo, mas a tentar modificá-lo, um teórico marxista do teatro como Brecht vai propor que o teatro não sirva como simples retrato do mundo, mas um meio para uma intervenção na realidade. Também a ideia do jornalismo como mero retrato dos acontecimentos

é refutada por Marx (2006, p. 106): “é o dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos à sua volta”.

É neste contexto que se justifica, por exemplo, o recurso a matérias de jornal como ponto de partida para a criação de um texto dramatúrgico, como observa Plínio Marcos em entrevista à *Folha de S. Paulo*:

Moacir - Plínio, nas tuas peças você sempre vai em cima de fatos, você parte de dados que você vê na rua, etc. sei lá, informações, o teu trabalho jornalístico também só pode escrever sobre fatos, né? Por princípio.

Plínio – Há períodos em que jornalista só escreve sobre ficção.

Moacir - Ficção. É claro. Mas você nos teus contos, o *Querô*, também tem, é uma, você intitulou de reportagem.

Plínio - Eu, quando escrevi a primeira peça eu fiz uma declaração de que eu queria ser apenas um repórter de um tempo muito mau.

(AMÂNCIO, Moacir; CASTRO, Tarso de; FASSONI, Orlando et al. Plínio sem cortes. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 de julho de 1977, caderno *Folhetim*, p. 2 6)

Ao se analisar os processos da censura teatral do período, observa-se a tentativa de se impor à dramaturgia uma concepção idealista que vê a arte como um exemplo moral a ser seguido pela sociedade. É esta a percepção que faz os censores proibirem em especial as peças teatrais que se baseiam em material retirado dos jornais e da História recente. Podemos observar isto no processo de censura da peça *Liberdade, Liberdade*, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel, quando da sua encenação em São Paulo, com estreia prevista para outubro de 1965. A peça foi liberada com cortes, e o processo acompanha, entre outras, as seguintes justificativas do censor:

O texto em objeto se constitui em uma coletânea de passagens de obras literárias, de autores clássicos e contemporâneos, mundialmente e através dos tempos consagrados, de sorte que, sob este aspecto, como espetáculo deve ser liberado e mesmo divulgado, sem limitação de idade, após pequenos cortes, pelo seu evidente valor educacional e cultural [...] Entretanto, considerado o ângulo político, eis que a matéria é eminentemente de conteúdo político-social, e consubstancia críticas contundentes à orientação político-administrativa do atual Governo do Brasil - veja-se a forma da composição e o critério que norteou a escolha do texto - parece-nos, ainda que pessoalmente sejamos favoráveis a qualquer manifestação de crítica, desde que resguardado o decoro e o respeito devido às autoridades constituídas,

só deva a peça ser levada à representação com os cortes recomendados, que a prudência aconselha, dado o momento de tensão emocional que o país atravessa. (ARQUIVO MIROEL SILVEIRA, 1965)

O que incomoda os censores é o “conteúdo político-social” da matéria, cujo lugar, em sua concepção, não deveria ser o palco de um teatro. Em outros pareceres de censores, também se percebe esta visão de que o teatro deveria se abster de comentários sobre questões da atualidade e, frequentemente, esta censura é justificada pela necessidade de proteger o Brasil da maléfica influência comunista, como se observa na censura ao texto de *Chapéu sobre paralelepípedo para alguém chutar*, de Plínio Marcos (1966), proibida por ter como assunto “a exploração do homem pelo homem”:

[...] entendemos que compete aos governos dar solução aos problemas sociais, pois eles melhor sabem disso, do que outros quererem abordar os mesmo problemas sem condições para isso, mas tentando, isto sim, exaltá-los somente. [...] No campo teatral ou cinematográfico, a cultura ou a arte por si só, tem como fundamento diversão e bilheteria (lucros para iniciativas privadas). Em algumas dessas produções não se nega que às vezes - trazem melhores ensinamentos para certos e complexos problemas sociais, os quais podemos aceitar como meio auxiliar de educação. Entretanto, na maioria das vezes, tais produções descambam para o envenenamento moral do povo, de consequências imprevisíveis, unicamente com o objetivo de altas rendas financeiras (ARQUIVO MIROEL SILVEIRA, 1966).

Assim, vemos que a censores não agiam de forma tão aleatória e desprovida de inteligência como se pensa, reproduzindo no campo da produção simbólica a guerra fria entre capitalismo e comunismo. Esta guerra fria cultural também se observa, ainda que em termos diferentes, no jornalismo, no contraponto entre a concepção da “objetividade” da grande imprensa e a diversificação de linguagens e temáticas dos jornais alternativos. Na censura a jornais, frequentemente a justificativa utilizada era a do combate ao comunismo. Há indícios de que certos gêneros jornalísticos mais opinativos e de linguagem híbrida, como a crônica e a charge, eram vistos como especialmente perigosos, como se observa neste documento de processo aberto pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, avaliando a possibilidade de sanções contra o jornal alternativo *Versus* após a publicação de charges de Claudius Ceccon com elogios ao grupo marxista que comandou o movimento de independência de Guiné-Bissau, ex-colônia portuguesa na África:

A Sátira política não é um processo novo na veiculação de mensagens contra governos constituídos. No passado, foi um meio de mobilizar o poder revolucionário, visando à derrubada de regimes e deposição de seus governantes, e ainda o é (...) hoje a sátira política está reassumindo papel idêntico através do trabalho dos cartunistas (...) na divulgação de críticas ao Regime Democrático e em benefício da ação do MCI [Movimento Comunista Internacional]. Servem de exemplo Ziraldo, Henfil, Caulus, Lan e Claudius, que através do cartunismo, vêm desgastando a autoridade constituída e os valores tradicionais da sociedade (ARQUIVO NACIONAL, 1977).

A imprensa alternativa está bastante ligada ao cartum e à charge desde suas origens – como se vê nas empreitadas de Millôr Fernandes no início da ditadura militar. O jornal *Versus* não chegou a ser punido por estas charges, porém sofreu uma devassa após a publicação de matérias denunciando torturas nas prisões brasileiras, tendo vários de seus jornalistas presos. O veículo estava na mira dos órgãos de vigilância do regime principalmente pela sua vinculação ao Partido Socialista dos Trabalhadores, organização trotskista e de oposição à ditadura.

O jornalismo alternativo hoje

A imprensa alternativa dos anos 60 e 70 do século XX é, em grande parte, organicamente vinculada a movimentos políticos de oposição ao regime militar. Jornais de pequeno porte frequentemente serviam de órgãos de divulgação e financiamento de organizações políticas que viviam na clandestinidade. Com a abertura política na década de 1980, cresce a importância da imprensa sindical e dos veículos de bairros (VERAS, 1991). As mudanças no jornalismo alternativo se aprofundam a partir dos anos 90 com a popularização da internet, e em especial na década de 2000, com a Web 2.0, que permite produção colaborativa de conteúdo a baixo ou nenhum custo.

Com o passar do tempo, o uso do termo “alternativo” para qualificar uma modalidade de comunicação foi se tornando mais complicado, porque seu significado, diante das diferentes práticas que foram surgindo, não é unívoco. Ele tanto pode se referir a jornais e outros canais comunicativos independentes — orgânicos ou não a movimentos sociais e organizações congêneres — como a publicações alternativas elaboradas por segmentos da pequena burguesia e vendidas em bancas, ou à comunicação popular e comunitária, propriamente dita, e ainda àquela produzida por segmentos combativos da oposição sindical. Entendemos por comunicação alternativa uma comunicação livre, ou seja, que se

pauta pela desvinculação de aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial e/ou político-conservador. Não se trata unicamente de jornais, mas de outros meios de comunicação, como rádio, vídeo, panfleto etc. (PERUZZO, 2009, p. 132-3).

Peruzzo (2009, p. 134) define imprensa alternativa como o “jornalismo praticado no contexto dos movimentos populares”, diferenciando-a da imprensa popular, formada por publicações de maior porte, da imprensa político-partidária e da imprensa sindical: os alternativos se voltam para assuntos de interesse mais geral e à questão da governança pública.

Destacam-se hoje sites, jornais, blogs e perfis em redes sociais mantidos não só por sindicatos, partidos, movimentos sociais, coletivos ativistas (ligados a causas diversas, como feminismo, populações tradicionais, igualdade racial, diversidade sexual, direito à moradia, legalização das drogas, etc.), mas também por jornalistas independentes, egressos da grande mídia ou fora do mercado, que buscam alternativas ao que consideram ser a mídia hegemônica. Peruzzo (2009) cita, como exemplos da imprensa alternativa hoje, a revista *Caros Amigos*, a agência e jornal *Brasil de Fato*, a Agência Nacional pelos Direitos da Infância (Andi), o site *Carta Maior*, a revista *Ocas*, o jornal *O Trecheiro*, o portal colaborativo *Centro de Mídia Independente Brasil*, entre outros veículos, em geral vinculados a organizações de esquerda. Também há grande diversidade de formatos, desde os veículos mais voltados para notícias imediatas (como as páginas em redes sociais), até outros que investem em textos opinativos e reportagens longas, aprofundadas e com recursos literários na narrativa (como a *Agência Pública* ou o site *Brio*, de jornalismo investigativo).

Para Dênis de Moraes (2009), “há uma emergência da comunicação alternativa em rede como manifestação contra-hegemônica, numa direção anticapitalista e antineoliberal”, destacando-se o uso da comunicação em rede para o ativismo político. Nilo Sérgio Gomes define as mídias alternativas como “portadoras e produtoras quase sempre de discursos e imaginários outros, às margens e quase sempre também contrariamente aos poderosos interesses políticos e ideológicos da indústria cultural” (GOMES, 2014, p. 11). Esta definição pelo viés ideológico, porém, traz outras dificuldades – como a aparente contradição de veículos alternativos recebendo incentivos do governo, nas presidências de Lula e Dilma (2002 a 2016), e a emergência de sites e blogs de direita que se dizem alternativos ao que consideram mídia hegemônica de esquerda.

Nos últimos anos, a polarização ideológica nas redes sociais tem sido acirrada por páginas que difundem notícias falsas (*fake news*), em geral produzidas para gerar receita a partir do número de cliques recebidos. É possivelmente neste ponto, não na ideologia, que podemos diferenciar as *fake news* da mídia alternativa, esta geralmente sem finalidade lucrativa e, mesmo com algum viés ideológico, pautada por princípios deontológicos do jornalismo.

Com as novas mídias, diminui a distância entre o jornalista profissional e o cidadão que, por algum motivo, exerce atividades antes restritas ao jornalista – por exemplo, a transmissão ao vivo de um protesto de rua via Twitter. Definir quem é ou não “jornalista” nos novos meios, como blogs e redes sociais, não é mero exercício teórico. De um jornalista, espera-se que seja formador de opinião, divulgador de fatos reais, dotado de um mínimo de atributos de credibilidade e, conseqüentemente, com direito a proteções legais para o exercício de sua profissão.

Além disto, o uso das redes sociais traz outro paradoxo. Se, por um lado, qualquer um pode ter acesso a uma mídia, o que em tese promoveria maior democratização dos meios de comunicação, por outro lado, as redes sociais têm seus mecanismos próprios de silenciamento de determinados temas, através de equipes de moderadores e principalmente dos próprios algoritmos. Redes como o Facebook têm mecanismos que permitem diminuir a visibilidade de certos conteúdos, como imagens de nudez.

A censura clássica, centralizada num órgão estatal, não existe mais, porém persiste na atualidade uma cultura censória, presente na sociedade como um todo, atuando por mecanismos como pressões financeiras, judiciais e pelos próprios algoritmos da Internet, entre outras (COSTA, 2016). Se algumas das questões permanecem, como perseguição e crimes contra jornalistas para intimidá-los, o jornalismo alternativo se contrapõe a isto procurando trazer maior diversidade de linguagem, temática e angulação.

Referências

- AMÂNCIO, MOACIR; CASTRO, TARSO DE; FASSONI, ORLANDO ET AL. PLÍNIO SEM CORTES. FOLHA DE S.PAULO. SÃO PAULO, 17 DE JULHO DE 1977, CADERNO FOLHETIM, P. 2.- 6.
- ARQUIVO MIROEL SILVEIRA. CHAPÉU EM CIMA DE PARALELEPÍPEDO PARA ALGUÉM CHUTAR. PRONTUÁRIO DDP 5863 DO ARQUIVO MIROEL SILVEIRA DA ECA/USP.
- _____. LIBERDADE, LIBERDADE. PRONTUÁRIO DDP 5767 DO ARQUIVO MIROEL SILVEIRA DA ECA/USP.
- ARQUIVO NACIONAL. FUNDO: DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SÉRIE: MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS. DOSSIÊ BR RJANRIO TT.O.MCP, PRO.1102. PROCESSO DICOM Nº 100.935. RIO DE JANEIRO, 1977.
- BARBOSA, MARIALVA. HISTÓRIA CULTURAL DA IMPRENSA: BRASIL, 1900-2000. RIO DE JANEIRO: MAUAD X, 2007.
- COSTA, CRISTINA. ISTO NÃO É CENSURA - A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO E DE UM OBJETO DE ESTUDO. TEXTO APRESENTADO AO XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. SÃO PAULO: INTERCOM - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2016.
- GOMES, NILO SERGIO S. A IMPRENSA ALTERNATIVA ONTEM, HOJE E... AMANHÃ? COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO 3º ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA – ALCAR SUDESTE 2014, NO RIO DE JANEIRO (RJ). RIO DE JANEIRO: REDE ALCAR, 2014.
- JORGE FILHO, JOSÉ ISMAR PETROLA. DRAMATURGOS E JORNALISTAS: INFLUÊNCIA DA PRÁTICA JORNALÍSTICA NA DRAMATURGIA NO BRASIL DE MEADOS DO SÉCULO XX, A PARTIR DE PRONTUÁRIOS DE CENSURA DO ARQUIVO MIROEL SILVEIRA (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO). SÃO PAULO: ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2013.
- KUCINSKI, BERNARDO. JORNALISTAS E REVOLUCIONÁRIOS: NOS TEMPOS DA IMPRENSA ALTERNATIVA. SÃO PAULO: EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2003.
- KUSHNIR, BEATRIZ. CÃES DE GUARDA: JORNALISTAS E CENSORES, DO AI-5 À CONSTITUIÇÃO DE 1988. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2004.
- MARTÍN-BARBERO, JESÚS. DOS MEIOS ÀS MEDIAÇÕES: COMUNICAÇÃO, CULTURA E HEGEMONIA. RIO DE JANEIRO: UFRJ, 2001.
- MARX, KARL. LIBERDADE DE IMPRENSA. TRAD. CLAUDIA SCHILLING E JOSÉ FONSECA. PORTO ALEGRE: L&PM. 2006.
- MORAES, DÊNIS. A BATALHA DA MÍDIA: GOVERNOS PROGRESSISTAS E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E OUTROS ENSAIOS. RIO DE JANEIRO: PÃO E ROSAS, 2009.
- PERUZZO, CICILIA M. KROHLING. APROXIMAÇÕES ENTRE A COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA E A IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL NA ERA DO CIBERESPAÇO. REVISTA GALÁXIA, SÃO PAULO, N. 17, P. 131-146, JUN. 2009.

SODRÉ, NELSON WERNECK. HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A., 1966.

STEPHANOU, ALEXANDRE AYUB. CENSURA NO REGIME MILITAR E MILITARIZAÇÃO DAS ARTES. PORTO ALEGRE: EDIPUCRS, 2001.

VERAS, DALILA TELES. A IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL COMO RESISTÊNCIA CULTURAL. TEXTO APRESENTADO NO COLÓQUIO A IMPRENSA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO. PARIS: UNESCO, 1991.

DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.DALILA.TELESVERAS.NOM.BR/PALESTRASDALILATELESVERAS9.HTM](http://www.dalila.telesveras.nom.br/palestrasdalilatelesveras9.htm)>. ACESSO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Walter Benjamin e a história aberta: elementos para uma experiência de história oral

José Esteves Evagelidis³²

Benjamin e o tempo de “agoras”

Walter Benjamin constitui, certamente, um dos expoentes máximos do pensamento alemão do século XX. Personagem central da Escola de Frankfurt, filósofo, ensaísta, crítico literário, tradutor de Proust e Baudelaire, entre outros, escritor e sonetista, colecionador e bibliófilo, historiador, crítico de arte e cultura, narrador das guerras e revoluções do século XX, Benjamin acabaria por deixar em suspenso uma carreira que ainda podia ter sido mais brilhante, ao dar cabo da própria vida, precocemente, com apenas 48 anos de idade, em 1940, quando perseguido pela polícia nazista. Praticamente desconhecido quando morreu, anos mais tarde se transformou numa figura cultuada por linguistas, críticos culturais, historiadores de arte, poetas e escritores, pensadores pós-modernistas e sociólogos. Tão grande reconhecimento é devido, sobretudo, aos esforços dos seus amigos Theodor W. Adorno, Hannah Arendt e Gershom Scholem.

Entre os últimos escritos de Walter Benjamin estão as teses “Sobre o conceito de história”, publicadas após a sua morte, em 1940. O conteúdo das “teses” não se constitui apenas como especulação sobre o “devir histórico” ou como um conjunto de análises pessimistas ou otimistas sobre acontecimentos passados. É, antes de tudo, “[...] uma reflexão crítica sobre nosso discurso a respeito da história (das histórias), discurso esse inseparável de uma certa

¹ Coordenador do Programa Memória-História Oral da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

prática. Assim, a questão da escrita da história remete às questões mais amplas da prática política e da atividade da narração” (GAGNEBIN, 1985, p. 7).

Benjamin escreveu as teses sob o impacto do acordo de agosto de 1939 entre Stalin e Hitler, e critica no ensaio duas maneiras de escrever a história: a historiografia “progressista”, concepção de história em voga na social democracia alemã de Weimar, a ideia de um progresso inevitável e cientificamente previsível, que segundo Benjamin, provocará uma avaliação errada do fascismo e se mostrará incapaz de produzir uma luta contra sua ascensão, e também a historiografia “burguesa” contemporânea, o historicismo, que pretende reviver o passado através de uma espécie de identificação afetiva do historiador com o seu objeto.

Para Benjamin, as duas teorias falham por se apoiarem numa concepção de tempo homogêneo, vazio e mecânico, ou seja, um tempo cronológico linear. O papel do historiador autêntico, denominado por Benjamin de “historiador materialista”, é ser capaz de identificar no passado os germes de uma nova história, que não deixe de levar em consideração os sofrimentos acumulados, de dar um novo impulso às esperanças frustradas e de inaugurar um outro conceito de tempo, um “tempo de agora”, caracterizado por sua intensidade e sua brevidade (GAGNEBIN, 1985, p. 8). Assim, em lugar de apontar para uma imagem congelada do passado, como o historicismo, ou para futuros gloriosos, como quer a teoria do progresso, o historiador deve constituir uma experiência com o passado: “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1985, p. 229).

Em um outro texto, este da década de 30 do século passado, “O Narrador”, Benjamin retoma a questão da “Experiência”, demonstrando o enfraquecimento desta no mundo capitalista moderno e sugere a necessidade de sua reconstrução para garantir uma memória e um discurso comuns, apesar da fragmentação e a desintegração do social. Para Benjamin, a arte de contar torna-se cada vez mais rara porque ela depende da transmissão de uma experiência plena, impossível de se realizar na sociedade capitalista moderna:

São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (BENJAMIN, 1985, p. 197-198).

Ao discorrer sobre a arte da narração, Benjamin nos diz que o “grande narrador se enraizará sempre no povo, nas suas camadas artesanais”, e ainda que “o narrador colhe o que narra na experiência, própria ou relatada. E transforma isso outra vez em experiência dos que ouvem sua história” (BENJAMIN, 1980, p. 60-69).

E como se dá o fenômeno da narração? Ou melhor, quais condições, que já não existem na sociedade, seriam necessárias para provocar a arte de contar? Segundo Benjamin, a

experiência transmitida pelo relato deve ser comum ao narrador e ao ouvinte, porém hoje isso não é mais possível, pois a distância entre as gerações transformou-se em um abismo, porque as condições de vida mudam em um ritmo muito rápido para a capacidade de assimilação humana. No passado, o ancião à beira da morte era o depositário privilegiado de uma experiência que transmitia aos mais jovens, e hoje não passa de um velho cujo discurso é ultrapassado e inútil (GAGNEBIN, 1985, p. 10).

A atividade artesanal preserva o caráter entre vida e palavra. Com seu ritmo lento e orgânico, em oposição à rapidez do trabalho industrial, o artesanato permite uma sedimentação das diversas experiências, pois era um trabalho inserido numa época onde ainda se tinha tempo para contar:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1985, p. 205).

Para Benjamin, aquele que conta transmite um saber que seus ouvintes podem receber com proveito. Esse saber prático muitas vezes toma a forma de uma moral, um conselho, coisas que hoje não têm valor, pois a sociedade moderna isolou cada indivíduo em seu mundo particular. O conselho, segundo Benjamin, não é uma intervenção externa na vida do outro, mas em “fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (BENJAMIN, 1985, p. 200). Esta definição coloca narrador e ouvinte dentro de uma narração viva e comum aos dois, pois a história continua, aberta a novas propostas e ao fazer junto (GAGNEBIN, 1985, p.11).

Assim, é possível supor que o pensamento de Walter Benjamin sobre História e narração, brevemente expostos acima, podem sugerir parâmetros, com o auxílio de autores especialistas no tema, para a elaboração de um programa de História Oral, cuja experiência é relatada a seguir.

O Programa Memória-História Oral

Em 1992 foi criado o Centro de Memória de Santos, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. A busca por maior autonomia administrativa e agilidade na busca de recursos humanos, técnicos e financeiros ao Centro de Memória teve como resultado a criação, em 1995, da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS). O Programa Memória-História Oral da FAMS existe desde o ano de 2008, e já entrevistou mais de três centenas pessoas que tiveram uma

participação efetiva nas vidas artística, cultural, política, social e esportiva da cidade de Santos. O acervo do programa fica na sede do Arquivo Permanente da FAMS, no Centro Histórico de Santos, e está à disposição para consulta de pesquisadores e demais interessados.

O objetivo amplo do Programa Memória-História Oral é o de preservar a história e memória da cidade de Santos por meio da produção e conservação de novos documentos, colhidos através de entrevistas e utilizando a metodologia da História Oral. A preocupação com a história e a memória da cidade se justifica pelo fato de Santos ter uma participação importante no desenvolvimento do estado de São Paulo. A expansão econômica e urbana da cidade teve início no fim do século XIX por causa do porto, que servia de escoadouro do café, à época o principal produto de exportação do país. Para atender às necessidades da economia cafeeira, Santos passou por uma contínua urbanização: substituição dos trapiches por cais de pedra, canalização de rios e ribeirões que provocavam enchentes, alargamento e fundação de novas ruas, avenidas e praças.

Os recursos gerados pelo café trouxeram a Santos a mais cara e moderna tecnologia: em 1867 foi inaugurada a São Paulo Railway, ligando o porto a Jundiaí, passando pela capital. Em 1871 a cidade ganhava as primeiras linhas de bondes, puxados a burros, e em 1872 já contava com serviço domiciliar de abastecimento de água e gás encanado. A energia elétrica chegou em 1903, e o primeiro bonde movido a eletricidade passou a circular em 1909 (PIMENTA, 2002, p.21).

Devido ao porto e seus trabalhadores, a cidade de Santos foi palco de intensa atividade operária, com greves e paralisações desde a primeira década do século XX. Tal atividade legou a Santos a dupla designação de “Barcelona Brasileira” e “Cidade Vermelha” ou “Moscou Brasileira”. O primeiro epíteto refere-se ao predomínio anarquista nas duas primeiras décadas do século XX, o segundo à maioria comunista no movimento sindical, principalmente entre a Segunda Guerra Mundial e o Golpe de 1964. Os apelidos apresentavam Santos como uma cidade politicamente radical, cujos trabalhadores estariam inclinados a ideologias e políticas de combate ao capitalismo (SILVA, 2003, p.27).

Após o golpe civil-militar de 1964 foram realizadas violentas invasões dos sindicatos e cassação de políticos, gerando na cidade uma crescente escalada de terror e medo. Em um depoimento concedido para o livro “Sombras sobre Santos”, de Ricardo Marques da Silva e Carlos Mauri Alexandrino, no início de 1988, o coronel do Exército Erasmo Dias (o mesmo que prendeu centenas de estudantes no congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE – em Ibiúna, em 1968, e um dos líderes militares do golpe de Estado na Baixada Santista), fez as seguintes afirmações:

Santos foi onde a revolução correu maior perigo, maior risco. A cidade era como um ponto de partida, a própria origem da revolução. Porque aqui o esquerdismo

adquiriu uma força potencial que não existia no Brasil inteiro. Durante um ano não houve um dia em que não tinha uma greve. A Câmara de Santos era dominada pelos comunistas, o prefeito de Santos era ligado aos comunistas, toda a potencialidade política de Santos estava nas mãos do que eu costumo chamar de peleguismo sindical comunista. Essa força vinha do sindicalismo. Aqui tinha um tal de Fórum Sindical de debates que era uma espécie de *soviète* (grifo original), que para mim foi o primeiro *soviète* que tentaram implantar no Brasil, para a revolução socialista. Eles paravam Santos quando queriam (ALEXANDRINO, SILVA, 1988, p.14).

Neste cenário, Santos perdeu sua autonomia política, sendo governada por prefeitos nomeados pelo governo militar entre 1969 e 1984:

Golpeada de modo particular em 1964 e novamente em 1969, a cidade perdeu parte da misteriosa alquimia resultante da combinação de brilho, ousadia, originalidade e espírito de resistência que sempre a caracterizou. Mais que irreversíveis danos políticos e econômicos, a opressão comprometeu a identidade cultural e social de Santos e do seu povo, e os jovens foram as suas maiores vítimas, pelo que não sabem (ALEXANDRINO, SILVA, 1988, p.4).

Além dos movimentos sindical e político, o porto fomentou as atividades econômicas na cidade, e as vidas social, artística, cultural e esportiva em Santos tiveram grande desenvolvimento ao longo do século XX, com várias personalidades se destacando nas mais variadas áreas.

Na área artística e cultural, a cidade contribuiu e ainda contribui com diversos artistas talentosos. Os dramaturgos Plínio Marcos e Carlos Alberto Sofredini tornaram-se autores expressivos do moderno teatro brasileiro, e atores e atrizes com projeção nacional têm ligação com Santos: Cacilda Becker, Cleyde Yaconis, Ney Latorraca, Nuno Leal Maia, Alexandre Borges, Sérgio Mamberti, Cláudio Mamberti, Jandira Martini, Jonas Mello, Bete Mendes, Lolita Rodrigues, além de escritores, intelectuais, críticos, músicos, compositores, pintores, escultores, fotógrafos.

Nesse sentido, o Programa Memória-História Oral tem se esforçado em realizar entrevistas com artistas e intelectuais como uma forma de dar voz às memórias de pessoas que tiveram sua liberdade de expressão tolhida em algum momento da nossa história recente, pois como nos lembra Maria Cristina Castilho Costa:

Tivemos censura no Estado Novo de Vargas e no período pretensamente democrático de Juscelino Kubitschek, assim como tivemos censura na Ditadura

Militar. Essa dura convivência com diversos processos censórios deixou marcas indeléveis que muito prejudicaram nossa produção intelectual, cultural, artística e científica do país (COSTA, 2014, p. 18).

As mais de trezentas entrevistas realizadas nos nove anos de existência do Programa Memória-História Oral da FAMS estão atualmente classificadas em oito temas: Artes e Cultura, Diversidade Étnica, Educação, Esportes, Política, Porto, Sindical e Social.

O estatuto da História Oral

Segundo Amado e Ferreira (2006), podemos reduzir a três as posturas a respeito do estatuto da História Oral. A primeira defende ser a História Oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; a terceira, uma metodologia. Os defensores da História Oral como técnica se interessam pela aparelhagem, modos de gravações, transcrições e conservação de entrevistas. Para essas pessoas, a História Oral não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador na pesquisa e para a conservação das fitas, após as entrevistas.

Já os que advogam para a História Oral a posição de disciplina escoram-se em argumentos complexos e contraditórios entre si, porém partem de uma ideia comum: a História Oral inaugurou técnicas próprias de pesquisa, procedimentos únicos e um conjunto singular de conceitos; conjunto esse que norteia as duas outras instâncias, dando-lhes significado e unidade.

Ainda segundo as autoras, para os defensores da História Oral como metodologia a História Oral, como todas as metodologias, apenas define e ordena os procedimentos de trabalho, como os vários tipos de entrevistas, transcrições, maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências sobre o seu trabalho. Essa visão, da qual o Programa Memória-História Oral da FAMS também compartilha, não permite classificar a História Oral somente como prática. Porém, assim como as autoras citadas, compreendemos que a metodologia da História Oral é capaz apenas de provocar, jamais de solucionar questões. Tais respostas devem ser buscadas na teoria da História, onde estão os conceitos capazes de pensar, de modo abstrato, os problemas criados pelo fazer histórico.

Nesta vertente, o programa privilegia o estudo das representações, atribuindo um papel central às relações entre memória e História, com o intuito de refinar a discussão sobre os usos políticos do passado. Assim, a subjetividade e as eventuais deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos, da mesma forma como a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão focadas para a checagem das informações nem na busca de elementos que possam se constituir em contraprova do que foi dito pelo entrevistado. As falhas e distorções da memória podem revelar antes um recurso, pois a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central (FERREIRA; FRANCO, 2009, p. 92). Acreditamos que a História Oral,

hoje, é um caminho interessante para se conhecer e registrar as várias possibilidades que se manifestam e dão sentido às escolhas de forma de vida de diferentes grupos sociais (ALBERTI, 2006, p.164).

Reconhecemos, assim, que muitas de nossas lembranças e de nossas ideias não são mesmo originais, tendo sido inspiradas nas conversas com outras pessoas:

Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história* dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato da entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria das vezes creio que este não seja um processo consciente (BOSI, 1979, p. 331).

Walter Benjamin, na tese 3 de “Sobre o conceito de história”, exalta o historiador atento ao passado, principalmente aos fatos decretados sem importância e fadados ao esquecimento:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos (BENJAMIN, 1985, p. 223).

Em relação à interpretação e análise das entrevistas, entendemos que, como toda fonte histórica, a entrevista de História Oral deve ser vista como um “documento monumento”, conforme a definição de Jacques Le Goff:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um

documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo (LE GOFF, 2003, p. 537-538).

Concordando com Le Goff, o dever principal do historiador é a crítica do documento - qualquer que ele seja - como monumento (2003, p.535-536). Assim, o pesquisador que trabalha com entrevistas de História Oral como fontes deve ser capaz de “desmontá-las”, analisando as condições de sua produção, para utilizá-las de forma plena. No entanto, é preciso atentar para o fato de que, quando Le Goff afirma que todo documento é mentira, isso não significa que uma entrevista de História Oral ou qualquer outro documento produzido pela sociedade são ficção. Para compreender as condições de produção de documentos-monumentos é preciso reconhecer a distância que os separa de textos de ficção e, mais do que isso, ter clareza sobre o fato de que uma entrevista de História Oral não é produzida para ser mentira (ALBERTI, 2009, p.184).

Na tese número 7, Benjamin questiona sobre com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia, e responde de forma inequívoca: com o vencedor. Para Benjamin,

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1985, p. 225).

O Programa Memória-História Oral da Fundação Arquivo e Memória de Santos compartilha, ainda, da visão de José Carlos Sebe Bom Meihy:

Com uma alternativa ampla e plausível, destacada do exclusivismo acadêmico, a história oral se apoia exatamente na adesão de pessoas dedicadas a pensar a vida social em sentido público e por meios não estritamente convencionais. Sem se isolar do contingente acadêmico, é para o exercício da democracia e do conhecimento que ela se faz (MEIHY, 2005: 25).

Assim como Meihy, acreditamos que, com vocação para tudo e para todos, a História Oral respeita as diferenças, facilitando a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas: “Todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva” (MEIHY, 2005, p. 25).

A História Oral busca, assim, recuperar parte da “aura” da arte de contar, perdida, segundo Benjamin, devido ao declínio de uma tradição e de uma memória comuns, que possibilitavam a existência de uma experiência coletiva, ligada a um trabalho e um tempo compartilhados (GAGNEBIN, 1985, p. 11). Para Benjamin, o narrador (ou, no caso da História Oral, o entrevistado):

(...) figura entre os mestres e os sábios, pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la *inteira* (BENJAMIN, 1985, p. 221).

Referências

- ALBERTI, VERENA. “HISTÓRIAS DENTRO DA HISTÓRIA”. IN: PINSKY, CARLA BASSANEZY (ORG.). FONTES HISTÓRICAS. 2.ED. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2006, p. 155-202.
- ALEXANDRINO, CARLOS MAURI; SILVA, RICARDO MARQUES DA. SOMBRAS SOBRE SANTOS: O LONGO CAMINHO DA VOLTA. SANTOS: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 1988.
- AMADO, JANAÍNA; FERREIRA, MARIETA DE MORAES (ORG.). USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL. RIO DE JANEIRO: FGV, 2006.
- BENJAMIN, WALTER. O NARRADOR. SÃO PAULO: ABRIL CULTURAL, 1980. (OS PENSADORES).
- _____. “O NARRADOR”. IN: _____. MAGIA E TÉCNICA, ARTE E POLÍTICA. (OBRAS ESCOLHIDAS I). 3.ED. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1985, p. 197-221.
- _____. “SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA”. IN: _____. MAGIA E TÉCNICA, ARTE E POLÍTICA. (OBRAS ESCOLHIDAS I). 3.ED. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1985. p. 222-232.
- BOSI, ECLÉA. MEMÓRIA E SOCIEDADE: LEMBRANÇAS DE VELHOS. SÃO PAULO: T.A. QUEIROZ, 1979.
- COSTA, MARIA CRISTINA CASTILHO. “ARTE, PODER E POLÍTICA – UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A CENSURA”. IN: COSTA, MARIA CRISTINA CASTILHO (ORG.). DIÁLOGOS SOBRE CENSURA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: BRASIL E PORTUGAL. SÃO PAULO: ECA/USP, 2014. p. 15-34.
- FERREIRA, MARIETA DE MORAES; FRANCO, RENATO. APRENDENDO HISTÓRIA: REFLEXÃO E ENSINO. SÃO PAULO: EDITORA DO BRASIL, 2009.
- GAGNEBIN, JEANNE MARIE. PREFÁCIO – WALTER BENJAMIN OU A HISTÓRIA ABERTA. IN: _____. MAGIA E TÉCNICA, ARTE E POLÍTICA. (OBRAS ESCOLHIDAS I). 3.ED. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1985. p. 7-19.
- LE GOFF, JACQUES. HISTÓRIA E MEMÓRIA. 5.ED. CAMPINAS: ED. UNICAMP, 2003.
- MEIHY, JOSÉ CARLOS SEBE BOM. MANUAL DE HISTÓRIA ORAL. 5.ED. SÃO PAULO: LOYOLA, 2005.

PIMENTA, MARCUS AURELIUS PIMENTA. CAMINHOS DO MAR: MEMÓRIAS DO COMÉRCIO DA BAIXADA SANTISTA. SÃO PAULO: MUSEU DA PESSOA, 2002.

SILVA, FERNANDO TEIXEIRA DA. OPERÁRIOS SEM PATRÕES: OS TRABALHADORES DA CIDADE DE SANTOS NO ENTREGUERRAS. CAMPINAS: ED. UNICAMP, 2003.

Urte: tecnocracia versus arte

Rogério Rauber³³

Desde a década de 1980, no Brasil, assistimos com suspeitíssima frequência candidatos a cargos públicos apresentarem-se, não como os políticos profissionais que são, mas como “gestores”. Sua plataforma marqueteira apregoa que, caso eleitos, teriam sua atuação pautada exclusivamente por critérios técnicos. Comparam a eventual futura “gestão” com a administração de uma empresa ou de um singelo orçamento doméstico, os quais precisariam obedecer aos mesmos critérios técnicos. Não por acaso, esta estratégia marqueteira atua em uníssono com o discurso construído pelos meios de comunicação de massa. Não por acaso, mas por parceria. O palavreado dos comentaristas econômicos e políticos da imprensa oligopolizada aponta uma “solução” recorrente: é preciso abandonar critérios humanistas e adotar critérios exclusivamente técnicos. No mesmo desserviço à humanidade, filmes, séries e novelas televisivas, revistas, livros, músicas e espetáculos teatrais produzidos pela indústria cultural de massa reforçam este imaginário coletivo, ao fazer proselitismo de relações pessoais, familiares e de trabalho individualistas e antiéticas, em condições políticas obscurizadas, descontextualizadas em relação aos problemas sociais, ambientais e todos os demais aspectos que compõe a dramática situação contemporânea. Embutida neste discurso orquestrado, uma ideologia se evidencia apenas aos olhares mais atentos. Qual seria?

³³ Artista visual, pesquisador das configurações pictóricas no campo expandido. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Artes do Instituto de Artes da UNESP. Mestre em Artes Visuais pelo Instituto de Artes da UNESP. Pesquisador dos grupos de pesquisa GIIP e L.O.T.E., da UNESP.

Tecnocracia versus humanismo

Tecnocracia, tecnoestrutura, tecnoburocracia: nomes similares para a mesma coisa. Jürgen Habermas (1987) prefere o termo tecnocracia. John Kenneth Galbraith (1983), tecnoestrutura. Ao definir nosso objeto de denúncia, Bresser Pereira a denomina tecnoburocracia:

Tecnoburocracia é o governo dos técnicos. É o sistema político em que o poder está nas mãos dos técnicos, sejam eles economistas, engenheiros, administradores públicos e privados ou militares profissionais. Colocada nesses termos, tecnoburocracia seria um tipo de oligarquia: a oligarquia dos técnicos. Opõe-se, portanto, a outros sistemas políticos, particularmente à democracia. Realmente, a tecnoburocracia é por natureza antidemocrática. O técnico assume o poder não em função da vontade do povo, expressa através do voto, mas em nome de sua competência técnica e organizacional. Suas decisões, uma vez no governo, não são tomadas em função da consulta ao povo, mas em função de sua pretendida racionalidade. Os critérios de racionalidade são, naturalmente, definidos pela própria tecnoburocracia, na medida em que apenas os técnicos se consideram com capacidade para isso. A população em geral é considerada, por definição, incapaz de tomar decisões de natureza técnica. Ora, em um mundo em que tudo foi reduzido à técnica, o governo dos povos é também um problema técnico, é um problema a ser decidido por economistas, administradores profissionais e militares tecnicamente capazes. (PEREIRA, 1972, p. 102)

Neste artigo, adoto “tecnocracia”, por ser o termo mais consensual. Ele entrou para o vocabulário corrente na Europa a partir da crise econômica de 2007, verbalizado nos argumentos de contestação às medidas de austeridade, na reação àquelas propostas que empurravam os custos da farra financeira para serem assumidos, não pelos seus criminosos autores, mas pelas suas vítimas. Para a imprensa europeia, também oligopolizada, mas operando sob uma regulamentação atualizada e, por conta disto, veiculando debates midiáticos mais diversificados ideologicamente do que os do Brasil, foi quase impossível encobrir a nomeação dos responsáveis pela crise e suas pseudossoluções desumanas: os tecnocratas. Segundo o cientista político José Andrés Fernández Leost (2017), o primeiro tecnocrata foi um socialista utópico, o Conde de Saint-Simon (1760-1825), teórico da divisão social entre “produtores” e “ociosos”, proponente de uma sociedade onde a maioria dos integrantes fossem efetivos geradores de bens materiais e serviços. Porém Leost observa que, na contemporaneidade, o conceito de tecnocracia está ligado às megacorporações transnacionais, operando sob a ideologia neoliberal; e que, nesta

transição entre socialismo utópico e neoliberalismo, a tecnocracia também atuou sob a bandeira do nazismo, do fascismo, do stalinismo e da socialdemocracia.

No Brasil, o debate político ainda não introduziu este conceito no vocabulário popular. Entre nós as questões que afetam os destinos da nação ainda seguem polarizadas como sendo apenas entre propostas de direita ou de esquerda. Encoberta, a tecnocracia aprofunda suas conexões na maioria dos partidos, atuando com permissividade e desenvoltura. Foi assim que, mesmo durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), inúmeras decisões foram tomadas à revelia do debate com a sociedade. Por exemplo, as grandes obras de infraestrutura com grande impacto ambiental, sobretudo no setor energético. Idem para as cartas brancas concedidas ao agronegócio e à indústria agrocida (pesticidas, transgênicos e outras práticas não sustentáveis). Idem para a democratização da mídia, uma inépcia fatal que permitiu prosperar articulações golpistas. Mas é preciso reconhecer: naqueles governos golpistas-ditatoriais ou neoliberais que antecederam Lula e Dilma e que, após o golpe de 2016, lhes sucederam, a situação foi/é ainda mais nefasta. Florestan Fernandes afirma que

No Brasil, a burocracia cresceu com a diversificação das funções do Estado e a tecnocracia medrou em todos os setores, todavia mais em tarefas intrincadas do aparelho estatal e das grandes empresas e corporações. Os riscos maiores incidem sobre os partidos. A associação de burocratas e tecnocratas com os políticos favorece a despolitização das instituições partidárias, da direita à esquerda. Ela impulsiona ambições pessoais de carreira e projetos particularistas, divorciados das necessidades prioritárias da coletividade. Fortalece, pois, o conformismo, o fascismo potencial e a plutocracia. (FERNANDES, 1994)

Florestan Fernandes indica como referência importante neste assunto o economista, filósofo e escritor estadunidense John Kenneth Galbraith, que evidenciou a natureza opressiva da tecnocracia. No livro *O novo Estado industrial* (1983), Galbraith afirma que o progressivo aumento de complexidade das tecnologias durante o século XX foi a senha para que grupos de especialistas assumissem as decisões nas sociedades anônimas, sobrepondo-se aos acionistas, proprietários ou administradores corporativos. O poder das empresas concentrou-se na mão de técnicos. A partir daí, ocorreu o mesmo fenômeno no sistema político. Porém Galbraith não considera a tecnocracia como sendo ideologia ou metodologia política. Para ele, foi uma configuração adotada pragmática e oportunamente.

Diferente é o posicionamento de Jürgen Habermas. No texto que dedica ao seu professor Herbert Marcuse, com o título *Técnica e Ciência como “Ideologia”*, Habermas atenta para algo mais além da “neutralidade ideológica”, ingenuamente atribuída aos tecnocratas:

Marcuse está convencido de que, naquilo que Max Weber chamou “racionalização”, não se implanta a “racionalidade” como tal, mas, em nome da racionalidade, uma forma determinada de dominação política oculta. Porque a racionalidade deste tipo só se refere à correcta eleição entre estratégias, à adequada utilização de tecnologias e à pertinente instauração de sistemas (em situações *dadas* para fins *estabelecidos*), ela subtrai o entrelaçamento social global de interesses em que se elegem estratégias, se utilizam tecnologias e se instauram sistemas, a uma reflexão e reconstrução racionais. Essa racionalidade estende-se, além disso, apenas às situações de emprego possível da técnica e exige, por isso, um tipo de acção que implica dominação quer sobre a natureza ou sobre a sociedade. A acção racional dirigida a fins é, segundo a sua própria estrutura, exercício de controlos. (HABERMAS, 1987, p. 46, itálicos no original)

Nesse sentido, Habermas aprofunda o alerta de Martin Heidegger no seminal artigo *A questão da técnica* (2002), onde o filósofo alemão demonstra que, diferente da técnica antiga e tradicional, a técnica moderna não é neutra. Suas características complexas subjugam e desequilibram o ecossistema. Ao mesmo tempo e em igual medida, demandam e induzem à concentração de poder.

Imprensa versus democracia

No vocabulário dos comentaristas e editores da imprensa oligopolizada brasileira, que ora apoiam políticas recessivas e concentradoras de renda, ora combatem políticas desenvolvimentistas e promotoras de paz e justiça social, o proselitismo tecnocrático obedece a padrões recorrentes. O economês e politiquês midiático reitera fórmulas continuamente remaquizadas, apontando sempre para uma velha(ca) direção: “as contas não fecham”, “o Estado é perdulário por natureza”, “é preciso apertar o cinto”, “é hora da população tomar o remédio amargo”... Enquanto isso, organizações criminosas acumulam lucros estratosféricos, atuando livre e impunemente sob a cortina de fumaça midiática, que cumpre o seu papel de peça chave no esquema.

As onze famílias³⁴ que controlam a maior parte dos meios de comunicação no Brasil não são amadoras. Instrumentalizadas com o que há de mais eficaz em termos de equipamentos e atualizados conhecimentos em tecnologia da informação, contratam profissionais

³⁴ Famílias Marinho (Rede Globo), Edir Macedo (Rede Record), Sílvio Santos (SBT - Sistema Brasileiro de Televisão), Saad (Grupo Bandeirantes), Civita (Grupo Abril), Frias (Folha de São Paulo), Mesquita (O Estado de São Paulo), Sirotsky (Grupo RBS) e ainda os Magalhães que controlam vários veículos na Bahia, assim como os Sarney, no Maranhão, e os Collor de Mello, em Alagoas.

inescrupulosos para pautar o imaginário coletivo com a ideologia mais adversa às verdadeiras justiça e democracia. Pouco lhes importa que a fome volte a ser realidade cotidiana para milhões de famílias, num país superprodutor e exportador de alimentos. Pouco lhes importa que milhões de pessoas com plenas condições de trabalho multipliquem o “exército industrial de reserva”³⁵, a obscena “fila de desempregados” de um país onde há tanto para construir e aprimorar. Pouco lhes importa que as riquezas nacionais sejam entregues a preço vil para grupos estrangeiros. Pouco lhes importa que o patrimônio cultural seja dilapidado, desmemoriando e deixando gerações presentes e futuras vagando feito zumbis, sem conexão com as raízes históricas. Pouco lhes importa que inúmeros jovens, sobretudo afrodescendentes, morram todos os dias, vítimas de grupos criminosos com ramificações na própria polícia; afinal, são jovens de periferia e suas famílias serão caladas ao enfrentar os corredores kafkianos de um sistema jurídico corrompido ou as ameaças diretas ou indiretas de policiais a serviço de políticos comprometidos com o crime. Tudo isso pouco lhes importa, pois o lucro daí advindo é farto e certo.

Se a maioria dos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão ainda se encontram sob domínio destas onze famílias é porque perdemos a oportunidade histórica, durante os governos Lula e Dilma, de viabilizar a democratização da informação e opinião pública. Às onze famílias só interessa um povo passivo, embrutecido, consumista, servil, alienado. As capitânicas hereditárias da comunicação atuam em uníssono com a indústria cultural estadunidense, em descarada apologia à violência, à banalização das relações humanas, ao mau-caratismo, à competição inescrupulosa, imoral, antiética. Como cantou Cazuza³⁶ “Transformam o país inteiro/Num puteiro/Pois assim/Se ganha mais dinheiro...”. Quem, à estas alturas do campeonato, poderia supor que estas organizações criminosas dariam visibilidade, em igual e justa medida, às manifestações antigolpistas, pró-democráticas e a favor da justiça social? Seria, na melhor das hipóteses, muita ingenuidade³⁷.

³⁵ Exército industrial de reserva: expressão conceituada por Karl Marx, explicando o porquê do desemprego estrutural no capitalismo: “cria-se sistematicamente um exército industrial de reserva sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho.” (MARX, 2013, p. 672) “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada.” (ibid, p. 864 e 865) “(...) a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital.” (ibidem, p. 877)

³⁶ Na música “O Tempo não Para”, de autoria do próprio Cazuza, do álbum homônimo lançado em 1988 pela gravadora Philips Records.

³⁷ A falsa premissa de que a mídia oligopolizada brasileira retratou, com equilíbrio e neutralidade, as manifestações pró e antgolpe, esteve presente em duas apresentações por mim presenciadas (e por mim contestadas) no *Seminário Privacidade, sigilo, compartilhamento*. Conforme manifestei em minha contestação, a mídia oligopolizada brasileira jamais retratou com igualdade de condições os dois tipos de manifestações. Pelo contrário, assim como criou todo o ambiente golpista desde o início do primeiro governo Lula, incentivou as manifestações pró-golpe e boicotou aquelas antigolpe. Tal como se deu em 1964, foi participante ativa na derrubada da democracia.

Nossa luta é resistência contra um inimigo mais forte e melhor instrumentalizado. E também obstaculizada internamente, por questões éticas: como lutar contra um inimigo que nunca teve e nunca terá escrúpulos, sendo que abrir mão dos nossos escrúpulos seria convertermo-nos em nosso próprio inimigo?

Da mesma forma que a dominação e o oligopólio opera na mídia tradicional, também na internet a tendência é a concentração de poder na mão de megacorporações. A blogosfera, rede de blogs e sites independentes, que estava em pleno vigor no início dos anos 2000, foi gradualmente perdendo sua audiência após o advento das redes sociais, sobretudo o Facebook, onde o algoritmo que controla a exibição de conteúdos pode ser manipulado pelos administradores desta rede de forma a confinar ainda mais as pessoas em suas “bolhas de informação” ou determinar que certos conteúdos não fiquem visíveis para a maioria dos usuários. Páginas pagas ganham maior visibilidade, enquanto páginas de esquerda são facilmente “derrubadas”. Já as páginas fascistas e de apologia ao ódio e ao preconceito seguem sem restrição alguma; quando denunciadas, a resposta padrão é: “Analisamos sua denúncia. A página em questão não viola nossos princípios de comunidade.” Sediadas em países periféricos, “fazendas de curtidas”, arregimentam trabalhadores semiescravizados para que “curtam” dezenas de páginas por minuto. Da mesma forma, perfis falsos e operadores de robôs prestam serviços à politicagem milionária.

Tecnocracia versus arte: urte

Frente à iminência do golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016, como aconteceu em muitos setores da sociedade brasileira, artistas visuais manifestaram-se em atos e produções artísticas, articulando-se nas brechas das redes sociais, dado o boicote da imprensa oligopolizada para todas as manifestações de resistência democrática.

Mas tratava-se de uma luta desigual: instrumentalizados pelos “neutros” tecnocratas e com a parceria da imprensa oligopolizada, os golpistas fizeram com que a frágil democracia brasileira fosse nocauteada, sob o falso pretexto de um “combate à corrupção”. Falso pretexto, porque é evidente que o combate à corrupção nunca foi a motivação destes grupos golpistas e seus seguidores, coniventes e promotores diretos ou indiretos do que há de mais criminoso em nosso país.

Com as mesmas “costas quentes” com que colocaram no lixo 54 milhões de votos, as organizações golpistas agora miram na arte. Trazem de volta a obscurantista censura, sob o pretexto de um “combate à pedofilia”. Da mesma forma como ocorreu com a falsa bandeira da corrupção, esta também nunca foi a motivação destes grupos e seus seguidores, coniventes e promotores do que há de mais antiético no Brasil. O verdadeiro motivo é sempre outro, dos mais

venais imagináveis. No caso da perseguição à arte, reprimir um campo de conhecimento intrinsecamente libertário.

Esta perseguição está ligada a um absurdo da modernidade: com a automatização e a sistematização dos métodos de trabalho, produz-se maior quantidade de bens materiais com menor quantidade de mão de obra. Assim, maior tempo livre estaria disponível para a população, para atividades que ampliassem o bem estar de todos. Mas, como já denunciou Bertrand Russell no texto *O Elogio ao Ócio*, isto não ocorre:

A técnica moderna tornou possível a drástica redução da quantidade de trabalho necessária para garantir a todos a satisfação de suas necessidades básicas. Isto ficou caro durante a Primeira Guerra Mundial. Todos os membros das forças armadas, todos os homens e mulheres engajados na produção de munições, na espionagem, na propaganda de guerra e nas funções de governo ligadas à guerra foram sacados das ocupações produtivas. Apesar disso, o nível geral de bem-estar físico entre os assalariados não qualificados do lado dos aliados era mais alto do que antes e até do que depois da guerra. A guerra demonstrou claramente que, por meio da organização científica da produção, uma pequena parte da capacidade de trabalho do mundo é suficiente para que a população desfrute um nível de conforto satisfatório. E se, ao final da guerra, tivesse sido preservada a organização científica criada para liberar os homens para a tarefa de lutar e municiar, e se a jornada de trabalho tivesse sido reduzida a quatro horas, estaria tudo certo. Em vez disso, foi restaurado o antigo caos - aqueles cujo trabalho era necessário voltaram às suas longas horas de trabalho, os demais foram deixados à míngua, como desempregados. Por quê? Porque o trabalho é um dever, as pessoas não devem receber salários proporcionais à sua produção, mas à virtude demonstrada em seu esforço. (RUSSELL, 2001, p. 54)

Russell dá uma resposta diferente ao problema do desemprego daquela elucidada por Marx, do qual era um contestador. Porém, articulando as duas respostas, podemos inferir que um maior tempo fora das rotinas do trabalho comum, dedicado ao simples ócio ou a tarefas criativas poderia oportunizar espaços de conscientização. Haveria disponibilidade para articulações políticas, com atividades que desestabilizariam a ordem vigente. Entre elas, aquela que constitui uma forma de conhecimento cujas origens se confundem com os da própria espécie humana: a arte.

A tecnocracia opera sob uma capa de “apolítica”, o que a torna ainda mais traiçoeira do que as configurações anteriores de dominação. Cumpre então à arte, bem como à ciência e à filosofia, o papel de denunciá-la. Derreter as máscaras. Atuar nas brechas da trama opressora.

Alargar canais de atuação humanitária e emancipadora. Construir redes poéticas. Recusar o servilismo. Abrir fissuras no edifício tecnocrático. Abandonar ingênuas tentativas de explicar aos tecnocratas a importância da arte, na inútil iniciativa visando o justo fomento. Eles já sabem esta importância, consciente ou inconscientemente. Se nos retiram possibilidades, se nos deixam à míngua, é justamente por saberem muito bem o quanto nossa atividade lhes é ameaçadora. Fazer o que nos cabe e resta. Cumprir nossa sina. Outro mundo (ainda!) é possível.

Urte: denominação que proponho para designar aquela atividade supostamente artística, mas, de fato, oposta à arte. Tudo o que os tecnocratas mais gostariam que fôssemos: urtistas. Produtores de imagens, sons, narrativas, ambientes e espetáculos que apenas embelezam, confortam, amortecem, entretêm, infantilizam, desvitalizam, alienam. Ora, o trabalho artístico subverte o senso comum, tanto quanto a ordem espaçotemporal³⁸ ou política estabelecida. É o que faz a diferença entre o artista o um mero fabricante de coisas bonitas ou úteis, o urtista: o artista atua na contramão do pragmatismo, buscando até mesmo respostas para questões sequer formuladas.

Urte seria então aquela atividade avessa à vocação libertária da arte? Este antiartigo parte de poético flerte, um ir-te em orte³⁹, subsumindo que surtem dialogias numa franca oposição à delinquência acadêmica⁴⁰? Catarse antitecnocrática? Questionamentos entrópicos? Utópicos? Texto sisifiano? Möbiano⁴¹? Letras ao léu? Receptáculo de projeções? O autotelismo que caracteriza a atividade artística se faz paradoxal ou coerentemente à sua natureza cognitiva? Daí tanto desconforto, assombro e sedução deste trabalhar roçando as sublimes fronteiras do desconhecido?

¿Entre labores seduzidos às sombras confortáveis, rasgandinho a pauta daqueles pseudoativismos que alardeiam capturas criativas, adimplentes dos impropérios atrelados à midiotização, enquanto derradeiras proezas irmanam urgências em subverter todo e qualquer projeto atrelado aos sortimentos tecnocráticos, tenso malabarismo entre topologias kafkianas, absolvendo serendipidades malcriadas, rédeas soltas às epifanias, metaesquematicando signos e degustadas potências no tropeço dos coreografadores de outros mercês, pois se

³⁸ Na física newtoniana, espaço e tempo eram categorias separadas. Mas Einstein demonstrou que formam uma unidade.

³⁹ Orte: termo criado pelo artista Nelson Leirner (1932-). O crítico Tadeu Chiarelli esclarece: “Orte... **ort**: prefixo de origem grega (**Orth(o)-**) que designa correto, reto, exato, direito, esclarecido. Aqui está a segunda definição de ort (ou **orte**) na obra de Nelson, aparentemente contra aquela primeira: uma subverte, desorienta; a outra, coloca no eixo. Porém, a **orte** de Nelson subverte corrigindo ou corrige subvertendo porque o **ortista** possui, efetivamente, essas duas facetas. Ele é o demolidor e, ao mesmo tempo, aquele que instaura, que esclarece.” (CHIARELLI, 2002, p. 17, negritos no original)

⁴⁰ Delinquência acadêmica: referência ao texto (TRAGTENBERG, 2004) do sociólogo e professor Mauricio Tragtenberg (1929-1998), onde o autor reflete acerca da sobrecarga burocrática nas instituições de ensino, elucidando os motivos para tal sobrecarga e as alternativas para enfrentar este problema.

⁴¹ Möbiano: referência a Auguste Ferdinand Möbius (1790-1868), matemático que, em 1858, descobriu uma superfície estranha, um objeto bidimensional com superfície única. A fita que levou seu nome é um objeto topológico comumente lembrado para simbolizar continuidades infinitas.

desestabilizações não fossem os verdadeiros objetos deste artigo, de onde partiriam tantos impropérios à subjetividade bandoleira e para onde esvairiam tantos filões de vice-e-versa, bom seria leminskar em cada encruzilhada dos caminhos do meio, então distopias ruiriam, a arte se sobreporia ao produzir parasitário, radicando dialogias prenhes de complexidade, desfrigorificando eflorescências ao arrepio de nossa perplexidade frente a esta reedição da ditadura civil-empresarial-midiática-religiosa-militar, enquanto golpistas-privatopatas e financiopentecostonarcotraficantes verde-amarelam milícias sim-senhorizadas no manobrismo algorítmico, ao contrapasso alforriaremos fazeres ainda não contaminados pelos tributários de septicemias e, desatarantados dos labirintos de dúvidas vulgares, sussurraremos blasfêmias nos parlatórios inflados à claudicância, aviando façanhas urdidas a estibordo das cartesianices, naufragadas à moda de neuroissos e neuroaquilos, monstros caídos dos leitos desamados, e que danem-se todos os fazendeiros de clichês prostrados contra abolicionistas da sujeição distópica, retomaremos o passo rumo às nascentes, nossos vigores desmesurados em prol de festins onde borbulham plenos provocativos, tanta arteirice, toda delirância, arte, erte, irte, orte, urte, sem saudade daqueles itinerários diagramados para ensinar veladuras às cabeças planas, desaforaremos colheitas em plena fertilizância, puta vontade investida no paradoxar de derrames euclidianos, arquivando os regulamentos da erótica desfaçatez, espreguiçando ansiedades no rever introspectivo, com mais lucidez dia a dia, na sua, arremessadores de afetos, mondrianar de improvável pollockidão, um iconoclasmo às transversas, qual exemplar crítico em seu papel de observar tudo muito bem observado, ah, como são lindos os críticos infalíveis, só que não, desvelaremos aos quatro sopros os caminhos libertários tão pouco trilhados, pois quintanar é o que há de bom, danadas vanitas abolirão monofonias, como vislumbres do pleno desabrochar das formas indóceis e das nuas sinfonias dissonantes, qual narcisos espelhados nos próprios frágeis, escancarando que a diversão da diversidade é esculhambar monoculturas, bom saber, também nunca sei o que passará neste pensar com lápis na mão, não seria o mesmo retornar de tantos quantos necessários apagamentos em nossas pinturas e desenhos?

Referências

MM

- CHIARELLI, TADEU. NELSON LEIRNER: ARTE E NÃO ARTE. SÃO PAULO: GALERIA BRITO CIMINO: TAKANO, 2002.
- PEREIRA, L. C. BRESSER. TECNOBUROCRACIA E CONTESTAÇÃO. PETRÓPOLIS: EDITORA VOZES, 1972.
- GALBRAITH, JOHN KENNETH. O NOVO ESTADO INDUSTRIAL. 2ª EDIÇÃO. SÃO PAULO: EDITORA PIONEIRA, 1983.
- HABERMAS, JÜRGEN. TÉCNICA E CIÊNCIA COMO “IDEOLOGIA”. TRADUÇÃO DE ARTUR MORÃO. LISBOA: EDIÇÕES 70, 1987.
- HEIDEGGER, MARTIN. A QUESTÃO DA TÉCNICA. IN: ENSAIOS E CONFERÊNCIAS. TRADUÇÃO DE EMMANUEL CARNEIRO LEÃO, GILVAN FOGEL E MARCIA SÁ CAVALCANTE SCHUBACK. PETRÓPOLIS: EDITORA VOZES, 2002.
- MARX, KARL. O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. VOLUME 1. TRADUÇÃO DE RUBENS ENDERLE. 1ª EDIÇÃO [RECURSO ELETRÔNICO]. SÃO PAULO: BOITEMPO EDITORIAL, 2013.
- RUSSELL, BERTRAND. O ELOGIO AO ÓCIO. IN: DE MASI, DOMENICO. A ECONOMIA DO ÓCIO. 2ª EDIÇÃO. TRADUÇÃO DE CARLOS IRINEU W. DA COSTA ET AL.. RIO DE JANEIRO: EDITORA SEXTANTE, 2001.
- TRAGTENBERG, MAURICIO. A DELINQUÊNCIA ACADÊMICA. IN: SOBRE EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SINDICALISMO. COLEÇÃO MAURICIO TRAGTENBERG, VOLUME 1. 3ª EDIÇÃO REVISADA. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2004.

Internet:

- FERNANDES, FLORESTAN. BUROCRACIA E TECNOCRACIA. SÃO PAULO: FOLHA DE SÃO PAULO. CADERNO OPINIÃO. PUBLICADO EM 19 DEZ. 1994. DISPONÍVEL EM: <WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FSP/1994/12/19/OPINIAO/7.HTML>. ACESSO EM 18 SET. 2017.
- LEOST, JOSÉ ANDRÉS FERNÁNDEZ. TECNOCRACIA Y FIN DE LAS IDEOLOGÍAS: MITOS Y REALIDADES. CONFERÊNCIA PARA A ESCUELA DE FILOSOFÍA DE OVIEDO. PUBLICADO EM 30 JAN. 2017. DISPONÍVEL EM: <WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=DQWVGFK4T44>. ACESSO EM 12 OUT. 2017.

A Opinião Pública e a crise na democracia

Luciano Somenzari

A opinião pública é uma expressão que tem sido invocada ao longo dos últimos tempos para justificar as mais variadas circunstâncias, sem que haja, contudo, uma homogeneidade conceitual na utilização que se faz dela. Seu uso no jornalismo acabou obtendo significados por demais genéricos que em muitos casos não contribui para o esclarecimento do público. Considerando ainda o agravante de que em momentos diversos na história recente alguns representantes de publicações noticiosas chegam a insinuar quase peremptoriamente que a imprensa é em si mesma a própria opinião pública.

De antemão, é possível afirmar que esta não é simplesmente a reunião de várias opiniões individuais de determinado grupo social, como evocaria o senso comum. Mesmo sendo subjetiva na sua essência, a opinião manifesta-se objetivamente, ou seja, ela advém de uma situação objetiva, de um fato concreto com que o cidadão se depara no seu contexto social, segundo José Marques de Melo (MELO, 1998, p. 203). Só a partir daí, continua ele, o cidadão tem condições de formular “um juízo de valor, esboçar uma atitude”. Em síntese, “a opinião pública é um juízo de valor formulado pelo povo em torno de um fato concreto” (MELO, 1998, p. 203). Mas é também “um fenômeno dialético, que resulta do choque entre opiniões divergentes diante de um fato, logrando uma delas galvanizar as atenções e as preferências da maioria dos indivíduos” (MELO, 1998, p. 207).

Ocorre que há vários aspectos que se desdobram antes e depois da formulação desse juízo de valor. Norbert Elias sugere que existe a opinião pública de um país do ponto de vista da totalidade de seu povo e não apenas opiniões de indivíduos singulares. Ao avaliar o contexto da Inglaterra, onde foi professor na Universidade de Leicester, entre 1945 e 1962, e da Alemanha, onde nasceu, Elias afirma que há particularidades típicas de um povo, por conta da sua cultura, de sua história, dos hábitos e de outros fatores que causam certa uniformização relativamente

forte do comportamento e da formação da sua opinião. Haveria “uma espécie de base comum, mais ou menos subentendida e evidentemente com matizes variados, que fundamenta as diferentes opiniões partidárias no interior de um mesmo país” (ELIAS, 2002, p. 119). Em outras palavras, Elias escreve que existe uma maneira de ser inglês, assim como existem jeitos característicos nos comportamentos de alemães, italianos, belgas ou holandeses, e que fazem com que estes se reconheçam entre si, e se reconheçam como pertencentes às suas nações e culturas. Essa base comum a qual se refere o sociólogo alemão é um elemento fundamental que influencia de maneira determinante a opinião pública de um povo.

(...) não é simplesmente uma sintonia de opinião de muitos seres humanos sobre uma questão do dia, particular e determinada, mas algo compreendido em contínua formação, um processo vivo que oscila em movimentos pendulares e que, no decorrer desse balanço, influencia as decisões que são tomadas em nome da nação (ELIAS, 2002, p. 125).

Monique Augras, citando o sociólogo francês Jean Stoetzel, introdutor das pesquisas de sondagens na França no final dos anos 1930, afirma que a opinião pública “situa-se no meio da psicologia social e da ciência política” (AUGRAS, 1970, p. 11). A autora pondera o caráter interdisciplinar ao tratar desse assunto, implicando a necessidade de lidarmos com fatores psicológicos, históricos e sociológicos.

A opinião ganha força e se amplia à medida que se desenvolve a imprensa, pois esta se transforma em grande fator de influência na sociedade. De acordo com James Bryce, citado por Marques de Melo, a opinião pública só existe quando os indivíduos de uma sociedade têm acesso “livre e total” às informações a ponto de poder formular “opiniões autoconscientes”, ou seja, como resultado da tomada de posição de um indivíduo diante de um assunto sobre o qual tenha recebido livremente informações em igualdade de condições com os demais membros de seu grupo social.

Sobre esse ponto, contudo, convém voltarmos mais uma vez no tempo e atermos à gênese do conceito de liberdade como compreendida no Ocidente. Conceito que é atribuído por filósofos e historiadores à civilização grega, a fim de entendermos melhor os aspectos relacionados à opinião e que também diz respeito ao sentimento íntimo do ser-humano de manifestar sua expressão de vontade, individual ou coletiva. Cristina Costa expõe a partir do livro *La plus belle histoire de la liberte* que o princípio da vida política criada pelos helenos foi o responsável pelo sentimento de pertencimento de uma coletividade. Tal sentimento se insurgia contra dogmas, preceitos religiosos conservadores, deveres impostos pela religião e outras formas de opressão, privilegiando “a participação política, o exercício da vontade, a opinião, a

ação individual e, ao mesmo tempo, coletiva, estabelecendo-se um conflito entre necessidades e moralidades” (COSTA, 2013, p. 26).

A clássica peça teatral *Antígona*, de Sófocles, dramaturgo grego do século V a.C., evidencia esse conflito entre liberdade e proibição. Filha de Édipo e Jocasta, Antígona se insurge contra Creonte que havia proibido de sepultar o irmão dela, Polínice, morto na batalha contra Tebas. “Antígona representa justamente o grito da liberdade pessoal e da rebelião contra o autoritarismo do poder do Estado” (COSTA, 2013, p. 27), assinala Cristina Costa.

Ainda na Grécia antiga, nas discussões políticas na Ágora, que orientavam as tomadas de decisões pelo governo ateniense, uma nova classe de homens políticos “que cortejam a opinião para conduzir o povo no sentido que desejam” (AUGRAS, 1970, p. 12) era chamados de demagogos. Segundo Augras, a existência de opinião não aparece independente da de líderes de opinião. A *Vox Populi* no *Forum* da Roma antiga, equivalente à Ágora grega, também faz referência ao direito dos cidadãos se expressarem. Tanto em Roma como em Atenas, no entanto, as opiniões que realmente valiam pertenciam a uma faixa restrita da população de homens, uma vez que escravos, mulheres e crianças não participavam de discussões do tipo. Era apenas a opinião de uma elite que tinha validade pública.

Nos períodos que sucedem o Renascimento a “voz do povo” começa a retomar um incipiente protagonismo outrora esboçado na Grécia antiga. E mais uma vez é no aspecto político que ocorre sua força, cada vez mais cortejada pelas autoridades constituídas (sobretudo aquelas cujo “trono” não era recebido pelo direito de nascença) como forma de legitimação de poder. No clássico *O Príncipe*, Nicolau Maquiavel dá aconselhamento cristalino a monarcas quanto aos procedimentos para tomar e manter o poder: “É do povo que importa merecer o afeto, pois ele é o mais forte e o mais poderoso”.

Na Revolução Francesa (1789), os revolucionários intelectuais chamavam para si a tarefa de instruir o público de forma pedagógica para que este exerça pressão sobre o poder constituído. A concepção de opinião pública nessa época, segundo estudo de Milton Meira do Nascimento (1989, p. 21), mostra a importância do papel do intelectual, do homem das letras, no processo de transformação da sociedade, da sua concepção da relação e do compromisso com a verdade, com a necessidade de se ver reconhecido por um público esclarecido. Os estudos de Nascimento se referem a uma organização denominada Círculo Social que funcionou ativamente entre 1790 e 1793, responsável pela edição de inúmeros jornais, livros e periódicos. De acordo com o autor, através dos documentos pesquisados ficou claro que para a maioria dos intelectuais do período revolucionário era importante, “até mesmo imprescindível”, recorrer ao julgamento público que deve dar a última palavra sobre as questões que ocorrem na sociedade, tanto nos negócios de Estado quanto na esfera privada.

Não podemos nos esquecer de que o trabalho pedagógico da grande maioria dos intelectuais do período revolucionário possui um sentido político bem definido. Não é uma pedagogia vaga para formar o homem para a sociedade. O público esclarecido pelos homens das letras deve derrubar a tirania e tornar-se o único poder soberano. “A opinião pública será então o único poder, o juiz supremo, a própria verdade”, como dizem os fundadores do Circulo Social e muitos outros revolucionários (NASCIMENTO, 1989, p. 22).

Percebemos aí a dimensão que a concepção de opinião pública passa a exercer na França e que serviu de inspiração para vários outros povos que lutaram pela liberdade frente ao jugo das monarquias Absolutistas de então. De toda forma, a experiência dos revolucionários faz enaltecer a importância da liberdade de expressão, do debate e da busca do consenso no sentido de difundir a ideia de que o exercício do poder no Estado não deve ficar confinado a uma elite política ou econômica. No prefácio do livro de Nascimento, Marilena Chauí sintetiza a concepção de opinião pública de então e perfeitamente válida ainda hoje:

Concebida como direito do homem e do cidadão e como verdade que vem a público trazida ao público pela razão, a opinião converte-se em arma de defesa da liberdade de expressão, isto é, faz-se liberdade de imprensa. A esta última dá-se o objetivo de tornar transparente a administração pública, dando ao povo acesso às informações, trabalho do homem de letras enquanto publicista, isto é, jornalista. “Dizer e difundir a verdade, formar a opinião, tal é o imperativo que deve guiar a ação dos intelectuais” (NASCIMENTO, 1989, p. 15).

Séculos depois, Michel Foucault reelabora o papel do intelectual na sociedade e sua influência na opinião pública, retirando dele a responsabilidade do trabalho pedagógico diante das massas e propondo um outro. “Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem” (FOUCAULT, 2003). Para ele, porém, os intelectuais fazem parte de um sistema de poder que barra e invalida esse saber, impedindo que haja uma opinião pública atuante e que lute pela derrubada desse poder justamente onde ele seja mais “invisível” e “insidioso”. O papel do intelectual nos dias atuais, continua Foucault, não é o de se colocar à frente para dizer seu “regime de verdade”, mas o de se por ao lado das massas e lutar contra o poder onde ele se apresenta nas suas formas mais sutis, sobretudo na essência dos discursos e na transmissão dos saberes.

A imprensa nas terras brasileiras

No Brasil, o momento crucial para o aparecimento de uma opinião pública com algumas semelhanças ao processo europeu se dá nos anos 1820 e 1821, período que antecede a Independência e por mudanças na estrutura política da Península Ibérica e de seus domínios na América. Segundo Marco Morel (2013), em 1820 ocorreram as revoluções constitucionalistas na Espanha e em Portugal, acontecimentos que tiveram impacto decisivos nos domínios portugueses e espanhóis na América.

Entre as primeiras medidas da Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa constava o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, em 21 de setembro de 1820. Em menos de um mês depois, no dia 13 de outubro, as autoridades lusitanas liberaram a circulação de impressos portugueses fora de Portugal, enterrando a censura prévia. D. João VI, por sua vez, que havia se transferido para o Brasil em 1808 junto com sua corte portuguesa, vendo seu poder dividido com a Junta de Governo revolucionária e sem querer perder terreno, assina um decreto em 2 de março de 1821 suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral. Tal decreto, contudo, chegava tarde demais, uma vez que a circulação de impressos “tornara-se incontornável naquele momento no Brasil” (MOREL, 2013, p. 34). Com ideias e opiniões circulando em ritmo até então inédito, uma figura típica oriunda da imprensa de opinião, o chamado redator panfletário, desponta agitando os círculos sociais da época.

O panfletário é visto como portador de uma missão tanto política quanto pedagógica. “É o tipo do escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações” (MOREL, 2013, p. 35).

Os jornais no decorrer do Império, sobretudo no de D. Pedro II, mantinham como conteúdo central os assuntos políticos. A literatura também era parte de alguns periódicos, notadamente a das revistas, embora, como assinala Ana Luíza Martins, a divisão entre esses temas deixou de existir depois da metade do Império, “pois eram literatos os homens de imprensa que acabavam por fazer política” (MARTINS, 2013, p. 57). O contingente de leitores ainda era diminuto, considerando as altas taxas de iletrados no país, e a sustentação econômica dos jornais, quase sempre claudicante, geralmente permanecia a soldo de um ou outro partido político (Conservador ou Liberal), sempre atrelados a grupos familiares. “(...) os periódicos traziam fatura modesta, papel ordinário, dimensões reduzidas, saindo de prelos toscos que se instalaram nas principais capitais” (MARTINS, 2013, p. 57).

Proclamada a República em 1889, seguiram-se conturbadas reacomodações no seio do poder entre a elite política e econômica, protagonizada pelos barões do café, enriquecidos e poderosos por auferir grandes lucros com a exportação. É um período de crescimento urbano e transformações sociais em que os novos tempos pediam focos diferentes de notícias. Isso levou a imprensa a adotar processos de inovações tecnológicas que permitiam o uso de ilustrações

diversificadas, melhor qualidade de impressão e principalmente aumento de tiragens. Até o incentivo à alfabetização, bandeira dos republicanos nos embates contra os monarquistas antes da destituição de D. Pedro II, fazia com que a grande imprensa se firmasse mais moderna, e também mais censurada.

A sanha repressora se mostrou bem mais contundente nos primeiros anos da República do que nos anos do Império. Com efeito, a adoção de novas tecnologias de impressão confere musculatura a um meio de comunicação que efetivamente pôde causar influência na população e transformações na sociedade. Eram tempos de mudanças nas narrativas jornalísticas, ainda em grande medida dominadas por literatos e seus experimentos entre jornalismo e literatura. Emanava do meio social um público leitor crescente; do mercado, uma incipiente prática no uso da publicidade comercial como opção de financiamento; dos jornais, o início de uma administração de perfil mais empresarial. Anos mais tarde Oswald de Andrade, no relato de Maria de Lourdes Eleutério, definiu de modo peculiar o poder dos literatos nas redações de uma revigorada imprensa no caminho da modernização: “Nada de revolução: o papel impresso é mais forte que as metralhadoras” (ELEUTÉRIO, 2013, p. 98).

Na Europa, mais de um século e meio antes, a opinião pública se formava no esteio de uma imprensa umbilicalmente atrelada ao modelo mercantil de negócios, como pontua Habermas, tratando notícia e mercadoria como conceitos convergentes. De toda forma, a opinião pública, entendida aqui como parcela importante e informada da sociedade com capacidade de influenciar o jogo do poder, já era componente fundamental nas disputas políticas e econômicas travadas no seio da esfera pública traçando formalmente os limites entre o público e o privado, dentro da perspectiva burguesa e liberal. Tais limites, no entanto, sempre estiveram suscetíveis a serem ultrapassados conforme os interesses em questão, tanto de Estado, quanto do mercado.

Nas sociedades de princípios liberais, ou na esfera pública burguesa, como denomina Habermas, a concepção de uma opinião pública, alimentada pela publicidade crítica do livre circular de informações relevantes aos interesses da sociedade, tem poucas chances de vingar como uma grandeza real que fermenta o jogo democrático.

Na conceituação do próprio autor:

(...) a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis de intercâmbio de mercadoria e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p. 42).

De um modo geral Habermas identifica as relações existentes entre o Estado e a sociedade civil nas suas disputas e contradições. Relações realizadas no âmbito do mercado, das forças privadas que o compõe e do poder público, além de organizações e associações representantes de trabalhadores, empresários e de outros segmentos sociais. E nesse quadro, a publicidade crítica e a opinião pública são elementos fundamentais nas relações que se estabelecem entre os vários atores atuantes nesse contexto.

Nas palavras do próprio autor analisando a prática dos meios de comunicação na sua Alemanha natal e em outras nações europeias, trata-se de um componente que não passa de “ficção do Direito Público”. No lugar da publicidade crítica, predomina a publicidade por aclamação ao *status quo*, de pretensão manipuladora, aquela que passa ao largo da soberania popular utilizando das grandes corporações de comunicação para veicular assuntos convenientemente selecionados ou estrategicamente trabalhados, cujo resultado transparece na ausência de crítica, de reflexão e, no limite, de cidadania. Prevalecem as técnicas de relações públicas, da propaganda e do *lobby* exaltando determinados pontos-de-vista de interesse do mercado e camuflando visões contraditórias essenciais para o enriquecimento dos debates de temas complexos e vitais dentro da ordem social.

A formação da opinião pública constitui um processo complexo que está condicionado por diversos elementos, atuando direta ou indiretamente nos indivíduos, de forma isolada, ou em grupos. A imprensa pode repercutir no seu noticiário assuntos que estejam em ebulição no meio social, ocasionados por diversos fatores, mas trata-se apenas de um reflexo do que está na discussão pública. Ocorre que em muitas vezes a imprensa tem a pretensão de ditar ou conduzir a opinião pública para que esta assuma certas convicções que na verdade são as mesmas dos proprietários das empresas ou dos grupos políticos e econômicos que estão ligados às organizações jornalísticas.

A ideia de opinião pública ficou muito contaminada depois que as pesquisas de opinião apareceram na década de 1930 nos EUA. As pesquisas captam os aspectos mais visíveis de assuntos que estão na cabeça das pessoas, mas não conseguem identificar ou exprimir o que se passa na sua totalidade. Mesmo porque, como já foi dito, não se trata de um consenso uniforme e uníssono, uma vez que é possível afirmar que, embora existam tendências majoritárias que predominam em um grupo social, as opiniões minoritárias não podem ser desconsideradas dentro da dinâmica da formação da opinião pública.

O uso político e econômico das pesquisas de opinião tornou-se constante à medida que a divulgação e as facilidades de sua elaboração ficaram mais comuns. Marques de Melo pondera que os efeitos de estratégias “persuasivas” para convencimento da população são bastante relativos. As mensagens que chegam à audiência passam por uma série de mecanismos de

filtragem por parte do indivíduo, considerando suas escolhas, sua bagagem cultural, ou a influência recebida por líderes dos grupos aos quais pertencem (MELO, 1998, p. 219).

De qualquer modo, é inegável a presença das pesquisas de opinião no noticiário, mais intensamente em períodos eleitorais, com os levantamentos procurando antecipar qual será o resultado das urnas, ou quando essa presença se dá por conta de algum fenômeno social ou econômico importante, obrigando a mídia a se ocupar do assunto.

O Estado Democrático de Direito requer na sua essência a presença atuante de uma opinião pública bem informada e crítica. Com capacidade organizativa e participativa para balizar ações de governo que dizem respeito ao interesse público, instituído através do regime de Direitos. A participação mais efetiva do cidadão na vida pública do país poderia ser um dos cerne das discussões no seio da opinião pública, mas ainda é um desafio com seus avanços e retrocessos. Ou como diz Todorov, conforme citado por Cristina Costa (2013, p. 31), o caminho está no “pluralismo” que deve caracterizar as democracias contemporâneas. “Estas não se resumem a um regime ou a uma forma de governo, mas fundamentam uma concepção de sociedade que implica em participação pública, liberdade e constante aprimoramento da vida social”.

Considerações finais

Cada vez mais fragilizada, a democracia hodierna sofre com sérios problemas de representação. No Brasil e no mundo, a classe política possivelmente nunca esteve tão desacreditada. E uma das principais razões é a população não se sentir representada por aqueles que foram eleitos. Ironicamente, seus mandatos são colocados a serviço dos grupos econômicos que financiaram suas campanhas na busca do voto popular, basta identificar o conjunto de parlamentares que votam coesos em temas de interesse do agronegócio ou do sistema financeiro, para ficar nos exemplos mais notórios no Congresso Nacional.

Do lado do cidadão comum, ainda faltam mecanismos que permitam a participação pública nos negócios de Estado, sobretudo no caso brasileiro. São assuntos como esses que deveriam ser temas recorrentes da imprensa, mas esta, assim como os políticos atrelados ao grande capital, ocupa-se fundamentalmente do histrionismo em denúncias quase sempre relacionadas aos efeitos (corrupção, falta de recursos, má gestão etc) ao invés das causas, como a privatização crescente do Estado.

Uma opinião pública com acesso livre às informações ainda é campo utópico diante de uma imprensa no Brasil umbilicalmente ligada ao poder. Os grandes grupos de mídia no país, ao atravessar crise financeira sem precedentes, aferram-se à preservação de sua sobrevivência econômica, nem que para isso joguem fora seu papel de informar.

Referências

- AUGRAS, MONIQUE. OPINIÃO PÚBLICA: TEORIA E PESQUISA. PETRÓPOLIS: VOZES, 1970.
- COSTA, MARIA CRISTINA CASTILHO. OPINIÃO PÚBLICA, COMUNICAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CENSURA. IN COSTA, CRISTINA (ORG.). COMUNICAÇÃO, MÍDIAS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO. SÃO PAULO: INTERCOM, 2013.
- ELIAS, NORBERT. ESCRITOS & ENSAIOS 1: ESTADO, PROCESSO, OPINIÃO PÚBLICA. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR. 2002.
- ELEUTÉRIO, MARIA DE LOURDES. IMPRENSA A SERVIÇO DO PROGRESSO. IN MARTINS, ANA LUIZA; LUCA, TANIA REGINA (ORGS.). HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2013.
- FOUCAULT, MICHEL. MICROFÍSICA DO PODER. SÃO PAULO: EDIÇÕES GRAAL, 2003.
- HABERMAS, JÜRGEN. MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESFERA PÚBLICA: INVESTIGAÇÕES QUANTO A UMA CATEGORIA DA SOCIEDADE BURGUESA. RIO DE JANEIRO: TEMPO BRASILEIRO, 1984.
- MARQUES DE MELO, JOSÉ. TEORIA DA COMUNICAÇÃO: PARADIGMAS LATINO-AMERICANOS. PETRÓPOLIS: EDITORA VOZES, 1998.
- MARTINS, ANA LUÍZA. IMPRENSA EM TEMPOS DE IMPÉRIO. IN: MARTINS, ANA LUIZA; LUCA, TANIA REGINA (ORGS.). HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2013.
- MOREL, MARCO. OS PRIMEIROS PASSOS DA PALAVRA IMPRENSA. IN: MARTINS, ANA LUIZA; LUCA, TANIA REGINA (ORGS.). HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2013.
- NASCIMENTO, MILTON MEIRA. OPINIÃO PÚBLICA E REVOLUÇÃO. ASPECTOS DO DISCURSO POLÍTICO NA FRANÇA REVOLUCIONÁRIA. SÃO PAULO: EDUSP, 1989.

A fotografia no desenvolvimento da liberdade de expressão: processos de censura, linguagem e o novo fotógrafo cidadão

André Bueno⁴²

As tentativas de controle ou interferência à liberdade de expressão afetam diversos gêneros⁴³ fotográficos e perfis de fotógrafos. Logo, propõem-se uma discussão voltada para a era da cultura fotográfica em um contexto de “democracia participativa” (CHAPARRO, 2013), que envolve não apenas os profissionais, mas a diversidade de produtores independentes, amadores, jovens, artistas e cidadãos comuns⁴⁴, protagonistas que tem se apropriado dos recursos de linguagem e meios de produção como uma alternativa para a expressão pessoal.

Embora este artigo não trate especificamente do gênero da fotografia documental, se inspira na função do documentarista social, que busca “documentar (e, por vezes, influenciar) as condições sociais e o seu desenvolvimento” (SOUSA, 2004, p.13). Deste modo, espera-se contribuir para a liberdade de expressão e desenvolvimento de uma “fotografia humanista”, cujo sentido dialoga com a fotografia apresentada por André Rouillé (2009, p.147) na qual o autor a descreve em seus temas como em suas formas, “aquela impulsionada pela perspectiva de um mundo melhor”.

⁴² André Bueno, fotógrafo e mestrando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da ECA – USP.

⁴³ Fotografia documental, jornalística, publicitária, artística, dentre outros.

⁴⁴ Considerado fotógrafo não profissional, o cidadão comum que pouco se interessava por fotografia, a partir do acesso aos meios de produção, principalmente os celulares com câmeras ou máquinas semi-profissionais com preços acessíveis, passa a integrar um quadro de cidadãos fotógrafos que documentam o cotidiano com frequência.

Portanto, com o propósito de pensar a fotografia⁴⁵ – independente de seu gênero – apresenta-se dois casos de censura (na área artística e jornalística), além de questões da linguagem fotográfica, como exemplos e aspectos considerados importantes para reflexão sobre os processos de desenvolvimento da liberdade de expressão e possíveis papéis da fotografia e dos fotógrafos na sociedade.

Fotografia

A fotografia pode ser uma alternativa para o sujeito se conectar com o mundo e estimular a consciência crítica e política. Além dela preservar e reativar a memória, contribuir para o desenvolvimento humano e fortalecimento de identidades, mostra-se como um meio de expressão acessível para (auto) representação e produção de releituras sobre a realidade.

Diante de suas possibilidades de comunicação e influência sobre a sociedade, não se questiona sua credibilidade enquanto função documental ou expressiva, e também não se limita em discuti-la como um tipo de representação falsa ou verdadeira da realidade. Neste sentido, de acordo Munhoz, ao resgatar a visão fotográfica de Joan Fontcuberta (1997), entende-se que “toda fotografia não passa de uma ficção que se apresenta como verdadeira e nos dias de hoje, não caberia mais o debate entre o que é verdadeiro e o que é falso” (MUNHOZ, 2015):

Contra o que nos tem inculcado, contra o que nós geralmente pensamos, a fotografia sempre mente, mente por instinto, mente porque sua natureza não permite que ela faça outra coisa. Mas o importante não é essa mentira inevitável. O importante é como o fotógrafo a usa, a que intenções serve. O importante, em suma, é o controle exercido pelo fotógrafo para impor uma direção ética à sua mentira. O bom fotógrafo é o que mente bem a verdade. (FONTCUBERTA, 1997, p.15)

Assim, nota-se que a fotografia se fixa entre realidades e ficções, e segundo Kossoy (2002, p.22), ela possui “uma realidade própria que não corresponde necessariamente a realidade que envolveu o assunto, objeto do registro”. Mas para que se possa compreendê-la ou aproximar do sentido desta realidade representada, são necessárias leituras críticas das fotos, bem como de seus produtores e público impactado pelas imagens. Deste modo, tende-se a desenvolver sentidos e pontos de vista menos ingênuos sobre os fotógrafos, as produções e seus processos de criação, circulação e recepção.

⁴⁵ A palavra fotografia será utilizada ao longo deste trabalho com sentido amplo, ou seja, podendo significar imagem ou linguagem fotográfica.

Enfim, sabe-se que a fotografia é capaz de impactar seus produtores e leitores.⁴⁶ Mas entre o percurso que vai da sua produção a recepção, há obstáculos complexos a se discutir, sobretudo censórios – muitos deles camuflados em posições estratégicas – cujos objetivos buscam controlar e interferir nos processos que envolvem a liberdade de expressão dos fotógrafos.

Democratização dos meios de produção e o novo fotógrafo cidadão

Para entender o universo da fotografia é necessário adentrar o mundo dos fotógrafos, para compreender não só suas técnicas, mas seus processos criativos e usos de linguagem. No entanto, deve-se considerar que cada um carrega consigo sua bagagem cultural, sua forma particular de ver e se expressar, suas preferências técnicas, estéticas e modos de abordagem. Além disso, cada um desenvolve seu propósito ou objetivo fotográfico. Mas sobre qual perfil de fotógrafo sugere-se esta a reflexão? Seriam profissionais, amadores, artistas ou outros?

A fotografia tem se mostrado um dos caminhos acessíveis por estar muito presente no dia a dia. A democratização dos meios de produção tem transformado, em vários fatores, os perfis dos profissionais e amadores, o mercado de trabalho e os modos de produção midiática. Com isso, nota-se o aumento da participação do cidadão comum – o novo fotógrafo cidadão – que embora, muitos deles, desconheçam as variáveis controláveis e incontroláveis da linguagem fotográfica, tem se apropriado dos instrumentos de produção automatizados e se tornado parte de uma grande parcela da sociedade que vive um momento de empoderamento e vislumbamento fotográfico, uma nova fase de narrativas e expressões visuais favoráveis para uma comunicação cidadã.⁴⁷

O desenvolvimento tecnológico e o acesso aos novos instrumentos⁴⁸ fotográficos vem contribuindo para que os indivíduos descubram novas maneiras de se relacionar, de compreender o mundo e se expressar por meio de uma variedade de linguagens e tecnologias. Nesta perspectiva, de acordo com o pesquisador Arlindo Machado, autor de *Máquina e Imaginário*:

⁴⁶ Entende-se por leitores todo público que acessa ou é impactado diretamente pelas fotografias, podendo ser as pessoas fotografadas e cidadãos que podem ver ou interpretar as imagens.

⁴⁷ A fotografia sugere um modo de comunicação visual que, além de impactante, propõem poéticas e narrativas com potencial para estimular a conscientização para a cidadania e, ao mesmo tempo, desenvolver o imaginário e olhar crítico.

⁴⁸ Instrumentos e dispositivos fotográficos (gadgets) acessíveis em sua usabilidade, como por exemplo celulares com câmeras, tablets, máquinas digitais compactas e outros.

(...) determinados instrumentos, processos ou suportes possibilitados pelas novas tecnologias repercutem nos sistemas de vida e de pensamento dos homens, na sua capacidade imaginativa e nas suas formas de percepção do mundo (MACHADO, 2001, p.29).

Além disso, o acesso a fotografia contribui para que os protagonistas deste meio de comunicação deixem de ser somente os profissionais da área, somando-se a eles os cidadãos comuns, que antes se colocavam apenas como receptores passivos, mas atualmente tornam-se produtores, emissores e representantes de seus próprios discursos e comunidades. Ou seja, os indivíduos que até então não tinham espaços para contar suas histórias, expor suas opiniões, fazer suas reivindicações, denunciar ou expressar sua visão de mundo, passam a usufruir dos benefícios da acessibilidade às novas mídias.

Deste modo, desenvolve-se a autonomia para a liberdade de expressão, favorecendo a (auto) representação e fortalecimento de identidades. Neste sentido, Martín Barbero (2003), embora traga como exemplo outros meios de comunicação diferentes da fotografia, como as rádios e canais comunitários de televisão, além de outras formas tradicionais como narrativas e musicais, busca reforçar o protagonismo de comunidades que se juntam para expressar suas culturas e reivindicações, uma forma de se posicionarem enquanto coletivo que busca ser reconhecido por suas próprias vozes:

[...] é o novo sentido que adquirem as relações entre cultura e política quando os movimentos sociais de bairro ou locais encontram, em um espaço público como aquele que uma rádio abre, a possibilidade não de serem *representados*, mas de serem *reconhecidos*: de fazer ouvir a própria voz, de poder dizer-se com suas linguagens e relatos (BARBERO, M, 2003, p.73).

No entanto, sabe-se que o desenvolvimento tecnológico e a democratização da comunicação não asseguram o direito conquistado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independente de fronteiras (DUDH, 1948, p.10).

Dessa forma, se faz necessária discussões em torno da nova fase da fotografia, um momento de desenvolvimento intenso da cultura fotográfica, que “oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes” (GINZBURG, 1987, p.27), espaço para o exercício da liberdade condicionada à cada fotógrafo e, ao mesmo tempo, território de resistência às tentativas de controle a liberdade de expressão.

Fotografia e liberdade de expressão

Em diversas partes do mundo o direito a liberdade de expressão é violado. A cidade de São Paulo – desde suas regiões mais centrais até as mais extremas nas periferias – é um exemplo de território onde ocorrem o uso da violência, ações truculentas, confisco de equipamentos, dentre outras tentativas de intimidação aos fotógrafos.

Mas as ações que visam controlar ou impedir a circulação de informações, opiniões e expressões dos fotógrafos, não se restringem aos atos de violência física ou psicológica. As tentativas de inibi-los ou censurá-los, nem sempre visíveis, se camuflam em pressões que estimulam o medo, os desencorajam, alteram o sentido de seus discursos e produções, bem como, interferem nos processos que vão desde a concepção, produção, circulação até a recepção de suas imagens.

Deste modo, questiona-se na atualidade, quais obstáculos os fotógrafos encontram na construção da liberdade de expressão? Quais são os “dispositivos” (AGAMBEN, 2009) contemporâneos de controle que ameaçam os profissionais, artistas, fotógrafos cidadãos e juventude, que encontram na linguagem fotográfica uma alternativa viável de (auto) representação? Estas são questões importantes, sobretudo em uma época onde a comunicação por meio de fotografias tem se tornado cada vez maior.

Observa-se que os processos de censura também ocorrem de forma indireta, parecendo se esconder por detrás de alternativas de comunicação supostamente livres. Isto é, embora se tenha acesso às novas mídias e meios de comunicação e produção, pessoas e organizações atuam estrategicamente tentando limitar seus usos através de dispositivos e métodos sutis. Ou seja, preservam discretamente a essência censória com objetivo de “intervir, silenciar e proibir a sociedade” (COSTA, 2017). Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, também ajuda a refletir sobre esta problemática:

(...) o velho esquema simples do encarceramento e do fechamento – do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair – começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências (FOUCAULT, 1987, p.144).

Para Cristina Costa, “por mais diferentes que sejam os processos atuais de censura, eles operam de maneira a perseguir autores de obras que, de alguma maneira, se opõem aos interesses e à ideologias dominantes” (COSTA, 2013). Por isso, deve-se analisar a influência do Estado, da sociedade civil e organizações que, de alguma forma, ameaçam a liberdade de expressão. Logo, sugere-se também a capacitação dos fotógrafos, para que estes encontrem alternativas de resistência – muitas delas apoiadas em estratégias de linguagem – para não os fazerem calar.

Assim, o engajamento ou domínio sobre os processos que envolvem a linguagem fotográfica tendem a gerar produtores mais habilidosos, com condições de ampliar as alternativas de expressão frente às tentativas de controle. Isto é, o domínio técnico sobre as possibilidades de equipamentos de produção, a capacidade de compor imagens, a sutileza na forma de abordagem junto ao público fotografado, o domínio das narrativas para elaboração de discursos, a abertura ao uso de métodos experimentais de fotografia, bem como o conhecimento de suportes, mídias e meios de apresentação, são aspectos que podem ser considerados estratégicos para se alcançar objetivos de comunicação e responder às tentativas de censura.

No entanto, deve-se considerar que estes processos fotográficos são complexos e vulneráveis, muitas vezes inerentes às condições de expressão e conflitos dos próprios fotógrafos. Neste sentido, apresenta-se como exemplo os fotógrafos que podem ter uma linguagem carregada de vícios ou um olhar condicionado a induzir a própria expressão. Nestes casos, pode-se dizer que também é limitada a liberdade de expressão daqueles que são escravos do próprio olhar: sujeitos dominados pelas próprias técnicas e métodos criativos.

Ademais, os processos de criação também estão relacionados a questões cognitivas, psicológicas, culturais e repertório que cada fotógrafo carrega. Isto é, as expressões fotográficas e senso crítico sobre as imagens que produzem são carregados de memórias afetivas armazenadas ao longo da vida. Segundo Cristina Costa (2005, p. 27):

(...) as imagens mentais que obtemos de nossa relação com o mundo podem ser armazenadas, constituindo nossa memória, podem ser analisadas pela nossa reflexão e podem se transformar numa bagagem de conhecimento, experiência e afetividade. E mais, desenvolvemos técnicas que nos permitem expressar todo esse movimento interno, mental e subjetivo através de outras imagens, estas criadas por nós (...)

Para Boris Kossoy (2001, p.43), as imagens que os autores produzem para si como expressão pessoal, são “registros visuais que expressam a própria atitude do autor diante da realidade, enquanto seu estado de espírito, ponto de vista, anseios ou ideologia pessoal”. No

entanto, observa-se que as tentativas de controle por parte do Estado, sociedade civil e organizações, tentam desencorajá-los induzindo-os à autocensura.

Assim, entende-se que a liberdade de expressão dos fotógrafos está sujeita ao impacto de seus registros e processos criativos, isto é, ao acolhimento ou rejeição que a sociedade expressa diante dos autores e suas produções. Portanto, embora as fotografias possam cumprir um papel de (auto) representação ou versão pessoal da história, elas sempre estarão sujeitas à diferentes interpretações e sentidos para quem as produz ou vê. Desse modo, a linguagem fotográfica “cria um circuito de interpretação” (SAUSSURE, 1995), capaz de estimular as mais diversas reações em seus leitores – desde as desejáveis até as mais indesejáveis – como por exemplo a censura.

Processo de censura: fotografia dialógica e direitos humanos com o projeto fotográfico Um Olhar

No ano de 2009, jovens do coletivo fotográfico Um Olhar⁴⁹ documentaram e realizaram diversas intervenções urbanas no Extremo Sul de São Paulo. Uma delas aconteceu em uma comunidade, no distrito do Grajaú, utilizando a técnica de lambe lambe de grande formato, uma espécie de cartaz fotográfico impresso em papel e fixado em muro com técnica manual e cola, medindo aproximadamente 3 x 6 metros. Com concepção crítica, a ação e a imagem colada, tinham objetivos de denunciar a violação do direito à moradia, uma vez que sob o argumento de residirem em áreas de risco e mananciais, famílias haviam sido retiradas⁵⁰ do local por meio de um processo truculento protagonizado pelo poder público, além de terem suas casas destruídas.

A intervenção de cunho artístico⁵¹ gerou significados diferentes para os moradores. A imagem fixada no muro foi reconhecida por alguns como arte, mas também gerou estranhamentos e sentido invasivo não agradando outros: provavelmente por seu grande formato e estética, uma vez que a foto trazia a representação de casas que ali existiam, mas naquele momento haviam sido retratadas demolidas em um cenário hostil.

⁴⁹ Em parceria com a organização CEDECA Interlagos, o coletivo Um Olhar mediava oficinas fotográficas e promovia discussões em torno de temas de interesse da defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

⁵⁰ Grande parte das famílias compraram seus imóveis e moravam na região a mais de 30 anos, mas tiveram que sair sem uma compensação justa que os permitisse comprar outra residência com padrão similar. A moradia em áreas de mananciais infelizmente é uma realidade em São Paulo, mas trata-se do reflexo de uma país desigual, com má distribuição de renda e uma cidade com escassez de políticas públicas que combata a especulação imobiliária e equilibre a relação entre o direito à moradia e preservação ambiental.

⁵¹ O documentário Um Olhar mostra o dia em que a intervenção urbana foi realizada. Disponível em <<http://pontosdevista.org/Home/Resultado/24/Documentario-Projeto-Um-Olhar->>>.



Figuras 1 e 2: Ana Manuela, 2009, acervo Um Olhar.

Aproximadamente uma semana depois, parte da imagem havia sido rasgada como tentativa de retirada do local e o coletivo fotográfico Um Olhar convidado – para alguns o tom foi de intimidação – a explicar a intervenção urbana. No entanto, após os coordenadores do projeto explicarem o objetivo da obra que consistia em fixar uma imagem forte, que embora resgatasse uma memória negativa, tinha como intenção principal denunciar o ocorrido em defesa das famílias que ali residiam. Assim, os moradores compreenderam a intenção e concordaram que a imagem deveria permanecer no local.

Em conclusão, a tentativa de retirada da fotografia por parte da sociedade civil pode ser interpretada como um processo de censura ou intimidação à liberdade de expressão, uma vez que entende-se que a essência da arte depende da liberdade e autonomia dos artistas. Mas o fato de que a obra fotográfica continuou no local a partir de uma conversa, também deixou indícios sobre a viabilidade de uma fotografia dialógica – aquela mediada por relações de trocas,

conversações entre fotógrafos e fotografados – cujo potencial favorece o estímulo de leituras críticas e cumprimento de um papel de comunicação para a transformação social, sobretudo ao se tratar de temas de interesse dos direitos humanos, como por exemplo o direito à moradia.

Em síntese, ao relacionar a liberdade de expressão com os direitos humanos – quando a expressão fotográfica busca defender através de denúncias às violações de direitos – os processos fotográficos dialógicos tendem a ser empoderadores, tanto para os fotógrafos como para os fotografados e demais públicos impactados pelas imagens. No entanto, não quer dizer que os autores devam ser submissos ou solicitar autorizações para se expressarem, mas tentar encontrar na fotografia e em seus processos criativos, possibilidades de trocas mútuas, cujos potenciais podem influenciar no desenvolvimento humano de todos que estão envolvidos nos processos que vão da criação até a recepção das imagens.

Fotojornalismo e autocensura no parlamento paulistano

No fotojornalismo, a liberdade de imprensa é violada na medida que os fotógrafos são impedidos de exercer sua profissão com segurança e liberdade de expressão, proibidos ou limitados em sua capacidade profissional de atender a sociedade ao noticiar, informar, denunciar, bem como ao trazer à tona questões camufladas de interesse público.

Sabe-se do uso da violência contra estes profissionais, por parte de militares, guardas, manifestantes e outros indivíduos, principalmente durante coberturas de hard news, manifestações e reportagens em áreas de conflitos. Casos de confisco de equipamentos como: máquinas fotográficas, celulares e cartões de memórias, além de pressões psicológicas e violência física, são alguns exemplos que muitas vezes não são denunciados e noticiados.

Mas as interferências sobre a liberdade de expressão dos repórteres fotográficos também acontecem por meio de outros artifícios, através de processos de censura indireta, protagonizados por indivíduos e organizações que encontram métodos ou alternativas disfarçadas para inviabilizar os discursos destes profissionais. Estimula-se assim a autocensura, contribuindo para a ocultação de informações e fatos importantes de interesse coletivo, ao mesmo tempo que atinge diretamente a integridade do fotógrafo que “aceita a restrição à sua liberdade e se torna, ao mesmo tempo, agente e objeto da repressão (KUCINSKI, 1998, p.68).

As pressões ideológicas e políticas de um governo tendem a influenciar os fotojornalistas e meios de comunicação onde estes atuam. Neste sentido, o portal da Câmara Municipal⁵² de São Paulo, cuja linha editorial e objetivo se resumem na cobertura e transparência do parlamento paulistano, é um exemplo a se refletir.

⁵² Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Disponível em: <www.camara.sp.gov.br>.

Entre 2014 e 2017⁵³, embora não tenha ocorrido caso de censura direta sobre os repórteres fotográficos do portal da CMSP, observou-se influências que estimulavam a autocensura, limitando os processos de expressão, produção e edição das imagens.

Destacam-se os momentos de pautas de maior repercussão na cidade, principalmente aquelas que colocavam em debate a votação de projetos de leis polêmicos expondo o governo a críticas, dentre outras ligadas à denúncias e investigações por corrupção no parlamento, além de ocorrências de conflitos com bate-boca e agressões físicas envolvendo vereadores, assessores parlamentares, jornalistas, guardas civis e manifestantes. Estas eram pautas que os fotógrafos encontravam maior dificuldade para se expressarem, primeiro porque algumas delas não ganhavam destaque ou tinham informações omitidas nas matérias publicadas, outras porque não eram noticiadas como informação oficial e vinham a tona por meio de outros meios de comunicação ou mídias.

Tratam-se de períodos que a autocensura se intensificava, na medida que os repórteres fotográficos já anteviam ou consideravam que estas pautas, se fotografadas, provavelmente não seriam publicadas, pois não caberiam as imagens. Ou se noticiadas, as matérias destacariam fotografias com enquadramentos⁵⁴ que não evidenciariam estes fatos, dando um outro tom de ilustração de acordo com a edição das matérias.

No entanto, os fotógrafos criaram uma galeria⁵⁵ de fotos incorporada ao portal de notícias, embora sem muito destaque de divulgação, foi uma alternativa de expressão – infelizmente não para as imagens autocensuradas que sequer foram registradas – mas para divulgação de fotografias excedentes que não entravam nas matérias, mas tinham potencial para informar a sociedade. Vale ressaltar, que eventualmente estes álbuns ganham destaques sendo incorporados às reportagens do portal. Além disso, parte das fotografias são utilizadas por outros veículos para ilustrar a notícia, ganhando novos sentidos, de acordo com outra linha editorial e matéria publicada.

⁵³ O período em que o autor deste artigo integrou à equipe de fotojornalistas do portal da Câmara Municipal de São Paulo, foi escolhido como exemplo para a discussão, considerando sua experiência profissional como repórter fotográfico (André Bueno/CMSP), mas também como observador da rotina no parlamento paulistano.

⁵⁴ O padrão estético das reportagens fotográficas do parlamento é uma outra questão a se discutir. As imagens geralmente seguem uma tendência de enquadramento, motivadas pela linha editorial. Dificilmente são publicadas fotografias com enquadramentos mais ousados ou que contribuam para discursos mais objetivos. Geralmente as imagens são neutras e influenciadas, por leituras políticas. Logo, limita-se a autonomia de composição dos fotógrafos e empobrece as representações estéticas das matérias.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/sala-de-imprensa/multimedia/galeria-de-imagens/>> ou <https://www.flickr.com/photos/131078419@N07/collections/>>.

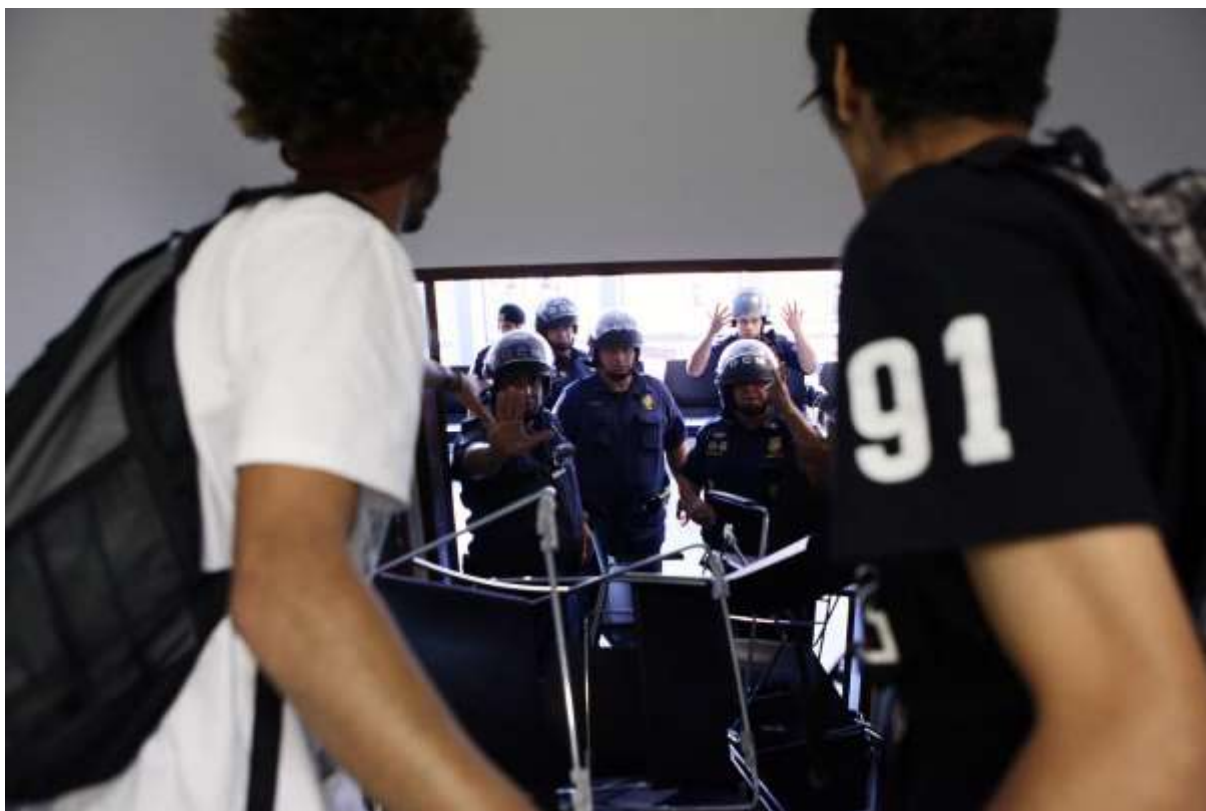


Figure 2 Movimentos de estudantes ocupam o Plenário 1 de Maio da Câmara Municipal de São Paulo, manifestando contra o Plano Municipal de Desestatização (PMD) da Prefeitura. 2017 Foto de André Bueno/CMSP publicada no álbum de fotos. Ver mais em <http://bit.ly/2Gon7hi>

Sabe-se que cada meio de comunicação possui seus métodos de edição e escolha das imagens. Considera-se também que uma única fotografia, às vezes, é suficiente para representar um fato e compor a reportagem. Mas considerando a importância de transparência do parlamento para a sociedade, questiona-se quais seriam os critérios de edição ou escolhas de pautas que justificam a não realização de certas reportagens? Quais são as evidências que estimulam os repórteres fotográficos a autocensura? Qual a importância, para os fotógrafos e sociedade, destas possíveis imagens autocensuradas? Até que ponto existem influências do governo na liberdade de expressão dos repórteres, editores, bem como na linha editorial? E por último, mas não menos importante a se discutir, não estariam estes fotojornalistas, além de outros repórteres e alguns dos editores, divididos entre a decisão de escolher exercer o ofício com liberdade e ética profissional ou atuar em função dos objetivos institucionais, mesmo contra vontade, para conseguir preservar seus empregos?

Estas são perguntas que reforçam a discussão sobre a liberdade de imprensa, considerando que em um ambiente político de comunicação, as informações sobre fatos de interesse da sociedade, aparentam-se vulneráveis aos interesses ideológicos, capazes de desviar focos de discussões relevantes e influenciar na liberdade de expressão dos repórteres. Portanto, estes são alguns dos questionamentos necessários para que se possa entender a transparência a que se propõe o parlamento paulistano, bem como a liberdade de imprensa, para além do que se vê e lê publicado em seu meio de comunicação oficial.

Considerações finais

Os fatores que interferem na liberdade de expressão dos fotógrafos têm sofrido constantes transformações ao longo do tempo. Atualmente, embora a acessibilidade aos meios de produção e recursos técnicos tenham contribuído para o aumento das expressões pessoais através da linguagem fotográfica, nota-se que os processos censórios ou de controle ainda são realidade, sobretudo em uma sociedade midiática, onde a falsa sensação de liberdade é acompanhada de formas indiretas de censura.

A liberdade de expressão dos fotógrafos não se resume ao acesso aos meios de produção e mídias para divulgação das imagens. Além dela estar ligada a subjetividade de cada autor, trata-se de um processo de construção vulnerável e em constante desenvolvimento – podendo ser de ordem criativa, cognitiva, técnica, ideológica, política, narrativa, midiática, ética, estética, cultural e psicológica – que muitas vezes fogem ao controle dos fotógrafos.

Deste modo, entende-se que os métodos que envolvem as práticas fotográficas também são importantes e capazes de influenciar diretamente no desenvolvimento da liberdade de expressão e no resultado das imagens produzidas, não somente por profissionais, mas também pelos novos fotógrafos cidadãos.

Assim, acredita-se na fotografia como uma linguagem complexa e potente, capaz de proporcionar aos cidadãos caminhos alternativos que os ajudarão a externar suas “imagens mentais” (COSTA, 2005, p.27), bem como, a driblar ou dificultar as tentativas de controle ou censura às expressões pessoais.

No entanto, deve-se considerar também, que as fotografias e os fotógrafos podem cumprir funções na sociedade que vão além das expressões pessoais ou autorais. Para isso, é bom que os produtores não se tornem dependentes de uma linguagem fotográfica limitada, ou seja, carregada de vícios de expressão. Neste sentido, a abertura para experimentação de diversos processos criativos, mostra-se um caminho acessível para melhor influenciar na sociedade conseguindo dizer o mesmo de formas diferentes. Isso quer dizer, se apropriando da melhor alternativa fotográfica de acordo com cada função ou objetivo de expressão.

Os dois casos apresentados (projeto Um Olhar e fotojornalismo na CMSP) serviram de exemplos para discussão sobre processos de censura. No entanto, constata-se a necessidade da realização de pesquisas sobre outros gêneros fotográficos, bem como a análise de mais casos envolvendo autocensura e censura indireta, além do aprofundamento nas questões de linguagem.

Buscou-se refletir o papel da fotografia na construção da liberdade de expressão, diante de um momento de democratização dos meios de produção. Uma fase de transição do fotógrafo profissional para o fotógrafo cidadão – o que não significa extinção do sujeito profissional – mas o aumento do protagonismo da sociedade nos processos de construção de discursos e narrativas fotográficas.

Enfim, destaca-se na atualidade a relevância e o papel dos novos fotógrafos, mas também preocupa as tentativas de controle à liberdade de expressão, que passam à interferir não mais apenas sobre os profissionais. Deste modo, é importante estimular discussões, para que se desenvolva o pensamento crítico fotográfico, diante de uma cultura fotográfica tecnológica que demanda renovação não apenas em seus aspectos instrumentais, mas também sobre os sujeitos e suas práticas que envolvem o fazer e pensar fotográfico.

De acordo com Munhoz (2015), “talvez este novo momento tecnológico nos sugira novas formas de enxergar e de nos conectarmos à verdade. Talvez este novo momento tecnológico traga em si tanto o embrião da arte quanto o da informação precisa”. Talvez nesta nova cultura fotográfica, dilua-se a dicotomia entre verdades e ficções, em um ambiente onde a fotografia tende a se tornar mais híbrida a outros meios de comunicação. No entanto, os fotógrafos, profissionais ou não, não devem ser passivos às estratégias de controle que tendem a se camuflar diante das transformações tecnológicas.

Referências

- AGAMBEN, GIORGIO. “O QUE É O CONTEMPORÂNEO? E OUTROS ENSAIOS. TRADUÇÃO VINÍCIUS NICASTRO HONENSKO. CHAPECÓ, SC: ARGOS, 2009.
- CMSP. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. DISPONÍVEL EM: WWW.CAMARA.SP.GOV.BR. ACESSO EM: 09 FEV.2018
- COSTA, MARIA CRISTINA CASTILHO. EDUCAÇÃO, IMAGEM E MÍDIAS. SÃO PAULO: CORTEZ, 2005.
- COSTA, MARIA CRISTINA CASTILHO. FORMAS ATUAIS DE CENSURA E DE EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO. CURSO CENSURA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO, REALIZAÇÃO OBCOM/USP E CIMJ/NOVA, SÃO PAULO, 26 NOV. 2013.
- COSTA, MARIA CRISTINA CASTILHO. MEMÓRIA E ESQUECIMENTO. SEMINÁRIO PÓS-TUDO E A CRISE DA DEMOCRACIA. REALIZAÇÃO OBCOM/USP, INST. PALAVRA ABERTA E CPFSESC, SP, 26 OUT. 2017.
- CHAPARRO, MANUEL CARLOS DA CONCEIÇÃO. REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. CURSO CENSURA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO, REALIZAÇÃO OBCOM/USP E CIMJ/NOVA, SÃO PAULO, 15 OUT. 2013.
- DUDH. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS 1948. DISPONÍVEL EM: [<HTTPS://NACOESUNIDAS.ORG/DIREITOSHUMANOS/DECLARACAO/>](https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/) . ACESSO EM: 18 FEV. 2018

FONTCUBERTA, JOAN. EL BESO DE JUDAS: FOTOGRAFIA Y VERDAD. BARCELONA: EDITORIAL GUSTAVO GILI, 1997.

FOUCAULT, MICHEL. VIGIAR E PUNIR: NASCIMENTO DA PRISÃO. TRADUÇÃO LIGIA M. PONDE VASSALLO. PETRÓPOLIS, RIO DE JANEIRO: VOZES, 1987.

GINZBURG, CARLO. O QUEIJO E OS VERMES: O COTIDIANO E AS IDEIAS DE UM MOLEIRO PERSEGUIDO PELA INQUISIÇÃO. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1987.

KOSSOY, BORIS. FOTOGRAFIA E HISTÓRIA. 2. ED. SÃO PAULO: ATELÊ EDITORIAL, 2001.

KOSSOY, BORIS. REALIDADES E FICÇÕES NA TRAMA FOTOGRÁFICA. 3. ED. SÃO PAULO: ATELÊ EDITORIAL, 2002.

KUCINSKI, BERNARDO. A SÍNDROME DA ANTENA PARABÓLICA: ÉTICA NO JORNALISMO BRASILEIRO. SÃO PAULO: EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1998.

MACHADO, ARLINDO. MÁQUINA E IMAGINÁRIO: O DESAFIO DAS POÉTICAS TECNOLÓGICAS. 3 ED. SÃO PAULO: EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2001.

MARTÍN-BARBERO, JESÚS. GLOBALIZAÇÃO COMUNICACIONAL E TRANSFORMAÇÃO CULTURAL. IN: DÊNIS DE MORAES (ORG.). POR UMA OUTRA COMUNICAÇÃO. RIO: RECORD, 2003.

MUNHOZ, PAULO. O ESTATUTO DA FOTOGRAFIA: DA VERDADE À VEROSSIMILHANÇA. DISPONÍVEL EM < [HTTP://BIT.LY/2HQJFO1](http://bit.ly/2HQJFO1)>. ACESSO EM: 08 FEV. 2018.

ROUILLÉ, ANDRÉ. A FOTOGRAFIA: ENTRE DOCUMENTO E ARTE CONTEMPORÂNEA. SÃO PAULO. ED. SENAC, 2009.

SAUSSURE, FERDINAND. CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL. TRAD. DE ANTÔNIO CHELINI, JOSÉ PAULO PAES E IZIDORO BLIKSTEIN. SÃO PAULO: 1995.

SOUSA, JORGE PEDRO. UMA HISTÓRIA CRÍTICA DO FOTOJORNALISMO OCIDENTAL. CHAPECÓ: ARGOS; FLORIANÓPOLIS: LETRAS CONTEMPORÂNEAS, 2004.

UM OLHAR. PROJETO FOTOGRÁFICO UM OLHAR. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://BIT.LY/2OG4Z1N](http://bit.ly/2OG4Z1N) > ACESSO EM: 09 FEV. 2018

As influências da pós-verdade no jornalismo

Deborah Ramos da Silva⁵⁶

1. Introdução

A mídia contemporânea assume constantemente aspectos complicados e dinâmicos em decorrência da variedade de notícias e das novas tecnologias de comunicação e informação. Beltrão retoma um conceito de Edison Carneiro (1965) para discutir as espontâneas transformações da cultura: “sob a pressão da vida social, o povo atualiza, reinterpreta e readapta constantemente os seus modos de sentir, pensar e agir em relação aos fatos da sociedade e aos dados culturais do tempo” (BELTRÃO, 2004, p. 91).

Um dos grandes, talvez o maior de todos os dilemas enfrentados pela sociedade atual, é a necessidade de conviver com a complexidade do mundo contemporâneo. O jornalismo sempre passou por diversas transformações ao longo da história, provocadas pelo surgimento das mais variadas tecnologias e pelas próprias mudanças ocorridas na sociedade na qual está inserido. Desde a prensa de *Gutenberg* a chegada dos computadores, *internet* e das redes sociais nas redações, o fazer jornalístico vivenciou e se adaptou as mais diversas mudanças.

Hoje, inserido nesse sistema midiático, o jornalismo é caracterizado pela velocidade de sua produção e tem enfrentado desafios no que se refere a uma ética própria pouco definida e em relação ao seu *ethos*. Isso afeta a delimitação de um código deontológico, afinal a notícia, é

⁵⁶ Jornalista pela Faculdade Paulus de Comunicação. Especialista em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Universidade de São Paulo, discente do mestrado em Comunicação da Universidade Júlio de Mesquita Filho e pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, o projeto de pesquisa “Mídia, Política e Ideologia na Sociedade do Espetáculo.

o produto jornalístico constituído de maior valor simbólico⁵⁷, que se caracteriza do interesse público e universal, mas se origina de contextos diferenciados.

Na busca crescente pela melhor forma de selecionar notícias, o jornalismo evoluiu e adquiriu conceitos hoje indispensáveis para um bom texto noticioso e uma boa política editorial.

A imparcialidade tornou-se imperativa e foi difundida por todos os veículos de comunicação. Ao lado dela, os conceitos de ética, objetividade e o compromisso com a defesa dos interesses e dos direitos da população passaram a ser referência para o jornalismo. Mesmo com sua evolução, a mídia não perdeu sua postura de cobrança aos governantes, e ampliou suas funções, por meio da divulgação de conhecimento e cultura popular.

Na contramão da evolução do jornalismo de qualidade, desenvolveu-se o sistema de trabalho baseado na velocidade da informação e na concorrência entre os veículos pela divulgação de um fato. O jornalismo teve que se adequar ao mundo capitalista, no qual tempo e dinheiro andam lado a lado. “Transformou-se num negócio com um número crescente de proprietários que começaram a publicar jornais com o intuito de ter lucros e o objetivo central seria a expansão da circulação” (TRAQUINA, 2005a).

Diante dessa situação, os profissionais tiveram que se reinventar e encontrar maneiras de tornar o jornalismo ágil, sem deixar de lado os conceitos de um bom texto noticioso. O aumento da tecnologia aproximou as pessoas e na mesma velocidade mudou comportamentos. Vive-se o tempo da pós-verdade⁵⁸ (*post-truth*), onde uma grande parcela das pessoas prefere boatos a uma apuração da informação adequada, principalmente jornalistas que vivem correndo contra o tempo nas redações e meios *on-line*, provocando assim as chamadas barrigas ou notícias falsas com grande alarde.

2. Goebbels e sua herança

Na era da internet, nada se propaga mais rápido que um clichê da moda. Hoje, nenhum discurso é completo sem uma referência aos nossos tempos de “pós-verdade”. Como se até ontem a água pura da verdade fluísse incessantemente dos lábios de políticos e noticiários de TV, sem mencionar Joseph Goebbels, Joseph Stalin e as grandes mentiras totalitárias dissecadas por Alexander Soljenitsyn e George Orwell. O novo perigo é melhor descrito por um adjetivo mais modesto, o “pós-fato”.

⁵⁷ A notícia como detentora do maior valor simbólico no campo do Jornalismo, porque ao existir tem de fazer crer. Assim, como esclarece BERGER (2003, p.21), “o capital do campo do Jornalismo é, justamente, a credibilidade. É ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais”.

⁵⁸ Oxford Dictionaries Word of the Year 2016 is post-truth. - Pós-Verdade: Adj: que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais. <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>.

Durante a guerra, a propaganda alemã destacava a humanidade com que eram tratados os povos conquistados enquanto tentavam criar a ideia do inimigo desumano, “os ingleses eram descritos como monstros, covardes e assassinos e os norte-americanos como bandidos de filme de *bang-bang*” (MONTEIRO, 2009). No final da guerra, e com o comando alemão praticamente sem esperanças, as peças de comunicação começaram a ter como tema armas milagrosas que poderiam destruir o inimigo de uma só vez, como os foguetes V1 e V2, por exemplo. Tentavam com este movimento levantar a moral de suas tropas ao mesmo tempo em que colocavam o medo nos inimigos.

São atribuídas ao então ministro da Propaganda, Paul Joseph Goebbels, frases como: “Para convencer o povo a entrar na guerra, basta fazê-lo acreditar que está sendo atacado”. “Se uma mentira se repete suficientemente, acaba por converter-se em verdade”. “Toda Propaganda deve ser popular, adaptando seu nível ao menos inteligente dos indivíduos”. “Quanto maior seja a massa a se convencer, menor há de ser esforço mental a realizar. “A capacidade receptiva das massas é limitada e sua compreensão escassa”. “A massa tem grande capacidade para esquecer.” (MONTEIRO, 2009). Goebbels descrito como um orador brilhante, comediante assumido, cínico, homem de política, cruel, vingativo e sem escrúpulos.

A essência da ameaça do pós-fato à democracia é que afirmações inteiramente falsas encerradas em histórias emocionalmente atraentes e constantemente amplificadas *on-line* parecem ter adquirido o poder de convencer uma parte significativa do eleitorado. Um discurso apaixonado prevalece sobre a dura realidade, o sentimento domina a razão.

Diante desse cenário, entendemos como no período entre guerras, anos 1930, concomitantemente a um momento de instauração de regimes ditatoriais e violentos na Europa, a propaganda de Estado e a influência do rádio neste período passaram a criar espaços para que fossem feitas considerações contundentes sobre o poder da informação, como a Teoria Hipodérmica.

Nela, a injeção hipodérmica penetra logo abaixo da pele em que é aplicada, deixando o conteúdo da seringa entrar em contato direto com a corrente sanguínea. A adoção do termo “Teoria Hipodérmica” para descrever uma teoria que se refere à transmissão de informação sugere eficientemente a presença de um receptor indefeso, que não apresenta resistência, e vai absorver determinado conteúdo, mesmo que inverídico enviado por um emissor onipotente.

Além da repressão, para que se instaure a sociedade que Goebbels queria, é necessário que transmissão de informação ocorra da maneira como foi desenhada na teoria hipodérmica: unidirecionalmente, com poder de alastramento e rendição total de um público inerme. Orwell ilustra:

A invenção da imprensa, contudo, tornou mais fácil manipular a opinião pública, processo que o filme e o rádio levaram além. Com o desenvolvimento da televisão

e o progresso técnico que tornou possível receber e transmitir simultaneamente pelo mesmo instrumento, a vida particular acabou. Cada cidadão (...) passou a poder ser mantido vinte e quatro horas por dia sob os olhos da polícia e ao alcance da propaganda oficial, fechados todos os outros canais de comunicação. Existia pela primeira vez a possibilidade de fazer impor não apenas completa obediência à vontade do Estado como também completa uniformidade de opinião em todos os súditos (ORWELL, 1949, p.192).

A partir dessa conjuntura, a mensagem é absorvida pelo receptor (sociedade de massa) da maneira como o emissor (Estado) planejou e, então, a massa reage conforme movimentos previstos. Sem esta premissa, de certa forma simplista, quanto ao comportamento de quem recebe a mensagem, não seria possível o controle tal qual é descrito na obra. Neste espectro, em conjunção com uma mescla entre maniqueísmo e reducionismo, viu-se na mídia um instrumento de manipulação.

3. Fakes news pelo brasil

A pós-verdade é considerado um processo inédito provocado essencialmente pela avalanche de informações gerada pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Com tanta informação ao nosso redor é inevitável que surjam dezenas e até centenas de versões sobre um mesmo fato. A consequência também inevitável foi a relativização dos conceitos e sentenças.

Em 26 de abril de 2017, o jornal O Globo relatou a história de mais uma vítima das falsas notícias que circulam na *internet*. O jovem Leandro Santos de Paula, de 22 anos, foi avisado por amigos que sua imagem estava sendo veiculada nas redes sociais, ao lado da informação que ele teria assumido o cargo de agente penitenciário em Bangu 8, lugar o qual o ex-governador Sérgio Cabral está preso.

Como Leandro e Cabral já haviam se conhecido, oito anos antes, o sangue da *internet* enlouqueceu. Em 2009, o ex-governador chamara o então adolescente de “otário”, ao ser questionado sobre obras do governo e a ação policial em sua rua. O próprio Leandro gravou a grosseria. As semelhanças entre os dois episódios: o vídeo de 2009 e a notícia de 2017 viralizaram.

Diversos sites publicaram e replicaram sem apuração, a suposta reviravolta na relação entre Leandro e Cabral, os internautas reproduziram a informação sem antes assimilar seu conteúdo. A divulgação dessa notícia parecia uma vingança dos usuários contra o ex-governador, mas que também dava início ao tormento de mais uma vítima dos boatos de *internet*, ou as *fake*

*news*⁵⁹, como são conhecidas no mundo as notícias falsas cuja repercussão tem o potencial de influenciar eleições ou destruir reputações.

Leandro mora em Manguinhos que possui um dos entornos mais violentos do Rio de Janeiro, pela ação de traficantes. Em 2016, a área, que nas estatísticas da polícia engloba ainda Benfica, Bonsucesso, Higienópolis, Maré e Ramos, teve 74 homicídios dolosos registrados. A notícia de que o jovem iria trabalhar em Bangu 8 começou a se espalhar no fim de janeiro, mas apenas no início de março, sites de jornais e revistas publicaram desmentidos. Durante esse período de replicações, nenhum veículo procurou Leandro para perguntar se era ou não verdade.

Maio de 2014, foi marcado pela tragédia no Guarujá provocada por um outro boato que teve início na *internet*. A dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, foi espancada por dezenas de pessoas, vizinhos de bairro que a confundiram com um retrato falado publicado numa comunidade de Facebook, denominada “Guarujá Alerta”. O post dizia que a mulher da imagem sequestrava crianças para executar rituais de magia negra.

Após a morte de Fabiane, descobriu-se que o retrato falado fora feito no Rio de Janeiro, e que nem mesmo houve qualquer denúncia de sequestro de crianças na delegacia do Guarujá. Nos dias seguintes ao assassinato, a “Guarujá Alerta” foi fechada. Seu administrador nunca foi processado, mas cinco dos agressores identificados em vídeos foram condenados de 26 a 40 anos de prisão, porém recorrem da decisão.

Tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº7.544/2014 do deputado Ricardo Izar (PP-SP), e que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, recebeu modificações, mas nunca chegou perto de ir à votação em plenário. O PL foi motivado depois do linchamento de Fabiane, no entanto, o texto aprovado no último dia 28 de março de 2017 foi o substitutivo do relator, deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA).

A intenção da proposta original era criar um novo tipo penal para quem incita violência por meio de/ rede social ou de qualquer veículo de comunicação virtual, mas o relator entendeu que o crime de incitação ao crime já existe e é passível de pena de detenção, de três a seis meses, ou multa. Júnior optou por aumentar em 1/3 a punição quando a incitação ocorrer pela internet ou por meio de comunicação de massa.

Hoje, há oito artigos do Código Penal Brasileiro que tratam de crimes contra a honra. Há, ainda, o artigo 41 da Lei de Contravenções Penais, que fala de “provocar alarma, anunciando desastre ou perigo inexistente, ou praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto”. Fora do campo criminal, é possível que a pessoa que se sinta atingida pela notícia falsa busque reparação financeira em ações cíveis, com valores que podem ultrapassar R\$ 50 mil.

⁵⁹ O termo diz respeito a sites e blogs que publicam intencionalmente notícias falsas, imprecisas ou simplesmente manipuladas, com a intenção de ajudar ou combater algum alvo, normalmente político. Eles também copiam notícias verdadeiras de outros veículos, mas mudam as manchetes, alterando o sentido ou colocando algo sensacionalista para atrair leitores. Descrição de Luciano Pires do portal Café Brasil.

No fundo esse processo tenta chegar à verdade num mundo atordoado, primeiro despojando a informação de qualquer resíduo de dados errados, desinformação ou informação autopromocional, deixando que a comunidade reaja e assim surja o processo seletivo das notícias. A busca da verdade se torna uma conversação (KOVACH e ROSENTIEL, 2004, p. 72).

Enquanto ofício, o jornalismo lida com o interesse público na “busca desinteressada da verdade”. Kovach e Rosentiel (2004, p. 68-69) argumentam que a verdade jornalística, mais do que precisão, é “um processo seletivo que se desenvolve entre a matéria inicial e a interação entre público leitor e os jornalistas, ao longo do tempo”. Esse é o princípio que diferencia a profissão de outras formas de comunicação. Já para Ralph Keyes (2004) “se antes havia verdade e mentira, agora temos verdade, meias verdades, mentira e afirmações que podem ser verdadeiras”.

Basicamente, o ciclo segue da seguinte maneira, o brasileiro lê cada vez menos e repassa notícias com uma velocidade meteórica. É um caso típico de aplicação da teoria da “cognição preguiçosa”, criada pelo psicólogo e prêmio Nobel, Daniel *Kahneman*, para quem as pessoas tendem a ignorar fatos, dados e eventos que obriguem o cérebro a um esforço adicional. São convicções construídas na repetição exaustiva/massiva de percepções individuais/corporativas pela mídia, em propagandas repetidas em que assim se crê, ou se substitui-se fatos por indícios; percepções por convicções, em distorções por dissonância/viés cognitivo, lógica confusa (*fuzzi logic*) troca-se dicotomias tradicionais: certo/errado, crível/incrível, bom/mau, justo/injusto, fatos/versões, verdades/mentiras, entrando em avaliações incertas, terminologias vazias/vagas, juízos com base em sensações/intuições/interesses/benefícios próprios do que em evidências/fenômenos/fatos reais, onde o presumível/provável/ plausível ganha mais peso que comprovações. Em resumo, é a preguiça de pensar. As pessoas tendem a ignorar fatos que demandem esforço mental. O nazista Joseph Goebbels repetia tanto a mentira, que virava pós-verdade.

3.1 Fakes news pelo mundo

Vale relembrar que, o termo *fake news* foi fortemente empregado para influenciar a opinião pública durante as eleições americanas, utilizando as tradicionais plataformas de informação, como pedras angulares da *internet* moderna, como: *Google* e *Facebook* e os inundando com histórias falsas. Infelizmente, notícias falsas atraem e aumentam a audiência. Naturalmente, quem planta notícias falsas tem alguma intenção. Em geral, desconstruir uma tese ou alguém, uma vez que disseminação de uma informação falsa é bem diferente da publicação de notícia. Cabe reforçar que no termo notícia está implícita uma qualidade essencial que é a versão de um fato, o mais próximo possível da verdade. O relato de um acontecimento,

para ser notícia, portanto, precisa ser veraz. Na visão do professor Manuel Carlos Chaparro o texto jornalístico “é o relato verdadeiro e compreensível da atualidade, cuja finalidade primordial seria ‘asseverar’, do latim *asseverare*, que significa afirmar com certeza, com segurança. A proliferação de notícias falsas na rede não é um problema exclusivo do Brasil. No Japão se espalhou o boato de que restos de radiação do desastre na usina nuclear de Fukushima, ocorrido em 2011, haviam chegado agora à costa norte-americana. Já na Alemanha um jornal tradicional replicou, em fevereiro de 2017, um boato mentiroso de que um grupo de muçulmanos vinha estuprando mulheres na cidade de Frankfurt. Durante as eleições dos Estados Unidos, *Donald Trump* utilizou a desinformação para encurralar adversários e seduzir eleitores. Nas semanas anteriores às eleições norte-americanas do dia 8 de novembro de 2016, a assessoria de comunicação do milionário inundou a *internet* com 8,9 milhões de micro mensagens na rede Twitter, mais da metade das quais produzidas por robôs eletrônicos e 55% delas disseminavam notícias falsas favoráveis ao então candidato republicano.

Mesmo depois de vencer as eleições, quando todos esperavam que Trump fosse moderar a sua retórica conservadora, ele continuou a fazer afirmações altamente contestáveis sobre meio ambiente, diplomacia mundial, comércio internacional e liberdade de expressão na imprensa e na Internet.

A divulgação de notícias falsas também não é uma invenção ou um subproduto da Internet. Elas existem há séculos e sempre foram utilizadas para acabar com inimigos políticos ou desafetos, comprometendo reputações. O boato é “a mídia mais antiga do mundo”, segundo o francês Jean Noel Kapferer (1993), que existe e sempre foi usado como estratégia para propósitos nem tão nobres assim, desde a origem dos folhetins e jornais. Visava destruir reputações e carreiras de desafetos políticos e até relacionamentos conjugais:

(...) é o mais antigo dos meios de comunicação de massa. Antes mesmo de existir a escrita, o ouvi-dizer (*bouche-à-oreille*) era o único veículo de comunicação nas sociedades. O boato veiculava as informações, fazia e desfazia as reputações, precipitava os motins ou as guerras. O aparecimento da imprensa, em seguida o do rádio e, enfim, a explosão do audiovisual não conseguiram, entretanto, fazê-lo desaparecer. Apesar das mídias, o público continua a buscar informações através do ouvi-dizer. A emergência das mídias, longe de suprimir o boato, contribuiu para torná-lo mais especializado: a partir desse momento cada mídia tem seu próprio território de comunicação” (KAPFERER, 1993, p. 4).

A explicação de Kapferer indica algumas especificidades sobre o boato: é uma informação, que “traz elementos novos sobre uma pessoa ou um acontecimento ligado à atualidade” (1993, p.5). Assim, o boato também “se distingue da lenda que, em geral, se refere a um fato passado”.

4. A indústria do boato

Com essa rápida divulgação é inevitável surjam infintas versões sobre fatos, o que seria importante/relevante se eliminasse absurdos das dicotomias, porém as verificações cada vez mais complexa geraram essa face obscura, ‘policotomicas’ / ‘multicotomicas’ o lado B, o *dark side* de realidades; dessa maneira, especialistas em informações enviesadas (*spin doctors* - produtores de factoides) aproveitam-se de inseguranças provocadas na quebra de dicotomias a criar novas verdades, apoiadas em indícios já que fatos tornaram-se complexos à verificação.

Essas dificuldades crescentes a concretizar verdades, por conta do turbilhão informativo tem dado outro rumo a maior rede social do mundo, com 114 milhões de usuários apenas no Brasil, o Facebook tem consciência do malefício do compartilhamento dessas *fake news*.

Sites que publicam e republicam boatos se passando por informação sem checagem, passam a ter elevados ganhos financeiros com publicidade. Em média, se um texto com a notícia de que Leandro Santos de Paula trabalha como carcereiro de Sérgio Cabral for visualizado por 10 mil pessoas, numa página com dois anúncios de mídia programática do Google, o proprietário do site recebe R\$ 40. Se o mesmo texto for visualizado 200 mil vezes, com quatro anúncios, ele ganha R\$ 1.600.

Os valores tendem a crescer conforme o volume de textos publicados, e um site especializado em *fake news* disponibiliza dezenas por dia. Os mais populares podem ter rendimentos que superam R\$ 100 mil por mês.

5. Ameaça à credibilidade

A credibilidade jornalística apresenta-se como um dos elementos essenciais para sustentação do jornalismo, conferindo legitimidade às práticas, aos materiais, aos profissionais e às empresas jornalísticas perante o público e a sociedade e, com isso, possibilitando o exercício do poder simbólico. É um conceito construído no processo de institucionalização do jornalismo, fazendo parte da matriz ideológica que o configura discursiva e historicamente, marcando na ordem do discurso jornalístico as vontades "de saber" e "de poder".

A abordagem conceitual para discutir a credibilidade jornalística tem a noção de que a notícia é o fluxo do ato de informar, ancorada numa zona de tensão entre uma reflexão ética interrogativa e crítica e a deontologia profissional. Cornu (1999, p.37-39) esclarece que a deontologia parte de sua raiz grega, ou seja, é definida como uma teoria dos deveres e utiliza um enfoque pragmático, ao “remeter para as regras profissionais que constituem as condições vulgarmente admitidas de uma informação correta”, ou seja, como se fosse uma “moral

cotidiana”. A ética, por sua vez, “intervém como força de questionamento do conjunto do processo da informação”.

O Jornalismo se transforma dinamicamente e atualmente exige o chamado profissional multimídia, o jornalista que apura a notícia, produz e dissemina com linguagem apropriada o conteúdo em variados tipos de veículos. Trabalha, portanto, com ‘verdades’, simultaneidade e informação.

Essa ameaça é discutida como uma possível “crise de credibilidade” que ronda todas as mídias, mas principalmente a imprensa tradicional. Alguns têm interpretado a crise como resultado de uma “insegurança informacional” (RAMONET *apud* GIANUCA, 2005) generalizada, que tem sido causada pela falta de controle interno nas redações e critérios mais específicos para produção de informações, o que foi constatado quando vieram à tona fraudes e posturas antiéticas por parte de jornalistas que atuavam em publicações de referência mundial.

A “crise de credibilidade” seria então o resultado da queda nos índices de confiança que o público apresenta em relação à mídia, ou seja, as pessoas não estariam mais acreditando nas descrições dos fatos apresentados pela imprensa como verdadeiros.

Baseado em T. Shibutani (1966), Kapferer (1993, p.10) recupera do sociólogo norte-americano a ideia de que o boato seria a “notícia improvisada”, ambígua e resultante de um processo coletivo, entre conversas, hipóteses e curiosidades que derivam de um determinado fato, personalidade pública ou situação social. O caráter ‘ambíguo’ do boato não é meramente casual, mas está diretamente associado a um critério de importância coletiva e, pois, remete a um suposto (explícito ou implícito) interesse a respeito do que se fala.

Considere-se, então, que algumas das características do boato tendem a aproximá-lo do jornalismo: é uma informação, que circula, envolve interesse coletivo e tem a marca da atualidade. Observe que se tem, nessa apresentação conceitual do boato, três das principais características do jornalismo contemporâneo: uma informação, que circula, tem interesse coletivo e, guardadas as proporções, a dimensão de ambiguidade pode ser parcialmente aproximada do que se entende por pluralidade na abordagem periodista.

A generalização de notícias falsas acaba minando essa credibilidade da mídia e das redes sociais. No início de 2017, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (SECOM) divulgou pesquisa do Ibope Inteligência, mostrando que no Brasil 60% dizem confiar sempre ou muitas vezes nos jornais. Os índices haviam sido de 58% em 2015 e 53% em 2014.

No Brasil, a mídia tradicional ainda tem um bom índice de confiança, ao contrário das redes sociais. Levantamento realizado em março e abril de 2016, com 15 mil entrevistados, registrou níveis de confiança de 57% para rádio, 54% para TV, 40% para revistas e apenas 14% para redes sociais.

Por outro lado, pesquisa da empresa global de relações públicas *Edelman* - divulgada anualmente - mostrou queda generalizada de confiança na mídia, governos e empresários. A queda foi de cinco pontos na “mídia tradicional”, para 57%, e de três na “mídia social”, para 41%.

Mas a preocupação generalizada com notícias falsas e a desinformação, por parte do público, vai fortalecer o jornalismo profissional em 2017, segundo editores e executivos de veículos de mídia, em levantamento do Instituto Reuters (Oxford) com 143 deles, de 24 países, em dezembro.

Conclusão

A pós-verdade apresenta-se como o maior desafio para o jornalismo contemporâneo porque ela afeta a relação de credibilidade entre o veículo, os profissionais e o público. A atividade jornalística está baseada na confiança das pessoas de que, o que é publicado, é verdadeiro. Quando uma nova conjuntura informativa interfere nesta confiabilidade, temos serias razões para nos preocupar, e muito, sobre o futuro da profissão. No entanto, práticas como essas serão muito comuns na era da *Internet* e em um momento que a competição se torna cada vez mais acirrada entre empresas de comunicação, mas não podemos demonizar a ferramenta.

Talvez quando o *Facebook* ou o *Google* criarem filtros contra o que está sendo gerado em seu *feeds* de notícias, ajude a reduzir a cobertura e a disseminação de notícias falsas. Mas, a grande questão dessa era da pós-verdade é que se há pessoas que se dispõem a criarem e compartilharem notícias por conta própria, inventadas ou não, sem a checagem correta, essas fontes têm o espaço e a oportunidade de causar um estrago na reputação de qualquer pessoa ou empresa.

Referências:

- BELTRÃO, LUIZ. *FOLKCOMUNICAÇÃO: TEORIA E METODOLOGIA*. SÃO BERNARDO DO CAMPO: UESP/CÁTEDRA UNESCO, 2004.
- BERGER, CHRISTA. *CAMPOS EM CONFRONTO: A TERRA E O TEXTO*. PORTO ALEGRE: UFRGS, 2003.
- CASTILHO, CARLOS. *APERTEM OS CINTOS: ESTAMOS ENTRANDO NA ERA DA PÓS-VERDADE*. OBSERVATÓRIO DE IMPRENSA [REVISTA ELETRÔNICA], IMPRENSA EM QUESTÃO, NOVOS DESAFIOS DO JORNALISMO, N.921, 28 DE SETEMBRO DE 2016. DISPONÍVEL EM:< [HTTP://OBSERVATORIODAIMPRENSA.COM.BR/IMPRESA-EM-QUESTAO/APERTEM-OS-CINTOS-ESTAMOS-ENTRANDO-NNA-ERA-DA-POS-VERDADE](http://OBSERVATORIODAIMPRENSA.COM.BR/IMPRESA-EM-QUESTAO/APERTEM-OS-CINTOS-ESTAMOS-ENTRANDO-NNA-ERA-DA-POS-VERDADE)>. ACESSO 07 DE ABR 2017.
- CARNEIRO, EDISON. *DINÂMICA DO FOLCLORE*. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1965.

CORNU, DANIEL. JORNALISMO E VERDADE: PARA UMA ÉTICA DA INFORMAÇÃO. LISBOA, INSTITUTO PIAGET: 1994

CHAPARRO, MANUEL CARLOS. A PRAGMÁTICA DO JORNALISMO. SÃO PAULO: SUMMUS, 1993.

FORNI, JOSÉ. “FAKE NEWS”: AMEAÇA À CREDIBILIDADE DA MÍDIA E À DEMOCRACIA. BRASÍLIA, 2017.

DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.COMUNICAOECRISE.COM/SITE/INDEX.PHP/ARTIGOS/983-FAKE-NEWS-AMEACA-A-CREDIBILIDADE-DA-MIDIA-E-A-DEMOCRACIA](http://www.comunicacaoecrise.com/site/index.php/artigos/983-fake-news-ameaca-a-credibilidade-da-midia-e-a-democracia)>. ACESSO 06 DE ABR 2017.

GIANUCA, RENATO. MÍDIA E A CRISE DE CREDIBILIDADE. OBSERVATÓRIO DE IMPRENSA [REVISTA ELETRÔNICA], INTERESSE PÚBLICO, FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, N. 314, 01 DE FEVEREIRO DE 2005. DISPONÍVEL EM:<[HTTP://WWW.OBSERVATORIODAIMPRENSA.COM.BR/NEWS/VIEW/MIDIA-E-ACRISE-DE-CREDIBILIDADE](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/midia-e-acrise-de-credibilidade)>. ACESSO EM: 07 DE ABR DE 2017.

KAPFERER, JEAN-NOEL. BOATOS: O MAIS ANTIGO MÍDIA DO MUNDO. TRADUÇÃO DE IVONE S. R. MAYA. RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITÁRIA, 1993.

KOVACH, BILL; ROSENTIEL, TOM. OS ELEMENTOS DO JORNALISMO: O QUE OS JORNALISTAS DEVEM SABER E O PÚBLICO EXIGIR. 2ª EDIÇÃO, SÃO PAULO: GERAÇÃO EDITORIAL, 2004

QUEVEDO, JOSEMARI. CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA – UMA COMPREENSÃO TEÓRICA. INTER COM—CURITIBA, 4 A 7 DE SETEMBRO DE 2009. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.INTERCOM.ORG.BR/PAPERS/NACIONAIS/2009/RESUMOS/R4-2201-1.PDF](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2201-1.pdf) . ACESSO 06 DE ABR 2017.

MIRANDA, ANDRÉ. NOTÍCIAS FALSAS PÕEM VIDAS EM RISCO. RIO DE JANEIRO: O GLOBO. DISPONÍVEL EM:
<[HTTP://OGLOBO.GLOBO.COM/BRASIL/NOTICIAS-FALSAS-POEM-VIDAS-EM-RISCO-21113323](http://oglobo.globo.com/brasil/noticias-falsas-poem-vidas-em-risco-21113323)>. ACESSO 06 DE ABR 2017.

MONTEIRO, DENNYS. A HISTÓRIA DA PROPAGANDA. DISPONÍVEL EM:
<[HTTP://WWW.RG9.ORG/HISTORIA.PHP](http://www.rg9.org/historia.php)>. ACESSO EM 06 ABR. 2017.

ORWELL, GEORGE. 1984. SÃO PAULO: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1984.

TRAQUINA, NELSON. TEORIAS DO JORNALISMO: PORQUE AS NOTÍCIAS SÃO COMO SÃO. 2 ED. FLORIANÓPOLIS: INSULAR, 2005A.

Os limites do humor nas manchetes de morte: Uma análise das capas do jornal Meia Hora de Notícias

Ana Carolina Assumpção

Introdução

O objeto do estudo é o jornal Meia Hora, especificamente suas capas com linguagem coloquial e irreverente, e que costuma se utilizar do humor e/ou da ironia em suas manchetes. O mesmo tom é usado para falar de esportes, “Fogão dá uma dentro, mas não sai da zona” (sobre o clube de futebol Botafogo no Campeonato Brasileiro em outubro de 2014, sobre celebridades “Depois da briga e da separação... Luana não tem mais Dado em casa” (atriz de TV que havia se separado do marido Dado Dolabela, em outubro de 2008), e ainda na política “Chávez morre sem querer querendo” (morte do presidente da Venezuela Hugo Chávez). Essa última ainda trouxe a pergunta que os leitores desse jornal fariam, visto que não afetaria seu cotidiano “E o Quico?”.

As capas do Meia Hora são o destaque do jornal, e de acordo com o editor do impresso Humberto Tziolas, o sucesso está em aceitar (e utilizar) ideias não só dos editores, mas do restante da redação, e do público, além de ter assuntos que interessem à população. Ele vai além e afirma, em entrevista para fins acadêmicos (2013) que embora o Meia Hora tenha em sua criação a intenção de chegar às classes C e D, ele “é pra todo mundo”. Verdade ou não, o fato é que hoje é um dos jornais mais lidos do estado, e no final de 2014 recebeu o Prêmio Esso por sua capa na derrota do Brasil para a Alemanha na Copa do Mundo de Futebol.

A pergunta que fica é: humor para falar de futebol, recorrente em vários jornais, portanto, liberado. Humor para falar sobre uma celebridade, aceitável. Sobre política e mazelas

sociais, em tom de crítica, tudo bem. E o uso do humor para falar sobre violência e morte? Tem limites? Para tentar responder a essa pergunta foram analisadas 47 capas que noticiam morte e violência, no período de 2005 a 2015. A análise identificou quais capas fazem uso do humor quando o assunto é violência e morte, e em quais circunstâncias.

A base teórica se apoiou em obras de Muniz Sodré no que se refere à afeto, mídia e violência, além de Danilo Angrimani e Márcia Franz Amaral. Angrimani (1995, p. 53, por exemplo, afirma que o “jornal sensacionalista é radical e consegue transformar a morte em seu assunto de capa, como se rendesse um culto diário fetichizado à morte”. A apreciação desse tipo de jornal à violência, e sua valorização seria um dos pontos principais que o diferencia dos outros informativos.

O espetáculo e a narrativa sensacionalista

A espetacularização do cotidiano: Afetos na mídia

A era atual seria chamada por PERNIOLA (apud SODRÉ, 2006, p.17) de “época estética” porque o campo de atuação é o sensível, é o plano em que “a nossa época exerceu o seu poder”. Não seria por sua ligação mais próxima das artes, mas sim, com o sentir, com a *aisthesis* (compreensão pelos sentidos, ou faculdade do sentir).

A partir daí ele questiona a possibilidade do sensível, do afetivo, possuírem ação emancipatória para além dos limites do racional. Ele duvida de sua viabilidade devido ao fato que a sociedade atual, que se auto intitula “da comunicação ou informação” está mais voltada aos interesses econômicos e corporativos das indústrias.

Sodré chama a atenção para o fato de que a preocupação com a autenticidade não é qualidade da indústria de comunicação, e que a apreensão dos aspectos da vida valem mais, e o conteúdo da matéria seria indiferente:

Essa indiferença é uma realidade histórica palpável e em expansão, possivelmente um dos fatores responsáveis pela crise de credibilidade tanto do jornalismo impresso quanto do audiovisual, desde o fim do segundo milênio (...). A ‘verdade’ que impulsionou no passado a atividade jornalística dá lugar ao emocionalismo superficial das imagens ou à pura vertigem da velocidade informacional nas redes cibernéticas (SODRÉ, 2006, p. 19).

A retórica, velho artifício político de discurso, caracteriza-se como a arte da expressão e da persuasão empregada como técnica política. Como diz Sodré, ela “serve para *convencer*, no sentido racionalista do termo, e para *agradar ou bajular*, o que dá bem o alcance de seu aspecto afetivo ou irracional”. Então, ela vai unir ideias e emoções para produzir sensações.

O uso da emoção na política normalmente resultava em dois grupos distintos: do agitador que inculca uma ideia ou um pequeno número de ideias a toda uma massa de pessoas, e o propagandista, que inculca muitas ideias em só ou em um pequeno grupo de pessoas. Os propagandistas se ocupariam da escrita, enquanto os agitadores da fala. Um exemplo da junção dos dois grupos na política seria Adolf Hitler, um agitador que se elevou ao nível de sistematização teórica do propagandista (DOMENACH apud SODRÉ, 2006, p. 76).

Na propaganda nazista a demonstração de poder militar era constante, com bastantes recursos simbólicos como bandeiras, emblemas e cânticos, e dos meios de comunicação em um todo: rádio, jornal, teatro e cinema. Ou seja, era o espetáculo, a encenação para cativar ou distrair o povo. O material usado, como sempre, a emoção.

Assim, ao observar como a mídia explora a emoção, chegamos ao modelo de mídia de encadeamento, ou o real tradicional, onde existe a circulação sequencial de efeitos dos efeitos midiáticos na coletividade. São eles a epidemia, o rumor, a imitação, a circulação da violência.

Os grupos midiáticos ao utilizarem de próteses (vídeos, telas e outras máquinas inteligentes) em cima do real tradicional, conseguem fazer com que o sujeito humano, indivíduo, perca sua identidade, ou sua velha roupagem. Ou seja, ele é “mediatizado”. E é impossível não ligar esse processo à emoção.

Debord afirma que o espetáculo seria a relação social entre pessoas mediatizada por imagens. Ele seria a própria sociedade e seu instrumento de unificação:

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação (DEBORD, 2003).

O investimento afetivo das massas é produzido por essas relações sociais, e é o que as torna suscetíveis às propagandas políticas e à publicidade. Debord divide o espetáculo em duas formas: o concentrado (típico da propaganda nazista, onde o Estado e o partido político fazem uso propagandístico dos meios de comunicação), e o difuso, em que o mercado usa publicitariamente a mídia para consolidar o fetichismo da mercadoria. Esse último, característico da sociedade moderna, embora estudado em tempos longínquos, ainda está bem atual.

De acordo com esse raciocínio, de que o espetáculo se torna uma verdadeira relação social devido a imagens orquestradas pelas organizações industriais, pode-se afirmar que a imagem-espetáculo seria uma espécie de forma final da mercadoria, que de forma difusa ou generalizada reorienta hábitos, percepções e sensações.

Sodré afirma que “uma grande diversidade de aspectos da vida social – da alimentação à política e ao entretenimento – é ressignificada ou “colonizada” pela lógica do espetáculo, graças a essa reorientação intelectual e afetiva” (SODRÉ, 2006, p.81).

Embora Debord insista no significado mais próximo ao literal de imagem, focando no aspecto visual e objetivo, Sodré defende a imagem subjetiva ou interna. Ele faz referência não apenas ao sentido da visão, mas ao viés sensorial, pois a imagem subjetiva seria semelhante à sensação, embora divergindo em alguns aspectos. Como exemplo ele cita as mesmas reações diante de um objeto ou de um prolongamento imagético da sensação.

Por exemplo, a mídia em geral divide o favelado, morador de comunidade em dois tipos: o muito pobre, com pouca escolaridade, dado ao trabalho braçal, mas sem condições de pensar além do seu meio, ou o que trabalha ilicitamente. E assim, trabalha o imaginário popular ao fingir dar conta da realidade local com projeções, porque não, equivocadas. Sendo assim, como define Sodré “O imaginário desses lugares é o mesmo da droga” (SODRÉ, 2006, p. 30).

Definindo a narrativa

Para o dicionário Luft (1998, p. 474) narrativa significa: 1) Conto ou história. 2) Exposição verbal ou escrita de um fato. 3) Expor minuciosamente. 4) Relatar; referir; contar. De acordo com a definição, muitas vezes a narrativa jornalística é estudada, embora não haja consenso a respeito do trabalho do jornalista. Uns acreditam que o jornalista conta uma história, outros, que ele conta fatos, e há ainda quem acredite que se faça um pouco de tudo.

Walter Benjamin foi um dos primeiros estudiosos a relacionar narrativa de jornalismo. Benjamin, em 1936, acreditava que o jornalismo seria responsável pelo declínio da narrativa na época devido a forma como se veiculava a informação. Já Barthes (apud ALBUQUERQUE, 2000) e outros autores discordariam, pois entenderiam a narrativa como descrito acima: exposição de acontecimentos (...) reais ou imaginários por meio de palavras ou imagens. Albuquerque (2000) sustenta ainda que a narrativa é elemento importante para o jornalismo em geral, e não apenas nos *fait divers*.

Barthes (1971) afirma que a narrativa é quase infinita, atemporal, está em todos os lugares, e começou com a história da humanidade. A partir do estudo de outros formalistas, ele conclui que a narrativa ou apenas relata os acontecimentos, em que obrigatoriamente deve ser vinculada à arte ou ao autor, ou que podem haver outros tipos, passíveis de análise.

“As notícias, como os mitos, ‘não contam as coisas como elas são’, mas ‘contam as coisas segundo o seu significado’”, dizia S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardenne, que ainda dividiam a narrativa profunda de uma notícia individual. Para ele a notícia individual precisa ser objetiva, se ater aos fatos, mas quando se tornam narrativas profundas e contam uma história, o leitor entende mais facilmente (BIRD e DARDENNE apud ALBUQUERQUE, 2000, p. 3).

Para Resende, quando o jornalista dá preferência à objetividade, e se atém aos fatos, ele se torna um mediador que conta a história, não narra. Ele está condicionado a relatar os fatos de acordo com sua interpretação, o que deixaria claro a existência de “várias verdades em uma

mesma realidade” (RESENDE apud ARAUJO, 2012). O profissional, então, muda o foco da narração de acordo com o tipo de texto. Ou seja, para uma notícia cotidiana ele se atém aos fatos, e seria um mero enunciador. Já numa reportagem, com “texto denso”, ele torna-se narrador, pois compartilha suas impressões.

Ainda assim, embora normalmente se fuja da forma narrativa de relatar os fatos, e se busque uma maior objetividade, Bird e Dardenne completam que no dia a dia os jornalistas “escrevem alguns registros, contam algumas ‘estórias’ e muito é algo de ambos” (BIRD e DARDENNE apud ALBUQUERQUE, 2000, p. 4).

Motta (2006) diz que J. F. Sánchez foi um dos poucos estudiosos que discorreram sobre a narrativa jornalística. Segundo Sánchez, o que difere a narrativa literária da jornalística é a intenção. Enquanto tem a informação como finalidade externa e precisa estar situada no mundo real, e quem fala quer apenas comunicar a informação, na outra o narrador é universal e pode estar em qualquer lugar, em qualquer época da humanidade. A narrativa literária se aproxima do jornalismo sensacionalista quando Nelson Rodrigues relata um assassinato pela ótica de um pássaro que estava no local. (BARBOSA, 2007).

Como ilustração da narrativa sensacional, podemos citar a capa do jornal Meia Hora com a frase de um Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro sobre a atuação da corporação no combate ao crime. A manchete traz em destaque a foto de um frasco de inseticida, com a sigla da polícia (SBPM), e o símbolo do Batalhão de Operações Especiais (Bope), e com a inscrição: “Eficaz contra vagabundos, traficantes e assassinos”. Ao lado, a citação do Coronel “Os marginais são mosquitos do mal. E o policial é um saneador”, e em seguida o jornal completa: “Ontem na Penha, pacientes com dengue ficaram na linha de tiro durante o confronto na Vila Cruzeiro”.

O jornal meia hora de notícias

Para iniciar um estudo sobre o jornal “Meia Hora de Notícias” é preciso falar sobre o veículo que lhe deu origem, o jornal “O Dia”. Projeto do jornalista Antônio Chagas Freitas, o jornal chegou em 1951 inovando logo de cara: estava pronto ainda de madrugada. Era um jornal matutino que chegava cedo aos jornaleiros, daí o nome “O Dia”. Com fácil distribuição, as principais manchetes eram notícias da cidade e do Brasil.

Enquanto os outros chegavam às bancas mais tarde e com manchetes, na maioria das vezes, internacionais, “O Dia” alcançou um filão da população que queria saber o que estava acontecendo em seu contexto social, que queria notícias de seu cotidiano. Em menos de um mês o jornal era líder de vendas nas bancas. Com conteúdo dramático e oito páginas, ele possuía também forte apelo político.

Este tipo de apelo que explode nos anos 50 e é absorvido pelos jornais populares como o “Última Hora”, vinculado a Getúlio Vargas, no “Tribuna da Imprensa” do opositor Carlos

Lacerda, e também no “Luta Democrática”, do “Homem da Capa Preta”, Tenório Cavalcanti, que na política tentava melhorar sua imagem pública.

Em 1953 o Anuário Brasileiro de Imprensa atribuía ao êxito do jornal, sua divisão de conteúdo: 70% notícias sobre crimes e polícia, 20% de notícias sobre política e reivindicações e 10% de notas de esportes e entretenimento (MOREL apud BARROS, 2003, p. 214). Para atrair leitores e os fazerem identificar com as ideias, as notas políticas ainda continham o melodrama, o exagero na sua narrativa. Chagas Freitas usou a popularidade do jornal para eleger-se deputado, e por duas vezes, em 1970 e 1975, governador do estado do Rio de Janeiro. Aproveitou do clientelismo, num sistema de troca de votos por favores pessoais (MOREL apud BARROS, 2003, p. 218).

O jornal impulsionava tanto a política que a posse de Chagas Freitas a presidência de seu partido (MDB), é atribuída ao jornal. Disse Francisco Pedro do Couto: “(...) O sujeito que estivesse com Chagas Freitas tinha uma certeza: seu nome sairia no Dia, e naquela ocasião era fundamental sair no Dia para se eleger” (MOREL apud BARROS, 2003, p. 217).

Martin Barbero sintetiza o sucesso do “O Dia” na década de 1970:

O Dia só possui expressão política no cenário dos anos 1970, porque conta com uma rede de leitores e leituras. E essa aproximação com o público se faz graças à construção de uma outra rede de textos, que se apelam a valores caros ao universo popular. O popular se realiza no massivo (MOREL apud BARROS, 2003, p. 218).

Em 1983 o jornal é vendido para o Grupo Arca, de Ary Carvalho, e quatro anos após a compra, o jornal sofre uma transformação radical e a editoria de cidades ganha mais espaço e atenção, o que atraiu olhares das classes A/B.

A ideia era ter um jornal mais competitivo para brigar pelo público do “O Globo”. Em 1995, o Dia possuía, de segunda a sábado mais leitores do que “O Globo” e o “Jornal do Brasil” juntos, sendo que ainda ganhava, nesse período, do “JB” em número de leitores das classes A/B.

Em 2005, o jornal estava perdendo fôlego e vendas, e ainda tentava tornar-se um veículo mais “sério”, embora na opinião de Francisco Pedro do Couto, apesar de toda transformação, ele apresenta perfil de sensacionalista, porém mais bem-feito. Os executivos descobrem então a lacuna dos novos consumidores, pois parte da população das classes C e D têm mais poder aquisitivo, e, portanto, também querem consumir informação.

Para atender ao público das classes C, D e E, que não dispunham de tempo ou poder aquisitivo para comprar os jornais convencionais, em 19 de setembro 2005 chega às bancas o “Meia Hora de Notícias”, com tiragem inicial de 50 mil exemplares. Para brigar e ganhar do “Extra”, o “Meia Hora” foi produzido em formato tabloide, com forte apoio gráfico e notícias

atrativas (com títulos cômicos na maioria das vezes). Em 2009 para tentar competir com o ele, o Globo lança o jornal Expresso, nos mesmos moldes do Meia Hora.

Por ser formato tabloide, estava ao alcance de todos, e poderia ser manuseado e lido, por exemplo, no trajeto do trabalho até a residência do leitor. Com o slogan de “Nunca foi tão fácil ler jornal”, e sob a direção de Humberto Tziolas (que foi por três anos subeditor da editoria de polícia do Dia), o “Meia Hora” inicialmente circularia apenas durante a semana. Mas o sucesso foi tanto (segundo Tziolas surpreendeu), que dois meses depois, em novembro, ele também se tornou diário, com circulação aos finais de semana.

O Meia Hora possui a fórmula adotada pelos jornais populares que diminuíram a roupagem sensacionalista. O público hoje tem acesso à informação através da internet, e mesmo os de baixa renda acessam redes sociais, o que inibe notícias incríveis, porém falsas. De acordo com Amaral, os jornais populares atuais atendem à região metropolitana, a editoria de Cidades é a mais importante, e publicam assuntos que irão mexer de fato com a vida do leitor (AMARAL, 2006, p. 2).

Ao ser indagado a respeito do pouco (ou nulo) espaço da editoria de Economia, Humberto Tziolas rebateu e afirmou que o público está mais interessado no que acontecerá em seu cotidiano, e então o jornal costuma publicar notícias relacionadas aos servidores públicos, e aposentados, sempre dentro do contexto do Meia Hora. Sobre a crise política atual no país, ele disse que foi noticiado algo sobre a operação Lava Jato, porém com menos destaque.

Um ano após o lançamento, o tabloide alcançou a marca de 150 mil exemplares vendidos, e recebeu o título de número 1 do Rio em tiragem, mas em agosto de 2007 ultrapassava 200 mil vendidos em dias úteis. Em 2009 o jornal estreou nas redes sociais, e possui desde então, milhares de seguidores: mais de 52 mil no Twitter e 280 mil no Facebook, além dos milhares de acessos diários em sua página na internet. Segundo Humberto Tziolas, essa incursão ajudou a aproximar o público do jornal, que já utilizou as ideias vindas desses meios como sugestão de pauta e capa.

O que explicaria esse sucesso? Mesmo com concorrentes lançados após sua estreia, o Meia Hora continua como o jornal mais vendido do Rio de Janeiro. Ao falar sobre jornais populares, Amaral afirma que nesse tipo de veículo, o ponto de vista do jornal seria do leitor, e cita como exemplo a notícia de uma greve de órgão público pela ótica do prejuízo que traria à população (AMARAL, 2006, p. 3). Tudo isso somado à capacidade de entretenimento, pois uma notícia verídica, porém escandalosa, atrai a atenção do leitor.

Histórias de pessoas comuns em situações não convencionais ou escândalos de famosos (figuras 1 e 2), com inversão de papéis (figura 3), interesse humano (figura 4) e atos/ feitos heroicos (figura 5 – “Taxista herói enfrenta 4 traficantes e se dá bem”) são, segundo Wolf as quatro categorias corroboram para o entretenimento numa notícia (WOLF apud AMARAL, 2006, p. 5).

Apesar de possuir todas as características básicas de um jornal popular com capacidade de entretenimento, Humberto Tziolas, editor do veículo, não o reconhece como “infotimento” que seria numa definição mais simples, a junção de informação mais entretenimento, pois segundo ele não é possível fazer humor todos os dias.⁶⁰

É impossível não notar o sucesso das capas do jornal, basta digitar no buscador Google as palavras “Jornal Capas Melhores”, que dos dez resultados da busca, sete são sobre o Meia Hora. O jornal, inclusive foi tema de reportagem de uma das principais revistas “sérias” do país, a Piauí, e aproveitou o mote para publicar “Revista de bacana baba o ovo do Meia”, em 06 de janeiro de 2009.

Além do sucesso entre o público, o júri especializado consagrou o Meia Hora que recebeu o prêmio de Veículo do Ano na 26ª edição do Prêmio Colunistas, voltado à propaganda e marketing, em 2013. Márcio Ehrlich, Vice Presidente da Associação Brasileira dos Colunistas de Marketing e Propaganda (Abracomp), responsável pelo prêmio, afirmou ao jornal O Dia a importância das capas do jornal:

O Meia Hora foi indicado por conta do ‘barulho’ que faz no Rio com suas manchetes atrativas e seus títulos. Além disso, atinge leitores que poderiam nem estar lendo jornal. Ele chama atenção também pela sua circulação, porque é muito lido. Por tudo isso, é um veículo muito importante para o Rio. (site Jornal O Dia).

As capas do jornal também chamaram a atenção, e em novembro de 2014, o jornal recebeu o Prêmio Esso Especial de Primeira Página pela capa veiculada em 09 de julho de 2014, logo após a derrota da seleção Brasileira de futebol para a Alemanha na Copa de Mundo.

Já no ano de 2015 o jornal foi finalista da premiação de Capas de Impacto de Jornais Populares da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), pela capa veiculada em 11 de junho deste ano sobre a onda de crimes na cidade do Rio de Janeiro. Aproveitando a febre dos livros de colorir ele trouxe uma capa em preto e Branco, e convidou os leitores a “colorirem a cidade”, ação repetida nas redes sociais.

Em entrevista à revista Piauí, Henrique Freitas, editor-executivo do jornal diz acreditar que o sucesso do Meia Hora está ligado ao fato dele alcançar diversos públicos, e não somente as classes C e D: “Um sujeito que mora numa cobertura em Ipanema vê uma favela a 400 metros(...) o carioca ‘tem alma de classe média’. Então, ‘mesmo o cara da elite pode ler e se identificar com o jornal’” (REVISTA PIAUÍ, 2009).

Humberto Tziolas diz que todos os dias ele e sua equipe sempre procuram fazer uma capa diferente, sempre com bom gosto, e de que preferência toque o leitor. Ele afirma que a

⁶⁰ Entrevista concedida a autora em 24 de setembro de 2015.

intenção do jornal, em primeiro lugar é dar a notícia, sempre com o jeito “Meia Hora de ser”, que nas suas palavras seria: “Jornal com notícias curtas, linguagem simples, manchetes em fontes grandes. E quando possível, com humor”. Esse seria o diferencial e a chave para o sucesso.

Violência, morte e humor

A capa é a vitrine do jornal impresso, e apresenta sua linha editorial. Ela tem a função de despertar o interesse do leitor diante de tantas outras concorrentes, e estabelecer um contrato de confiança, o que irá garantir a compra. A capa é onde ocorre uma seleção e hierarquização dos fatos apresentados, o que a tornaria o espaço da representação jornalística, segundo Cunha (2007).

Segundo Angrimani (1995, p.53), a manchete deve causar comoção, chocar e despertar tensão no leitor. No jornal dito sensacionalista, a morte é recorrente assunto de capa, “como se rendesse um culto diário e fetichista à morte”. Ele diz que o que difere um veículo sensacionalista de outro considerado “sóbrio”, é a sua linguagem editorial, no destaque de um texto, foto, além de matérias originadas de *fait divers*.

Em uma entrevista para fins acadêmicos, Humberto Tziolas, editor do jornal Meia Hora de Notícias, afirma que embora o veículo seja popular, a intenção é alcançar todo tipo de público, e que suas capas irreverentes são uma forma de chamar a atenção (SANTOS, 2013). Tal afirmativa pode causar estranheza para alguns, visto que se trata de um jornal popular, e no entendimento de algumas pessoas seria algo direcionado apenas para as classes C e D, Angrimani comenta: “A morte ‘como espetáculo’ (Baudrillard) interessa a todos, igualitariamente, independente do nível cultural ou econômico de cada pessoa” (1995, p. 54).

Em relação às famosas capas Tziolas afirma que a preocupação é sempre fazer algo “bacana”, e de maneira interessante para o leitor. Em tragédias, por exemplo, não seria possível utilizar o humor, mas ao mesmo tempo é possível ver a “vontade das pessoas” no discurso. Se morrem jovens ligados ao tráfico de drogas, o humor aparece. Seria então, a vontade da população? A morte de famosos como Michael Jackson e Clodovil também tiveram sua dose de humor (negro) nas manchetes do jornal. Será que a piada nesses casos não incomoda quem tinha envolvimento com os mortos ou quem simplesmente admirava?

A linha entre o que é aceitável e o repugnante é tênue, e Tziolas admite que é mais fácil errar no Meia Hora do que em outro veículo. Henrique Freitas, editor executivo do impresso em 2012 comentou o assunto. Disse que “Mais importante do que buscar uma piada é estar atento ao que realmente faz sentido ao próprio público”.⁶¹ E brincar com mortes, ou notícias de

⁶¹ Entrevista de Henrique Freitas ao site *Portal da Imprensa* em 06/09/2012. Último acesso em 25 de outubro de 2015, às 23:40.

violência, faria? Embora os editores do Meia Hora afirmem que a capa não é sozinha a responsável pelas vendas, ela com certeza ajuda no “primeiro empurrão”, tanto que em 2015 foi lançado um documentário sobre o jornal, chamado “Manchete que vira Manchete”.

Sobre mídia e violência, Muniz Sodré afirma que a mídia é a principal administradora do discurso da violência, ou como ele chama, do ato agressivo. Esse ato agressivo aparece como gênero catastrófico, que causaria medo excessivo ou pânico (SODRÉ, 2006). O jornal popular pode contribuir para tal fato ao publicar (mesmo que de forma discreta) em suas chamadas como “Procurava namorado no ‘face’ e acabou morta” ou “Rocinha: menina foi esganada, estuprada, e levou dentadas”.

Essa temática custaria caro também ao Estado, que por sua vez legitimaria sua repressão (polícia), no que Sodré sinaliza:

Sabemos que do ponto de vista dramático, a violência é um recurso de economia discursiva: o soco ou o tiro do herói no vilão poupa o espectador de longas pregações morais contra o mal. É uma elipse semiótica com grande poder de sedução (SODRÉ, 2006, p. 98).

Segundo Eugênio Hirsch, austríaco considerado um dos fundadores do Design Gráfico no Brasil, uma capa é feita para agredir, não para agradar. E no caso do jornal, a primeira capa é a vitrine, o que vai ajudar ou não, a comercializar o produto: a informação. O leitor diante de tantas opções precisa encontrar o apelo visual, ter sua atenção despertada para consumir a mídia-produto (CUNHA, 2007). Cunha afirma ainda que a capa atua no início do processo da comunicação midiática pois sua função é chamar a atenção do leitor e estabelecer um contrato fiduciário, que é o que vai garantir sua aquisição.

O que diferencia um veículo do outro é sua linha editorial, e com a capa não seria diferente. Ela deve conter a síntese do jornal, mas de forma que chame a atenção do leitor:

Cabe a ela veicular como se fosse um display o que há de diferente no conteúdo da mídia e a questão que o leitor não deve ficar sem consumir. É a assinatura do contrato fiduciário entre a empresa jornalística e o leitor (CUNHA, 2007, p. 4).

Embora no jornal sensacionalista a violência e morte faça parte do cotidiano, isso não quer dizer que um jornal “sério” não seja violento:

Nos jornais não sensacionalistas, há sempre uma carga de intensa de violência que não se revela, que não se escancara com a maior intensidade encontrada nos jornais de sensação. Essa violência pode ser detectada na crítica ferina (...) Mas é uma violência “disfarçada”, “ilegível” na forma editorial, enquanto que no jornal sensacionalista a violência faz parte da linguagem, e da forma de edição (ANGRIMANI, 1995, p. 57).

Normalmente o que manda é a lei de mercado. Oferta e procura. E a capa é a maior vitrine do produto.

Análise das capas do Meia Hora

Em qualquer jornal sensacionalista a violência é tema recorrente. Embora para alguns jornalistas o Meia Hora de Notícias se assemelhe mais a um pasquim, por causa justamente do uso do humor em suas capas, o tema violência/ morte é constante.

A pergunta que norteou a pesquisa desse trabalho foi “Há limites para o uso do humor nas matérias de violência e morte?”. Para isso foram analisadas 47 capas de 2005, ano de lançamento do jornal, até 2015, e todas possuem manchetes sobre violência.

Das 47 capas que possuíam a temática da violência, quatro não noticiam morte, e três possuem comentário irônico ou com humor:

- a) Capa de 18 de outubro de 2014: “Ciumento arranca o popozão da namorada com facão”.
- b) Capa de 27 de janeiro de 2006: “Policiais enfrentam o exército da Providência”.

Nessa capa, apesar de se tratar de crítica social, exalta o trabalho dos Policiais Militares, embora a palavra “Exército” seja utilizada para nomear o grupo de traficantes de uma comunidade. O tom irônico e com trocadilho pára no título, e os criminosos são menosprezados, pois apesar de possuírem armamento pesado (daí a comparação com Exército), fugiram após a chegada dos policiais.

- c) Capa de 14 de novembro de 2008: “Menina de 15 anos é estuprada em festa e amigos divulgam vídeo na internet”.

A manchete fala sobre uma adolescente de 15 anos que ao exagerar na bebida em uma festa, entra em coma alcoólico, e é estuprada por alguns colegas que filmam, e divulgam o vídeo na internet. Ainda que pareça uma notícia séria, e chocante, no canto esquerdo superior é escrito <www.émuitacovardia.com.br>. O tom de ironia pode ter sido utilizado para corroborar o ato covarde, mas não caberia no tema por se tratar de um crime hediondo.

- d) Capa de 25 de agosto de 2010: “Prostituta se recusa a enfiar chuchu na rima e leva surra”.

Como se pode observar, as capas que possuem ironia ou humor fazem crítica à sociedade, ou dizem respeito a temas tabus, considerados por alguns membros da sociedade imorais. Caso das duas últimas capas, a de 14 de novembro de 2008 que fala da adolescente estuprada após “passar dos limites” em festa, e a outra de 25 de agosto de 2010 faz alusão a uma garota de programa que foi espancada ao se negar a atender ao desejo de um cliente.

Embora desde o início a intenção dos editores fosse evitar a publicar corpos, nos primeiros anos do jornal, eles estamparam as manchetes. No caso das capas analisadas, das 15 veiculadas entre 2005 e 2007, cinco mostravam criminosos mortos. Outro corpo só voltou a aparecer com destaque em 2015, e era o de um traficante do Rio de Janeiro conhecido como Playboy.

A capa de 17 de fevereiro de 2006 mostra a foto de um criminoso morto durante o confronto entre facções criminosas rivais. Embora a linguagem seja popularesca e recheada de gírias, a manchete não traz nenhuma piada, a não ser o fato de o traficante ter morrido em uma vala. “Vala”, no dicionário popular, seria termo para designar “morte”. Exemplo “Foi pra vala”, ou seja “morreu”. Tal foto vai contra do Código de Ética do jornalismo ao não respeitar a imagem do indivíduo (Arti. 6, VIII), porém, ao se tratar de um criminoso, talvez valesse o risco, pois seria a “destruição do outro (no caso criminoso) como espetáculo” (BAUDRILLARD, apud ANGRIMANI, 1995, p. 57).

Já a primeira página do jornal de 27 de setembro de 2007 também vai contra o Código de Ética, porém com um “agravante”: a incerteza da culpabilidade do morto. A própria manchete diz que embora a polícia militar afirme que os mortos no confronto eram traficantes, alguns familiares contestam. Essa informação não impediu que o jornal expusesse o morto.

Já as capas de 18 de outubro de 2007, e 09 de agosto de 2015 se aproximam da atual linguagem do jornal, ao retratar morte de criminosos com humor. A primeira mostra um policial sorrindo, ao lado de um corpo no chão, com o subtítulo “Polícia manda 10 traficantes para o inferno”. Já a segunda, que noticia a morte de um dos traficantes mais procurados do Rio de Janeiro, mostra o corpo do criminoso com a informação de que ele iria tomar um banho de sangue para não morrer.

A partir de 2008, segundo as capas pesquisadas, além de não estampar mais fotos de corpos, o jornal recorre mais frequentemente ao uso da ironia/ humor em suas manchetes. Coincidência ou não, as capas vencedoras do Prêmio Esso Especial de Primeira Página, também a partir deste ano tem menos fotos impactantes e mais ilustrações criadas por designers gráficos ou apenas texto.

Das 38 capas datadas a partir 2008, dentre as selecionadas, 29 são notícias de morte, sendo que 20 tratam a morte com ironia ou humor. Curiosamente, essas vinte capas podem ser divididas entre morte de celebridades, de criminosos, ou ligadas a imoralidade/ “assunto tabu”. Do total das 43 capas, 21 noticiam a morte com humor.

Para Marilena Chauí, “uma ação só é ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do agente, e se o agente respeitar a racionalidade, liberdade e responsabilidade de outros agentes” (CHAUÍ apud BUCCI, 2008, p. 16). Ao analisar as capas do jornal que noticiam morte de criminosos com humor lembra-se da corrente da ética que fala do utilitarismo. Ou seja, o jornalista tenta prever qual ato (no caso notícia) trará mais benefícios para mais pessoas.

Quando pensamos em violência, percebemos que ela está no cotidiano do leitor, independente de classe social. Dessa forma, ao noticiar que um criminoso morreu durante confronto com a polícia, ainda que recorrendo à ironia ou humor, poderia trazer para a população, uma sensação de segurança. E em consequência, uma valorização da polícia, atrelando uma imagem positiva. Das manchetes analisadas, 40% descrevem morte de criminosos com humor.

Exemplo 1: “Este dançou bonito - Maicon Jackson do crime vai fazer o passinho do ‘moonwalk’ rumo ao inferno”. Capa de 29 de setembro de 2009, logo após a morte do cantor Michael Jackson.



Fonte: Arquivo Jornal Meia Hora

Exemplo 2: “Foi encontrar o patrão - ‘Já Morreu’ não está mais vivo”. Notícia de 14 de agosto de 2015 divulga a morte de traficante que seria o sucessor de um chefe do tráfico morto cinco dias antes. Minutos antes de morrer, ele teria postado foto do seu antecessor em página de rede social. Tal fato seria uma afronta à polícia.

Nos dias de hoje, ainda que existam grupos que busquem a igualdade de direitos entre os indivíduos, o sexo continua sendo “assunto tabu”, e sua prática em alguns casos, “imoral”, principalmente para a mulher. Como exemplo, o caso da babá que passou mal e morreu após acessar um site pornô ganhou a primeira página do Meia Hora com a frase “Periguete morre de tanto fogo” (capa de 10 de julho de 2010). E ainda fazem a pergunta “Não aguenta”? Teoricamente, no dicionário popular, “Piriguete” seria o termo designado para mulheres que buscam somente prazer e diversão. Não existe termo equivalente para os homens.

Na linguística, a palavra “tabu” é designada para indicar o preconceito de indivíduos e/ou grupos políticos de dizer certas coisas de pessoas (RODRIGUÉZ). Angrimani (1995) apresenta a

definição de Cazeneuve para tabu que seria “proibição que não se justifica racionalmente, mas que é regra num grupo social dado”.

Assim, uma conduta imoral seria contrária às convenções de determinada sociedade ou época, o que a tornaria vergonhosa, indecorosa. Quem comete um crime, então pode ser chamado de imoral, assim como para uma sociedade conservadora, o que comete adultério, ou a mulher que possui certa liberdade sexual também. Cerca de 25% das capas analisadas noticiam crimes relacionados a tabus.

Exemplo: “O parceiro se chama Ailton e ficou boladão – ‘Vai Carlão’, danadinha troca o nome do maridão no tchaka-tchaka e é atacada com 40 peixeiradas”. O fato da mulher ser adúltera(tabu) chama mais atenção do que o crime em si, pois o assassino aparece como vítima, e ela a “danadinha”, responsável pelo ataque. Capa de 10 de maio de 2014.



Fonte: Arquivo Jornal Meia Hora

Continuando essa linha de raciocínio e retornando às capas do jornal Meia Hora, das que noticiam morte com humor ou ironia, fica claro que as mortes envolvendo criminosos ou pessoas envolvidas em assuntos “tabus” são a maioria. Seguido pelas celebridades, que por coincidência ou não possuem histórico de polêmicas, seja pelo uso da droga, ou opção sexual. Elas aparecem em 25% das capas analisadas.

Morte dos cantores Amy Winehouse, e Chorão, da banda de rock Charlie Brown Junior. Ambos eram usuários de drogas, e morreram em decorrência ao uso excessivo de entorpecentes. Na capa de Amy, veiculada em 24 de julho de 2011, lê-se “Bebeu, fumou, cheirou, dançou”, e no dia 07 de março de 2013, sobre o Chorão, lê-se “Chorão troca Charlie Brown por Sepultura (banda de rock)”. A manchete ainda faz alusão ao presidente da Venezuela Hugo Chávez morto no dia anterior.



Fonte: Arquivo Jornal Meia Hora

Para Umberto Eco, a noção que se tem de notícia é baseada no anormal, e que há uma procura incessante pelo novo. Marcondes Filho, ao comentar essa citação afirma que os valores da notícia estão mais próximos e focados no morto ou na aberração da primeira página, que “não educa nem o público nem o jornalista”, do que pela pessoa que está viva, também na primeira página. Segundo ele “é o extraordinário que vale como notícia, mas nem todo extraordinário”.

O sensacionalismo utiliza todos os recursos (gráficos ou não) disponíveis para despertar a atenção e emoção do público para a história (AGRIMANI, 1995) e o Meia Hora vem seguindo essa mesma linha com sucesso. Embora tente não fazer a linha do “espreme que sai sangue”, e se assemelhar mais a um pasquim do que a um tabloide sensacionalista, o jornal se aproxima dessa última categoria ao retratar a morte.

Baudrillard afirma que o crime e a morte provocam uma “jubilação secreta, mas altiva e obscena”, mesmo ciente de que “toda a nossa cultura é higiênica: visa expurgar a morte”. Assim, a ordem do dia que antes era “não matarás!”, hoje é “não morrerás” (AGRIMANI, 1995, p. 55). Caso morras, principalmente nas situações descritas acima, poderás estampar a manchete do jornal Meia Hora de Notícias.

Referências:

- ALBUQUERQUE, AFONSO. A NARRATIVA JORNALÍSTICA PARA ALÉM DOS FAITS-DIVERS. LUMINA UFJF, JUIZ DE FORA, 2000.
- AMARAL, MÁRCIA FRANZ. IMPRENSA POPULAR: SINÔNIMO DE JORNALISMO POPULAR? INTERCOM, BRASÍLIA, 2006.
- ANGRIMANI, DANILO. ESPREME QUE SAI SANGUE. SÃO PAULO, SUMMUS, 1995.
- ARAÚJO, BRUNO BERNARDO DE. A NARRATIVA E A CONSTRUÇÃO DO REAL: COMO AS REVISTAS VEJA E ISTOÉ TRATARAM A MANIFESTAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), INTERCOM, FORTALEZA, 2012.

BARBOSA, MARIALVA. HISTÓRIA CULTURAL DA IMPRENSA – 1900-2000. RIO DE JANEIRO, MAUAD, 2007.

BARTHES, ROLAND. ANÁLISE ESTRUTURAL DA NARRATIVA. RIO DE JANEIRO, VOZES, 1971.

BUCCI, EUGÊNIO. SOBRE ÉTICA E IMPRENSA. SÃO PAULO, COMPANHIA DAS LETRAS, 2000.

CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA BRASILEIRO. SITE FENAJ.

CUNHA, KARERINE MIRACELLY ROCHA DA. CAPAS DA MÍDIA IMPRESSA: A PRIMEIRA IMPRESSÃO É A QUE FICA. INTERCOM 2007. DISPONÍVEL EM: <
[HTTP://WWW.INTERCOM.ORG.BR/PAPERS/NACIONAIS/2007/RESUMOS/R0787-1.PDF](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0787-1.pdf)>.

DEBORD, GUY. A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO. E-BOOKLIBRIS, 2003.

GLOBO.COM. ENTREVISTA DE MARIO SERGIO CORTELLA AO JÔ SOARES. DISPONÍVEL EM: <
[HTTP://GLOBOTV.GLOBO.COM/REDE-GLOBO/PROGRAMA-DO-JO/V/PROFESSOR-MARIO-SERGIO-CORTELLA-LANCA-LIVRO/844221/](http://globotv.globo.com/rede-globo/programa-do-jo/v/professor-mario-sergio-cortella-lanca-livro/844221/)>.

LUFT, CELSO PEDRO. DICIONÁRIO LUFT. ÁTICA, SÃO PAULO, 1998.

MOREL, MARCOS E BARROS, MARIANA MONTEIRO DE. PALAVRA, IMAGEM E PODER: O SURGIMENTO DA IMPRENSA NO BRASIL DO SÉCULO XIX. DP&A, RIO DE JANEIRO, 2003.

PORTAL DA IMPRENSA “O PÚBLICO GOSTA MUITO”. ENTREVISTA COM HENRIQUE FREITAS EM 06 DE SETEMBRO DE 2012. DISPONÍVEL EM:
 <[HTTP://PORTALIMPRENSA.COM.BR/NOTICIAS/BRASIL/53388/OS+LIMITES+DAS+CAPAS+POLEMICAS+E+INUSITADAS+NOS+JORNAIS](http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/53388/os-limites-das-capas-polemicas-e-inusitadas-nos-jornais)>.

REVISTA PIAUÍ, EDIÇÃO 28, DE 2009. MULHER FILÉ DA CAPILÉ A REPÓRTER NERD. DISPONÍVEL EM:
 <[HTTP://200.185.145.219/EDICAO-28/ANAIS-DA-IMPrensa/MULHER-FILE-DA-CAPILE-A-REPORTER-NERD](http://200.185.145.219/EDICAO-28/ANAIS-DA-IMPrensa/MULHER-FILE-DA-CAPILE-A-REPORTER-NERD)>.

RODRIGUÉZ, ALFREDO MACEIRA. TABUS LINGÜÍSTICOS DO PORTUGUÊS NO BRASIL. DISPONÍVEL EM:
 <[HTTP://WWW.FILOLOGIA.ORG.BR/ANAIS/ANAIS%20IV/CIV05_86-94.HTML](http://www.filoologia.org.br/anaais/anaais%20IV/civ05_86-94.html)>.

SANTOS, PATRÍCIA DOS. ENTREVISTA COM HUMBERTO TZIOLAS. UFV, 2013.

SODRÉ, MUNIZ. SOCIEDADE, MÍDIA E VIOLÊNCIA. SUMMUS, PORTO ALEGRE, 2006.

_____. AS ESTRATÉGIAS SENSÍVEIS: AFETO, MÍDIA E POLÍTICA. VOZES, PETRÓPOLIS, 2006.

“Curto prazo” - o *talk show* na escola: Uma experiência educomunicativa no ambiente escolar a partir do *talk show* da TV

Myrian Clark Giannini⁶²

Introdução

Os meios de comunicação e as TIC (Tecnologias de Informação e da Comunicação) desempenham papel singular na sociedade moderna. A maneira como nos informamos, compramos, nos divertimos, relacionamos ou aprendemos passou por enormes transformações. Mas essas mudanças nem sempre estão refletidas na escola. Ainda que se discuta a necessidade de melhoria na qualidade do ensino, os ambientes educacionais, muitas vezes mostram-se divididos. Ora as escolas se apegam a um discurso tecnofóbico, ora transformam a vida em uma corrida atrás do novo como se apenas com a tecnologia pudéssemos garantir o processo de aprendizagem. Já há conhecimento suficiente para mostrar que o antigo método das aulas expositivas para alunos imóveis e passivos é pouco produtor para o desenvolvimento dos estudantes. Também sabemos que se a educação dependesse somente de tecnologias já teríamos achado a solução para as questões da qualidade de ensino. Para Brito e Purificação, as TIC, na escola, precisam estar inseridas num processo de reflexão e ação e ser utilizadas de forma significativa, “tendo uma visão aberta do mundo contemporâneo, bem como realizando um trabalho de incentivo às mais diversas experiências, pois as diversidades de situações pedagógicas permitem a reelaboração e reconstrução do processo ensino-aprendizagem” (BRITO e PURIFICAÇÃO, 2011, p. 26).

⁶² Jornalista, especialista em Educomunicação e mestranda em Ciências da Comunicação na ECA-USP.

Nossa proposta de intervenção educacional, de estimular os alunos em entrevistas, discussões e diálogos é acompanhada da produção de um talk show feito pelos alunos e voltado para a comunidade escolar. A sequência de atividades e de vídeos exibidos aos participantes está amparada em nossa experiência na produção do Programa do Jô. Por dezessete anos trabalhamos como redatora, editora, repórter e produtora nesse programa, então exibido na TV Globo. A partir do curso de especialização em Educomunicação no NCE (Núcleo de Comunicação e Educação) da USP, percebemos as possibilidades de explorar o uso desse gênero televisivo em atividades pedagógicas. Numa primeira etapa o projeto foi desenvolvido em uma escola particular de São Paulo, o Colégio Marista Arquidiocesano. No caso do talk show Curto Prazo, objeto deste artigo, buscamos avaliar a eficácia das atividades num contexto de escola pública.

A parte empírica desta pesquisa foi executada com alunos do segundo e terceiro anos do Ensino Médio da Escola Técnica Estadual de Sapopemba. Sapopemba é um bairro densamente povoado na cidade de São Paulo, com problemas de infraestrutura e geração de empregos. Distante do centro, a região ocupa a 78ª posição entre os 96 bairros catalogados no ranking de IDH⁶³ (Índice de Desenvolvimento Humano) da cidade. Como os estudantes frequentam a ETEC em tempo integral, os encontros do talk show eram feitos após o término do segundo turno de aulas. Num primeiro momento, os alunos assistiram a vídeos do Programa do Jô especialmente editados para retratar o dia a dia do trabalho de produção de uma atração daquele porte. A familiaridade dos alunos com o formato descontraído de entrevistas do *talk show* e o humor que permeia sua estrutura facilitaram a adesão às atividades propostas. Colocamo-nos à disposição para escutá-los, sanar dúvidas e curiosidades. A partir daí, os estudantes atuaram em grupo, experimentando um pouco do universo do trabalho e da pesquisa. No *talk show* “Curto Prazo” trabalhamos com um grupo de 20 alunos, todos os dias, por duas semanas, em salas de aula cedidas pela ETEC. A ETEC Sapopemba é uma instituição pública de ensino pertencente ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. O *talk show* foi nomeado pelos alunos de “Curto Prazo” em referência a uma alusão ao prazo exíguo para o término daquele ciclo escolar e também ao período de que dispúnhamos para desenvolver a atividade. Nossos encontros tinham um planejamento minucioso com o tempo estimado para execução de cada tarefa: desde a redação de textos até o planejamento visual. Nesse processo os estudantes vivenciaram as diferentes funções de uma produção de *talk show*: pauteiro, produtor, roteirista, pesquisador, entrevistador, repórter, figurinista, cenógrafo, músico, diretor de palco, cantor, assistente de

⁶³ Dados de 2009 do Atlas do Trabalho e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo, publicado pela Secretaria Municipal do Trabalho disponível em: <www.atlasmunicipal.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 26 de nov 2017.

palco, garçom, diretor geral, sonoplasta, iluminador, coordenador de imagens digitais, editor, diretor de arte e apresentador. Como a ETEC não dispõe de anfiteatro ou espaços que acomodem mais de uma turma, para a apresentação final do *talk show* “Curto Prazo” buscamos uma parceria com a Fábrica de Cultura de Sapopemba. As Fábricas de Cultura são equipamentos do governo do Estado de São Paulo criados com o objetivo de ampliar o conhecimento cultural por meio da interação com a comunidade, onde são oferecidos cursos e uma programação cultural. A Fábrica de Cultura de Sapopemba nos cedeu o teatro de 310 lugares para a gravação e apresentação do *talk show* “Curto Prazo”.

O *talk show*, além de propor um formato familiar aos estudantes, tem um componente de espontaneidade e informalidade que se presta a uma crítica interessante da mídia entrevistadora, dita “séria” e imparcial. No *talk show* – quer seja falando de temas prosaicos, quer seja de temas elevados – é permitido indignar-se, surpreender-se, demonstrar as próprias reações. Isso vale tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador. Nossa ideia é poder levar os adolescentes a explorar o que Barthes define como um “sentimento de impaciência frente ao ‘natural’ com que a imprensa, a arte, o senso comum, mascaram continuamente a realidade que, pelo fato de ser aquela em que vivemos, não deixa de ser por isso perfeitamente histórica” (BARTHES, 2001, p. 8).

A escola, enquanto espaço argumentativo e de liberdade de expressão, precisa encontrar maneiras para tratar das questões complexas da modernidade. A relativização da verdade, as correntes de piadas preconceituosas, o *bullying*, a manipulação de imagens, a exposição nas redes sociais, as inverdades e notícias sensacionalistas que nos chegam diariamente pelos aplicativos são alguns dos temas que precisam ser incluídos na agenda dos estudantes. Além disso, são poucos os espaços capazes de lidar com acontecimentos em que os alunos reproduzem situações geradas numa sociedade competitiva, materialista e impiedosa. Para exemplificarmos com um fato atual: por que não abordar com os estudantes os massacres em que alunos armados matam colegas de classe? Qual a relação dessas tragédias com o acesso às armas, a constituição, as redes sociais, a busca pela fama, a mídia e o *bullying*?

Segundo Cristina Costa,

(...) sabe-se que da escola se espera muito mais do que a alfabetização e o desenvolvimento da cidadania e do nacionalismo, que se cobra da escola uma participação maior na formação dos indivíduos e no apoio às difíceis condições de vida que eles enfrentam no mundo contemporâneo. Pois bem, esses são argumentos para que deixemos para trás uma metodologia educacional aristocrática, seletiva, ilustrada e erudita para adotarmos uma postura mais realista de valorização do educando, de sua bagagem cultural e das necessidades que ele manifesta como cidadão (COSTA, 2013, p. 23).

Educomunicação é um neologismo que designa uma ciência nova, com pouco mais de dez anos. Trata-se de aproximar as relações de dois campos consolidados: a educação e a comunicação. A Educomunicação pretende melhorar a qualidade das comunicações e do diálogo dentro do ambiente escolar. A partir disso, escola, professores e alunos podem se posicionar em relação à mídia. Não só rejeitando ou aceitando passivamente o conteúdo midiático, mas avaliando criticamente e, principalmente, produzindo a própria mídia. Apesar de o uso das tecnologias fazer parte dos projetos educacionais, esse não é nosso principal foco. Muitas das etapas do *Talk Show na Escola* estão ligadas a diálogo, pesquisa e criação. É possível desenvolver o *talk show* dispondo apenas de aparelhos celulares. Segundo Ismar de Oliveira Soares, coordenador do NCE (Núcleo de Comunicação e Educação da USP),

(...) uma educação eficiente precisa inserir-se no cotidiano de seus estudantes e não ser um simulacro de suas vidas. Fazer sentido para eles significa partir de um projeto de educação que caminhe no mesmo ritmo que o mundo que os cerca e que acompanhe essas transformações. Que entenda o jovem. E não dá para entendê-lo sem sequer escutá-lo (SOARES, 2011, p. 8).

Jenkins nos fala no mesmo sentido: um projeto educacional pode fazer com que os jovens tenham uma atuação crítica e transformadora de sua própria realidade, e a de seus pares, o que envolve muitas outras competências que não são as restritas à habilidade no manejo técnico (JENKINS). Não podemos afirmar que a câmera será a caneta das futuras gerações. Mas, por outro lado, formar bons “escritores” nesse novo mundo é também um dos nossos objetivos.

Igualmente importante para esta discussão é o conceito de Inteligência Emocional, que dá nome ao título do primeiro livro de Daniel Goleman, publicado em 1995. Naquela época, o QI (quociente de inteligência) era o único critério considerado capaz de aferir a competência acadêmica dos alunos. A partir do conceito de QE (quociente emocional), surgiu uma nova maneira de pensar quais seriam as características emocionais de pessoas capazes de utilizar bem quaisquer outras aptidões. Passou-se a prestar atenção na capacidade de criar motivações para si próprio e de persistir num objetivo apesar dos percalços, de controlar impulsos e saber aguardar pela satisfação de seus desejos; de se manter em bom estado de espírito e de impedir que a ansiedade interfira na capacidade de raciocinar; de ser empático e autoconfiante. Para Coleman, esse tipo de inteligência pode ser tão ou mais importante que o QI.

A inteligência acadêmica não oferece praticamente nenhum preparo para o torvelinho – ou para a oportunidade – que ocorre na vida. Apesar de um alto QI não ser nenhuma garantia de prosperidade, prestígio ou felicidade na vida, nossas

escolas e nossa cultura privilegiam a aptidão no nível acadêmico, ignorando a inteligência emocional, um conjunto de traços (...) que também exerce papel importante em nosso destino (COLEMAN, 2012, p 58 e p. 60).

Não há fórmula exata e definitiva para preparar alunos a fim de que se sintam satisfeitos e competentes com sua própria vida. Mas almejar jovens capazes de planejar, criar e desenvolver a intuição e a sensibilidade certamente nos leva ao exercício do autoconhecimento e do diálogo.

Nos anos 1990, o pensador e sociólogo francês Edgar Morin, foi convidado pelo Ministério da Educação do seu país a reformular o ensino secundário. Morin criticou o conhecimento fracionado em disciplinas na escola e a compartimentação de saberes. Avaliou a falta de conexão e interrelação de conteúdos. Condenou as verdades imutáveis aprendidas na escola, no ambiente onde se espera a construção da cidadania. Na obra *Uma cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*, Morin propõe uma nova estrutura para a educação, capaz de modificar também o pensamento. “Uma cabeça bem-feita significa que, em vez de acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de: uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas; princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido” (MORIN, 2003, p. 21). O pensamento de Morin mostra-se extremamente pertinente à realidade brasileira.

Assim, seria preciso ajudar as mentes adolescentes a se movimentar na noosfera (mundo vivo, virtual ou imaterial, constituído de informações, representações, conceitos, ideias, mitos que gozam de uma relativa autonomia e, ao mesmo tempo, são dependentes de nossas mentes e de nossa cultura) e a instaurar o convívio com ideias, nunca esquecendo que estas devem ser mantidas em seu papel mediador, impedindo que sejam identificadas com o real. As ideias não são apenas meios de comunicação com o real; elas podem tornar-se meios de ocultação. O aluno precisa saber que os homens não matam apenas à sombra de suas paixões, mas também à luz de suas racionalizações (MORIN, 2003, p. 21).

Morin chama atenção para a tradição do ensino calcado em certezas imutáveis, numa estrutura que acaba por matar a curiosidade dos alunos. “É nossa constante desgraça e também é nossa graça e nosso privilégio: tudo que há de precioso na terra é frágil, raro e destinado a futuro incerto. Assim, quando conservarmos e descobriremos novos arquipélagos de certezas, devemos saber que navegamos em oceanos de incertezas” (MORIN, 2003, p. 21). Na escola, o desenvolvimento da inteligência emocional de Goleman é um dos caminhos para se chegar na cabeça-bem-feita de Morin. E estas ações passam por projetos educacionais.

Apesar da conscientização sobre os direitos individuais e coletivos, o cenário geral nos mostra escolas – tanto públicas quanto privadas – com pouca ou sem capacidade mediadora. Sem força para reorientar, ressignificar, ampliar ou reduzir os sentidos postos em circulação pelos discursos midiáticos. Ao contrário, há um esvaziamento dos espaços de diálogo. Segundo Bakhtin, a multiplicidade de vozes e as consciências individuais representam pontos de vista sobre o mundo. Assim, num trabalho colaborativo, diferentes vozes e visões de mundo dialogam, num processo dinâmico, envolvendo tensões e conflitos de significações; portanto, há a necessidade de constantes negociações de sentidos (BAKHTIN, 1981). E, para além dos méritos do trabalho colaborativo, podemos também lembrar os benefícios emocionais dessa troca de experiências na formação de ideias e sentimentos dos alunos. Melo aponta que, para Vigotski, “as funções psíquicas humanas – como a linguagem oral o pensamento, a memória, o controle da própria conduta, a linguagem escrita, o cálculo – antes de se tornarem internas ao indivíduo, precisam ser vivenciadas na relação entre as pessoas” (MELO, 2007, p. 24). Nesta perspectiva surgiu o projeto de pesquisa *O Talk Show na Escola*. Nossa proposta metodológica para a investigação foi a pesquisa-ação e a etnografia, ou observação participante. Ambas privilegiam a escuta, o diálogo e a participação dos pesquisadores na transformação da realidade escolar.

Muitas das tarefas dos bastidores do *talk show* da TV têm afinidades com competências do mundo acadêmico: *conceder ou fazer* uma entrevista; *redigir* um monólogo de abertura, *pesquisar as possibilidades* de pautas, *selecionar* assuntos, *descobrir* quem pode abordá-los, *escrever* o roteiro, *escutar* as músicas, *relacioná-las* com o tema abordado, *coordenar* tarefas, *trabalhar em equipe*, *interagir* com os colegas em seus respectivos processos, contornar adversidades. Outro diferencial do projeto *O Talk Show na Escola* refere-se à exibição do trabalho feito pelos alunos. Diante da perspectiva de “falar” para os colegas ou para a comunidade, o compromisso e engajamento dos alunos tornou-se maior. A produção estará também impactando a identidade daqueles alunos frente à comunidade escolar e não servindo apenas como parâmetro para a nota dada por um professor.

Especificidades do *talk show*

Gostaríamos de frisar o que diferencia um programa de talk show dos demais programas de entrevista que têm na conversação sua base estruturante. À primeira vista poderíamos dizer que o traço distintivo do *talk show* é o fato de haver plateia e músicos tocando ao vivo, interagindo com um entrevistador e um convidado. Nosso olhar está mais voltado aos bastidores da produção, local onde passamos grande parte de nossa vida profissional. Deste ponto de vista, pudemos presenciar a importância da conexão harmônica entre todos os processos que culminam com uma conversa descontraída, interessante e bem-humorada. A seleção dos convidados (produção de pauta), a preparação das entrevistas (pré-entrevistas), a redação dos

monólogos de abertura e perguntas da entrevista (roteiro), o cenário, a busca e confecção de objetos, vídeos e fotos que ilustrarão a conversa (produção) a escolha da plateia (produção de plateia), a logística para trazer os convidados ao estúdio, a escolha das músicas e suas respectivas execuções pela banda, a captação e edição das imagens gravadas, o áudio, a luz, enfim, tudo é planejado com extrema interdependência visando um objetivo: tornar o encontro entre entrevistador e entrevistado algo interessante, único e prazeroso. Ao contrário de muitos programas de entrevista, no *talk show* espera-se também que o apresentador desfrute da conversa. Todos os passos da gravação precisam estar previamente estruturados para que o apresentador conduza a interação com entrevistado, banda e plateia de forma bem engendrada. Para que um *talk show* transcorra com leveza, emprestando espontaneidade a algo que, de fato, foi exaustivamente planejado, é preciso afinidade entre a equipe e consciência do conjunto dos processos de produção. Segundo Costa, “quando se trabalha com meios de comunicação é imprescindível a formação de equipes, pois não há trabalho individual em rádio, TV ou vídeo” (COSTA, 2013, p. 153). *O Talk Show na Escola* é também uma das maneiras de tornar os alunos protagonistas de seu conhecimento, engajá-los num trabalho cooperativo, defrontá-los com suas próprias questões. Na maior parte dos encontros os alunos atuaram de maneira coletiva e exercitaram competências muitas vezes relegadas pelo ensino tradicional. A transformação das relações pessoais também pode ser apontada como outro ganho deste projeto. Como exemplo podemos citar os alunos que se voluntariaram para tocar e cantar na banda do *talk show*. Mostrando a contribuição para o grupo, passaram a ser vistos de maneira diferente, positiva. Ao revelar essas outras habilidades, a intervenção educacional modificou o consagrado, alterou expectativas, criou o inusitado e abriu a possibilidade de ser diferente, fazer algo distinto do que todos fazem. Além de se colocarem perante o grupo, entrevistarem e dividirem as angústias do final de um ciclo escolar, os estudantes foram capazes de criar uma ferramenta nova, não prevista por nós: o vídeo convite.

O vídeo-convite

Em alguns dos encontros de produção do *Talk Show Curto Prazo* os alunos criaram coletivamente roteiros, interpretaram e gravaram chamadas audiovisuais para os convidados, o que passamos a denominar “vídeo-convites”. Num primeiro momento os vídeo-convites surgiram como alternativa à ligação telefônica, recurso com o qual os estudantes afirmaram não se sentirem confortáveis. Outras formas de contato, porém, como e-mails e mensagens escritas via redes sociais, não surtiram efeito. Mas, uma vez que as aulas educacionais são construídas coletivamente, surgiu do próprio grupo a ideia do vídeo-convite. Algumas das pessoas abordadas, famosos ou notórios da nossa sociedade, ao receber o vídeo convite, fizeram questão de responder. Nos vídeos, todos com cerca de 30 segundos, os alunos da ETEC se

apresentavam e explicavam o motivo da abordagem. Cada um dos vídeo-convites foi pensado especialmente para a pessoa que se tentava contatar. Os alunos surpreenderam-se ao constatar o poder do material criado por eles. Não imaginavam que fossem obter respostas tão prontamente. O ator Lázaro Ramos e o ginasta Arthur Zanetti, por exemplo, apesar de não poderem comparecer ao *talk show*, gravaram vídeos em resposta aos alunos. Para a gravação final do *talk show* “Curto Prazo” os alunos conseguiram três entrevistados: Rita de Cassia Batista Arantes, (professora de literatura da ETEC, docente querida entre os alunos, escolhida por unanimidade); Tabata Amaral, (cientista política de Harvard e colunista da Rádio CBN, nascida na periferia de São Paulo) e Fernandinho Beat Box (um rapper especializado em beat box, subgênero do hip hop em que o artista produz sons vocais que reproduzem batidas eletrônicas).

Conclusão

Além dos encontros, os alunos se comunicaram também por meio de um grupo criado no aplicativo Whatsapp. Tarefas, dúvidas, sugestões e impressões foram compartilhadas nesse fórum, muitas vezes acionado assim que saíamos da sala de aula, com as conversas se estendendo até a noite. Ao todo foram trocadas 974 mensagens, 62 fotos e 10 vídeos. Pudemos constatar que o aplicativo, para além de facilitar a comunicação, serviu como uma ferramenta de incentivo. Os membros do grupo, ao se mostrarem empenhados em criar os detalhes do *talk show*, estimulavam-se uns aos outros. Os alunos mais tímidos também usaram o aplicativo como passo inicial para colocar uma ideia.

Esperamos contribuir para que os jovens usem as TICs a favor do aprendizado e dos seus interesses. A cultura comunicacional, quando mediada por um educador e abordada a partir de um projeto planejado - e não improvisado, é extremamente enriquecedora. Voltemos a Morin:

(...) a educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar um cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que se supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional (...). Somos verdadeiramente cidadãos quando nos sentimos solidários e responsáveis. Solidariedade e responsabilidade não podem advir de exortações piegas nem de discursos cívicos, mas de um profundo sentimento de filiação (*affiliare*, de *filius*, filho), sentimento matripatriótico que deveria ser cultivado de modo concêntrico sobre o país, o continente, o planeta (MORIN, 2003, p. 64 e 74).

Buscamos, com esta experiência, mostrar um caminho aos educadores que se proponham a inovar seu espaço pedagógico. Na democracia, todos temos liberdade de

expressão. Mas não podemos esquecer que vivemos numa sociedade economicamente desigual, onde aqueles que têm mais recursos têm mais condições de se expressar. Insere-se aí uma das chaves para a relevância de projetos que busquem a apropriação da mídia por parte dos jovens: alcançar melhores níveis de equidade social. Somos especialmente gratos pela oportunidade de executar o *Talk Show na Escola* com os alunos da ETEC de Sapopemba. Nessa experiência, tivemos o privilégio de aprofundar nosso contato com a riqueza de conhecimento escondida naqueles que frequentemente são ignorados pelo Estado.

Referências

- BAKHTIN, MIKHAIL. MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM. 7 ED. SÃO PAULO: HUCITEC, 1981.
- BARTHES, ROLAND. MITOLOGIAS. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 2001.
- BRITO, GLÁUCIA DA SILVA; PURIFICAÇÃO, IVONÉLIA DA. EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS: UM (RE)PENSAR. CURITIBA: IBPEX, 2011.
- COLEMAN, DANIEL. INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: A TEORIA REVOLUCIONÁRIA QUE REDEFINE O QUE É SER INTELIGENTE. 2ª EDIÇÃO. RIO DE JANEIRO: OBJETIVA, 2012.
- COSTA, CRISTINA. EDUCAÇÃO, IMAGEM E MÍDIAS. SÃO PAULO: CORTEZ, 2013.
- JENKINS, H. CONFRONTING THE CHALLENGES OF PARTICIPATORY CULTURE – MEDIA EDUCATION FOR THE 21ST CENTURY. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://MITPRESS.MIT.EDU/SITES/DEFAULT/FILES/TITLES/FREE_DOWNLOAD/9780262513623_CONFRONTING_THE_CHALLENGES.PDF](https://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/free_download/9780262513623_CONFRONTING_THE_CHALLENGES.PDF) ÚLTIMO ACESSO: 9 MAIO, 2016 [ATUALMENTE FORA DO AR].
- MELO, S.A. A ESCOLA DE VIGOTSKI. IN: CARRARA, K. (ORG.) INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: EPISTEMOLOGIA SEIS ABORDAGENS. SÃO PAULO: AVERCAP EDITORA, 2000.
- MORIN, EDGAR. A CABEÇA BEM-FEITA: REPENSAR A REFORMA, REFORMAR O PENSAMENTO, 8ª EDIÇÃO, RIO DE JANEIRO, BERTRAND BRASIL, 2003
- SOARES, ISMAR DE OLIVEIRA. EDUCOMUNICAÇÃO: O CONCEITO, O PROFISSIONAL, A APLICAÇÃO. SÃO PAULO: PAULINAS, 2011.

Conclusão

A variedade de abordagens que tivemos a oportunidade de conhecer, através dos trabalhos publicados neste livro, mostra que o tema da liberdade de expressão, de pensamento e de imprensa tem se tornado cada vez mais importante, à medida que as transformações da sociedade contemporânea acirram os conflitos entre individualidade/coletividade, globalização/nacionalismo, direitos individuais/vida pública. Estamos diante de um cenário complexo, novo e, muitas vezes, difícil de se conhecer, conceituar e analisar. Esperamos ter aberto um leque de temas e análises que apontam para diferentes questões e enfoques mostrando que é urgente pensar, refletir e analisar, sem preconceitos, sem rigidez, sem partidarismos.

Para nós do OBCOM-USP e do Instituto Palavra Aberta, por mais conflitantes que sejam as diferentes posições, é sempre altamente promissor saber que o direito à liberdade de pensamento e expressão é um tema importante e uma realidade a ser constantemente reconstruída e revisitada. Ao mesmo tempo, tal constatação aponta para o desafio de investigar tantas perspectivas, especialmente porque temos de lidar com metodologias que atendam a essa complexa demanda investigativa.

Para os que desejam se aprofundar nas questões aqui levantadas, as duas instituições promotoras desta publicação têm procurado construir, alimentar e disponibilizar bases de dados constituídas a partir de sites publicados na rede Internet. Através desses recursos eletrônicos, oferecem ideias, pesquisas, artigos, publicações diversas e mantém o público interessado atualizado em relação a esses temas. Nos endereços www.obcom.nap.usp.br e www.palavraaberta.gov.br os leitores poderão encontrar a tarefa contínua que essas instituições desenvolvem para analisar, discutir, debater a liberdade de expressão, sempre apontando para os benefícios incontestes que ela pode oferecer ao desenvolvimento da cultura e do conhecimento.

Queremos terminar esta publicação lembrando o que Sócrates disse sobre liberdade de expressão e a felicidade e direito à vida após sua condenação à morte por aquilo que defendia:

(...) digo que o maior bem para um homem é justamente este, falar todos os dias sobre a virtude e os outros argumentos sobre os quais me ouvistes raciocinar, examinando a mim mesmo e aos outros e, que uma vida sem esse exame não é digna de ser vivida...